

Sociedade-Natureza na Baixada Fluminense: Perspectivas de investigação

Orgs.

André Santos da Rocha

Jean Rodrigues Sales

**Sociedade-
Natureza
na Baixada
Fluminense:
perspectivas de
investigação**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Roberto de Souza Rodrigues

Vice-Reitor

César Augusto Da Ros

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Lucia Helena Cunha dos Anjos

Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

João Márcio Mendes Pereira



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

Patricia Reinheimer (Coordenadora),

Bruna de Azevedo Baêta,

Carlos Eduardo Coutinho da Costa,

Érika Flávia Machado Pinheiro,

Maria Cristina Drumond e Castro,

Marisa Fernandes Mendes,

Marta Regina Cioccarì

Sérgio Manuel Serra da Cruz.

Coordenação Administrativa

Wallace Lucas Magalhães

Vice-Coordenação Administrativa

Mariangela de Campos Dias

André Santos da Rocha
Jean Rodrigues Sales

Sociedade- Natureza na Baixada Fluminense: perspectivas de investigação



EDITORA DA UNIVERSIDADE RURAL

Seropédica

2023

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem autorização expressa da Editora.

Preparador de originais *Daniel Corban Rodrigues*

Projeto, diagramação e capa *Ricardo Petra Nunes*

Supervisor de revisão *Wallace Lucas Magalhães*

Revisão *João Paulo de Abreu Almeida Costa e Póvoa e Livia Calixto da Silva*

Leitura de prova *Vanessa de Souza Oliveira*

UFRRJ / Biblioteca Central / Seção de Processamentos Técnicos

Bibliotecária: Alessandra Bessa (CRB-7 5919)

S678 Sociedade-natureza na Baixada Fluminense: perspectivas de investigação [recurso eletrônico]/
Organizadores: André Santos da Rocha, Jean Rodrigues Sales. - Seropédica: Ed da
UFRRJ, 2023.

6.65 MB; PDF

Modo de acesso: internet

Bibliografia.

ISBN: 978-65-86859-35-5

1. História cultural. 2. Geografia Regional - Baixada Fluminense (RJ). 3. Proteção ambiental - Conservação. I. Rocha, André Santos da. II. Sales, Jean Rodrigues. III. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. IV. Título.

CDD 900

EDUR

Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

BR 465, Km. 7, Seropédica – RJ - CEP: 23.897-000

Telefone: (21) 2681-4711

Site: <https://editora.ufrj.br/>

E-mail: edur@ufrj.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PARTE I – PERSPECTIVAS DE IDENTIDADE E SOCIEDADE.....	10
1. REFLEXÕES SOBRE A GENEALOGIA DO CONCEITO DE BAIXADA FLUMINENSE: A BAIXADA DA GUANABARA, A GRANDE IGUAÇU E O MUNICÍPIO DE MAGÉ.....	11
2. A REVISTA PILARES DA HISTÓRIA E A PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LOCAL.....	20
3. “A NÓS, A CERTEZA DO DEVER CUMPRIDO”: NARRATIVA E MEMÓRIA NA IMPRENSA IGUAÇUANA (NOVA IGUAÇU, 1950-1970). OS BLOCOS DE ENREDO DA BAIXADA FLUMINENSE.....	28
4. OS BLOCOS DE ENREDO DA BAIXADA FLUMINENSE.....	41
5. O TURISMO COMO ESTRATÉGIA PARA ESTRUTURAR A CIDADES DA REGIÃO TURÍSTICA BAIXADA VERDE.....	56
PARTE II – AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE.....	72
6. BAIXADA FLUMINENSE: AMBIENTE, PRODUÇÃO SOCIONATURAL E DESENVOLVIMENTO.....	73
7. BAIXADA E BAIXADAS: O ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO, UMA ESTRADA NO CAMINHO DA(S) BAIXADA(S) FLUMINENSE(S).....	80
8. DINÂMICA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS ESCOLAS DE DUQUE DE CAXIAS – REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.....	89
9. OS ESPAÇOS DE CALOR NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ NO SÉCULO XXI ...	102
10. RESERVA BIOLÓGICA DE TINGUÁ: HISTÓRIA DE CRIAÇÃO E CONFLITOS.	116
11. MUDANÇAS PRODUTIVAS NA BAIXADA FLUMINENSE: NOVAS DINÂMICAS E CURSO.....	126
12. PINT OF SCIENCE SEROPÉDICA: REFLEXÕES SOBRE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA BAIXADA FLUMINENSE.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148
DOCUMENTOS, LEGISLAÇÕES E ENTREVISTAS.....	170

APRESENTAÇÃO

“*Nunca fui, mas me disseram...*” é um documentário realizado em 2007 no qual são entrevistados moradores da zona sul da cidade do Rio de Janeiro sobre as suas referências e percepções a respeito da Baixada Fluminense. De forma geral, os entrevistados apontam as características que marcariam essa região: violência, falta de equipamentos urbanos, enchentes, pobreza, entre outros. Ao final de cada entrevista, os realizadores do filme perguntam se a pessoa conhecia a Baixada Fluminense para afirmar com tanta certeza suas características urbanas e sociais. A resposta, quase sempre, é de que não conheciam a região, mas tinham ouvido falar. Eis uma problemática singular sobre essa região: o que se ouve falar dela?

Como apresentado no documentário, o estigma de região pobre, violenta, periférica, marcada por graves problemas econômicos e péssimos indicadores sociais faz parte de um campo semântico que se estruturou com a própria formação da Baixada, que é vinculada à realidade urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. De certa forma, essa dita imagem hegemônica ajudou a criar uma bruma que impede (ou impediu), por vezes, de irmos além do senso comum. Isso dificultou ver que na Baixada há: histórias, memórias, cotidianidades, interlocuções econômico-políticas com outras escalas (estadual e federal), dinâmicas produtivas e elementos de sustentabilidade.

Hoje, olhar novamente para essa região se torna vital para observarmos processos outros que eram invisibilizados por essa imagem estereotipada. Felizmente, o crescimento de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas com sede em municípios da Baixada, bem como a ampliação do leque analítico dos estudos regionais, permitem aos pesquisadores, alunos e moradores melhor conhecer a história, a cultura e as geografias da Baixada Fluminense para além de uma única perspectiva.

Estamos cientes de que não se trata de afirmar que seja essencial morar ou trabalhar em determinado território para que se possa pesquisá-lo e compreendê-lo enquanto objeto de pesquisa. Por outro lado, o que nos parece particularmente relevante no contexto da produção desse livro é o fato de a produção ser realizada, em grande parte, por atores e autores do próprio território estudado, pois tal característica acrescenta um aspecto de pertencimento e de identidade para e nessa região que grande parte dos cariocas não conhecem, mas *ouviram falar*. Particularmente relevante é ver alunos e alunas residentes na Baixada Fluminense optarem por fazer seus trabalhos de conclusão de curso e pesquisas de pós-graduação voltadas para reflexão sobre seu próprio território. Muitos resultados importantes dessas trajetórias estão presentes neste livro.

A trajetória dos estudos sobre a Baixada Fluminense é recheada de muitos personagens e instituições, mas podemos indicar que, a partir dos anos 1990, esses estudos começam a ser sistematizados e reunidos. Parte das informações era organizada por grupos de pesquisadores locais, associações profissionais e personagens com passagens e influência sobre a cultura na Baixada. Nestes termos, podemos citar a importância do IPHAB (Instituto de Pesquisa e Análises Históricas da Baixada Fluminense); da APPH-CLIO (Associação de professores e pesquisadores de História) e da ASAMIH (Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias) que são braços sociais ativos que cooperam academicamente com o Instituto Histórico de Duque de Caxias e o Museu Vivo do São Bento. Neste contexto, devemos ainda mencionar os trabalhos com acervos da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e da Casa de Cultura Sylvio Monteiro, vinculados à Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu.

A organização destes grupos também esteve ancorada no aparecimento de cursos de Ciências Humanas em instituições de ensino superior na região, que se intensifica no decorrer dos anos 2000. Pode-se observar o fenômeno a partir da consolidação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) em Duque de Caxias; da expansão de cursos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) através do Programa de Apoio a Planos de

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem dois *campi* na Baixada Fluminense, Seropédica e Nova Iguaçu; da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro em Paracambi (FAETERJ – Paracambi); da chegada do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Unidade de Ensino Descentralizado em Nova Iguaçu (CEFET/RJ UnED NI); e do espraiamento dos Institutos Federais do Rio de Janeiro (IFRJ) em diferentes cidades da Baixada. Não se trata apenas de uma expansão numérica, com inserção de alunos e professores destas localidades. Há uma dimensão qualitativa para a região, já que acaba por desencadear abertura de núcleos de pesquisa sobre novas temáticas e abordagens.

Esse livro reflete a continuidade e a inserção de um amplo número de instituições, pesquisas e pesquisadores da Baixada Fluminense, representando a consolidação de espaços de interlocução entre academia e a sociedade civil, trazendo para a pauta elementos urgentes para pensar a multiplicidade deste território.

O título desta coletânea é sugestivo para pensar a “Baixada”. Sociedade-natureza nunca foram tão imbricados na formação de uma área. Um nome que tem o sentido etimológico que remete ao domínio natural “Baixada”, área baixa, com um corte geomorfológico que indica áreas de deposição sedimentar e propícia a alagamentos. E a palavra Fluminense que vem do latim, *flumen*, e indica o mesmo que rio, ou lugar entre rios.

Ao mesmo tempo que há sua referência “natural”, o nome “Baixada Fluminense” é polissêmico, guarda significados variados e que hoje não agregam apenas as representações ligadas a mortes violentas, misérias e pobreza, pois passa a ter relação com imagens vinculadas a negócio, desenvolvimento industrial, lugar de oportunidades, etc. Quem diria que na Baixada existem áreas de lazer/turismo e práticas de esporte natural? Quem diria que há sofisticadas atividades de desenvolvimento de pesquisa? Ou mesmo que emergem oportunidades de negócios em *pool* imobiliário?

Essa Baixada Fluminense, atravessada por interesses, parte constituinte de uma das metrópoles mais desiguais do Brasil, com dinâmicas ambientais e naturais singulares e com processos históricos e políticos relevantes, se abre nos textos expostos nesta coletânea, sempre trazendo perspectivas de investigação que apresentam elementos sociais e naturais em sua organização. Para dar conta da apresentação desta complexa realidade, o livro foi dividido em duas partes.

A primeira parte, intitulada “Perspectivas da Identidade e Sociedade”, traz capítulos que discutem diversas perspectivas sobre memória, identidade e políticas que envolvem a cultura e práticas sociais na Baixada Fluminense. Na segunda parte, intitulada “Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade”, apresentamos fecundos estudos que entrelaçam aspectos do desenvolvimento que reiteram a imbricação das relações sociedade-natureza.

Abrindo a primeira seção do livro, temos o capítulo intitulado “Reflexões sobre a genealogia do conceito de Baixada Fluminense: a Baixada da Guanabara, a grande Iguaçu e o município de Magé”. No texto, o autor problematiza as construções e reconstruções do conceito de Baixada Fluminense, bem como as possíveis implicações políticas com a integração dos municípios à região administrativa.

O segundo capítulo, “A Revista *Pilares da História* e a produção social do conhecimento em história da educação local”, apresenta a trajetória do periódico *Pilares da História*, publicado pelo Instituto Histórico de Duque de Caxias, e destaca, sobretudo, questões relacionadas à educação na Baixada Fluminense.

O terceiro capítulo, “A nós, a certeza do dever cumprido: narrativa e memória na imprensa iguaçuana (Nova Iguaçu, 1950-1970)”, apresenta a trajetória de três periódicos da região e de seus respectivos núcleos familiares e políticos, bem como o papel desempenhado por eles na construção de uma história e de uma identidade da Baixada Fluminense.

O quarto capítulo, intitulado “Os blocos de enredo da Baixada Fluminense”, destaca a

expressão cultural particular do carnaval na região, que se apresenta como importante aspecto da identidade local.

O capítulo que finaliza esta seção dedicada às questões da identidade e história locais, intitulado “O turismo como estratégia para estruturar as cidades da região turística Baixada Verde”, apresenta as discussões e resultados de um projeto que busca criar uma estrutura turística voltada aos aspectos naturais da região.

A segunda parte do livro é iniciada com o capítulo “Baixada Fluminense: ambiente, produção socionatural e desenvolvimento”, que aborda debates sobre os ciclos de desenvolvimento na região e sobre as perspectivas da socionatureza, demonstrando conexões entre a ideia de progresso e a apropriação ambiental.

O segundo capítulo desta seção, “Baixada e baixadas: o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, uma estrada no caminho da(s) Baixada(s) Fluminense(s)”, aborda a fase atual do desenvolvimento desta região, que foi ancorado nas expectativas de crescimento diante da então inauguração do Arco Metropolitano, que, por sua vez, é um importante vetor de transformação territorial de diferentes ambientes na Baixada, ampliando e reproduzindo outras tantas baixadas em seu caminho.

O terceiro capítulo, “Dinâmica do abastecimento de água nas escolas de Duque de Caxias – Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, aborda a problemática da escassez de água na região, apontando as desigualdades regionais de acesso a partir das unidades escolares de Duque de Caxias.

O capítulo seguinte é intitulado “Os espaços de calor na Baixada Fluminense/RJ no século XXI”, em que os autores apresentam as características do campo térmico da Baixada Fluminense fazendo uso de imagens de satélite, apresentando como o processo de transformação do solo vem produzindo “ilhas de calor” nos municípios da Baixada, demonstrando diferenciações internas de temperatura nos últimos 20 anos.

O quinto capítulo da segunda seção, “Reserva Biológica de Tinguá: história de criação e conflitos”, apresenta a história de formação territorial de uma das mais importantes Unidades de Conservação da Baixada, a Rebio-Tinguá, trazendo à tona os conflitos desencadeados pelos usos dos espaços próximos, enquadrando a problemática entre conservação, sociedade e aspectos do desenvolvimento.

O penúltimo capítulo, “Mudanças produtivas na Baixada Fluminense: reestruturação espacial e novas dinâmicas em curso”, apresenta as transformações econômicas recentes da Baixada Fluminense sob a égide da denominada reestruturação territorial-produtiva, que acaba implicando novos caminhos da industrialização e do capital imobiliário na região.

E, por fim, o livro se encerra com o capítulo intitulado “*Pint of Science* Seropédica: reflexões sobre divulgação científica na Baixada Fluminense”, que traz na tônica a práxis na condução das atividades de extensão em Seropédica, que marca a popularização científica na Baixada Fluminense ao incorporar a região ao *Pint of Science*, uma das atividades acadêmicas abertas mais importantes do mundo, trazendo, então, a relevância da discussão acadêmica que atravessa diferentes espaços informais na cidade.

Longe de encerrar debates e criar pontos definidores sobre a abordagem sociedade-natureza, a presente coletânea tem como objetivo dar voz e visibilidade aos estudos e reflexões que estão sendo produzidos na atualidade, permitindo dialogar com novas e antigas referências sobre estudos regionais da Baixada Fluminense.

Boa leitura!

[Os organizadores]

PARTE I

PERSPECTIVAS DE IDENTIDADE E SOCIEDADE

REFLEXÕES SOBRE A GENEALOGIA DO CONCEITO DE BAIXADA FLUMINENSE: A BAIXADA DA GUANABARA, A GRANDE IGUAÇU E O MUNICÍPIO DE MAGÉ.

Antônio Seixas

Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Introdução

Geograficamente, tudo entre a Serra do Mar e o Atlântico é chamado de Baixada Fluminense, desde Campos dos Goytacazes até Paraty. Vem daí a Baixada dos Goytacazes, a Baixada de Araruama, a Baixada de Sepetiba e a Baixada da Guanabara, que não é o que se chama, na contemporaneidade, de Baixada Fluminense.

Sob a proteção de Nossa Senhora da Piedade, surgiram três freguesias rurais no município do Rio de Janeiro, mais precisamente na Baixada de Guanabara: Magepe (1696), Anhu-mirim (1698) e Iguassu (1719). Enquanto a Vila de Magé foi criada em 1789, incluindo a freguesia de Inhomirim, a Vila de Iguassu somente foi criada em 1833, mas extinta em 1835 (quando o seu território foi repartido entre as vilas de Vassouras e de Magé) e recriada no ano seguinte (ABREU, 1994, p. 56, 71).

Uma nova divisão na região, em 1846, deu origem ao município de Estrela, formado pelas freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim e Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, desmembradas da Vila de Magé, e da freguesia de Nossa Senhora do Pilar, desmembrada da Vila de Iguaçú. Com uma economia baseada no movimento de seu porto, estimulado pelo tropeirismo, a expansão da malha ferroviária foi uma das causas da extinção da Vila de Estrela, em 1892, retornando as freguesias aos seus antigos municípios (ABREU, 1994, p. 232-233).

No início da República, o município de Magé testemunhou também a Vila de Iguassu, em 1891, ser transferida para o povoado Maxambomba, e, em 1916, ser rebatizada de Nova Iguaçú (PEREIRA, 1970, p. 73-76). Os municípios de Magé e de Nova Iguaçú foram limítrofes até 1943, quando foi criado o município de Duque de Caxias, antigo 8º distrito de Nova Iguaçú, com sede no povoado de Caxias (1931), surgido no entorno da estação ferroviária de Merity (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p. 53-54).

Um dos desdobramentos da fusão do antigo estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara foi a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, abrangendo os municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Maricá, Nilópolis, Nova Iguaçú, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo, São João do Meriti e Mangaratiba.¹

O aumento do fluxo migratório para o Distrito Federal (1940-1950), a abertura da Rodovia Presidente Dutra (1951) e da Avenida dos Bandeirantes (1949-1954), melhorias no transporte ferroviário e os loteamentos levaram à expansão metropolitana, criando uma relação periférica entre o município do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense, formada, então, pelos municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçú e São João de Meriti (ABREU, 2013, p. 118-125).

O conceito de Baixada Fluminense não é consensual entre os pesquisadores, variando o recorte, ora contemplando os municípios de Nova Iguaçú, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Japeri, Queimados e Mesquita (que tiveram a Vila de Iguassu por berço e formam a Grande Iguaçú), ora incluindo também Magé, Guapimirim, Paracambi, Seropédica e Itaguaí.

1. BRASIL. Lei Complementar n.º 20, de 1.º de julho de 1974, artigo 19, parágrafo único.

Essa inclusão-exclusão no rol dos municípios que comporiam a Baixada Fluminense refletiria uma opção das forças políticas locais de se inserirem ou não em sua composição territorial, tentando se desvencilhar do imaginário negativo, fomentado pela imprensa carioca, ao mesmo tempo em que buscariam beneficiar-se de políticas públicas de infraestrutura para a região (ROCHA, 2013, p. 19).

Nosso objetivo é analisar a evolução do conceito de Baixada Fluminense, buscando, especificamente, demonstrar a proveniência conceitual associada à Grande Iguazu, bem como comprovar que a inclusão do município de Magé no recorte espacial da região está relacionada ao discurso político forjado no contexto da eleição de Narriman Zito para prefeita de Magé, em 2000.

O problema estruturante está em compreender como surgiu o conceito de Baixada Fluminense, no final da década de 1970, e como os pesquisadores, atualmente, o vêm aplicando, sob diferentes perspectivas, através do mapeamento das características comuns, desde a busca por similitudes nos processos de formação dos atuais municípios até a carência de políticas públicas, do que Rocha (2013) chama de um “núcleo espacial central da representação hegemônica da Baixada”.

A partir da análise genealógica proposta por Foucault (1996), nossa hipótese é que o conceito de Baixada Fluminense é uma construção social constituída historicamente e, por isso mesmo, sujeita ao campo discursivo, criando múltiplas possibilidades de adaptação ao contexto em que se quer representar a região.

O uso da genealogia como método de busca das singularidades nos permite identificar os indícios desconsiderados, desvalorizados ou mesmo ocultados pelos pesquisadores na construção do conceito da Baixada Fluminense, afinal, com a genealogia, estudamos a formação dispersa, descontínua e regular do discurso (FOUCAULT, 1996, p. 65-66).

Com a investigação genealógica do conceito de Baixada Fluminense, analisamos as relações de poder e as práticas não discursivas por trás da construção da identidade da Baixada Fluminense, considerando o interesse de grupos políticos em legitimar uma influência na região, a exemplo do que aconteceu com políticos de Duque de Caxias que buscaram interferir no processo político em Magé, seja o prefeito José Camilo Zito, que elegeu sua esposa Narriman Zito como a primeira prefeita de Magé nas eleições de 2000, seja o Prefeito Washington Reis, que lançou sua irmã Jane Reis como candidata a prefeita de Magé nas eleições de 2020.

A metodologia caracterizou-se pela pesquisa bibliográfica e em fontes oficiais e nos periódicos do acervo da Biblioteca Nacional, especialmente nos jornais *O Fluminense* (Niterói) e *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), descritiva e exploratória, de natureza qualitativa, permitindo compreender a realidade e demonstrar a genealogia do conceito de Baixada Fluminense.

O artigo está estruturado em quatro partes, além das considerações finais. Na primeira parte, analisamos a construção da noção de Baixada da Guanabara como espaço abandonado, sujeito à intervenção política. Em seguida, apresentamos a região da Grande Iguazu, associada ao processo de expansão da malha metropolitana carioca, nas décadas de 1950 a 1990. Na terceira parte, pontuamos as estratégias adotadas para forjar uma identidade para a Baixada Fluminense contemporânea, como a criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Municípios Adjacentes do Rio de Janeiro (1995) e a oficialização do Dia da Baixada (2002), e como esses arranjos influenciaram os pesquisadores da região. Por fim, tratamos da problemática da inclusão do município de Magé no recorte espacial do conceito de Baixada Fluminense.

A Baixada da Guanabara

O conceito de Baixada Fluminense, sob a perspectiva geográfica, presente, por exemplo, nos trabalhos de Góes (1939), Lamego (1948) e Mendes (1950), foi o mais amplo, contemplando o processo de ocupação do litoral fluminense, entre a Serra do Mar e o Atlântico, de Campos dos Goytacazes até Paraty.

Em 1892, começou-se a construir politicamente o conceito de Baixada da Guanabara como uma área abandonada, sob diferentes argumentos, desde a crise da abolição até o advento da ferrovia e das epidemias, a fim de legitimar uma intervenção pública na região, sendo instalada a Comissão Estadual de Estudos de Saneamento da Baixada do Rio de Janeiro, em 1894, que dividiu a Baixada Fluminense em 4 seções: a Baixada Litorânea, do Rio Meriti ao Rio Macacu; a Baixada, de Macaé a Campos; a Baixada de Araruama; e a Baixada do Rio Guandú. Em 1933, a Segunda Comissão Federal de Saneamento as rebatizou de Baixada da Guanabara, Baixada dos Goytacazes, Baixada de Araruama e Baixada de Sepetiba (SOUTO, 2016, p. 13-30).

A Baixada da Guanabara pode ser caracterizada por duas zonas distintas: o Litoral da Guanabara, a área compreendendo o contorno da baía propriamente dita, marcado pelo relevo maciço na barra, como trechos de costas altas e praias nas enseadas, e pelos manguezais, no interior; e a Planície da Guanabara, caracterizada por colinas de pouca altitude, intercaladas por várzeas dos pequenos rios que vão desaguar na baía (MENDES, 1950, p. 35-36).

A chamada Baixada da Guanabara compreenderia, então, os morros e planícies da Guanabara, o contorno da baía do Rio de Janeiro e o maciço de Niterói, abrangendo os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói (MENDES, 1950, p. 42).

Essa baixada, de Nova Iguaçu a Niterói, ficou marcada por um passado colonial açucareiro, pois foi onde os vitoriosos da reconquista do Rio de Janeiro, em 1565, estabeleceram seus engenhos e construíram as primeiras capelas. Ocorre que, em fins do século XIX e princípios do século XX, a paisagem ganhou contornos distintos: a cultura da laranja em Nova Iguaçu e São Gonçalo e a da banana em Magé.

Como um dos resultados do saneamento da Baixada da Guanabara, o município de Magé passou a ser o maior produtor de bananas do estado do Rio de Janeiro, chegando a produzir 882 mil cachos, em 1939, ao passo que Nova Iguaçu, São Gonçalo e Maricá responderam por 93% das caixas de laranjas exportadas pelo porto do Rio de Janeiro (LAMEGO, 1964, p. 299-300).

A ocupação do solo guarda também uma distinção no contexto da Baixada da Guanabara. Enquanto Nova Iguaçu e São Gonçalo apresentavam, na primeira metade do século XX, maior fração de áreas dedicadas à lavoura; no município de Magé, desde os fins do século XIX, os fazendeiros passaram a aplicar parte do capital, antes investido na escravidão, em apólices da dívida pública, imóveis urbanos e no comércio, diante da dificuldade de manutenção do sistema agrário, em razão do esgotamento do solo e do desestímulo ao investimento em escravizados (SAMPAIO, 1994, p. 74-82).

O potencial agrícola de Magé era inferior ao de Nova Iguaçu ou de São Gonçalo, pois, além do esgotamento do solo, as terras do município se estendem em grande parte pelos contrafortes da Serra do Mar. O redirecionamento do capital transformou o município de Magé em um complexo industrial, chegando a contar, em 1957, com seis fábricas de grande porte: a Fábrica Itatiaia de Tecidos S/A, em Magé; a Fábrica Colombo S/A, em Magé; a Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, em Santo Aleixo; a Fábricas Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados, em Andorinhas; a Companhia América Fabril, em Pau Grande e Cachoeira Grande; a Fábrica da Estrela, em Raiz da Serra; sem esquecer as olarias e moinhos de farinha e as pequenas fábricas de bebidas, de papel, de tamancos, de vassouras, de colchões, de chinelos e de captação e envasamento de água mineral (SANTOS, 1957, p. 161-179).

O passado colonial comum dos municípios da Baixada da Guanabara, identificados como produtores de alimentos para o Rio de Janeiro e além-mar, foi usado para legitimar o primeiro discurso intervencionista dos políticos de Niterói e do Distrito Federal na região. Por trás dele identificamos a própria ideia da condição do Rio de Janeiro como metrópole que polariza os municípios do entorno e que serviu de base para a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Grande Iguaçu

Em 1975, o estado do Rio de Janeiro criou a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), responsável pela elaboração do Plano Diretor do Município de Magé (1977) e do Plano Diretor das Unidades Urbanas Integradas de Oeste: Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti (1979), microrregião que ficou conhecida por Baixada Fluminense, Grande Iguaçu ou Grande Rio.

Em primeiro lugar, cabe observar que a FUNDREM não incluía o município de Magé na Baixada Fluminense, incorporada à célula urbana carioca, pelos sistemas de transportes e pelos loteamentos, e identificada pela precariedade da infraestrutura, criminalidade e densidade populacional.

A denominação Grande Iguaçu se justifica porque a região tem origem no município de Nova Iguaçu que, ao longo do século XX, sofreu um processo de fragmentação que resultou nos municípios de Duque de Caxias (1943), São João de Meriti (1947), Nilópolis (1947), Belford Roxo (1990), Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999).

Já a expressão Grande Rio está relacionada ao processo de expansão urbana do município do Rio de Janeiro em direção às antigas freguesias rurais, sendo uma ocupação suburbana incentivada pelo avanço da ferrovia, a exemplo da Estrada de Ferro Dom Pedro II (depois Estrada de Ferro Central do Brasil), com a Linha do Centro e as estações de Madureira, Oswaldo Cruz, Marechal Hermes, Deodoro, Anchieta, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu (antiga Maxambomba) e Queimados (antiga Pouso dos Queimados) e a Linha Auxiliar, com as estações de Maria da Graça, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, São Mateus (São João de Meriti), Belford Roxo e Japeri (RODRIGUEZ, 2004, p. 32-37; 108-109).

O fenômeno dos loteamentos no entorno das estações ferroviárias e ao longo das linhas férreas (e depois das estradas de rodagem) contribuiu para o fim da produção agrícola e para o desaparecimento dos espaços vazios entre a capital federal e a Grande Iguaçu, sendo apontada, na década de 1950, a tendência de Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis e Olinda formarem uma massa urbana única, como ocorreu com a conurbação entre Niterói e São Gonçalo (GEIGER; SANTOS, 1954, p. 305).

A completa integração dos centros urbanos de Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias à malha urbana carioca permitiu aos habitantes da região se sentirem parte do que seria um Grande Rio de Janeiro (SOARES, 1962, p. 169-177). Por sua vez, a noção de Grande Rio minimizaria a ideia da metropolização periférica que caracterizaria a Baixada Fluminense (SILVA, 2013, p. 57-58). É nesse contexto que surgem o Grêmio Recreativo Escola de Samba Grande Rio (1988) e a Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO (1994), ambos em Duque de Caxias, e o Shopping Grande Rio (1995), em São João de Meriti.

Na mesma época em que se desenvolveu o Plano Diretor das Unidades Urbanas Integradas de Oeste, houve quem defendesse que a solução para a violência na Baixada Fluminense seria uma intervenção federal, passando Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis a compor uma única unidade administrativa, já que seriam “acampamentos periféricos” da cidade do Rio de Janeiro (SOUZA, 1980, p. 88; 107-109).

A imprensa carioca das décadas de 1950 a 1980 teve papel importante na construção de uma representação social da Baixada Fluminense como um espaço de violência que justificaria a intervenção pública na região, através de linhas editoriais sensacionalistas que cobriam a atuação dos grupos de extermínio (ENNE, 2004).

Percebe-se que a construção de um discurso político que legitimaria a intervenção do Rio de Janeiro na região da Guanabara sofreu uma redução de escala na segunda metade do século XX, substituindo a Baixada da Guanabara (de Nova Iguaçu até Niterói) pela Baixada Fluminense (a Grande Iguaçu ou Grande Rio).

Forjando uma identidade para a Baixada

No governo Marcello Alencar (1995-1998), foi criada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Municípios Adjacentes,² porém sem definir quais seriam as cidades da Baixada e as adjacentes. Em seguida, foi criado o Programa Pró-Baixada, com o objetivo de integrar, coordenar, supervisionar e avaliar projetos e atividades do governo fluminense para a região.³

Na prática, o governo Marcello Alencar considerava, para efeitos do Programa Pró-Baixada, as cidades de Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Paracambi e Itaguaí (SALLES, 2007, p. 18), ou seja, adjacentes à Baixada Fluminense seriam Magé, Guapimirim, Paracambi e Itaguaí.

Foi a partir da criação do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), em 1997, pelos pesquisadores Genesis Torres, Guilherme Peres, Ney Alberto, Rogério Torres e Marcus Monteiro, que se construiu um conceito de Baixada Fluminense que vem se consolidando na contemporaneidade.

O problema é a que recorte espacial, especificamente, os pesquisadores do IPHAB estão se referindo. Ao apresentar a região na memória fotográfica organizada por Marcus Monteiro, Gênesis Torres associa a Baixada Fluminense diretamente ao município de Nova Iguaçu (MONTEIRO, 2008, p. 4), porém o livro inclui os municípios de Magé, Guapimirim, Paracambi, Seropédica e Itaguaí, que não possuem vínculos embrionários com Nova Iguaçu.

Mesmo o livro organizado por Torres (2008), uma tentativa de construção de uma história da Baixada Fluminense, deixa clara, por exemplo, a separação entre as histórias de Nova Iguaçu e de Magé. A obra nos apresenta a Fazenda São Bento do Iguassu (Duque de Caxias), mas silencia quanto à Fazenda Magepe-mirim (Magé); fala da cultura da laranja, em Nova Iguaçu, mas ignora a farinha de Suruí ou a produção da banana, em Magé. Enquanto boa parte da obra é dedicada ao município de Nova Iguaçu, a história de Paracambi, Itaguaí, Guapimirim e Seropédica ocupa apenas 7 das 271 páginas do livro.

A dificuldade dos pesquisadores em precisar o recorte espacial da Baixada Fluminense contemporânea pode ser exemplificada pelas obras de Prado (2000) e de Cardoso (2010). Enquanto o primeiro considera como baixada os municípios de Nova Iguaçu, Magé, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Paracambi, Queimados, Japeri, Belford Roxo, Guapimirim e Mesquita, o segundo aborda apenas a história dos municípios da Grande Iguaçu: Duque de Caxias, Japeri, Queimados, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita e Belford Roxo. Vê-se, pois, que o número de municípios varia de acordo com os interesses do sujeito do discurso.

Com a intenção de reforçar a identidade da região, o deputado estadual Ernani Boldrim (de Nova Iguaçu) apresentou o Projeto de Lei n.º 1.501/2000, propondo a criação da Semana da Baixada Fluminense, que seria promovida na terceira semana de junho pelos municípios da região. Na imprensa, a criação da semana foi apontada como um estímulo para estudos, fóruns e debates sobre os problemas de seus municípios.⁴

Ocorre que o projeto de Ernani Boldrim não definia os municípios que comporiam a Baixada Fluminense. Na justificativa, o deputado ressalta apenas o papel da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Municípios Adjacentes. Depois de tramitar por algumas comissões, o projeto acabou arquivado, em 2003.

Cabe observar que Ernani Boldrim foi o Secretário de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Municípios Adjacentes, entre 1997 e 1998, função meramente política de interlocução entre os políticos da região e o governo fluminense. No governo de

2. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual n.º 21.352, de 22 de março de 1995.

3. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual n.º 21.471, de 6 de junho de 1995.

4. Coluna do Legislativo. **O Fluminense**, Niterói (RJ), ano 123, n.º 35.802, p. 3, 9 de maio de 2000.

Rosinha Garotinho (2003-2007), o órgão teve seu nome alterado para Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana,⁵ sendo extinta em seguida.

Em 9 de dezembro de 2000, na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ), em Duque de Caxias, sob a coordenação do Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica da Baixada Fluminense (PINBA) e do IPHAB, representado por Gênesis Torres, agentes culturais produziram a Carta Cultural da Baixada Fluminense, que define a região como sendo formada pelos municípios de Magé, Guapimirim, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri e Paracambi, bem como propõe a criação do Dia da Baixada, que seria comemorado no dia 30 de abril, data da inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil.⁶

O primeiro Dia da Baixada foi comemorado antes de ser oficializado pelo estado do Rio de Janeiro. A primeira comemoração ocorreu em Duque de Caxias, a 16 de maio de 2001, na Praça Governador Roberto Silveira, sendo organizada pela Secretaria Municipal de Cultura, com exposição de artesanato e apresentações de dança, teatro, poesia e música.⁷

No ano seguinte, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou o projeto de lei dos deputados Chico Alencar, Alessandro Calazans, Andreia Zito, Artur Messias, Dica, José Távora e Manuel Rosa (Neca), instituindo o Dia da Baixada Fluminense, a ser comemorado em 30 de abril.⁸

Na justificativa consta que a ideia surgiu no encontro na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, em Duque de Caxias. O projeto foi apresentado pelo Deputado Chico Alencar (do Rio de Janeiro) e logo subscrito pelos deputados com base eleitoral nos municípios de Duque de Caxias (Andreia Zito e Dica), Nilópolis (Alessandro Calazans e Neca), Mesquita (Arthur Messias) e Nova Iguaçu (José Távora).

Chama a atenção o fato da deputada Núbia Cozzolino (Magé) e do deputado Júnior do Posto (Guapimirim) não figurarem entre os subscritores do projeto. Provavelmente, porque não eram reconhecidos como deputados da Baixada. Curiosamente também, os deputados estaduais não se preocuparam em identificar os municípios que comporiam a Baixada Fluminense.

No primeiro ano em que se comemorou oficialmente o Dia da Baixada, Jabes Mocotó, secretário de desenvolvimento da Baixada Fluminense e vereador licenciado em São João de Meriti (2001-2004), descreveu a Baixada Fluminense como sendo uma “área de 2.796 km² e uma população estimada em 4 milhões de habitantes distribuídos em 11 cidades, além de mais três adjacentes”.⁹

Fica claro que, mesmo com a criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Municípios Adjacentes do Rio de Janeiro (1995) e a oficialização do Dia da Baixada (2002), a definição de Baixada Fluminense permaneceu subjetiva, moldada segundo o sujeito do discurso, variando, por exemplo, entre oito (Alexandre Cardoso), onze (Walter Prado) ou treze municípios (Gênesis Torres e Marcus Monteiro).

O município de Magé

Podemos perceber que, no início dos anos 1980, associava-se a Baixada Fluminense à região da Grande Iguaçu, que corresponde hoje aos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti. Então, como o município de Magé acabou inserido no grupo da Baixada?

5. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. artigo 1.º do Decreto n.º 34.698, de 30 de dezembro de 2003.

6. Carta Cultural da Baixada Fluminense. Disponível em: <https://pinba.files.wordpress.com/2014/10/carta-cultural-da-baixada-fluminense.pdf>. Acessado em: 20.07.2021.

7. Dia da Baixada será comemorado hoje. *O Fluminense*, Niterói (RJ), ano 124, n. 36.118, p. 5, 16 de maio de 2001.

8. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei Estadual n.º 3.822, de 2 de maio de 2002, artigo 1.º.

9. MOCOTÓ, Jabes. Repensar a Baixada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), ano 113, n. 6, p. A16, 14 de abril de 2003.

Em primeiro lugar, a disputa de poder na Baixada Fluminense, pautada na contravenção, nos grupos de extermínio e nas chacinhas, como descrita por Souza (1980) e Alves (2003), não guarda simetria com a trajetória do município de Magé.

Na década de 1940, a Grande Iguaçu viu surgir os municípios de Duque de Caxias (1943), São João de Meriti (1947) e Nilópolis (1947), consolidando o poder dos grupos políticos de Tenório Cavalcanti, de Getúlio de Moura e Abraão David. Já o município de Magé permaneceu com seus seis distritos reunidos, o que demonstra uma estabilidade política que não havia na região vizinha.

Na febre das emancipações dos anos 1990, a Grande Iguaçu sofreu novas divisões, dando origem a Belford Roxo (1990), Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999), o que permitiu a consolidação de novos grupos políticos que também recorriam à violência como estratégia de poder, bastando ver as acusações que pesavam sobre Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca, primeiro prefeito de Belford Roxo (1993-1995).

Nesse contexto, mas de modo diferente, o município de Magé viu seu 3º distrito ser emancipado, dando origem ao município de Guapimirim (1990), graças à articulação dos vereadores Nelson Costa Mello e Ailton Vivas, que ocupavam cadeiras na Câmara Municipal de Magé e tinham Guapimirim por base política. Não é à toa que Nelson Costa Mello foi eleito primeiro prefeito de Guapimirim (1993-1996), tendo Ailton Vivas como vice-prefeito.

Se Nelson Costa Mello (1948-2010) foi um político emergente na região, onde se estabeleceu como empresário e pautou sua ação política em práticas assistencialistas, a família de Ailton Vivas chegou em Guapimirim, no século XIX, sendo uma força política tradicional, tanto que Ailton será o segundo prefeito eleito da história de Guapimirim (1997-2000).

Assim, na segunda metade do século XX, o município de Magé era visto como participante do processo de expansão metropolitana (ao lado de Niterói, São Gonçalo, Maricá e Petrópolis), mas independente da Baixada Fluminense, caracterizada como uma região periférica ou suburbana do município do Rio de Janeiro.

Cabe recordar que o município de Magé não participou do processo de periferização da Baixada Fluminense estimulado pela ferrovia, pois a ligação ferroviária com o município do Rio de Janeiro somente ocorreu em 1926, quando a Leopoldina *Railway* inaugurou as estações de Bongaba (no cruzamento com a antiga Estrada de Ferro Mauá), de Suruí e de Magé, dentro do perímetro urbano dos respectivos distritos (RODRIGUEZ, 2004, p. 130).

A deficiência do transporte ferroviário, a precariedade da estrada de rodagem, a distância do centro do Rio de Janeiro, o alto preço do transporte rodoviário, as poucas linhas de transporte intermunicipal e o pequeno número de estabelecimentos comerciais, que atendiam aos núcleos fabris e a modesta população rural, não permitiram ao município de Magé adquirir a condição de cidade-dormitório (SOARES, 1962, p. 175-176), caracterização dos municípios da Baixada Fluminense nos anos de 1950 a 1990.

Há todo um esforço dos pesquisadores para justificar a presença do município de Magé no conceito contemporâneo de Baixada Fluminense, afinal, há um contraste cristalino entre Magé e Nova Iguaçu, Nilópolis ou São João de Meriti. Por exemplo, na obra organizada por Torres (2008), a história de Magé se resume ao Caminho de Inhomirim, a Estrada de Ferro Mauá e a Fazenda da Mandioca.

Nesse esforço, há autores que chegam a dizer que a Baixada seria composta pelos municípios da Grande Iguaçu e pelo distrito de Inhomirim, do município de Magé (SIMÕES, 2007, p. 22). De fato, o distrito de Inhomirim está na divisa entre os municípios de Magé e de Duque de Caxias, mas, só isso não é suficiente para justificar a inclusão da cidade no conceito de Baixada Fluminense. A parcela de solo efetivamente ocupada pela população entre os dois municípios corresponde a um pequeno trecho, onde ocorreu uma conurbação entre os bairros Parque Caçula (Magé) e Parada Angélica (Duque de Caxias).

Por estarem de fora do processo de conurbação, outros bairros de Inhomirim, a exemplo de Pau Grande e de Raiz da Serra, não poderiam ser considerados Baixada Fluminense e muito menos um município que tem 385 km² de área (em sua maioria à sombra da Serra do Mar). Além disso, a maior parte da divisa entre Magé e Duque de Caxias está dentro de duas unidades de conservação ambiental: o Refúgio de Vida Silvestre da Serra da Estrela (estadual) e a área de proteção ambiental (APA) do Rio Estrela (criada pelo município de Magé), que não possuem moradores em seus territórios.

O que está por trás da inclusão do município de Magé no conceito de Baixada Fluminense é a legitimação de um discurso político intervencionista que começou a ser forjado nas eleições de 2000, quando o prefeito José Camilo Zito, apontado como o novo “cacique” da Baixada, em uma estratégia de expansão de sua influência política, concorreu à reeleição em Duque de Caxias e lançou o irmão Waldir Zito para prefeito de Belford Roxo e a esposa Narriman Zito para prefeita de Magé.¹⁰

Justificando a candidatura de sua mulher à Prefeitura Municipal de Magé, José Camilo Zito afirmou que era reflexo do seu trabalho como prefeito de Duque de Caxias e que a vitória dela “poderá resultar numa fusão de interesses de dois municípios limítrofes, com problemas semelhantes”.¹¹

Sem tradição na cidade, a candidatura de Narriman Zito exigiu uma série de arranjos que, na verdade, representaram a “fusão de interesses” de seu marido e de lideranças políticas de Magé, que acabaram beneficiadas dentro da estrutura administrativa municipal. Em razão da condenação por improbidade administrativa em sua gestão, Narriman Zito ficou inelegível e foi impedida de concorrer nas eleições de 2010 e de 2012.¹²

As vitórias de Zito, Narriman e Waldir transformaram os municípios de Duque de Caxias, Magé e Belford Roxo no que a imprensa carioca apelidou de “Zitolândia”,¹³ o que, na prática, representou uma estratégia para viabilizar a candidatura de Zito ao governo fluminense.¹⁴

A intervenção política de José Camilo Zito começou antes mesmo da posse de sua esposa,¹⁵ tendo comparecido, inclusive, na Câmara Municipal de Magé e interferido na votação de projetos de iniciativa do governo municipal, recebendo o apoio de todos os vereadores presentes na sessão.¹⁶

A vitória expansionista da família Zito ficou marcada pela violência, típica em redutos da Baixada Fluminense, mas inédita no município de Magé, sendo executados o jornalista Mário de Almeida Coelho Filho (2001), o assessor parlamentar Marilton Raimundo dos Santos, do gabinete da deputada Núbia Cozzolino (2001),¹⁷ o vereador Alexandre Augusto Pereira de Alcântara, junto com a sua mãe e um assessor (2002),¹⁸ e a vice-prefeita Lídia Menezes, encontrada carbonizada dentro de um carro (2002).¹⁹

10. LUA, Daniele. Clãs da Baixada ampliam domínios. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), ano 109, n. 309, p. 5, 13 de fevereiro de 2000.

11. Zito admite prestígio de Garotinho. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro (RJ), ano 51, n. 12.269, p. 2, 24 de janeiro de 2000.

12. CARVALHO, Anderson. Mais de 30 podem ter o registro negado. *O Fluminense*, Niterói (RJ), ano 133, n. 38.973, p. 6, 13 de julho de 2010. Ex-gestores impedidos de concorrer. *O Fluminense*, Niterói (RJ), ano 133, n. 38.997, p. 6, 10 de agosto de 2010. TRE nega registro à ex-prefeita. *O Fluminense*, Niterói (RJ), ano 133, n. 39.004, p. 6, 18 de agosto de 2010. TER-RJ mantém decisão contra candidatura de Narriman Zito. *O Globo*, Rio de Janeiro (RJ), 20 de setembro de 2012. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2012/tre-rj-mantem-decisao-contracandidatura-de-narriman-zito-6152858>. Acesso em: 23 jul. 2021.

13. “Zitolândia” refaz mapa político do Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), ano 110, n. 207, p. 12, 1.º de novembro de 2000.

14. Zito quer levar seu modo de governar ao Palácio Guanabara. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro (RJ), ano 52, n. 15.822, p. 3, 12 de novembro de 2001.

15. Prefeito de Caxias pressiona os 19 vereadores de Magé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), ano 110, n. 263, p. 4, 27 de dezembro de 2000.

16. Zito comanda votação em Magé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), ano 110, n. 265, p. 5, 29 de dezembro de 2000.

17. ABSALÃO, Tomás. Deputada acusa Zito de matar 2 em Magé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), ano 111, n. 136, p. 7, 23 de agosto de 2001; BORGES, Fábio. Zito se defende das acusações de deputada. *O Fluminense*, Niterói (RJ), ano 124, n. 36.205, p. 7, 24 de agosto de 2001,

18. Vereador de Magé, mãe e motorista são executados. *O Fluminense*, Niterói (RJ), ano 124, n. 36.331, p. 6, 18 de janeiro de 2002; Vereador morre em emboscada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), ano 112, n. 284, p. 15, 18 de janeiro de 2002.

19. Vice-Prefeita de Magé é sepultada. *O Fluminense*, Niterói (RJ), ano 125, n. 36.447, p. 3, 4 de agosto de 2002.

Com a derrota da prefeita Narriman Zito nas eleições de 2004, o município de Magé procurou virar a página, aderindo ao CONLESTE – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense, com Niterói, Itaboraí, Maricá e Rio Bonito.²⁰ E, mais recentemente, foi incluído na Serra Verde Imperial, com os seus antigos territórios: Petrópolis, Teresópolis, Guapimirim e São João do Vale do Rio Preto.²¹

Considerações finais

Enquanto construção social, o conceito de Baixada Fluminense é polissêmico e está sujeito ao campo discursivo. Dito de outra forma, dependendo da imagem que se deseja dar à Baixada Fluminense, o conceito se altera, assim como se alterou ao longo da história o imaginário sobre a região.

O passado colonial açucareiro não é suficiente para caracterizar a Baixada Fluminense contemporânea, pois foi uma realidade comum de Nova Iguaçu até Niterói. Muito menos o fato da existência da Vila de Estrela (1846-1892), entre a Cidade de Magé e a Vila de Iguaçu. Por outro lado, a passagem do Brasil imperial para o republicano ficou marcada, na região da Baixada da Guanabara, por uma diversificação da produção agrícola extensiva, com a cultura da laranja em Nova Iguaçu e a da banana em Magé. Cabe observar que, enquanto Nova Iguaçu tornou-se centro-dormitório graças à ferrovia e aos loteamentos, Magé manteve-se como polo industrial, com uma modesta população rural.

A construção de um discurso político que legitimaria a intervenção do Rio de Janeiro na região da Guanabara, a partir de 1892, sofreu uma redução de escala, na segunda metade do século XX, substituindo a Baixada da Guanabara (de Nova Iguaçu até Niterói) pela Baixada Fluminense (a Grande Iguaçu ou Grande Rio).

O conceito de Baixada Fluminense surgiu, na década de 1970, associado à Grande Iguaçu, formada pelo município de Nova Iguaçu e seus antigos territórios (Duque de Caxias, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti). Dessa forma, o que une os municípios da Baixada Fluminense contemporânea é o município de Nova Iguaçu.

Integrante do processo de expansão metropolitana, o município de Magé faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro desde 1975, mas não possui vínculos suburbanos com o município do Rio de Janeiro, ao contrário de Duque de Caxias e São João de Meriti, que se reconhecem socioculturalmente como parte de um Grande Rio.

A inserção do município de Magé no conceito de Baixada Fluminense está relacionada à legitimação de um discurso intervencionista de grupos políticos da Baixada na cidade, seja pela atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Municípios Adjacentes, controlada por políticos da Grande Iguaçu (1995-2003), seja pelo governo de Narriman Zito (2001-2004), então esposa de José Camilo Zito, prefeito de Duque de Caxias. A candidatura de Jane Reis, irmã de Washington Reis, prefeito de Duque de Caxias, à Prefeitura Municipal de Magé, nas eleições de 2020, é um indicativo da persistência dessa estratégia política intervencionista.

Em que pese alguns meios de comunicação e pesquisadores continuarem insistindo em dizer que o município de Magé participa da Baixada Fluminense, a opção da cidade em integrar o CONLESTE sinaliza o seu realinhamento com o Leste Fluminense (2006), ao mesmo tempo em que a sua inserção na Serra Verde Imperial (2014) representa o reconhecimento oficial de sua condição de berço da colonização da região serrana.

20. MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Municipal n.º 1.798, de 20 de dezembro de 2006.

21. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei Estadual n.º 6.665, de 8 de janeiro de 2014, artigo 1.º.

A REVISTA PILARES DA HISTÓRIA E A PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LOCAL

Amália Dias.

Doutora em educação. Professora Adjunta de História da Educação da FEBF-UERJ.

Emilly de Paiva Santos.

Graduanda em Pedagogia na FEBF-UERJ.

Introdução

Pesquisas sobre a história da educação vêm ganhando espaço na historiografia da Baixada Fluminense ao longo das últimas décadas. Uma temática outrora pouco vislumbrada, hoje tem se tornado objeto de estudos e investigações de pedagogos, historiadores e outros profissionais, principalmente da área de educação.

Dentro dos marcos da escrita acadêmica, a tese de doutorado de Ana Chrystina Mignot (2002), acerca de Armanda Álvaro Alberto e da Escola Regional de Meriti (fundada em 1921), inaugurou uma tradição de estudos em cursos de pós-graduação sobre instituições escolares da região. A relevância do estudo sobre a Escola Regional justificava-se por ser uma experiência educativa alimentada pelos ideais do movimento escolanovista no Brasil. De fato, a historiografia da educação, na década de 1990, efetuava revisões nos modos de compreensão do legado da escola nova no Brasil (MIGNOT, 2002, p. 21-22). Ainda que a tese de Ana Mignot não tivesse como centralidade a pesquisa sobre a Baixada Fluminense, o estudo de uma instituição escolar em Meriti inscreveu a região nos debates sobre história da educação. E por ter sido uma experiência histórica de relevância nacional na década de 1930, o tema ainda é o que recebeu mais estudos em história da educação da Baixada (ALVARENGA, 2015; FRESCURATO, 2017; MORAES, 2007; SANTOS, 2008; SILVA, 2008; PLESSIM, 2017).

Desde então, novos temas, fontes e perspectivas de análise permearam o desenvolvimento do campo da história da educação, o que foi acompanhado por estudos de história da educação da Baixada que elegeram outras regiões, temporalidades e objetos de análise, como os processos de escolarização ao longo do século XIX e XX, os estudos sobre história da profissão docente, escolas primárias e outras instituições escolares, ação do poder público municipal e de movimentos sociais, entre outros temas. Tal fortuna crítica tem sido produzida atrelada a projetos de pesquisa de instituições de ensino superior, nas orientações de trabalhos de fim de curso, em dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação.

O objetivo deste trabalho é investigar se essa produção acadêmica se fez presente em um importante periódico da Baixada Fluminense, a *Revista Pilares da História*, pertencente ao Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (IHCMDC). Procura-se, desta forma, propor uma identificação desse eixo temático na Baixada Fluminense, mas especificamente na cidade de Duque de Caxias, visto a existência da revista como um periódico destinado à publicação de pesquisas sobre história da Baixada Fluminense. A revista tem proporcionado e permitido, além da divulgação de artigos com temáticas como a história, patrimônios culturais e culturas afro-brasileiras na Baixada Fluminense, a oportunidade de alunos e professores universitários ganharem espaço na produção de suas pesquisas, possibilitando-os a divulgação de seus artigos.

Procuramos identificar as produções de artigos cujas temáticas digam respeito à História da Educação na *Revista Pilares da História*, para isso foi realizado um levantamento a partir dos

sumários das edições da revista. Para situar o contexto social de produção do referido periódico, recorreremos aos estudos sobre a historiografia da Baixada Fluminense a partir de levantamento bibliográfico.

Projetos políticos e escritas da história na Baixada Fluminense

O objeto de pesquisa foi pensado a partir da necessidade de fazer um balanço acerca dos estudos de história da educação da Baixada. Sobre a emergência de uma história acadêmica da Baixada Fluminense, Álvaro Nascimento e Nielson Bezerra situam a década de 1990 como marco de “nova tradição historiográfica da Baixada Fluminense”, a partir da emergência de teses e dissertações e também sustentado pelo movimento de criação de centros de documentação (NASCIMENTO; BEZERRA, 2019, p. 10).

Ao examinar os projetos políticos de escritas da história da Baixada Fluminense, Eliana Silva (2021) demonstra a importância do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque Caxias (IHCMDC) como uma agência que foi mobilizada e mobilizadora de projetos políticos e historiográficos sobre a cidade e a Baixada Fluminense. O IH CMDC “cumprir um papel no desenvolvimento da escrita sobre a história local e regional na cidade” e dá suporte aos projetos políticos de escrita de diferentes regimes historiográficos sobre a região, promovendo “um encontro entre diferentes propostas de leituras sobre a cidade e os modos de escrita” (SILVA, 2021, p. 19).

O IHCMDC foi criado em 1971, no governo do interventor Francisco Estácio em um contexto de ditadura Militar e “durante muito tempo, possuiu, nos seus quadros efetivos, funcionários ligados diretamente aos cargos políticos” (SILVA, 2021, p. 19). Foi criado dentro do espaço da câmara municipal com o nome “Instituto Histórico Duque de Caxias” (SILVA, 2021, p. 46). Eliana Laurentino Silva analisa como os jornais locais divulgaram com entusiasmo a inauguração da instituição e como o contexto da ditadura militar permeou os usos do IHCMDC na década de 1970.

O IHCMDC foi criado quando o município de Duque de Caxias era Área de Segurança Nacional e, portanto, o poder executivo era ocupado por interventores. Nesses primeiros tempos, o instituto serviu a um projeto de valorização do exército (logo, dos governos militares), ao que muito serviu o nome do município. Inaugurado em 1973, um dos objetivos da criação deste espaço estava inserido dentro de “projetos políticos de Duque de Caxias de solidificar uma imagem pacífica para estabelecer diálogos com os interventores na cidade” (SILVA, 2021, p. 33). As primeiras atividades do instituto estavam em consonância com a valorização do regime militar e de seus heróis:

O uso desse passado e a figura do patrono, no contexto político do período, foram convenientes, considerando o significado do Duque de Caxias para o Exército brasileiro. Assim, o reconhecimento e a valorização do vínculo desse personagem com a cidade foram constantes e ocuparam muitas páginas dos jornais locais, como indicam as comemorações e homenagens. O movimento de construção dessa memória era consolidado com medalhas, com acervo e em diálogo com os festejos realizados em âmbito nacional, como o Sesquicentenário da Independência do Brasil (SILVA, 2021, p. 47).

A imagem pacífica e ordeira que se buscava promover era um contraponto aos combativos movimentos operários e camponeses da região, e, também, buscava rever a repercussão que havia ocorrido por ocasião dos saques que ocorreram na cidade em 1962.

Foi na década de 1980 que o Instituto recebeu o nome do vereador falecido: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e atualmente é mencionado como Instituto

Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias ou apenas como Instituto Histórico (SILVA, 2021, p. 49).

Outro momento importante da história do instituto foi iniciado a partir dos anos 2000, com a organização da ASAMIH (Associação dos Amigos do Instituto Histórico) e a ressignificação do instituto por grupos intelectuais comprometidos com outros projetos políticos e historiográficos. Uma denúncia de que parte do acervo da instituição estava sendo descartada serviu de incentivo para reunir professores, pesquisadores e militantes da cidade em defesa da preservação do mesmo. Setores que já estavam organizados a partir da atuação na Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC), da Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio), do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPABH), dentre outros, investiram na criação da ASAMIH em 2001. Com 115 membros fundadores, a Associação teve estatutos aprovados em 2005, mas as iniciativas pela defesa do instituto e pela afirmação de um campo de pesquisa sobre a história da Baixada Fluminense podiam já ser observadas na criação da *Revista Pilares da História*, lançada em 2002:

A Revista Pilares da História foi significativa para a divulgação das publicações de pesquisas realizadas pelos membros da ASAMIH, além de fortalecer o direcionamento de institucionalização do ensino da história local nas faculdades da cidade de Duque de Caxias. Assim, do mesmo modo que as pesquisas possuíam um espaço de divulgação, elas também legitimam a importância de uma revista especializada e valorizam o espaço de produção, o Instituto Histórico (SILVA, 2021, p. 181).

É importante caracterizar o escopo da revista, sua organização interna e periodicidade:

A revista é composta por uma média de 5 a 8 artigos por edição, e desde a 4ª edição também apresenta entre 2 a 3 textos de estudantes de graduação, na seção Visões Universitárias. Além das produções existem três seções sobre diferentes formas de documentação, são: Seção Transcrição, com a transcrição de documentos do acervo, normalmente, do IHDC; Seção Memória Viva, com entrevistas, que contemplam o acervo de História Oral do instituto; e a Seção Iconografia, que ‘objetiva divulgar os documentos iconográficos que integram o acervo do Instituto Histórico e das demais instituições que abrigam esse tipo de documentação’ (DIAS, SILVA, 2017, pp. 66-67).

Cabe ressaltar que em todas as 23 edições publicadas existe um espaço designado a uma apresentação assinada pelo presidente da câmara municipal de Duque de Caxias “quase sempre com uma página de texto fazendo uma abertura sobre a edição ou falando sobre a importância da história e do instituto” (DIAS, SILVA, 2017, p. 67).

Em um período de seis anos, isto é, de 2002 a 2008, houve um total de oito números de revistas publicadas, na qual a proposta de lançamentos trimestrais, como dito anteriormente, ocorreu apenas nas primeiras edições, sendo lançadas, no ano de 2002, revistas nos meses de outubro, novembro e dezembro e, no ano seguinte sendo lançadas em maio e dezembro de 2003. Nos anos de 2004 a 2008 apenas uma edição por ano foi publicada (SILVA, 2021, p. 199).

De acordo com Silva:

A revista conta com uma média de 1.000 tiragens por edição, distribuída gratuitamente pelo Instituto Histórico. Atualmente, está incluída na área de avaliação Qualis em História, com classificação B5, e contém artigos de autores de diferentes instituições, o que solidifica sua proposta inicial de apresentar um formato “acadêmico” aos conteúdos de História Regional e Local. A revista reflete os diálogos entre os membros do encontro geracional e o interesse de harmonizar as formas de escrita sobre a Baixada Fluminense, ao direcionar as produções para um perfil mais profissional (SILVA, 2021, p. 199).

Eliana Silva reconheceu na organização da ASAMIH e na organização da revista um “encontro geracional” de defensores da história da Baixada que tinham diversas concepções sobre história, memória e divulgação acadêmica. Disso decorre a presença de “formatos híbridos de escrita” (SILVA, 2021, p. 183) sobre história local e regional na *Pilares da História*. Na análise do conteúdo da revista, encontram-se diferentes usos do “local”, seja por sua própria importância enquanto tema de interesse da população local, seja para usar o estudo do local com contraponto a generalizações ou confirmações da história nacional (SILVA, 2021, p. 215). Mas, a partir dessa pluralidade, esses autores convergem na afirmação das possibilidades de pesquisa, ensino e adoção de políticas de patrimonialização da Baixada Fluminense como tema e concorrem, também, para a legitimação do Instituto Histórico e da produção social do conhecimento sobre a história da Baixada.

Enquanto movimento político, parte de agentes engajados na ASAMIH que também atuavam na FEUDUC buscaram na formação em pós-graduação desenvolver pesquisas sobre a história da Baixada, de modo a combater um diagnóstico de “invisibilidade” da importância da região. Na medida em que os municípios da Baixada passaram a ser alvo de estudos fisiográficos de geógrafos, de estudos estatísticos de agências como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, principalmente a partir da década de 1970, de pesquisas de urbanistas e engenheiros, foi sendo demarcada a condição de *periferia* da região. Condição, contudo, relacionada à vizinhança com a cidade do Rio de Janeiro, o que se tornou mais refletido a partir da fusão do estado da Guanabara e a identificação do entorno da Baía de Guanabara como área metropolitana do centro carioca. Nesse processo se buscou delimitar definições e conceitos do que era a Baixada Fluminense, com forte conotação do eixo de relação centro-periferia (SOUZA, 2014).

O movimento político era, portanto, também, um projeto de pesquisa e ensino, um movimento historiográfico: “A relação entre o poder e a História é um horizonte inevitável para acompanhar as atuações e as articulações nos projetos de pesquisas na cidade” (SILVA, 2021, p. 73). Entre “tensões e negociações”, os pesquisadores oriundos da pós-graduação mantiveram a tradição de escrita anterior a importância dos marcos geográficos e das intervenções para transporte, deslocamento de mercadorias e pessoas desde o período colonial, assim como a importância das rotas fluviais, dos impactos da criação da ferrovia e das intervenções de saneamento e urbanização até o século XX.

A mobilização pelo desenvolvimento de estudos históricos sobre a Baixada, a divulgação dessa produção e o ensino de história local também foram nutridas nas últimas décadas pela emergência de políticas nacionais e estaduais que redefiniam e ampliavam o conceito de patrimônio. Esse movimento afetava e era mobilizado não apenas na Baixada, mas é reconhecido como uma motivação presente nos regimes de historicidade contemporâneos (SILVA, 2021). A partir das entrevistas realizadas e da bibliografia pertinente, Eliana Silva ressalta com as práticas de monumentalização de espaços e locais da Baixada, a criação de museus e organização de exposições eram parte desse movimento pela defesa do ensino da história local. Carlos Campos, em dissertação sobre espaços museais na Baixada, inventariou cerca de 20 instituições criadas nas últimas duas décadas e contextualiza esse aparecimento com a discussão nacional e internacional sobre a ampliação do conceito de museus (CAMPOS, 2021). Essa ampliação procurou patrimonializar a cultura e o legado de populações e regiões que antes eram invisibilidades, o que foi muito oportuno para o que se buscava na Baixada.

O IHCMDC e a *Revista Pilares da História* foram agentes importantes desse processo posto que “a materialização de uma revista especializada, com o reconhecimento do poder público, é parte de muitos usos do passado realizados pelos agentes em um grande movimento ‘da invencionática’ do Lugar” (SILVA, 2021, p. 181). Dada a relevância da *Pilares da História* como catalisadora da produção acadêmica sobre a história da Baixada, é importante investigar

como o tema da história da educação local comparece nas edições da revista e o que permite conhecer da participação da educação na historiografia local.

Desse modo, o presente trabalho tem por finalidade tornar conhecido, por meio da identificação de artigos sobre história da educação, os estudos acerca desse eixo temático, e verificar, através desse levantamento, a significativa relevância da revista como meio propagador e incentivador de pesquisas locais.

Estudos de História da Educação Local

Ainda que seja uma pesquisa em andamento, é possível tecer alguns apontamentos a partir dos levantamentos de dados realizados e no diálogo com a bibliografia pertinente. Sobre a produção social do conhecimento, há confluências entre a historiografia sobre a Baixada e as pesquisas sobre história da educação local.

Ao inventariar a produção de uma bibliografia e de uma “história fluminense” (historiografia sobre o estado do Rio de Janeiro), Paulo Knauss afirma que essa historiografia “ainda se constitui como um desafio dos nossos dias” (KNAUSS, 2019, p. 19) e que “não se pode falar de uma tradição historiográfica regional fluminense” (KNAUSS, 2019, p. 23). Isto porque a história do Rio de Janeiro confunde as fronteiras entre a cidade e o estado e possui “uma construção geopolítica particular que não se caracteriza pela unidade ou pela linearidade contínua” (KNAUSS, 2019, p. 19). É um território que possui uma trajetória administrativa peculiar, por sua importância política como centro de decisões que repercutiam para além de seus imprecisos limites geográficos, desde os tempos coloniais e mesmo ao longo do século XX (KNAUSS, 2019, p. 20). Por muitas vezes, temáticas nacionais que tiveram como cenário o Rio de Janeiro foram priorizadas, ficando invisibilizados assuntos de fato “fluminenses”.

O mesmo pode ser observado quando procuramos conhecer uma história da educação fluminense. Ainda são recentes os estudos que desviem o foco da cidade do Rio de Janeiro em seus períodos de centralidade na história política nacional e que se debrucem sobre a ação das agências estaduais de governo:

Porém, ainda que o território da cidade do Rio de Janeiro constitua cenário, fonte e objeto de uma já consolidada historiografia da educação, ainda é pouco explorada a História da Educação de outras regiões do estado do Rio de Janeiro, assim como pouco se conhece da atuação em matéria educacional das agências do governo estadual e das ações de prefeituras e câmaras municipais (DIAS, XAVIER, SOARES, 2019, p. 4).

Por isso é importante dar visibilidade para a história da educação da Baixada e sua contribuição para a constituição de uma história da educação fluminense, posto que houve um expressivo crescimento da área desde a década de 1990.

No estudo realizado em catálogo de referências bibliográficas publicado pelo Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro, Paulo Knauss observa que Duque de Caxias está entre os 10 municípios com maior listagem de obras (2019, p. 29), estando, assim, entre os municípios em que “se consolidou uma tradição historiográfica local” (KNAUSS, 2019, p. 30). Por isso é relevante o estudo do conhecimento acadêmico divulgado pela *Revista Pilares da História*.

O levantamento de dados foi realizado de acordo com a seguinte metodologia: uma consulta a todas as edições já publicadas da *Revista Pilares da História*, que teve sua primeira publicação em 2002 (de outubro a dezembro) e a última em 2019 (dezembro). Um total de 23 edições, contando as especiais, estão disponíveis para consulta no site da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Foi por meio desta consulta que se tornou possível a averiguação, a análise dos sumários de todas as edições.

Para uma melhor organização, o levantamento aconteceu com uma separação de todos os títulos que poderiam ser sobre história da educação/história da educação local, sendo divididos em “possíveis temas” para aqueles que ainda não tínhamos certeza e para aqueles que estivessem “claro” não era colocado nenhuma marca de identificação (como o “possíveis temas”, por exemplo). Por meio da leitura, era confirmado se os determinados trabalhos tinham como foco o eixo história da educação. Fizemos uma sistematização dos dados levantados.

Além disso, os títulos das obras foram divididos de acordo com o ano, o mês e o número do periódico publicado, bem como um destaque sinalizando os trabalhos publicados na seção “Visões Universitárias”, uma vez que esta seção possui significativa relevância ao tornar notório o quantitativo de artigos com tal temática publicados por estudantes, mesmo que no final deste processo o número de trabalhos contendo o eixo estudado fosse totalizado de uma maneira geral. Notou-se que de 2002, ano em que teve início a revista, ao ano de 2004, não foi contabilizado nenhum trabalho sobre história da educação, iniciando assim, de fato, as produções no ano de 2005. A partir de 2016 houve um aumento de publicações e maior periodicidade.

O levantamento realizado ainda deve ser submetido a uma revisão, porque a identidade de autores, títulos e temas pode ser modificada à medida que também ampliamos nosso conhecimento sobre o campo. Ainda assim, é curioso notar que, até agora, o primeiro artigo que identificamos é de autoria de Fatima David, na edição de Maio/2005 (*Revista Pilares da História*– Ano III – nº 05). O artigo intitulado “Entre arquivos e memórias: experiências de vida e formação de professoras no município de Duque de Caxias (1997 - 2002)” era situado em nota de rodapé como uma divulgação da dissertação em história da educação defendida em 2004 (DAVID, 2004) e orientada pela professora Ana Mignot.

Temos assim o indício do impulso sobre o estudo de história da educação a partir da tese de Ana Mignot, que era docente na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ-Duque de Caxias). Nos anos seguintes a professora Fatima David foi uma militante pela criação do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias (CEPEMHED) e participou da direção executiva do Centro. Em geral, nas memórias sobre o movimento de criação do Centro de Memórias da Educação, é lembrado que o mesmo foi criado a partir de denúncias de descarte do acervo da Escola Regional de Meriti. Ou seja, assim como aconteceu uma mobilização pela preservação do acervo do Instituto Histórico com a criação da ASAMIH, a criação do CEPEMHED também mobilizou defensores da história local. Outro ponto em comum para a emergência de uma história local da educação como campo de pesquisa e ensino na Baixada são os esforços em adotar políticas de patrimonialização. Desde 2015, foi intenso o movimento no município pelo tombamento da Escola Regional de Meriti. Essas identificações e proximidades revelam como a educação é uma das temáticas que compõem a historiografia da Baixada, sendo uma especialidade não apartada dos movimentos que caracterizam essa historiografia.

Outro achado em comum com a análise de Eliana Silva sobre a *Revista Pilares da História* ser um local de confluência de diferentes concepções sobre escrita da história é que no mesmo número em que foi publicado o artigo de Fatima David, decorrente de pesquisa acadêmica, foi publicado um artigo de Stélio José da Silva Lacerda intitulado “Em março de 1963, um dia na campanha eleitoral da União Caxiense de Estudantes (Reminiscências)”. Como é explicado pelo autor em nota de rodapé, o texto apresenta “reminiscência de meus anos de juventude, quando participei do movimento estudantil. Mesmo decorridos 42 anos daquele renhido pleito, procurei reconstituir um dia de campanha, sob o prisma da chapa oposicionista” (LACERDA,

2005, p. 29). O autor informa que “Personagens e instituições são verdadeiros tentei ser o mais fiel possível aos acontecimentos, ajudado por pesquisa de apoio que empreendi” e reconhece seu saudosismo: “Ao escrever o primeiro parágrafo senti enorme saudade da Praça Roberto Silveira, aquela dos anos 1960, bem diferente da atual. Mudou para pior, perdeu seu bucolismo, a inocência de jovens que por ali ficavam, em ruidosas conversas e namoros de banco de praça” (LACERDA, 2005, p. 29).

Portanto, na busca por publicações acerca da história local da educação na *Revista Pilares da História*, encontramos um número que atesta o “encontro geracional” entre autores e modos de produzir a historiografia da Baixada identificados por Eliana Silva como característicos desse movimento. Ambos autores possuíam formação acadêmica e ocupavam ou haviam exercido funções profissionais e cargos políticos importantes em Duque de Caxias. Stélio Lacerda se apresentava na referida publicação como:

Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Ex-Oficial de Gabinete do primeiro governo do Prefeito Moacyr Rodrigues do Carmo. Ex-Diretor do Departamento de Educação e Cultura/PMDC, do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e da Escola Municipal Marechal Mallet. Ex-Secretário Municipal de Cultura/PMDC (LACERDA, 2005, p. 29).

A professora Fatima David se apresentava como:

Diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação/Núcleo Duque de Caxias, Professora da Rede Pública Estadual no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, Orientadora Pedagógica da Rede Pública Municipal de Ensino lotada na Escola Municipal Dr. Ely Combat (em licença sindical desde fevereiro de 2005), Professora da UNIGRANRIO e da Faculdade Silva Serpa (DAVID, 2005, p. 69).

Contudo, ainda que os autores tivessem formação acadêmica e ocupassem cargos públicos importantes, abordavam a história da educação por caminhos distintos, ambos legítimos e confluentes na defesa do direito à história da Baixada.

Na continuidade da análise dos números da revista, notamos que a imensa maioria dos artigos identificados sobre história da educação são divulgações de pesquisas acadêmicas, o que confirma um dos compromissos editoriais e políticos da *Revista Pilares da História*, conforme analisado por Eliana Silva (2021).

Quando o assunto é história da educação local, o tema da Escola Regional de Meriti também é o mais frequente da *Revista Pilares da História*, o que reflete a produção do campo. Outros estudos publicados no mesmo período versam acerca de outras instituições educativas da região, formais e não formais, e destinadas a distintos públicos e projetos educativos.

Com o levantamento realizado nas revistas, notou-se que o ano de 2019, ano este em que foi publicada, até então, a última edição da revista, houve uma significativa quantidade de trabalhos envolvendo a temática história da educação, isso, se contarmos desde a primeira edição, publicada em 2002. Em dezembro deste mesmo ano (2019), aproximadamente seis artigos, contando com a seção “Visões Universitárias”, foram publicados e, na edição de outubro, um quantitativo de três artigos, também contando com a seção “Visões Universitárias”, totalizando assim, no ano de 2019, cerca de 10 artigos com tal temática. A maior ocorrência de títulos de história da educação nos últimos cinco anos está em consonância com o crescimento de produções de dissertações e teses sobre história da educação.

Eliana Silva destaca a função da seção “Visões Universitárias” como destinada a divulgação de pesquisas sobre Baixada orientadas em instituições do município. Observamos a continuidade

dessa característica para os trabalhos publicados sobre história da educação, porque muitos autores são estudantes ou egressos de faculdades da região.

Sendo assim, é possível observar que tal temática tem se tornado cada vez mais visada, tornando-se assim foco de pesquisas de muitos professores e alunos e, o que confirma isso, é o número de trabalhos contidos na *Revista Pilares da História* no seu último ano de publicação (2019). Deste modo, mais do que nunca, torna-se notório que o periódico, desde sua fundação, tem funcionado como meio divulgador e, pode-se assim dizer, incentivador de obras cujos títulos, noutro tempo, eram pouco vistos, a exemplo disso, títulos que abarquem a história da educação e, sobretudo, história da educação local.

“A NÓS, A CERTEZA DO DEVER CUMPRIDO”: NARRATIVA E MEMÓRIA NA IMPRENSA IGUAÇUANA (NOVA IGUAÇU, 1950-1970)

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre.

Doutora em História. Professora Substituta do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Cabedelo.

Fôrça Propulsora

Silvino Silveira

[...] Conhecemos a nossa responsabilidade na defesa das boas causas. Jamais descuraremos, entre outros dos problemas atinentes à educação, à produção e aos transportes. Confiamos ao lado de Avelino e Luiz de Azeredo, na severa coragem dos que sabem que o ardor da vontade humana, fortemente distendido pelo ideal, é o mais formidável potencial que se conhece. (CORREIO DA LAVOURA, 27 de mar.1960, ed. 2.245, p. 1)

Uma batalha que dura oito anos!

Dionísio Bassi

Durante êsses 418 jornais que foram colocados na banca, observei que, numa simbiose artística com o meio iguaçuano, o CORREIO DA SEMANA, antigo <<Correio de Maxambomba>>, se desprende daquele que o fundou, ganhou características da equipe, que por sua vez reflete o meio, e se enquadrou dentro do patrimônio cultural de Nova Iguaçu. (CORREIO DA SEMANA, 18 de dez. 1963, ed. 418, p. 3)

Dois anos de Gratidão

Valcir Almeida

[...] Não podíamos ver apenas, nos órgãos de comunicação, notícias negativas sobre uma terra que ajuda o Brasil a crescer, que tem seus produtos consumidos em todo o país e no exterior, que tem filhos em posição de destaque na vida nacional e que tem um empresariado adulto, em todos os setores e vida. A NÓS, A CERTEZA do dever cumprido e, a vocês, do industrial famoso e do homem público ao leitor anônimo, ao jornalista, aos homes da publicidade e da redação, **nossa gratidão**. (JORNAL DE HOJE, 13 a 16/10/1973, ed. 144, p.1)

Introdução

Por dez anos tenho investigado homens que fizeram da imprensa também sua história de vida, por este motivo, impressos produzidos por sujeitos como Silvino de Azeredo²², Dionísio Bassi²³ e Valcir Almeida²⁴ corroboram com a necessidade de se reconhecer o lugar ocupado por essas personagens e seus escritos. Detentores da palavra na cidade, diversos fatos circunscritos a eles e a seus núcleos familiares ainda precisam ser explorados, dado o inexpressivo número de estudos sobre a imprensa iguaçuana. O quantitativo de logradouros, escolas e prédios públicos situados em Nova Iguaçu vinculados a essas figuras do jornalismo corroboram que estar a serviço

22. Proprietário do *Correio da Lavoura* (doravante CL) semanário fundado em 22 de março de 1917 no distrito-sede de Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense. Sendo o jornal mais antigo da região, o CL segue circulando sob a direção de Vinicius de Azeredo, bisneto do patriarca fundador.

23. Diretor e proprietário do *Correio de Maxambomba* (doravante CM), posteriormente *Correio da Semana* (doravante CS), semanário fundado em 18 de dezembro de 1955 no distrito-sede de Nova Iguaçu. Circulou entre as décadas de 1950 e 1970, quando tornou-se *Correio Diário* (doravante CD) em 1971.

24. Fundador do *Jornal de Hoje* (doravante JH), diário estabelecido no município de Nova Iguaçu em 02 de outubro de 1971. Ainda em circulação, atualmente é dirigido por seu filho Walceyr A. Almeida.

de grupos possuidores do capital político e econômico iguaçuano concedeu aos seus dirigentes um passaporte definitivo para a história local.

Neste sentido, entendo que o presente artigo tenha por objetivo analisar o papel memorialístico desempenhado pela imprensa iguaçuana na escrita da sua história. Por décadas, e até séculos, o “quarto poder” foi o único registro produzido por indivíduos e grupos acerca de um cotidiano desconhecido por aqueles que estudam a história da Região Metropolitana e do estado do Rio de Janeiro. Dito isto, o capítulo se dividirá em duas partes, a primeira, situando a historicidade dos jornais *Correio da Lavoura*,²⁵ *Correio de Maxambomba*²⁶ e *Jornal de Hoje*²⁷ com base na trajetória de seus fundadores supracitados; a segunda, tratando da relação entre história e memória a partir dos sentidos atribuídos ao cotidiano e das transformações em curso na cidade entre os anos 1950 e 1970, visto que “a representação mascara ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente” (CHARTIER, 1991, p. 185).

Silvino de Azeredo: em defesa da lavoura, instrução e higiene²⁸

Pesquisas²⁹ indicam que a família detentora do *Correio da Lavoura* provém de um passado escravista e de que seu fundador, Silvino Hypólito de Azeredo Coutinho³⁰, nasceu da relação entre um possível proprietário de terras e uma mulher escravizada na velha Iguazu do século XIX³¹. De acordo com Álvaro Pereira do Nascimento (2013), este homem de cor exemplifica a ascensão social de negros em Iguazu, dada a distinção conseguida por ele e seus descendentes no jornal instituído durante o pós-abolição.

Nos últimos anos, investigações no campo da História da Educação também revelaram que, desde a juventude, Silvino de Azeredo teceu uma extensa rede de possibilidades, haja vista sua passagem por distintas instituições de ensino. “De 1880 a 1882, deixando Paty do Alferes, em demanda do Rio de Janeiro, matriculou-se no Externato Jasper [...] De 1882 a 1884 foi aluno do reputado Collegio Aquino” (CORREIO DA LAVOURA, 17 jun. 1920, ed. 170, p. 1)”. Antes mesmo de concluir a respectiva formação, Silvino Azeredo ingressou na Escola Politécnica, no ano de 1887. Na mesma época, lecionou matemática no Liceu Literário Português e foi revisor do jornal *Diario do Brazil*³².

Segundo Amália Dias (2012; 2014), a múltipla formação recebida pelo jornalista fez com que ele estabelecesse vínculos com personalidades influentes, dentre as quais figura José do Patrocínio. Até a fundação do semanário em 1917, Silvino de Azeredo passou pelo magistério, comércio e funcionalismo público, isto fez com que o personagem adquirisse a experiência necessária para empreender na imprensa. Nas notas biográficas do *Correio da Lavoura*, lê-se que “[c]om a saúde combalida, pelo excesso de trabalho, regressou a Paty do Alferes [e a] 22 de

25. As cinco primeiras décadas do jornal podem ser consultadas no Repositório Institucional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (RIMA). As publicações feitas na segunda metade do século XX devem ser pesquisadas no Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) no Instituto Multidisciplinar da supracitada instituição.

26. Está disponível para consulta presencial no acervo de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

27. O acervo físico do jornal encontra-se em sua sede em Nova Iguaçu e pode ser consultado a partir de agendamento prévio.

28. Bandeira do semanário fundado por Silvino de Azeredo, os três conceitos embasaram a formação do distrito-sede iguaçuano na primeira metade do século XX. A elite formada a partir da citricultura conseguiu subvenções para que escolas rurais e obras de saneamento consolidassem o município enquanto exemplo de progresso e modernidade através da agricultura.

29. SILVA, Vladir de Paula. **Aos mãos negras que escreveram um jornal: o caso de Silvino de Azeredo a partir do jornal Correio da Lavoura.** (Nova Iguaçu, 1917-1939) 2019. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019.

30. Filho de Cândido Almeida de Azeredo Coutinho e Teresa Joaquina da Conceição Coutinho, o patriarca da família Azeredo nasceu em 17 de junho de 1859. Com uma longa existência, faleceu em setembro de 1939 aos 80 anos.

31. Os Azeredo Coutinho eram uma família influente na região do Vale do Paraíba no século XIX, contudo ainda não se encontrou dados que liguem o pai de Silvino Azeredo, Candido Azeredo Coutinho, à genealogia deste importante clã oitocentista. Estas e outras informações deverão ser aprofundadas em futuras pesquisas.

32. De acordo com Lusirene Celestino França Ferreira (2010), o periódico fundado pelo deputado Antônio Alves de Sousa Carvalho era conservador, anti-abolicionista e dialogava com os interesses de proprietários de terra.

junho de 1889 contraiu nupcias com a exma. sra. Avelina Martins de Azeredo³³, com quem teve dezesseis filhos, dos quais dois, Abel Martins de Azeredo e José Maria Martins de Azeredo, faleceram ainda crianças. Ao constituir uma sólida trajetória profissional e pessoal, Silvino de Azeredo escreveu seu nome e de seu clã na história local.

Em defesa da lavoura, da instrução e do saneamento, o letrado fez do semanário uma plataforma para que lideranças políticas defendessem seus interesses ligados à citricultura, principal atividade econômica do município de Nova Iguaçu na primeira metade do século XX. Mesmo sem estudos específicos sobre a história econômica desta região, dados veiculados sobre o auge e a decadência da produção cítrica no distrito sede iguaçuano nos anos 1940 (RODRIGUES, 2006) evidenciam o papel desempenhado por esse núcleo familiar negro, que fez do jornal um lugar de preservação da memória citricultora. A descendência dos Azeredo deu prosseguimento ao legado de parcimônia, austeridade e tradição constituído ao redor do patriarca, por isso educação e funcionalismo público também constituíram o arcabouço de sucesso deste clã.

A permanência dos filhos de Silvino de Azeredo no serviço público é decorrente de uma conjuntura caracterizada por intensas mudanças, sobretudo nas questões que tangem o trabalho no Brasil. De acordo com Angela de Castro Gomes (1999, p. 55), os anos 1930 estabeleceram novas relações entre trabalho, riqueza e cidadania. A partir deste momento, a historiadora identifica uma “ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e na instituição da Justiça do Trabalho”. O Estado pós-1937 estava pautado na “política de amparo ao homem brasileiro, o que significava basicamente o reconhecimento de que a civilização e o progresso eram um produto do trabalho” (*Ibidem*, p. 57).

Após a morte do pai, Avelino Martins de Azeredo³⁴, permaneceu gerenciando as contas do jornal, enquanto Luiz Martins de Azeredo³⁵ se tornou redator alguns anos depois. Anúncios provenientes do comércio local e do poder público fizeram com que o *Correio da Lavoura* seguisse sendo a voz oficial do município, mesmo sem investimentos em novidades editoriais e gráficas. Mesmo não existindo um estudo específico sobre a descendência que dominaria a difusão dos principais acontecimentos iguaçuanos, fica evidente a existência de um projeto editorial e de vida assumido por Luiz de Azeredo em favor da manutenção do semanário, especialmente em momentos de “crise” como o descrito a seguir.

A decadência da citricultura, o surgimento de movimentos emancipatórios, a expansão dos loteamentos e disputas eleitorais nesta região entre os anos 1950 e 1960, colocaram em xeque o lugar social de lideranças, por isso o jornalista usou novamente da palavra para que a rede social em torno do jornal permanecesse dominante economicamente e a receita do semanário não fosse reduzida. Com matérias e colunas³⁶, Luiz Azeredo escreveu sobre a reconfiguração territorial e política supracitada a fim de que a referencialidade forjada pelo jornal da família não se perdesse em meio a discursos impostos por semanários concorrentes como o *Correio de Maxambomba*. Sob a direção de Dionísio Bassi, figura considerada “forasteira” no campo jornalístico iguaçuano, o “Arauto da Baixada Fluminense” estabeleceu uma narrativa desenvolvimentista alinhada às

33. Filha de João Alves Martins Coimbra e Maria Alexandrina da Conceição Silveira, Avelina Martins de Azeredo nasceu em 18 de janeiro de 1870 no município de Paty dos Alferes e morreu em Nova Iguaçu em 02 de outubro de 1974, aos 104 anos de idade.

34. Filho de Silvino de Hypólito de Azeredo e Avelina Martins de Azeredo, nasceu em 16 de novembro de 1897 no distrito de Paty dos Alferes. Além do semanário deixado pelo pai, Avelino Martins de Azeredo dirigiu *A Crítica* juntamente com seu irmão mais velho Silvino de Azeredo Filho. Fundado em 1928 o jornal literário e noticioso circulou por uma década e pode ser consultado presencialmente no Centro de Documentação e Imagem (CEDIM), Instituto Multidisciplinar na UFRRJ.

35. Filho de Silvino de Hypólito de Azeredo e Avelina Martins de Azeredo, nasceu em Nova Iguaçu no dia 17 de outubro de 1911. Casado com Romana Laura Tòrres, o jornalista e escritor ocupou cargos no poder público municipal e integrou inúmeras associações como a Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL), grupo instituído em 11 de agosto de 1955 por membros expoentes da sociedade iguaçuana como Ruy Afrânio Peixoto, Deoclécio Dias Machado e Athaide Pimenta de Moraes.

36. “Luiz Martins escreveu...” e “Cheguei, ouvi e anotei” são colunas assinadas por Luiz Azeredo nos anos 1940. A primeira retrata o cotidiano da cidade e a segunda comenta os debates travados na Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI).

classes produtoras da cidade, contra a “elite provinciana” e a favor das classes populares ignoradas pela velha política local. Sob a égide de um jornalismo moderno, a folha dirigida pelo carioca, filho de imigrantes, escreveu outra narrativa para a história iguaçuana.

Dionísio Bassi: o Arauto da Baixada Fluminense³⁷

Nascido em 08 de abril de 1911,³⁸ no estado da Guanabara, Dionísio Bassi era filho de José Bassi e Maria Genaro Bassi. Na contramão de seu concorrente, Luiz Martins de Azeredo, estas eram as únicas informações sobre a origem familiar do jornalista e político, proprietário do semanário *Correio de Maxambomba*. O filho de imigrantes italianos³⁹, nascido no estado da Guanabara, não publicou informações ou imagens sobre a infância, a juventude ou a família. Sua carreira na imprensa, até onde se apurou, teve início no *Diário de Notícias*, periódico matutino, fundado em 1930 na então capital federal. Em 1937, Dionísio Bassi adentrou o funcionalismo público, pois, em *curriculum* elaborado pelo jornalista, consta que foi nomeado Auxiliar da Recebedoria de Nova Iguaçu em 1935 e chegou ao posto de Oficial Administrativo em 1946, sendo posteriormente transferido, *ex-officio*, para a carreira de Agente Fiscal (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 1996, p. 81).

Seu ingresso e ascensão no serviço público perdurou até que ele adentrasse de vez no jogo político partidário iguaçuano. A proximidade das causas públicas deu a tônica de suas discussões à frente do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Nova Iguaçu. Membro do PCB, o jornalista tornou-se uma liderança na organização de ações do partido por meio dos Comitês Populares Democráticos (CPD). Nos CPD's os membros do PCB articularam a pequena política com a grande política, ou seja, as demandas cotidianas com as questões nacionais.

Para Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro, os CPD's fundamentalmente mobilizaram a organização das camadas populares em bairros no Rio de Janeiro e em municípios da Baixada Fluminense, pois estes organismos “escolheriam como seus candidatos aos cargos eletivos, homens que lhes parecessem capazes de defender aquele programa” (PINHEIRO, 2014, p. 35). Vinculado à sigla do Partido Social Democrático (PSD) e não ao PCB, dada a ilegalidade deste último, Bassi ingressou na Câmara Legislativa para seu primeiro mandato como vereador (1947-1950), com pautas vinculadas à cartilha política do PCB, mesmo estando sob forte ataque.

A segunda legislatura de Dionísio Bassi (1955-1959), também pelo PSD, foi marcada por mudanças e consolidação dentro do campo político iguaçuano, a começar por sua desfiliação do PCB. A proximidade entre nosso personagem e figuras ou entidades tradicionais do município tornou-se ainda mais tênue nos anos que sucederam o primeiro mandato, especialmente na segunda metade dos anos 1950, quando fundou o *Correio de Maxambomba* em dezembro de 1955⁴⁰. O jornal se manteria com este nome até 1961, ano em que passou a se chamar *Correio da Semana*.

Ele circulou sem interrupções até novembro de 1971, quando se tornou *Correio Diário*, sendo Dionísio Bassi diretor do semanário durante todas estas fases. Ao produzir uma narrativa

37. Lema do jornal dirigido por Dionísio Bassi, a folha se colocou como portadora das principais notícias da região. Diferentemente do CL, o *Correio de Maxambomba* propôs uma cobertura jornalística que ultrapassasse o distrito-sede iguaçuano, ou seja, matérias sobre os demais distritos (Mesquita, Japeri, Queimados e Belford Roxo) e municípios (Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti) circunscritos à Nova Iguaçu.

38. Há controvérsias sobre a data de nascimento de Dionísio Bassi, pois em seu registro de casamento consta 08 de abril de 1908, enquanto em outras fontes como jornais, processos e documentos da polícia política o ano é 1911. Não há outro documento que confirme esta informação.

39. Registros de nascimento e/ou casamento contendo os nomes dos avós de Dionísio Bassi foram localizados no *site Family Search*. Há muitas dúvidas se as pessoas documentadas são de fato familiares do jornalista. A dificuldade em precisar os sobrenomes se dá em razão destes serem alterados quando escritos em português.

40. Embora na edição de 01 de abril de 1956, Paulo de Lima Brayner seja citado como diretor do periódico. Informações igualmente indicam que Brayner foi cunhado de Dionísio Bassi, entretanto, não foram apurados outros dados sobre sua origem familiar ou profissional. A única edição de 1956 localizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) dá o tom do jornalismo praticado pelo semanário, que em 1957 teria Bassi como seu principal dirigente.

pautada no desenvolvimentismo, mas com tinturas progressistas, o jornalista colecionou conflitos que “estremeceram” a imprensa iguaçuana pela sua abordagem combativa, mas, principalmente, pela concorrência estabelecida com o *Correio da Lavoura* na segunda metade do século XX.

O campo jornalístico tornou-se cenário de intensas disputas, ao ter ambos circulando em nome da “sociedade de bem iguaçuana”, pois para os Azeredos, mais que um concorrente, Dionísio Bassi era um “forasteiro”, capaz de redirecionar o capital político e a receita publicitária em poder do *Correio da Lavoura*. Nos anos 1970, o *Jornal de Hoje* surgiria pelas mãos de Valcir Almeida em lugar do extinto *Correio Diário*, folha dirigida por Bassi apenas em 1971.⁴¹ O JH se estabeleceu sob o contexto de exceção e nos revelará uma estreita relação entre a imprensa, o Estado e o setor privado nas décadas que sucederam o golpe civil-militar de 1964.

Valcir Almeida e as proezas do linotipo⁴²

Nascido no Norte Fluminense, Valcir Almeida migrou para a Baixada Fluminense ainda criança. Vivendo no município de Belford Roxo, trabalhou durante toda a infância para colaborar com o sustento da família até que, mais velho, se empregou em estabelecimentos comerciais situados em Nova Iguaçu e no Rio de Janeiro. (BATISTA, 2014, p. 75). Já casado e dono do seu próprio negócio, se estabeleceu no final dos anos 1950 como empresário do setor varejista. Com empreendimentos instalados em bairros e municípios distantes do centro comercial iguaçuano, Valcir Almeida firmou relações com diversos representantes da categoria comerciária e política da Baixada Fluminense.

A rede tecida a partir do comércio fez com que Valcir Almeida almejasse uma carreira político-partidária na década de 1960. Pelo Partido Democrata Cristão (PDC), o empresário tornou-se o terceiro candidato a vereador iguaçuano mais bem votado nas eleições municipais de 1962, com 1.053 votos (*ibidem*, p. 76.). Com uma passagem pela Câmara Legislativa (1962-1966), Valcir Almeida se candidatou a deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em 1966, mas “seu eleitorado não teria acompanhado seu movimento de filiação ao partido do governo com bons olhos” (*ibidem*, p. 86). Não eleito, o empresário estreitou sua relação com a imprensa por incentivo de amigos na cidade do Rio de Janeiro, pois Walceyr Azevedo Almeida, filho e atual diretor do jornal, afirmou que o pai era um “homem de ideias” (ALMEIDA, 2015, p. 10).

Inspirado na publicação carioca *Méier News*, Valcir Almeida lançou em 1968 a revista *Iguaçu-News*.⁴³ Isto fez com que o patriarca se afastasse de outras atividades para dedicar-se totalmente à publicação. De acordo com Walceyr Almeida (2015, p. 10), o sucesso do periódico motivou o pai a lançar uma nova publicação que circulasse informações sobre a cidade mais rapidamente, o *Jornal de Hoje* em outubro de 1971. Na contramão da memória familiar, Robinson Belém de Azeredo⁴⁴ (2018), bisneto de Silvino Azeredo, afirmou em entrevista que o jornal fundado por Valcir Almeida modernizou-se por conta de sua proximidade com as forças político-partidárias durante a ditadura militar.

⁴¹. O *Correio de Maxambomba* tornou-se *Correio da Semana* em 1961 e perdurou como semanário até 15 de novembro de 1971, data em que passou a circular como *Correio Diário*. Informações coletadas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro indicam que a disputa entre os membros da sociedade responsável pelo jornal fez com que o diário não durasse mais do que dois anos. Ver: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro (DOPS RJ), DRJ.O. INPOL, LIN. 1924-20, 05 de fevereiro de 2019.

⁴². É uma máquina que funde em bloco cada linha de caracteres tipográficos, composta de um teclado, como o da máquina de escrever. Ver: <https://www.gov.br/imprensanacional/pt-br/assuntos/noticias/serie-30-anos-do-museu-da-imprensa>

⁴³. Composta por trinta e uma edições, a coleção Revista *Iguaçu-News* reúne notícias sobre os meios empresarial e político, bem como a respeito de festividades e associações locais. Esta revista circulou mensalmente entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970. Com aproximadamente vinte páginas, sua composição gráfica contempla imagens e textos de forma bem estruturada (“Revista *Iguaçu-News*”. In: *Repositório Institucional do Centro de Documentação e Imagem*, sem data).

⁴⁴. Filho de Avelino Martins de Azeredo e Maria José Belém de Azeredo, nasceu em 29 de fevereiro de 1944. Neto de Silvino de Azeredo, fundador e proprietário do semanário *Correio da Lavoura*, o jornalista deu prosseguimento ao centenário jornal iguaçuano. De acordo com o entrevistado, a família de origem pobre fez da imprensa um caminho ímpar na história iguaçuana. Faleceu em junho de 2020.

O proprietário do diário iguaçuano teria consolidado a produção gráfica do jornal, pois: “Botaram dinheiro para ele fazer tudo isso, incluir veículo para distribuição de jornais e encher ele de dinheiro e ele se aproveitou bem disso por um determinado tempo” (*ibidem*, 2018). Com a instauração da ditadura civil-militar no país, uma relação de proximidade entre periódicos, empresários e forças militares não deixou de existir, mesmo com o endurecimento da censura nos anos 1970. O *Jornal de Hoje* desmistifica a ideia de que proprietários de jornais assumiram um posicionamento totalmente contrário à ditadura e pela liberdade de expressão, portanto, as matizes entre a defesa da total da liberdade e o completo apoio ao regime de exceção precisam ser ponderadas, sobretudo quando olhamos para localidades afastadas das capitais.

Dito isto, a segunda parte deste artigo problematiza a narrativa tecida pelos três periódicos entre as décadas de 1950 e 1970⁴⁵, de maneira que se compreenda as falas e silenciamentos destas folhas sobre os principais temas – política, economia, problemas urbanos e querelas territoriais – circunscritos ao desenvolvimento de Nova Iguaçu. Algumas das memórias elaboradas pelo campo jornalístico iguaçuano podem expor disputas sobre o lugar a ser ocupado por fatos e sujeitos na história oficial da cidade, neste sentido algumas das matérias, colunas e cadernos elaborados por seus dirigentes e colaboradores serão confrontados a fim de que os limites entre memória e coletividade sejam explorados.

Memória e Imprensa

Aleida Assmann afirmou em *Espaços da Recordação* que:

A memória viva implica uma memória suportada em mídias que é protegida por portadores materiais como monumentos, memoriais, museus e arquivos. Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento (ASSMANN, 2011, p. 19).

De acordo com a autora, a memória coletiva, conceito cunhado por Maurice Halbwachs, é dividida em memória cultural e memória comunicativa, a primeira “supera épocas e é guardada em textos normativos, e a segunda, está ligada a três gerações que resguardam lembranças deixadas oralmente” (*ibidem*, p. 17). A institucionalização da memória individual em registros textuais, imagéticos, sonoros, como os jornais, tornam recordações em memória cultural, artificial.

Contudo, a transposição de ideias para um meio físico como o jornal carrega consigo riscos de deformação ou instrumentalização da recordação ou memória comunicativa, por isso quando a imprensa é fonte de um estudo dentro das humanidades, sobretudo no campo histórico, tais “restrições e enrijecimentos” dos discursos devem ser rigorosamente acompanhados de reflexões e análises, uma vez que a narrativa sobre um fato provém do sujeito a serviço de um grupo de comunicação. O papel desempenhado pela recordação na vida pública nunca esteve tão evidente como agora, por isso tipos de memória como a midiática e política são partes de uma realidade com suas vivências e reivindicações próprias.

Quando produz notícias, a imprensa publica distintas versões sobre um mesmo episódio. Neste sentido, o campo jornalístico iguaçuano é formado, parafraseando Assmann, por um conjunto de recordações compostas por múltiplas perspectivas absorvidas ou não por aqueles que operaram tanto na esfera pública quanto privada. A disputa em torno desta oficialidade fez com que os semanários *Correio da Lavoura* e *Correio de Maxambomba* trocassem acusações

⁴⁵ Os jornais possuem lacunas temporais, por isso informações de um determinado ano não podem ser auferidas simultaneamente nas três folhas. O *Correio da Lavoura* reúne publicações desde a fundação em 1917, já o *Correio de Maxambomba*, posteriormente *Correio da Semana*, possui edições incompletas entre 1955 e 1971. Tive acesso a exemplares do *Jornal de Hoje* nos três primeiros anos de circulação (1971-1973), contudo a pandemia da COVID-19 inviabilizou que novas visitas ao acervo fossem realizadas.

sobre o fazer jornalístico na cidade. Termos como honestidade, credibilidade e verdade eram comumente evocados a fim de que a imparcialidade fosse tida como única preocupação destes jornais, quando na verdade a disputa pela escrita da narrativa oficial do município de Nova Iguaçu nos anos 1950 e 1960 estava definitivamente posta.

O *Correio da Lavoura* e *Correio de Maxambomba* refletem os conflitos entre partidos, lideranças locais, instituições e movimentos, mas principalmente o ganho político e simbólico destes jornais com estas disputas em curso. Antes estritamente rural, a região cedeu “espaço” para a rodovia e para as indústrias, que trouxeram consigo outros investimentos e personagens, sem que esses prontamente se submetessem ao “crivo” dos patrícios oriundos da era citricultora. Neste contexto, vozes como a de Dionísio Bassi emergiram com outras possibilidades de ler a cidade.

A estratégia de modernizar o fazer jornalístico se apresentou como caminho necessário, dada a crescente complexidade desta região, hoje entendida como Baixada Fluminense. As emancipações, a presença do setor industrial e o avanço da periferação tiraram o *Correio da Lavoura* do seu lugar-comum, ou seja, o que o manteve “a salvo” até metade do século XX não assegurava mais sua estabilidade enquanto único veículo de imprensa. Circular informações apenas dos pares tradicionalmente conhecidos, em uma conjuntura de rearranjo de forças políticas e econômicas, talvez não assegurasse seu predomínio.

Escrever sobre temas populares, usar o fotojornalismo e investir na mão de obra profissional deram ao *Correio de Maxambomba* o tom de modernidade ausente no concorrente. A forma com que ambos noticiavam as mesmas notícias evidencia o lugar ganho por Bassi com a fundação de um semanário como este. Temas emblemáticos para a região, como a instalação da indústria química Bayer S/A, exemplificam de que forma as folhas lidaram com esse novo lugar ocupado pelos industriais.

As coberturas dadas pelos semanários são completamente distintas e demonstram o quanto cada um deles estava disposto a se aproximar desta nova realidade que surgia. Em 08 de junho de 1958, o *Correio da Lavoura* sintetizou em dez linhas a “Inauguração da Bayer do Brasil”. A implementação do parque industrial, no então distrito de Belford Roxo, ocupou nada mais que uma nota no topo da segunda página da edição.

Figura 1 - Inauguração da Bayer do Brasil



Fonte: *Correio da Lavoura*, 08 jun. 1958, ed. 2051, p. 2.

Na contramão do concorrente, o *Correio de Maxambomba* não poupou espaço ao publicar a inauguração da multinacional alemã na Baixada Fluminense.

Figura 2 - Gigantesca indústria de base plantada em Nova Iguaçu (I)

GIGANTESCA INDÚSTRIA DE BASE PLANTADA EM NOVA IGUAÇU

Inaugurado terça-feira, em Belford Roxo, novo conjunto de fábricas da Bayer Indústrias Químicas S. A. * Passo decisivo e extraordinário na industrialização do nosso país * Grande plano de expansão futura * Presentes o Presidente da República e o Governador do Estado * Discurso do diretor-geral da Bayer — (Texto na sétima página)

BAYER

Após a inauguração do novo conjunto de fábricas da Bayer do Brasil, o engenheiro dr. Gustavo G. S. Silva Filho demonstrou, diante da planta das novas instalações, em Belford Roxo, o vulto da obra realizada, nos seus mínimos detalhes.

DIRETOR: DI
CORREIO de Maxambomba
ANO III * NOVA IGUAÇU
O DESASTRE DA E.
O UM-72 chocou-se com duas vitimas apenas, em composição * Só a Providência salvou os passageiros dos perigos dos perigos

Quando chegava a estrada de Engenheiro Pedreira, o passageiro de Japeri, o trem de passageiros UM-72 chocou-se com um cargueiro de carga n.º 9-922.
Eram 15 horas, ainda a luz do dia, portanto, no momento em que viajava com a filha Norma, Maria dos Santos, a dona do salão dos Santos e o neto

Flagrante tomado quando falava aos presentes, em português, o professor dr. Ulrich Haberland, diretor-geral da Bayer, que visitou o nosso país pela segunda vez.

Fonte: *Correio de Maxambomba*, 14 jun. 1958, ed. 134, p. 1.

A presença de uma multinacional na cidade não foi um evento qualquer, haja vista o contexto nacional desenvolvimentista em curso no país naquele momento. A política de abertura ao capital estrangeiro, implementada pelo então presidente Juscelino Kubitschek, chegou à região e trouxe consigo novas perspectivas socioeconômicas e políticas. De acordo com Maicon Sérgio Mota Carvalho:

Nos anos de 1950, o Brasil se desenvolvia, a CIDASA, que era a representante da Bayer em território brasileiro, também não conseguia atender a expansão da demanda. Verifica-se a necessidade de um complexo maior, no qual houvesse possibilidades de ampliações e instalação de novas unidades. A empresa demonstrava interesses em investir no país, o momento brasileiro como demonstrado anteriormente era de atrair o capital estrangeiro e com isso impulsionar a industrialização brasileira. Dessa forma, o presidente Juscelino Kubitschek fez uma visita oficial ao professor Haberland na sede da Bayer, em Leverkusen, dando início aos entendimentos entre a empresa e o governo brasileiro (CARVALHO, 2015, p. 26-27).

Carvalho ainda lembra que “A fábrica de ácidos comprada pela Bayer em 1956, começara a funcionar em 1950. Foi o primeiro grande empreendimento da região de Belford Roxo e ocupava 347 mil m², produzindo 30 toneladas diárias de material” (*ibidem, idem*). Além do reaproveitamento da antiga fábrica, outros fatores, como a proximidade da Rodovia Presidente Dutra, o acesso à água potável, energia elétrica e a topografia plana da região contribuíram para que a indústria se instalasse no distrito de Belford Roxo.

A opção pela publicação de uma simples nota ou de matéria completa exemplifica as distintas escolhas destes grupos editoriais, ou seja, indica maior ou menor proximidade com os grupos emergentes nesse território em processo de fracionamento. Em termos gráficos, o uso de fotografias em uma manchete no topo da capa confirma o quanto Dionísio Bassi queria fazer um jornalismo moderno, que o aproximaria de novos investidores, anunciantes e principalmente o permitiria ser parte integrante desta rede de possibilidades postas pela industrialização.

No primeiro momento, o *Correio da Lavoura* preservou sua posição, mesmo que publicasse anúncios de empresas anos depois. Naquele momento, contudo, aguardou pelo posicionamento das lideranças políticas locais em um cenário ainda de muitas incertezas.

Segundo Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2006, p. 64), a grande base empresarial da imprensa erguida no início do século XX se consolidaria no pós Segunda Guerra Mundial “momento em que se infiltraram – em movimento que não cessou até o presente – não só o capital e a ideologia política, mas também o modelo norte-americano de fazer jornal e tocar a imprensa”. Além disso,

Data dessa época a substituição da tradição francesa de nosso jornalismo em favor das práticas jornalísticas norte-americanas, influência que vinha na esteira das agências de publicidade e de informação, dos primeiros cursos de jornalismo no Rio de Janeiro e São Paulo, recém-criados na década de 1940 e da experiência de jornalista que haviam estagiado nos Estados Unidos. A influência norte-americana no meio jornalístico tornou-se incontestável, acentuada nos anos seguintes (*ibidem*, p. 78).

No caso iguaçuano, não havia um modelo empresarial similar ao dos jornais das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, contudo, há por parte do *Correio de Maxambomba* uma aproximação do modelo de fazer notícia, pois uma cidade em desenvolvimento na segunda metade do século passado precisava de um veículo que atendessem à nova realidade. As assinaturas não sustentavam a sobrevivência de um jornal, mas sim a verba proveniente de seus anunciantes e a venda de espaço publicitário. Dionísio Bassi conseguiu que seu jornal fosse símbolo de progresso, ao mesmo tempo em que tecia uma importante rede que mantinha o semanário em funcionamento. O *Correio do Lavoura* seguiu com um discurso ligado à tradição, que manteve a renda necessária para seu funcionamento, mas sem posicionamento em relação às grandes causas do período, como industrialização, conflitos de terra e greves.

Contudo, ao analisar a imprensa iguaçuana pós-1964 identificamos um comportamento editorial e gráfico em que proprietários se mantiveram junto às forças políticas e empresariais apoiadoras do golpe. O posicionamento político desses semanários fez com que eles permanecessem em atividades, assim como ocorria com os impressos da grande imprensa carioca. A circulação de periódicos como o *Correio da Semana* e do *Jornal de Hoje*, por exemplo, revelam a defesa de interesses do empresariado e do corpo político iguaçuano nos anos 1970, isto nos revela uma estreita relação entre a imprensa, o Estado e o setor privado nas décadas que sucederam o golpe civil-militar de 1964.

Estudos mais recentes, como a tese de Pedro Henrique Pedreira Campos (2012, p. 289), sobre a relação do empresariado da construção civil demonstrou interesse “pelos veículos de comunicação de ampla circulação”, pois os “construtores são importantes anunciantes e usaram jornais e similares como meio para atingir certos objetivos, geralmente relacionados ao Estado e às políticas públicas”. Por isso, ele afirma que:

A imprensa brasileira, como em outras partes do mundo, tem vínculo histórico com empresas interessadas na difusão de suas ideias, valores e projetos e no uso do veículo como instrumento político junto a agências do aparelho estatal. [...] Empresários da construção influíram na imprensa de maneira pontual, em certas matérias, para pressionar por obras ou pagamento de débitos do governo, porém alguns empreiteiros deram um salto nas suas relações com esses veículos, tornando-se proprietários de empresas de comunicação (*ibidem*, p. 291).

Quando levantamos a produção feita pelos *Correio da Lavoura*, *Correio da Semana* e *Jornal de Hoje* nos anos seguintes ao golpe civil-militar, nota-se o comprometimento das forças políticas e empresariais locais com os ideais propostos pela “revolução”, como trabalho,

civismo e progresso. Em matéria publicada em outubro de 1973, o JH estampou o cabeçalho da primeira página com a manchete “EMPRESAS SE INTEGRAM AO PROGRESSO DO PAÍS”. Na matéria, o jornal afirma que ele será parte deste arranque no desenvolvimento da Baixada Fluminense pois:

os homens que o fazem até chegar ao leitor, e as grandes empresas que colaboram decisivamente para transformar esta região na quarta em importância do País, teriam de ser reunidos, e os são agora, numa homenagem que o JH presta a toda a comunidade do Grande Rio destacando a história e o desenvolvimento de firmas dirigidas por homens de visão que acreditaram no futuro desta terra. Mostra ainda, o JH como foram benéficas as medidas dos Governos da Revolução, que souberam implantar um ritmo de trabalho, traçando os novos rumos do Brasil, com o apoio irrestrito e a confiança de todos os brasileiros (OP CIT, 1973, ed. 144, p. 1).

O movimento de aproximação do jornal com as forças produtoras da cidade também se revela nos eventos realizados em instituições como o Serviço Social de Comércio (Sesc)⁴⁶. Na edição de setembro de 1973 a publicação “Sesc homenageou a imprensa” relatou que o dia da imprensa foi celebrado em Nova Iguaçu por ação do Sesc local. O momento foi marcado pela inauguração da biblioteca Rivadávia Caetano da Silva, nome de um jovem comerciante já falecido. No evento o orador comparou Nova Iguaçu a cidades gregas dado o grande incentivo à cultura, sendo a imprensa divulgadora desta última. Nas palavras do representante do poder executivo, Sr. Antonio Ribeiro, a:

dedicação da imprensa iguaçuana, nunca faltando na divulgação das boas coisas da cidade e que se manteve sempre fiel aos princípios democráticos, e pior isto o governo municipal, se reunia às homenagens prestadas pelo Sesc aos profissionais de imprensa em sua data comemorativa (JORNAL DE HOJE, 15 a 18/09/1973, ed. 136, p. 3).

O posicionamento do *Jornal de Hoje* endossa a proximidade de seu diretor, Valcir Almeida, da classe empresarial da cidade. Instituições como o Sesc e a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI)⁴⁷ foram presença constante nas páginas dos jornais iguaçuanos nos anos de exceção. Tanto o *Correio da Lavoura* quanto o *Correio da Semana* destacaram o papel desempenhado, sobretudo, pela ACINI na condução da cidade após o 31 de março de 1964. Na edição seguinte ao golpe, os semanários dirigidos por Dionísio Bassi e Luiz Azeredo veicularam manchetes sobre uma Nova Iguaçu em “combate ao perigo vermelho”. Em 12 de abril de 1964, os jornais noticiaram a cassação de mandatos na Câmara de Vereadores, bem como o movimento liderado pela associação comercial para que a dita “ameaça comunista” fosse afastada.

O *Correio da Lavoura* noticiou a convocatória do legislativo para reunião extraordinária e enalteceu o papel da ACINI contra o aumento abusivo dos preços, com o título “Atuante a Associação Comercial e Industrial – Combate aos extremistas, e a permanente vigilância para que se evitasse a alta excessiva dos gêneros”. A série de medidas para controlar o aumento dos preços também destaca o papel da instituição contra “elementos” ou ações que promovessem ações subversivas. Por sua vez, o *Correio da Semana* de Bassi estampou imagens e títulos em negrito, destacando a apreensão de materiais subversivos e a convocatória do Legislativo Municipal para decidir sobre a cassação do mandato de “vereadores comunistas”. Nesta edição também se publicou carta da ACINI, contendo um manifesto em favor da população e contra o comunismo que emergiu em todo país, e na qual a classe produtora diz que:

⁴⁶. Fundado em 13 de setembro de 1946 após decreto do presidente Eurico Gaspar Dutra. A criação do Sesc e do Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial tinha por objetivo “conter as tensões entre trabalhadores e empregadores”. Ver: https://www.sesc.com.br/porta/sesc/o_sesc/nossa_historia/

⁴⁷. A ACINI originou-se do Sindicato dos Comerciantes de Iguaçu no final dos anos 1930, contudo a Associação Comercial e Industrial foi oficializada em 23 de maio de 1945 (MELO; MELO, 1997).

AO COMÉRCIO, À INDÚSTRIA E AO POVO

[...] Tôdas as atitudes que se impunham foram adotadas por esta Associação visando impedir a subversão da ordem dentro de uma posição de equilíbrio e ponderação indispensável à contenção de excessos pois jamais advogou a adoção de medidas que importassem em desrespeito à dignidade do ser humano em depredações e prisões indiscriminadas valendo acentuar, porém, que deu e dará ampla solidariedade ao Delegado de Polícia do Município propiciando-lhe todos os meios necessários à consecução das tarefas que lhe incumbem. Manifestando sua esperança de que o comunismo será banido totalmente dêste grande município que precisa de paz e tranquilidade para realizar seu trabalho em prol do engrandecimento da Pátria, esclarecer ao povo iguaçuano que não dará cobertura a comerciantes que desrespeitem as tabelas de preços vigóntes [...] (CORREIO DA SEMANA, 12 de abr.1964, ed. 435, p. 3).

Ao longo dos meses de março e abril, mencionados anteriormente, a editoração dos jornais *Correio da Lavoura* e *Correio da Semana* traduziu em imagens, matérias e colunas como a imprensa lidou com o meio político e empresarial no “combate a um inimigo comum: o comunismo”. Algumas das capas dimensionam a influência do “quarto poder” na produção de sentidos sobre o golpe, bem como a reciprocidade entre ele e lideranças e ou instituições como a ACINI, a Igreja Católica e movimentos sociais. Há um investimento da imprensa local em tranquilizar a população sobre a deposição da presidência e a manutenção da ordem. As publicações feitas pelos jornais nos dias 19 e 26 de abril de 1964 possuem matérias gemelares, como o apoio dado à ACINI por José Haddad⁴⁸, então candidato a deputado estadual pela ARENA. Novamente, o posicionamento a favor do empresariado local aparece como prioridade a ser coberta pelo campo jornalístico.

A produção de notícias pela imprensa iguaçuana demonstra como as várias formas de lidar com o passado passam pelo poder de exclusão e predileção de memórias. De acordo com Maria Paula Araújo e Myrian dos Santos, indivíduos não integram apenas um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 96), por isso, ainda que o sujeito considere que sua memória seja individual, ela também é coletiva, pois o indivíduo é resultado de interações sociais. (*ibidem*, p. 97). Compreender que a escrita do passado não se constitui em um processo natural torna-se fundamental, uma vez que a lembrança está atrelada àqueles que detém o poder, principalmente, em regimes de exceção.

Cabe dizer que os dados sobre imprensa e ditadura militar revelam muitas nuances entre memória, censura e liberdade. O golpe civil-militar fez com que os jornais *Correio da Lavoura* e *Correio de Maxambomba* se alinhassem, por motivações distintas, a sujeitos e instituições apoiadoras do regime. O CL se manteve ao lado da força política tradicional local, reconfigurada pelo bipartidarismo. Isto fez com que o semanário não perdesse o lugar de porta-voz dos representantes da base eleitoral constituída nas décadas anteriores. Ser homem, negro e jornalista em um contexto de repressão e ausência de liberdades pode ter feito com que Luiz Azeredo e seus colaboradores deliberassem em favor das forças locais apoiadoras do golpe de 1964. Se afastar da elite historicamente constituída com apoio de seu patriarca poderia ocasionar represálias ou o completo fechamento do jornal.

Já o CM também estreitou relações com membros do jogo político iguaçuano, pois, ao lado das forças autoritárias, Dionísio Bassi afastou do jornal a possibilidade de fechamento, dada a sombra de seu passado comunista. Ser filho de italianos, membro do PCB e *periodista* fizeram com que autoridades vinculadas ao regime o vissem com um subversivo em potencial, por isso o posicionamento de Bassi a favor da “revolução” pode ter sido uma estratégia para que seu jornal se mantivesse em circulação e sua imagem não perdesse prestígio junto às personalidades locais.

⁴⁸. Foi vereador em Nova Iguaçu pelo PSD (1947-1950) e deputado estadual pelo mesmo partido por três vezes (1955 a 1959), (1959 a 1963) e (1963 a 1967). Exerceu duas legislaturas como deputado federal pela ARENA (1971-1975) e (1975-1979). Faleceu em 19 de novembro de 1996. Ver: <https://www.camara.leg.br/deputados/131569/biografia>

Estando a serviço dos interesses da “pátria” e da população iguaçuana pós-golpe de 1964, os dois periódicos deram mais espaço a mazelas socioeconômicas e políticas e menos a produção cultural, o associativismo e movimentos populares produzidos por quem residia na Baixada Fluminense.

Nascido sob o signo da ditadura militar, o *Jornal de Hoje* se manteve alinhado às forças políticas e empresariais condizentes ao regime. Com o apoio das “classes produtoras” iguaçuanas, Valcir Almeida profissionalizou a feitura do fazer jornalístico investindo na contratação de quadro técnico e compra de equipamentos até então usados apenas por grandes jornais fluminenses. Assim como seus concorrentes, o JH se manteve em circulação mesmo estando sob a vigilância do Estado, nesse sentido, Marialva Barbosa destaca que a censura à imprensa, sobretudo após o Ato Institucional nº 5, “não atinge de maneira equânime toda a grande imprensa. Aliás, apenas uma pequena parcela dos meios de comunicação sofre diretamente com a ação da censura prévia” (2006, p. 227).

O discurso *a posteriori* fez com que jornalistas se colocassem na posição de bastiões da liberdade, dada a consolidação do campo jornalístico nos anos que antecederam o golpe de 1964. Logo, este quadro estabeleceu uma linha tênue entre os meios de comunicação e o regime militar, de modo que os jornais daquele momento podem ser entendidos como “uma empresa que procura aferir lucros e ganhos simbólicos, a imprensa se defronta entre a construção de um discurso que a coloca num lugar heroico e a sua própria sobrevivência no mercado jornalístico e de bens simbólicos” (*ibidem*, p. 228).

Publicações do *Jornal de Hoje* desconstroem a imagem de uma imprensa exclusivamente combativa e a aloca em lugar empresarial. Valcir Almeida se manteve articulado com outros jornais da cidade e fez com que o jornalismo iguaçuano fosse visto como um porta voz do desenvolvimento da região, por isso deveria ser valorizado por aqueles que viviam na Baixada Fluminense. Em setembro de 1973, a folha dirigida pelo empresário publicou na décima primeira página um anúncio em que dizia “PRESTIGIE A IMPRENSA DA BAIXADA”. Na sequência o texto segue com:

leia: Correio da Lavoura, Correio de Maxambomba, Estado Ilustrado, A Voz dos Municípios, O Municipal, A Folha da Cidade, Baixada Fluminense, Correio de Caxias, Correio dos Municípios, A Voz Popular, Folha de Magé e Correio Municipal de Magé. Uma campanha do Jornal de Hoje (JORNAL DE HOJE, 22 a 25 de set de 1973, ed.138, p. 11).

Além dos jornais já conhecidos, a lista nos revela a presença de inúmeros periódicos Baixada Fluminense em um contexto de grande perseguição política e censura. Um segundo *Correio de Maxambomba* circulou na década de 1970 sob a direção do “capitão Brito”, periódico mencionado por Adriana Serafim (2013) em sua pesquisa sobre a “Guerra do Riachão” nos anos 1980. A campanha feita pelo *Jornal de Hoje* sugere a existência de uma rede na qual os jornais poderiam se fortalecer enquanto empresas de comunicação, e, com isto, blindarem possíveis atos repressivos à liberdade de imprensa. A manchete publicada em 30 de dezembro de 1973 evidencia a proximidade deste grupo junto ao poder executivo. Em “A Imprensa jantou com Prefeito” é dito que os diretores do *Jornal de Hoje*, *Correio de Maxambomba*, *Correio da Lavoura* e *Estado Ilustrado* jantaram com o prefeito Joaquim de Freitas e seus assessores em um restaurante local. Na ocasião foram:

Trocadas idéias sobre as relações governo-imprensa, saudando o chefe do Executivo, em nome dos demais, o diretor-superintendente do JH, Sr. Valcir Almeida Agradecendo a lembrança do encontro com o Professor Joaquim de Freitas, ressaltou a importância que tem para os administradores a vigilância da imprensa, mesmo quando tece críticas construtivas que ajudam a acertar para o bem comum (JORNAL DE HOJE, 30 de dezembro de 1973, ed. 176, p. 1).

Joaquim de Freitas foi interventor em 1966 e prefeito eleito pela ARENA em 1972 (*op. cit.*, 2014, p. 153) Mesmo renunciando ao cargo em 1975 sob acusação de má administração pública, a matéria publicada dois anos antes pelo JH aponta que governo e imprensa mantiveram estreitos laços de solidariedade, sendo a última uma importante colaboradora para manutenção da “ordem e progresso” do município. O caso iguaçuano demonstra que a repressão ao jornalismo praticado na Baixada Fluminense não se deu do mesmo modo que nas redações da capital, em especial por conta da fragmentação política do município de Nova Iguaçu, do avanço de sua periferação urbana e do declínio do projeto ruralista que o sustentava. Enquanto folhas como o *Jornal do Brasil* e *O Globo* estabeleceram uma constante tensão com os censores do regime, publicações como as dirigidas pelas famílias Azeredo e Almeida “negociavam” para que se mantivessem abertos durante os anos de chumbo.

Conclusão

O capítulo mostrou como o lugar ocupado pelo CL desde sua fundação, em março de 1917, estava simbolicamente ameaçado pelas mudanças impostas pelo modelo implementado por Dionísio Bassi e seu semanário *Correio de Maxambomba*, posteriormente *Correio da Semana*, nos anos 1950 e 1960, tensão que expressava disputas mais amplas sobre os rumos de Nova Iguaçu e da própria Baixada Fluminense.

Em meio ao jogo político partidário, imposto pelo desmembramento das emancipações e pelo contínuo processo de retalhamento de terras pelos migrantes oriundos de outras regiões do país, situava-se a imprensa iguaçuana, que narrava as incertezas do que Nova Iguaçu se tornaria dali por diante. Para além de um conflito econômico ou político, instaurou-se uma disputa ideológica em torno desses fatos, sendo Dionísio Bassi e Luiz de Azeredo os portadores da palavra escrita que apresentavam diferentes visões de cidade.

Após o golpe de 1964, ambos os jornais tiveram que ajustar seus estilos e suas visões. O *Correio da Lavoura* manteve sua linha editorial centrada no campo político, em especial por conta da proximidade dos Azeredo com a administração municipal de então. O *Correio da Semana*, por sua vez, explorou graficamente a cronologia dos fatos da ditadura militar, pois, estando a serviço dos interesses da “revolução”, o jornal promovia o seu fundador como um símbolo do combate a possíveis “elementos” infiltrados na sociedade iguaçuana. Na verdade, essa aparente contradição faz com que tenhamos cuidado ao tratar da imprensa depois do golpe de 1964, visto que a linha entre censura e apoio ocultou nuances que poderiam definir o fechamento ou continuidade de um impresso.

Ter um veículo de comunicação circulando na Baixada Fluminense durante a ditadura militar, mesmo com limitações, era melhor do que não se ter qualquer registro sobre os acontecimentos em curso na região. Por isso, a fundação de um periódico como *Jornal de Hoje* em pleno regime ditatorial reforça que os grandes conglomerados comunicacionais sofreram investidas de grupos e lideranças apoiadoras do golpe civil-militar de 1964. A circulação de um jornal como o JH em Nova Iguaçu, território marcado pela presença de movimentos sociais e partidários nos anos de chumbo, demonstra que o periódico da família Almeida foi um importante instrumento político de constituição de uma memória acerca dos processos que circunscreveram a região neste período.

OS BLOCOS DE ENREDO DA BAIXADA FLUMINENSE

Júlio César Valente Ferreira.

Doutor em Memória Social. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos do CEFET/RJ campus Nova Iguaçu, do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF e do Departamento de Engenharia Mecânica do CEFET/RJ campus Nova Iguaçu.

Considerações iniciais

O carnaval da cidade do Rio de Janeiro não se resume aos desfiles das grandes escolas de samba. DaMatta (1997) constatou que muitos outros grupos (na época da primeira edição da publicação, em 1979) compartilhavam o espaço carnavalesco. Destes, o único grupo diferente das escolas de samba que mantém na atualidade seu aspecto de competição é o relativo aos blocos de enredo.

Considerando o panorama desde sua institucionalização através da Federação dos Blocos Carnavalescos do Estado do Rio de Janeiro (FBCERJ), em 1965, nota-se a participação de blocos de enredo oriundos da Baixada Fluminense desde a década de 1970. Este movimento é semelhante àquele feito por escolas de samba da região, que optaram por desfilar também no carnaval carioca, sendo os exemplos de maior êxito o Grêmio Recreativo Escola de Samba (G.R.E.S.) Beija-Flor de Nilópolis, o qual participa deste cortejo desde 1954, e do G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio (de Duque de Caxias), fundado em 1988.

O trabalho ora exposto tem como objetivo geral compreender em sua configuração mais geral quais os aspectos de participação de agremiações que se identifica(ra)m como blocos de enredo e que se desloca(ra)m da Baixada Fluminense para desfilar no carnaval carioca.

Nestas considerações iniciais é importante pontuar que o texto em questão analisará de forma pouco pormenorizada esta manifestação carnavalesca em cada município da Baixada Fluminense. Ao longo do escrito, um recorte sub-regional será apresentado, o qual auxiliou a entender características mais gerais que permitiram traçar um panorama inicial da existência dos blocos de enredo e de seus imbricamentos com outras manifestações carnavalescas da e na região.

Blocos de enredo e sua posição de liminaridade no campo do carnaval

No intuito de delinear genericamente esta manifestação carnavalesca, suporta-se uma construção identitária com elementos contraditórios ancorada no conceito de liminaridade trabalhado por Leopoldi (2010) e Turner (1974). Nesta pesquisa, recortando de forma específica o universo dos desfiles do carnaval carioca, os blocos de enredo estão entre as escolas de samba as quais desfilam na Passarela Professor Darcy Ribeiro, conhecida popularmente como Sambódromo, e que refletem em maior grau o caráter estruturado das relações engendradas na *communitas* carnavalesca e os blocos de embalo e de rua que buscam alcançar a plenitude desta *communitas* (LEOPOLDI, 2010).

Esta tipologia também encontra suporte na divisão promovida pela Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. (RIOTUR), autarquia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro encarregada pela execução da política municipal de turismo, sendo também responsável pela organização do carnaval da cidade, ao configurar as manifestações carnavalescas para a destinação dos recursos públicos nos contratos assinados para a prestação de serviços no período carnavalesco (GUIMARÃES; SILVA, 2016).

Os blocos de enredo possuem estrutura competitiva, estética visual e musical similar às escolas de samba e desfilam no formato de parada⁴⁹, sendo todas as agremiações deste tipo organizadas na FBCERJ.

Em relação às escolas de samba, os blocos de enredo possuem menores escalas espaciais de alcance de mobilização, por contarem com montantes de recursos financeiros inferiores às destinadas para as escolas de samba, pela maior dificuldade de construir redes de apoio com as escolas de samba das principais divisões hierárquicas e por se estabelecerem mais próximos de suas bases territoriais.

Por outro lado, diferem-se dos demais tipos de blocos carnavalescos, os quais não apresentam desfiles com estrutura de competição e que configuram seus cortejos em formato de parada (blocos de embalo) ou procissão⁵⁰ (blocos de rua).

Sobre os blocos de embalo, não há uma padronização sobre as fantasias, existindo desde blocos onde boa parte dos integrantes utiliza uma camisa padronizada até agremiações que se dividem em alas com fantasias diferenciadas. Sobre o estatuto de associação, quando filiados a uma entidade gestora, somente possuem acesso à inscrição na RIOTUR para a utilização das pistas de desfile preparadas pela autarquia.

No caso dos blocos de rua, eles desfilam sem o uso de fantasia obrigatória e sem necessariamente estarem filiados a ligas, associações ou federações de qualquer natureza. Sua inscrição na RIOTUR é necessária somente para autorização de desfile e definição do percurso do desfile por parte do poder público.

As Figuras 1 a 4 possuem o intuito de descortinar elementos imagéticos tipológicos das manifestações carnavalescas abordadas nos parágrafos anteriores. A Figura 1 mostra o desfile da escola de samba Arame de Ricardo, à época na terceira divisão da escala hierárquica, cujo desfile ocorre na Estrada Intendente Magalhães, local para onde são destinados os cortejos das agremiações dos últimos grupos de acesso, estando fora do Sambódromo. A Figura 2 lustra o desfile do bloco de embalo Xodó da Piedade. A Figura 3 mostra o desfile do bloco de rua Imprensa Que Eu Gamo. A Figura 4 ilustra o desfile do bloco de enredo Novo Horizonte, à época na principal divisão hierárquica da categoria.

Figura 1 - Desfile da escola de samba Arame de Ricardo – Série B – 2017



Fonte: Autor

⁴⁹. Baseado em DaMatta (1997), entende-se que o desfile em formato de parada prevê a preparação de uma avenida ou rua para o ritual e nela se destacam locais por onde devem passar os desfilantes, onde deve ficar a plateia e o lugar destinado às autoridades e comissão julgadora (quando ocorre certame).

⁵⁰. Baseado em DaMatta (1997), entende-se que o desfile em formato de procissão prevê o cortejo de pessoas percorrendo diversas ruas e avenidas orientado pelo caminho traçado e executado por um núcleo central, o qual neste caso é representado pelos intérpretes e músicos e sistemas móveis de amplificação do som gerado por estes. Cabe destacar que muitas agremiações identificadas como blocos de rua não se deslocam espacialmente, permanecendo paradas no local de concentração, sendo um desfile de percurso nulo.

Figura 2 - Desfile do bloco de embalo Xodó da Piedade – 2017



Fonte: Autor

Figura 3 - Desfile do bloco de rua Imprensa Que Eu Gamo – 2012



Fonte: Autor

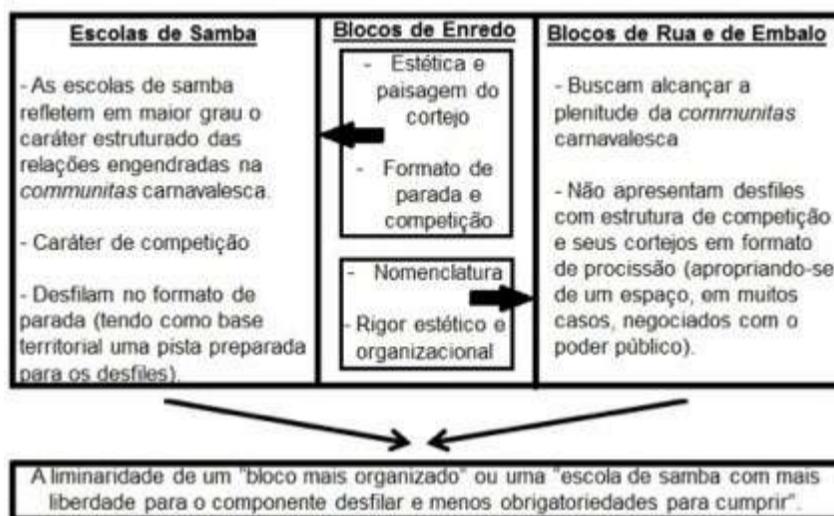
Figura 4 - Desfile do bloco de enredo Novo Horizonte – Grupo 1 – 2016



Fonte: Autor

Traduzindo estas especificações postas ao longo deste item, a Figura 5 apresenta os elementos que se imbricam e traduzem esta liminaridade da manifestação carnavalesca dos blocos de enredo.

Figura 5 - Elementos imbricados das escolas de samba e dos blocos de rua e de embalo no carnaval dos blocos de enredo do Rio de Janeiro



Fonte: Autor

Metodologia

O resultado desta pesquisa foi obtido através de um estudo com enfoque predominantemente qualitativo, incluindo a utilização de dados quantitativos, entre os anos de 2014 e 2018, com mais dados coletados em 2020.

O universo de base para a amostra foi dividida em quatro tipos:

- (i) Agremiações: blocos de enredo e escolas de samba;
- (ii) Entidades gestoras: ligas, associações ou federações que reúnem agremiações;
- (iii) Profissionais: pessoas com atuação no carnaval e inseridas em algum momento no ambiente das agremiações;
- (iv) Ocupantes de cargos públicos: pessoas com passagens em cargos eletivos e/ou funções públicas.

Como fonte inicial de consulta de dados, optou-se pelas matérias jornalísticas, as quais possibilitaram inicialmente uma constatação primária sobre a existência e penetração da cobertura sobre o carnaval dos blocos de enredo. Esta consulta foi promovida nas bases de dados mantidas pela Biblioteca Nacional, através da Hemeroteca Digital, e pelo jornal *O Globo*.

A parte documental colhida envolveu a pesquisa nos arquivos da FBCERJ e dos blocos de enredo. Outra fonte documental foi o memorial sobre o carnaval carioca publicado pela RIOTUR (1991), o qual permitiu consultar a relação de locais de desfiles, os enredos apresentados, os resultados dos concursos e os endereços à época das sedes dos blocos de enredo e escolas de samba.

Sobre a parte documental, importante destacar que a consulta aos acervos da FBCERJ e dos blocos de enredo revelou panorama semelhante ao descrito por Brum (2011)⁵¹ e Natal (2014)⁵², isto é, com quantidade limitada de documentos e estado precário de conservação dos mesmos.

Também foi promovida a observação participante sistemática das plenárias da FBCERJ, a qual se estendeu aos desfiles realizados durante o período de carnaval, desde o preparo dos mesmos até sua apresentação, e aos eventos promovidos pelos blocos de enredo no período.

As entrevistas semiestruturadas foram feitas a partir de duas abordagens, sendo a primeira focada em grupos de memórias nas agremiações e entidades gestoras e a segunda a partir de entrevistas individuais com profissionais e ocupantes de cargos públicos.

Por fim, também foi promovido o recorte geográfico dos municípios inspirado pelas principais rodovias que ligam os municípios da Baixada Fluminense à cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, dois eixos foram estabelecidos. O primeiro eixo foi chamado de Washington Luiz (compreendendo municípios como São João de Meriti, Magé e Duque de Caxias). O segundo eixo foi chamado de Via Dutra (compreendendo municípios como Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e Japeri).

Leituras sobre os números e distribuições dos blocos de enredo da Baixada Fluminense

Em primeiro lugar, foram sistematizados o número de blocos de enredo e seus municípios de origem, considerando quatro anos na amostra. A escolha do período temporal não foi feita de forma aleatória e sim se baseando em intervalos semelhantes e que expressassem em números os dramas sociais vividos pela FBCERJ. A listagem apresentada foi obtida através da triangulação de documentos e matérias jornalísticas, pois, por exemplo, periódicos como *O Globo* e *Jornal do Brasil* apresentavam a ordem completa dos desfiles e mapas de apuração das notas; e o periódico *A Luta Democrática* possuía uma seção dedicada durante todo o ano às atividades carnavalescas, permitindo estabelecer a localidade dos blocos de enredo. Complementando esta operação, foram inseridos os dados do acervo da FBCERJ e da publicação da RIOTUR (1991). Por fim, apresentam-se os anos adotados e os dramas sociais de cada momento:

(i) 1979 – ano em que a FBCERJ contou com o maior número de filiados, em parte explicado pelo interdito imposto pela Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro (AESCRJ) no que tange à admissão de novos membros entre os anos de 1973 e 1985;

(ii) 1990 – Após a greve de 1988 dos filiados à FBCERJ contra a administração do carnaval realizada pela RIOTUR e a criação da Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA), a AESCRJ passou a filiar dezenas de blocos de enredo, justificando que se tratavam de agremiações estruturadas e com condições de alterarem seu estatuto carnavalesco;

(iii) 2003 – Após o conflito entre a AESCRJ e a LIESA na segunda metade da década de 1990, a AESCRJ flexibilizou ainda mais a filiação de blocos de enredo oriundos da FBCERJ;

51. No trabalho de Brum, ao comentar sobre os arquivos das escolas de samba e dos blocos de enredo da região da Cidade Alta, o autor atesta que “O fim dos blocos carnavalescos também implicou na perda de seus arquivos referentes, novamente, ressaltando-se que não foi possível comprovar sua existência anterior, pois, no caso do Barriga, por exemplo, a presidente honorária Nilza Sabino reunia poucos e recentes documentos do bloco, não existindo um acervo próprio” (Brum, 2011, p. 327).

52. O trabalho de Natal (2014) discorreu sobre as narrativas acerca das memórias empreendidas por um setor administrativo da agremiação (através do departamento cultural) e por um dos integrantes fundadores do G.R.E.S. Acadêmicos do Salgueiro, escola de samba pertencente à principal divisão hierárquica. Desta forma, infere-se em um primeiro momento que esta situação é comum, em grau maior ou menor, a qualquer escola de samba ou bloco de enredo. Com isso, o fator econômico não poderia ser elencado para explicar a incipiente documentação mantida nestas agremiações, tratando-se de um problema estrutural destas entidades carnavalescas.

(iv) 2016 – Quadro contemporâneo dos blocos de enredo filiados à FBCERJ após três décadas de decréscimo contínuo no quadro de filiados por conta das migrações para a AESCRJ ou pelo encerramento de suas atividades.

Importante ressaltar que esta passagem de blocos de enredo para escolas de samba teve como grande influenciadora a mudança da atuação política da RIOTUR na execução da política municipal de turismo no que tange à organização do carnaval da cidade, a qual, por exemplo, reduziu a quantidade de blocos de enredo incluídos nos contratos de prestação de serviços (além da diminuição da verba destinada à FBCERJ) e o aumento da diferença dos valores repassados em relação às escolas de samba filiadas à LIESA e à AESCRJ.

No entanto, a análise dos dados mostra a diferença de configurações dos carnavais nos eixos propostos na metodologia. Em ambos os casos, o poder público mostrou-se presente no apoio financeiro às manifestações nos principais municípios da Baixada Fluminense a partir da década de 1970. Porém, no tocante às agremiações participantes, é importante destacar a participação diferenciada. Os números apresentados na Tabela 1 mostram que o Eixo Washington Luiz possui maior participação no carnaval dos blocos de enredo promovido na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 1 - Número de blocos de enredo de acordo com a região da Baixada Fluminense

Ano	Quantidade de blocos de enredo desfilantes do Eixo Washington Luiz	Quantidade de blocos de enredo desfilantes do Eixo Via Dutra
1979	21	11
1990	16	06
2003	06	06
2016	05	01

Fonte: Autor

Analisando os dados da Tabela 2, sobre a participação dos blocos de enredo da Baixada Fluminense no carnaval carioca ao longo dos anos, tendo como inicial recorte temporal o final da década de 1970 e a década de 1980, quando a FBCERJ experimentou um crescimento exponencial de filiados, e passando pelas décadas de 1990, 2000 e 2010, marcadas pela queda acentuada no número de filiadas, resultante das crises de representatividade da entidade gestora, aqui tratadas como dramas sociais, utilizando-se do conceito proposto por Turner (1974), observam-se um crescimento e uma posterior estabilidade no percentual de agremiações participantes, mostrando organicidade nesta inserção.

Tabela 2 - Número total de blocos de enredo, número de blocos de enredo da Baixada Fluminense e percentual destas agremiações por ano nos desfiles do carnaval carioca

Ano	Quantidade total de agremiações desfilantes	Quantidade de agremiações desfilantes da Baixada Fluminense	Representação percentual no ano
1979	171	32	18,7%
1990	91	22	24,2%
2003	33	12	36,4 %
2016	19	06	31,6 %

Fonte: Autor

Ao consultar as listagens mostradas nos Quadros 1 a 4, referente aos blocos de enredo

participantes dos desfiles nos anos exemplificados nas Tabelas 1 e 2, constata-se que somente blocos de enredo do Eixo Washington Luiz encontram-se presentes em todos os períodos, como os blocos de enredo Império do Gramacho, do China e Unidos da Laureano, corroborando a verificação da diferença de participação em relação àqueles do Eixo Via Dutra.

Quadro 1 - Blocos de enredo da Baixada Fluminense no carnaval carioca de 1979

Duque de Caxias (11 agremiações)	Unidos do Gramacho; Sai Como Pode; Unidos do Parque Felicidade; da Mocidade; Unidos da Laureano; do China; Império do Gramacho; Três Unidos do Lote XV; Lambe Copo; Portelinha; Unidos da Fronteira.
São João de Meriti (09 agremiações)	Mocidade de São Mateus; Inocentes da Guarani; Coração de Éden; Arrastão de São João; Flor da Vila Norma; Nosso Sonho; Gavião da Baixada; Independente; Unidos da Galeria.
Magé (01 agremiação)	Bole Bole
Nilópolis (04 agremiações)	Deixa Comigo; Baixada do Sapo; Fusão de Nilópolis; Dragões de Nilópolis.
Nova Iguaçu (07 agremiações)	Leão de Iguaçu; Unidos de Édson Passos; Roda Quem Pode; Anjos da Guarda; Bafo do Cabrito; Sangue Jovem; Passo do Ganso.

Fonte: Autor

Quadro 2 - Blocos de enredo da Baixada Fluminense no carnaval carioca de 1990

Duque de Caxias (11 agremiações)	Sai Como Pode; Tubarão; Unidos do Parque Felicidade; Inocentes do Jardim Metrôpoles; Pavão da Vila Rosário; Império da Leopoldina; Unidos da Laureano; do China; Império do Gramacho; Três Unidos do Lote XV; Unidos da Fronteira.
São João de Meriti (05 agremiações)	Mocidade de São Mateus; Coração de Éden; Unidos do Vilar dos Telles; Arrastão de São João; Flor da Vila Tiradentes.
Nilópolis (02 agremiações)	Cem de Nilópolis; Dragões de Nilópolis.
Nova Iguaçu (04 agremiações)	Unidos de São Nicolau; Imperatriz Iguaçuana; Unidos de Édson Passos; Roda Quem Pode.

Fonte: Autor

Quadro 3 - Blocos de enredo da Baixada Fluminense no carnaval carioca de 2003

Duque de Caxias (06 agremiações)	Flor da Primavera; Império do Gramacho; do China; Esperança de Nova Campinas; Unidos de Parada Angélica; Simpatia do Jardim Primavera.
Belford Roxo (01 agremiação)	Acadêmicos de Belford Roxo
Japeri (02 agremiações)	Magnatas de Engenheiro Pedreira; Tradição de Japeri.
Nilópolis (01 agremiação)	Azul e Branco
Mesquita (01 agremiação)	Baronesa de Mesquita
Queimados (01 agremiação)	Roda Quem Pode

Fonte: Autor

Quadro 4 - Blocos de enredo da Baixada Fluminense no carnaval carioca de 2016

Duque de Caxias (05 agremiações)	Flor da Primavera; Império do Gramacho; do China; Unidos da Laureano; Esperança de Nova Campina.
Mesquita (01 agremiação)	Tradição Barreirense de Mesquita

Fonte: Autor

Dinâmicas da participação dos blocos de enredo da Baixada Fluminense no carnaval carioca

Há uma diferença nas dinâmicas, comparando os Eixos Via Dutra e Washington Luiz. Estas assimetrias se explicam a partir da configuração das agremiações do carnaval da Baixada Fluminense a partir da década de 1970.

No Eixo Via Dutra, há o caso dominante do G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis, o qual venceu a competição na principal divisão hierárquica do carnaval carioca das escolas de samba em 1976, 1977 e 1978, inserindo-se no denominado “grupo das grandes escolas de samba”. Este exemplo, conforme expõe Albuquerque (2019), passou a ser a instituição mais exitosa em projetar a identidade dos moradores de Nilópolis, além de ultrapassar fronteiras e influenciar a cultura do carnaval em municípios próximos, compreendidos no denominado Eixo Via Dutra. Por exemplo, em Nova Iguaçu, município que era o polo de certames entre agremiações, quando o carnaval foi institucionalizado na década de 1970, já o foi no modelo de escolas de samba, emulação esta fruto da influência do sucesso da Beija-Flor de Nilópolis.

Cabe destacar que, em Nova Iguaçu, a Associação de Blocos e Escolas de Samba de Nova Iguaçu (ASBENI), criada em 05 de outubro de 1971, desde sua constituição nunca promoveu concursos de blocos de enredo e congregava somente escolas de samba e blocos de embalo e de rua. Extinta em 2011, foi sucedida pela Liga da União de Blocos e Escolas de Samba de Nova Iguaçu (LUBESNI), a qual manteve o mesmo formato. Com o fim da realização dos desfiles das escolas de samba em Nova Iguaçu desde o carnaval de 2017, começa a ocorrer fenômeno semelhante (não igual) àquele durante a década de 1970 e 1980. Isto é, escolas de samba de Nova Iguaçu, como a Independente de Nova América, filiam-se à FBCERJ como bloco de enredo no intuito de continuar desfilando e conseguir participar dos contratos de prestação de serviços da RIOTUR com o consequente recebimento de verba⁵³.

Diretor do Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco (G.R.B.C.) Tradição Barreirense de Mesquita, Gérson⁵⁴ (2020) confirmou que, a partir da década de 1980, intensificou-se um fluxo migratório de componentes de blocos de enredo da cidade (como Azul e Branco e Dragões de Nilópolis) para o G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis, assim como do G.R.E.S. União de Nilópolis (extinta em 1991), agremiação esta que desfilou no carnaval carioca desde 1957, porém sem sequer ter participado da principal divisão hierárquica das escolas de samba. Este conjunto de performances, conjugado com as questões financeiras dos contratos de prestação de serviços da RIOTUR foram determinantes neste processo de contínua redução de blocos de enredo em Nilópolis e em outros municípios do Eixo Via Dutra. Por fim, cabe destacar que este processo de aglutinação em torno do G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis não foi orgânico, planejado, mas fruto dos resultados obtidos no carnaval carioca, diferente do que se verificou em Duque de Caxias.

⁵³. No caso atual das escolas de samba do Rio de Janeiro, as agremiações ingressantes integram o Grupo de Avaliação e não recebem qualquer tipo de auxílio financeiro para a preparação do carnaval. Desta forma, a filiação à FBCERJ volta a representar a oportunidade de auferir verba (mesmo que em quantidade reduzida em relação àquela destinada às escolas de samba das demais divisões hierárquicas), a qual colabora na confecção do desfile.

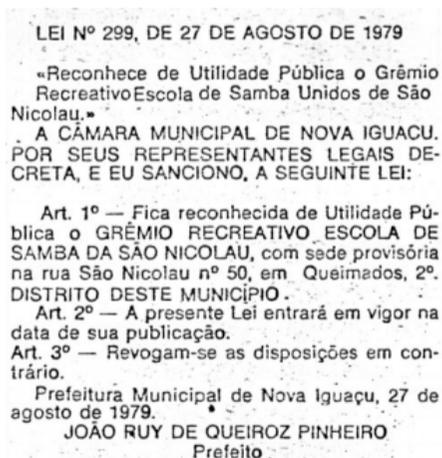
⁵⁴. Ao longo do texto, os entrevistados serão nomeados por pseudônimos no intuito de não serem identificados.

Ao longo das plenárias da FBCERJ era fato recorrente os comentários e constatações sobre que a questão de desfilar no Rio de Janeiro também estava na segurança de recebimento de verba, pois nos municípios da Baixada Fluminense isso variava conforme as administrações mudam de grupo político ou em cenários de alegadas crises econômicas. Casemiro (2020), diretor do G.R.B.C. Unidos da Laureano afirmou que há a questão da falta de uma política permanente de realização do carnaval nas cidades da Baixada Fluminense. Em tempos de crise econômica, políticas públicas distributivas para a área da cultura (como é o caso das verbas para a realização dos desfiles carnavalescos e de todo o custo para a promoção da festa) sempre são uma das primeiras a serem canceladas com a alegação de que seriam direcionadas a setores aparentemente fora da cadeia de produção de valor para os cofres públicos, ignorando estudos como o empreendido por Prestes Filho (2009).

Por outro lado, na cidade do Rio de Janeiro, segundo Guimarães e Silva (2016), há uma política pública de subvenção e gasto para a promoção e divulgação da festa carnavalesca desde a década de 1930. Outro motivo que sempre foi um grande propulsor deste movimento rumo à capital para participar do carnaval citadino foi o próprio fato de vir para a cidade do Rio de Janeiro, desfilando e sonhar a chegar a se apresentar no principal palco de desfile (antes, na Avenida Presidente Vargas, e, hoje, no Sambódromo)⁵⁵.

Em Nova Iguaçu, a passagem efêmera de muitos blocos de enredo no carnaval carioca explica-se pelo fato de que, como escolas de samba, não conseguiam se filiar à AESCRJ até o final da década de 1980. Desta forma, a estratégia de escolas de samba, por exemplo, como Unidos de São Nicolau (Figura 6), Leão de Iguaçu e Unidos de Édson Passos foi desfilarem na cidade do Rio de Janeiro como bloco de enredo (por vezes, adotando suaves mudanças no nome fantasia da agremiação), garantindo assim também o recebimento da verba destinada pela RIOTUR. Após a abertura das filiações na AESCRJ, as agremiações que ainda permaneciam em atividade saíram da FBCERJ e passaram a integrar os quadros da AESCRJ. Neste eixo, a exceção foi o G.R.B.C. Roda Quem Pode (que encerrou suas atividades em 2013), do município de Queimados, o qual aparece constando nos Quadros 1 a 3, e que nunca alterou seu estatuto de bloco de enredo.

Figura 6 - Lei de reconhecimento de utilidade pública do G.R.E.S. Unidos de São Nicolau em seu município-sede



Fonte: Câmara Municipal de Nova Iguaçu (1979).

Por outro lado, no Eixo Washington Luiz, somente com a fundação do G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, uma escola de samba da região se estabeleceu na primeira divisão

⁵⁵. Um dos motivos da greve dos blocos de enredo em 1988 foi a retirada do desfile de sua principal divisão hierárquica do Sambódromo, promovida pela RIOTUR em um movimento de mudança da gramática política que passou a reger a mediação de capitais econômicos e simbólicos. Utilizando a tipologia proposta por Nunes (2003), a RIOTUR modificou sua atuação pautada em uma gramática política clientelista para uma corporativista na segunda metade da década de 1980. Outro fator mais específico à Baixada Fluminense foi a alteração da destinação dos recursos públicos no processo de consolidação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, criada em 1974, o qual afetou o direcionamento das verbas, marcada por um forte processo de urbanização.

hierárquica do carnaval carioca; fato este que ocorreu somente a partir da primeira metade da década de 1990. Desde a década de 1950, assim como em agremiações do Eixo Via Dutra, houve a participação de escolas de samba de Duque de Caxias e de São João de Meriti no carnaval da cidade do Rio de Janeiro. Porém, nenhuma destas conseguiu estabelecer acumulação de capital cultural e simbólico, como o procedido pelo G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis, para estabelecer uma hegemonia, já mencionada anteriormente e estudada no trabalho de Albuquerque (2019). Neste eixo, o polo de certames entre agremiações carnavalescas é o município de Duque de Caxias.

No caso das agremiações carnavalescas de São João de Meriti, ocorreu fenômeno semelhante àquele verificado em Nova Iguaçu. No momento em que a AESCRJ deixou de filiar novas agremiações, em 1973, nenhuma escola de samba de São João de Meriti encontrava-se desfilando na cidade do Rio de Janeiro. Conforme já mencionado anteriormente ao longo do texto, nesta época, havia o investimento do poder público com o intuito de desenvolver áreas culturais. Desta forma, motivou-se a criação, na cidade, da Associação dos Blocos e Escolas de Samba de São João de Meriti, mas com a participação no carnaval da cidade do Rio de Janeiro viabilizando-se como bloco de enredo filiado à FBCERJ. Da mesma forma que ocorreu em Nova Iguaçu, quando foi possível filiar-se à AESCRJ, agremiações como Arrastão de São João e Independente abandonam o estatuto de bloco de enredo na capital fluminense.

O carnaval caxiense quando se institucionaliza com a criação de Associação Carnavalesca de Duque de Caxias (ACDUC), em 18 de dezembro de 1979, já o faz no formato de blocos carnavalescos, os quais posteriormente assumiram o caráter de competição e reproduziram o modelo da FBCERJ. Durante a década de 1970 e 1980, os desfiles em formato de certame dos blocos de enredo ocorreram em Duque de Caxias de forma corrente. Aqui, é importante pontuar que, neste momento de institucionalização, os blocos carnavalescos de Duque de Caxias já se apresentavam com as características estéticas e musicais de blocos de enredo. A figura 7 mostra o carro alegórico e o prospecto com o enredo e a letra do samba-enredo do G.R.B.C. Império do Gramacho para o carnaval de 1972 (quando ainda se chamava Império do Bananal), além de uma foto do desfile do G.R.B.C. Flor da Primavera, quando desfilou no Grupo I da ACDUC, em 1982.

Durante este período, os desfiles organizados pela ACDUC chegaram a contar com três divisões hierárquicas. Desta época, Jonas (2017) e Edinho (2017), diretores do G.R.B.C. Flor da Primavera contaram sobre o fim das atividades da agremiação, as quais só foram retomadas em 2000. Segundo Jonas:

A gente chegou no auge em 1983, quando vencemos o Grupo I. Aí, despertou o interesse de um grupo em dirigir o bloco. Na época, todos os sócios votavam para a direção. Aí, esse pessoal filiou uma série de pessoas para ter votos e venceu a eleição. Depois, tivemos duas quedas seguidas em 1984 e 1985. Em 1986, nem desfilou no terceiro, o último grupo (JONAS, 2017).

Sobre esta terceira divisão hierárquica, Ernande (2020), diretor do G.R.B.C. Império do Gramacho relatou que: “Quando era criança, o Grupo III desfilava aqui, em Gramacho. Lembro destes desfiles que eram bem perto de casa” (ERNANDE, 2020). Um destaque a ser feito foi o fato do carnaval caxiense ser o único a atrair agremiações da cidade do Rio de Janeiro, certamente pela questão de ser um certame de blocos de enredo. Miriam (2016), diretora do G.R.B.C. do China, ao descrever estes desfiles, citou a participação por vezes do G.R.B.C. Novo Horizonte e do G.R.B.C. Coração Unidos de Bonsucesso, respectivamente dos bairros de Vigário Geral e de Bonsucesso da capital fluminense.

Figura 7 - Elementos dos desfiles do G.R.B.C. Império do Gramacho e do G.R.B.C. Flor da Primavera nas décadas de 1970 e 1980



G.R.B.C. Império do Gramacho – 1972



G.R.B.C. Flor da Primavera – 1982



G.R.B.C. Império do Gramacho – 1972

Fonte: Acervos do G.R.B.C. Império do Gramacho e do G.R.B.C. Flor da Primavera

A partir da década de 1990, em alguns anos não ocorreram os desfiles dos blocos de enredo, tendo como justificativa os cortes das verbas para a área da cultura, já exposto anteriormente na fala de Casemiro (2020), diretor do G.R.B.C. Unidos da Laureano. Porém, cabe ressaltar que, mesmo sem os desfiles, a ACDUC se manteve em atividade, promovendo, por exemplo, a Embaixada do Samba (Figura 8), evento de caráter único no mundo do samba da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Embaixada do Samba é um lugar de sociabilidade e integração entre os sambistas da cidade. Cabe destacar que não se trata de um evento como observado em escolas de samba onde a agremiação X recebe Y. Aqui, há uma circularidade dos blocos tendo como referência a cartografia da cidade, como construção espacial comum.

Figura 8 - Programação da Embaixada do Samba e sua realização nas quadras dos blocos de enredo



Embaixadas do Samba em Duque de Caxias
O toque fidalgo do Mundo do Samba

Todos os segundos domingos do mês, a partir das 14 horas, balanas, velhas-guarda, mestres-salas, porta-estandartes, compositores, cantores, diretores e assistentes de todos os Blocos Carnavalescos de Duque de Caxias têm um encontro marcado para uma grande festa de confraternização com almoço dançante, samba, pagode e muitas outras atrações

<p>Dia 17 de setembro</p>  <p>G.R.B.C. Flor da Primavera R. Marquês de Baependi, 95-A, Jardim Primavera</p>	<p>Dia 15 de outubro</p>  <p>G.R.B.C. do China Rua Francisca Tomé, 719, Centenário - D. Caxias</p>	<p>Dia 12 de novembro</p>  <p>G.R.B.C. Império do Gramacho Rua Pedro Lessa, 110, Gramacho - D. Caxias</p>
<p>Dia 10 de dezembro</p>  <p>R.B.C. Simpatia do Jardim Primavera Rua Alameda A, Lote 3, Jardim Primavera</p>	<p>Dia 14 de janeiro</p>  <p>G.R.B.C. Unidos da Laureano Praça do Bê: Rua Laurindo Rebelo, 3351, Dr. Laureano</p>	<p>Dia 11 de fevereiro</p>  <p>G.R.B.C. Esperança de Nova Campina Rua G, 327, Nova Campina, Duque de Caxias</p>
<p>Dia 11 de março</p>  <p>R.B.C. Unidos de Parada Angélica Rua Eldibrando Araújo, 85, Parada Angélica</p>	<p>Promoção:</p>  <p>Associação Carnavalesca de Duque de Caxias (ACDUC)</p>	

Programação da Embaixada do Samba 2006 / 2007



do China – 13/11/2016



Flor da Primavera – 15/11/2018

Fonte: Acervo da FBCERJ e fotos do autor

O evento reúne os blocos de enredo da cidade em sistema de rodízio. A partir do terceiro trimestre, mensalmente, uma agremiação recebe as demais. A comida é fornecida pelo bloco de enredo que sedia o evento e, na programação, apresentação de segmentos de forma integrada, reforçando a circularidade exposta no parágrafo anterior. Por exemplo, durante a parte musical em uma das embaixadas que compareci, na quadra do G.R.B.C. Flor da Primavera, em novembro de 2017, a bateria era composta por integrantes dos G.R.B.C. Flor da Primavera e do G.R.B.C. Império do Gramacho, sendo comandados pelo diretor de bateria do G.R.B.C. do China e o intérprete pertencia ao G.R.B.C. Esperança de Nova Campina.

Apesar desta organicidade cidadã, no entanto, a terminologia “bloco de enredo” nunca foi empregada de forma massiva, devido à dificuldade de explicar o porquê de um bloco desfilar sem ser considerado como se fosse “emular” uma escola de samba. Inclusive, esta liminaridade dos blocos de enredo se verifica junto ao público dos desfiles e aos órgãos públicos.

Por exemplo, Jonas (2017) e Edinho (2017), diretores do G.R.B.C. Flor da Primavera afirmaram que frequentemente, ao se reunirem com a secretaria municipal de cultura (ou outras secretarias e autarquias do poder local), há a necessidade de explicar o que são os blocos de enredo e a diferença entre eles e as escolas de samba e os blocos de embalo e de rua. Ernande (2020), diretor do G.R.B.C. Império do Gramacho, coaduna com as colocações anteriores e afirma que o termo “bloco de enredo” nunca foi usado em Duque de Caxias, incluindo pela imprensa local e até hoje vê sua agremiação ser confundida como bloco de embalo ou bloco de rua.

Com o crescimento do número de blocos de rua participantes da folia momesca na Região Metropolitana do Rio de Janeiro nas últimas três décadas, verificados, por exemplo, por Barros (2013), Fernandes (2017), Herschmann (2013) e Sapia e Estevão (2012), esta tarefa tornou-se mais complexa, influenciando, inclusive, na retirada do apoio do poder público municipal aos blocos de enredo desde 2016, último ano em que foram promovidos os desfiles dos blocos de enredo em Duque de Caxias. Por fim, os dois diretores do G.R.B.C. Flor da Primavera destacaram

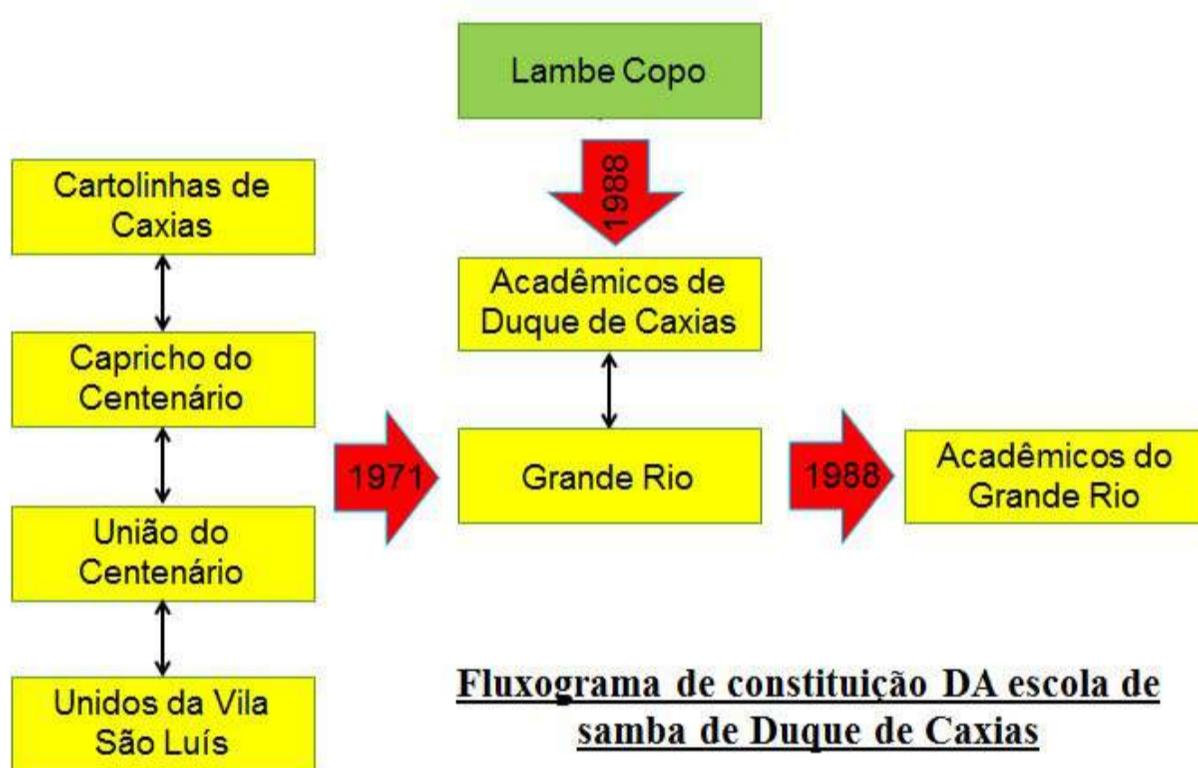
que a própria sigla dos blocos de enredo não colabora, pois expressa “Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco”, sem mencionar o termo “enredo”, fundamental na diferenciação e afirmação desta identidade e forma de fazer/brincar o carnaval em relação aos demais blocos (principalmente, hoje, em relação aos blocos de rua).

Por outro lado, devido à semelhança estética, os blocos de enredo caxienses são identificados pelo público como escolas de samba. Diretora do G.R.B.C. Esperança de Nova Campina, Juliana (2018) recorda que, nos três últimos desfiles, promovidos entre 2014 e 2016, no bairro de Santa Cruz da Serra, em uma proposta da prefeitura de deslocar este carnaval para outras partes da cidade, espalhando em maior grau os lugares carnavalescos do município, o público perguntava às pessoas que trabalhavam na avenida qual seria a próxima escola a desfilar.

Sobre a relação entre blocos de enredo e escolas de samba no Eixo Washington Luiz, os blocos de enredo de São João de Meriti trilharam o mesmo caminho das agremiações do Eixo Via Dutra. Isto é, transformaram-se em escolas de samba, filiando-se à AESCRJ, e também sem chegar e permanecer nas divisões hierárquicas principais.

O caso de Duque de Caxias é especial, pois há um esforço coletivo para a constituição de uma agremiação que representasse o município, sendo a escola de samba da cidade, descrita a seguir e ilustrada na Figura 9.

Figura 9– Fluxograma de constituição do G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio



Fonte: Autor

A primeira tentativa ocorreu na década de 1971, quando quatro escolas de samba (Cartolinhas de Caxias, Capricho do Centenário, União do Centenário e Unidos da Vila São Luís) fundiram-se para a criação do G.R.E.S. Grande Rio. Porém, a empreitada não obteve o sucesso planejado. A agremiação em questão sempre oscilou entre a terceira e a quarta divisão hierárquica das escolas de samba, jamais desfilando na principal pista de desfile do carnaval carioca.

Em 1988, houve uma grande mobilização na cidade, reunindo sambistas, empresários e pessoas com cargos eletivos para fundar uma escola de samba com a estrutura necessária para se estabelecer na principal divisão hierárquica, representando a cidade, mirando-se no exemplo do G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis. Entretanto, para se filiar à AESCRJ, havia a necessidade de ser uma agremiação oriunda de um bloco de enredo. Desta forma, utilizando-se da filiação

do G.R.B.C. Lambe Copo à FBCERJ, a migração ocorre e a nova agremiação é denominada como G.R.E.S. Acadêmicos de Duque de Caxias. No entanto, a nova agremiação iria começar sua trajetória na quinta divisão. Diretora do G.R.B.C. do China, Miriam (2016) relata que se iniciou uma série de tratativas no intuito de englobar a G.R.E.S. Grande Rio com dois objetivos: a) estreitar diretamente na terceira divisão hierárquica e b) unir a cidade de Duque de Caxias em torno de somente uma escola de samba. Miriam (2016) discorreu que esta segunda fusão não foi tão simples de se efetivar, mas veio a cabo ainda em 1988 para estreitar no carnaval do ano seguinte. Com isto, estava configurado o G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, a qual se encontra ininterruptamente no Grupo Especial das escolas de samba da cidade do Rio de Janeiro desde 1993.

No entanto, diferente do relatado por Gérson (2020), diretor do G.R.B.C. Tradição Barreirense de Mesquita, em Duque de Caxias não houve um esvaziamento dos blocos de enredo em prol da escola de samba. Há uma participação dos membros dos blocos de enredo no G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, seja como desfilantes ou membros da diretoria. Segundo Casemiro (2020), diretor do G.R.B.C. Unidos da Laureano, esta participação também se estabelece em um patamar mais orgânico ao discorrer sobre alas da escola de samba cuja responsabilidade de organização está sob a incumbência de um bloco de enredo caxiense. Por fim, uma complementaridade se estabelece de tal forma que Miriam (2016), diretora do G.R.B.C. do China afirmou que o bloco de enredo é importante para a localidade (Bairro Centenário), pois “400 pessoas que não conseguem desfilar na Grande Rio, acabam saindo no China” (MIRIAM, 2016).

Porém, cabe ressaltar que esta construção não se mantém isenta de conflitos. O diretor do G.R.B.C. Flor da Primavera, Jonas (2017) afirmava que a agremiação não tinha alterado seu estatuto para escola de samba devido a questões políticas externas, mas sem se aprofundar no assunto. Mas, em 2019, surgiu a segunda escola de samba de Duque de Caxias, o G.R.E.S. Flor do Jardim Primavera, basicamente constituído pelos membros do G.R.B.C. Flor da Primavera (o qual não se desfilou da FBCERJ). Em seu primeiro desfile, o G.R.E.S. Flor do Jardim Primavera não conseguiu o acesso e ainda permanecerá no Grupo de Avaliação, sem direito a receber verba da RIOTUR.

Considerações finais

A compreensão da dinâmica de participação dos blocos de enredo da Baixada Fluminense passa pela conjugação de fatores regionais, históricos, sociais, políticos, econômicos e simbólicos; não possuindo um padrão monolítico.

No ímpeto de configurarem grandes escolas de samba que representassem seus municípios no carnaval carioca, agremiações carnavalescas da Baixada Fluminense com o estatuto de blocos de enredo optaram pela mudança, mas não obtiveram o mesmo êxito do G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis.

A única exceção praticamente encontra-se no carnaval caxiense. Os blocos de enredo representam suas comunidades no município e a cidade de Duque de Caxias no carnaval carioca, mas também fornecem uma base fundamental para o desenvolvimento do G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, esta sim, uma escola de samba de grande porte e com um nível de representatividade similar à apresentada pela agremiação nilopolitana.

Considerando a liminaridade dos blocos de enredo no campo do carnaval, o modelo configurado no carnaval caxiense reconhece tal posição, porém o conjuga de forma fluida e não dicotômica, traduzindo aquilo que Antônio ([pseudônimo]2018), jornalista e cronista carnavalesco, entende como uma diferenciação não autofágica em relação às escolas de samba.

Mas, eu acho que os blocos de enredo tem que procurar um caminho talvez próprio. Não ficar preocupado com a questão da escola de samba. Tratar de criar pontes com as escolas de samba. [...] Fundei um bloco de enredo aqui em Y. Eu vou tentar me aproximar da escola de samba X e criar um laço com X para motivar o cara que gosta da escola X a gostar do meu bloco também. E dizer que é o seguinte: a região aqui vai ter uma grande escola de samba e um grande bloco. A gente vai ser campeão das escolas de samba e campeão dos blocos (ANTÔNIO, 2018).

Adicionando outro ponto a esta questão, a diretora do G.R.B.C. Esperança de Nova Campina, Juliana (2018) cita o sonho cada vez mais irreal de chegar às principais divisões hierárquicas das escolas de samba e desfilar no principal palco dos desfiles do carnaval carioca, a Passarela Professor Darcy Ribeiro, conhecido popularmente como Sambódromo. Segundo ela, é o dilema de “ser um grande bloco de enredo ou uma pequena escola de samba” (JULIANA, 2018).

O TURISMO COMO ESTRATÉGIA PARA ESTRUTURAR AS CIDADES DA REGIÃO TURÍSTICA BAIXADA VERDE

Isabela de Fátima Fogaça. Doutora em Geografia.

Professora do Departamento de Administração e Turismo da UFRRJ e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade.

Maria Angélica Maciel Costa.

Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Professora do Departamento de Administração e Turismo da UFRRJ.

Teresa Cristina de Miranda Mendonça.

Doutora em Ciências Sociais. Professora do Departamento de Administração e Turismo da UFRRJ.

Introdução

Este capítulo é parte das investigações sobre as políticas públicas de lazer e turismo implementadas na região turística Baixada Verde entre os anos de 2018 e 2020. A proposta, neste texto, é refletir sobre a possibilidade do turismo atuar como agente capaz de melhorar a qualidade urbana (infraestrutura e lazer, principalmente) de cidades metropolitanas periféricas. Historicamente, as grandes metrópoles latino-americanas apresentam alguns problemas em comum, em especial, a exclusão e segregação social, a ausência de infraestrutura e serviços urbanos, a poluição e a violência. Neste capítulo, a região alvo da pesquisa não difere desta regra. Localizada na vertente oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a Baixada Fluminense é um território fortemente marcado por indicadores socioambientais que reforçam a desigualdade socioterritorial, um dos grandes desafios da gestão pública e para o desenvolvimento regional.

Com população estimada de 3,7 milhões de habitantes, o equivalente a cerca de 23% da população do estado do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense apresenta os piores indicadores de renda e de pobreza do estado, segundo o relatório do “Painel regional: Baixada Fluminense I e II”, elaborado pelo Observatório Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/RJ - 2016 (SEBRAE/RJ, 2016).

Todavia, mesmo diante de um quadro pouco satisfatório com relação a indicadores sociais e ambientais, bem como de uma visão pessimista da população local, sobre as potencialidades naturais e culturais ali existentes para o desenvolvimento do turismo, no ano de 2017, um grupo formado por gestores públicos, sociedade civil e empresários se uniram para fomentar o turismo como um meio de melhorar as condições urbanas, ambientais e socioeconômicas da região.

Com base nas orientações do Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo (MTur), o grupo citado anteriormente conseguiu mobilizar 10 municípios da Baixada Fluminense a trabalharem em prol do fortalecimento de uma Instância de Governança Regional (IGR) para discussão e planejamento do turismo na região. Um dos resultados foi a alteração do nome da região turística⁴ no mapa do turismo brasileiro – antes denominada “Baixada Fluminense”, para “Baixada Verde” – devido à presença de um vasto território de áreas naturais protegidas dentro de seus limites.

É importante observar que dos 13 municípios da Baixada Fluminense, 10 deles fazem parte da Região Turística Baixada Verde, são eles: Belfort Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Os

três municípios ausentes participam de outras IGRs, em função da localização e características geográficas e históricas – Itaguaí faz parte da Região Turística Costa Verde; Guapimirim da Região Serra Verde Imperial e Paracambi da Região Vale do Café.

Um marco importante para o fortalecimento da IGR Baixada Verde foi a elaboração, no ano de 2017, do “Planejamento Estratégico da região turística Baixada Verde”, um documento construído de forma participativa, com a condução do Sebrae/RJ e lançado no início do ano de 2018. A “visão” para a Baixada Verde ali definida foi: “ser reconhecida como uma região turística acolhedora, que se orgulha de sua identidade, de sua diversidade e de sua atratividade, gerando desenvolvimento sustentável” (SEBRAE, 2017, p. 44). O plano se desenhou em 5 eixos estratégicos: i) infraestrutura; ii) políticas públicas; iii) qualificação; iv) mercado; e, v) gestão e monitoramento.

Entre as diversas e importantes ações empreendidas desde o lançamento do Planejamento Estratégico, este texto visa analisar as ações e os avanços discutidos nas reuniões da IGR, que aconteceram no segundo semestre de 2020, cuja pauta tratou de avaliar o andamento do alcance das metas previstas no documento. Para isto, os representantes dos municípios que compõem a IGR receberam, previamente, planilhas para preencherem indicando o “status atual” de cada uma das metas elencadas no que tange aos 5 eixos estruturantes do documento, sendo necessário indicar, ali, se as ações se encontravam “realizadas”, “não realizadas” ou “em andamento”. Sobre este ponto, é importante destacar que com a crescente exigência da sociedade por serviços públicos de maior qualidade, eficácia e eficiência, a avaliação de políticas públicas se mostra cada vez mais indispensável (OLIVEIRA; PASSADOR, 2019).

Assim, o objetivo deste capítulo é refletir sobre o potencial do turismo enquanto uma atividade capaz de gerar melhorias urbanas, através de um estudo de caso sobre a Baixada Fluminense. Pretendemos, assim, analisar os avanços referentes ao eixo 1 (infraestrutura) do Planejamento Estratégico, cuja proposta é: “desenvolver o turismo na Baixada Verde, provendo os municípios de infraestrutura turística adequada para a expansão da atividade e melhoria dos produtos e serviços ofertados” (SEBRAE, 2017, p. 56).

De acordo com o relatório “Índice de competitividade do turismo nacional”:

A infraestrutura adequada é essencial para destinos turísticos e aparece, principalmente, na forma de transporte ou acesso (estradas, ferrovias, aeroportos, estacionamentos), serviços de utilidade pública (saneamento básico, eletricidade, comunicações) e outros serviços (saúde, segurança), devendo ser compartilhada entre residentes e visitantes (BARBOSA, 2015, p. 58).

Ainda de acordo com Beni (2003), a infraestrutura necessária ao turismo se divide em básica e específica. A básica se refere à infraestrutura necessária a qualquer atividade econômica e à moradia na cidade. Já a específica é relativa às necessidades que provêm do desenvolvimento e crescimento do turismo. Como exemplo, podemos citar a ampliação da infraestrutura básica do município em função dos fluxos de visitantes ou obras diretamente relacionadas ao turismo, como a estruturação de vias de acesso a áreas turísticas, construção de mirantes para contemplação da paisagem, centros de informação turísticas, portais, entre outras.

Nesse sentido, este recorte se justifica devido ao fato da área objeto de estudo ser uma região carente em serviços e infraestrutura; sendo assim, o turismo passa a ser mais um argumento que pode contribuir para captação de recursos de financiamento de infraestrutura para a região.

Que pese a importância de realização de avaliações periódicas sobre o alcance de metas definidas em planos e projetos, a relevância desta temática foi impulsionada com o contexto da pandemia mundial da COVID-19 (ainda em curso em 2021), pois expõe que não é mais possível que os governos deixem de priorizar políticas públicas urbanas que gerem qualidade de vida, bem-estar e saúde às populações. A crise epidemiológica evidenciou a necessidade de melhoria

das condições de vida das populações por meio de programas habitacionais e intervenções urbanísticas que priorizem a segurança sanitária e os espaços de lazer nas proximidades das áreas de moradias.

Como procedimentos metodológicos, foram aplicados: i) pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática “turismo e infraestrutura”; ii) análise de conteúdo (MINAYO, 1994) tanto do documento “Planejamento Estratégico da Baixada Verde”, quanto da planilha (preenchida pelos representantes das prefeituras da Baixada Verde) sobre o “status atual” de cada uma das ações previstas no “Planejamento Estratégico” (com exceção do município de Belford Roxo, que não preencheu este documento); e, iii) a observação em reuniões *online* da IGR Baixada Verde, realizadas nos dias 13, 20 e 27 de agosto de 2020. Estes encontros tiveram como objetivo avaliar os avanços e desafios para a execução do Plano Estratégico no período de janeiro de 2018 a agosto de 2020. As reuniões *online* foram gravadas e tiveram alguns trechos transcritos.

Visando atingir os objetivos propostos, este capítulo se estrutura da seguinte maneira: na primeira parte, apresentamos uma discussão sobre o turismo e seu planejamento como política pública na região Baixada Fluminense; em seguida contextualizamos a elaboração e os princípios do Planejamento Estratégico da Baixada Verde; por fim, discutimos a importância da implementação de infraestrutura ao setor de turismo, bem como apresentamos a análise dos resultados e discussões sobre os avanços alcançados na execução das metas do eixo 1 definidas no “Planejamento Estratégico da Baixada Verde”.

Baixada Fluminense e Turismo: a “Baixada Verde”

Trabalhar em prol do turismo na Baixada Fluminense pode parecer algo sem sentido para a maioria das pessoas, já que estamos lidando com uma região imersa em problemas socioambientais tão severos que sua imagem foi, constantemente, propagada pela imprensa como “[...] um ‘outro’ exótico e perigoso, ‘terra sem lei’, ‘terra de ninguém’, lugar da falta de ação política e policial, um espaço de desmandos, pobreza, insegurança, valas negras, falta de cultura e atraso, dentre algumas das muitas concepções negativizadoras [...]” (ENNE, 2013, p. 9). Características estas, divulgadas diante das mazelas sociais, reflexo de uma realidade em que a desigualdade social é um grande desafio, tal como o caso do município de Duque de Caxias que, à revelia do seu crescimento econômico, permanece apresentando pequena evolução das condições sociais de seus moradores (CAMAZ, 2015).

De fato, a Baixada Fluminense não é nenhum “paraíso” com possibilidades, facilmente perceptíveis, de se tornar um destino turístico. Como apresentado, a região possui os piores indicadores sociais de pobreza e renda do estado do Rio de Janeiro, e muito disso se dá pela precariedade de infraestrutura e de políticas públicas para mudar essa realidade (Tabela 1).

Quadro 1- Dados sociais e de infraestrutura dos municípios da Baixada Fluminense

Município	% da população de pobres (2010) ⁵⁶	Coefficiente de Gini ⁵⁷ (2010)	% domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (2010) ⁵⁸	Taxa estimada de homicídios para os municípios com mais de 100 mil habitantes (2017) ⁵⁹
Estado do Rio de Janeiro	26,0	0,599	40,6	42,2
Belford Roxo	37,7	0,461	38,1	56,8
Duque de Caxias	32,8	0,489	68,2	62,9
Guapimirim	34,1	0,517	49,7	-
Itaguaí	32,3	0,495	54,1	68,4
Japeri	45,9	0,471	26,8	65,0
Magé	34,8	0,514	24,5	66,5
Mesquita	30,9	0,490	62,3	53,8
Nilópolis	23,3	0,481	91,3	69,0
Nova Iguaçu	35,5	0,517	53,3	60,9
Paracambi	32,4	0,484	59	-
Queimados	37,5	0,462	47,4	115,6
São João de Meriti	29,4	0,463	46,9	55,1
Seropédica	30,4	0,494	19,7	-

Fonte: Sebrae, 2016/ Sebrae, 2016/ IBGE Cidades, 2021/IPEA. Atlas da Violência, 2019.

Apesar das precariedades descritas a partir dos dados apresentados na Tabela 1, o turismo como política pública aparece para a região como uma alternativa e um argumento potente para atrair recursos financeiros e alavancar o desenvolvimento local e regional. É relevante citar, por exemplo, a possibilidade de recebimento de repasses de recursos federais através da participação e certificação no “Mapa do Turismo Brasileiro”, concedida aos municípios através do MTur.

O mapa é uma política pública que visa agrupar municípios de acordo com o desempenho de suas economias do turismo, com base na análise de cinco variáveis definidas pelo MTur. Os municípios enviam a documentação e, após análise, são enquadrados em uma das cinco categorias existentes no mapa. Estas categorias vão de “A” – as capitais e os municípios com maior fluxo turístico, maior número estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem, até “E” – municípios que zeraram as cinco variáveis estabelecidas na metodologia, mas apresentam os critérios mínimos para do mapa (BRASIL, 2019).

Desse modo, o “Mapa do Turismo Brasileiro” é um instrumento de acompanhamento do desempenho das economias turísticas locais e auxilia na priorização de investimentos por programas do MTur, incluindo ações de infraestrutura, qualificação profissional e promoção dos destinos. Os municípios certificados no “Mapa do Turismo Brasileiro” podem pleitear o acesso a recursos destinados pelo MTur para fomento ao setor, pois a certificação atesta que o município tem engajamento com a atividade. No caso da IGR Baixada Verde, os municípios estão assim categorizados:

56. A linha de pobreza utiliza metade do salário-mínimo de 2010, ou seja, R\$ 255.

57. O coeficiente de Gini mede a desigualdade de renda e varia entre zero (igualdade perfeita) e um (desigualdade total).

58. Domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

59. Somente 8 municípios no Brasil superaram 100 homicídios por 100 mil habitantes, Queimados está entre eles, é a cidade mais violenta do estado, correlacionado à disputa de território por milícia e tráfico de drogas. E de 310 municípios que entraram no ranking por ter mais de 100 mil habitantes, somente 59 possuíam índice acima de 60 mortes por 100 mil habitantes. Na Baixada Fluminense 7 dos 10 avaliados com população maior de 100 mil habitantes possuíam mais de 60 homicídios/100 mil hab. A média brasileira foi 37,6 mortes/100 mil hab. e a mediana de distribuição 30,7, uma vez que um grupo menor de municípios eleva a média geral. Na capital fluminense a taxa foi estimada em **35.6 (IPEA, 2019)**.

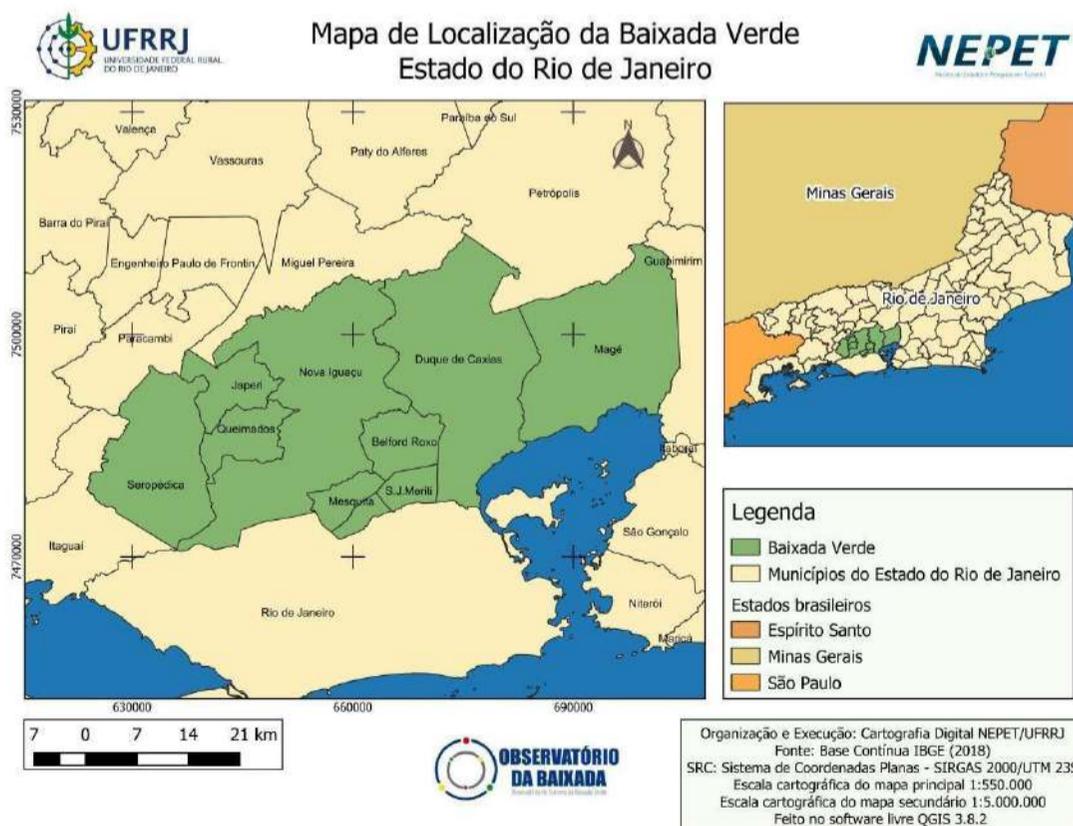
Quadro 2- Categorização dos Municípios da Baixada Verde em relação a Certificação no Mapa do Turismo.

Belford Roxo e Seropédica	Não certificados por não atenderem aos critérios mínimos
Duque de Caxias	B
Japeri	D
Magé	C
Mesquita	D
Nilópolis	D
Nova Iguaçu	C
Queimados	D
São João de Meriti	B

Fonte: (BRASIL, 2019)

Portanto, no intuito de alcançar os benefícios que podem ser alavancados a partir do desenvolvimento do turismo, mesmo diante de um quadro pouco satisfatório com relação a indicadores sociais e econômicos, bem como de baixa autoestima da população local com relação às “qualidades” naturais e culturais ali existentes, conforme já dito na introdução deste capítulo, no ano de 2017, deu-se início às mobilizações em prol do turismo na região. Com base nas orientações do Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2004), o grupo formado por gestores públicos, empresários e sociedade civil mobilizou 10 municípios da Baixada Fluminense (Figura 1) a trabalharem com o objetivo da criação e do fortalecimento de uma Instância de Governança Regional (IGR) para discussão e planejamento do turismo na região.

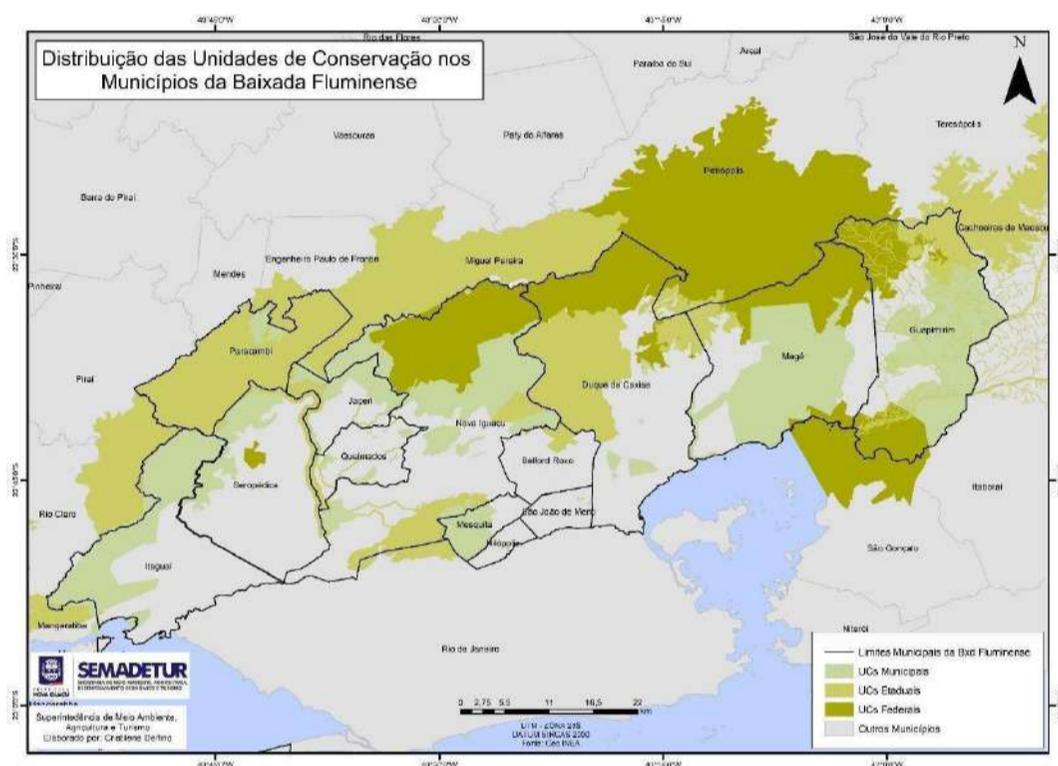
Figura 1 - Mapa Baixada Verde



Autor: Cleber Castro, 2019

Uma das primeiras decisões deste grupo foi a alteração do nome da região turística⁵ no mapa do turismo brasileiro, antes denominada “Baixada Fluminense”, para “Baixada Verde”, devido à presença de um vasto território de áreas naturais protegidas dentro de seus limites. Estão presentes na região, 88 áreas protegidas na Baixada Fluminense (Figura 2) e 66 nos 10 municípios que compõem a região turística Baixada Verde (18 em Nova Iguaçu; 11 em Magé; 8 em Duque de Caxias; 4 em Mesquita; 11 em Japeri; 11 em Queimados; 5 em Seropédica; 4 em Belford Roxo; 6 em São João de Meriti; e 1 em Nilópolis). Isto representa, aproximadamente, 126035,28 hectares de acordo com levantamento feito pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMADETUR) de Nova Iguaçu em 2020, formando um corredor verde ao unir-se com as regiões turísticas Serra Verde Imperial (por Guapimirim como se vê na figura 2)⁶⁰ e com a região turística Costa Verde (por Itaguaí)⁶¹.

Figura 2 - Distribuição das Unidades de Conservação nos 13 municípios da Baixada Fluminense



Fonte: Semadetur (2020)

O adjetivo “verde” traz para a região Baixada Fluminense um novo valor qualitativo e de relevância para a sua imagem, com o objetivo de ter no turismo uma alternativa econômica para o desenvolvimento local e regional, bem como ser uma atividade capaz de impulsionar a estruturação de áreas naturais protegidas e espaços urbanos, assim como de revelar e valorizar os patrimônios e manifestações histórico-culturais. Este fato pode ser identificado na missão desenhada para a Baixada Verde no Plano Estratégico de: “acolher e surpreender por meio de nossa riqueza histórico-cultural e natural, porque nossa diversidade gera oportunidades” (SEBRAE, 2017, p. 45).

É importante destacar que a decisão de mudança de paradigma – tirar o foco dos estigmas que envolvem a nomenclatura “Baixada Fluminense” e ressaltar as potencialidades da “Baixada Verde” – não é algo simples e envolve inúmeras variáveis que vão além de uma estratégia de *marketing*. Assim, com o fomento da Baixada Verde, foi dado o pontapé inicial em um projeto regional que requer o aprimoramento da gestão compartilhada de políticas públicas (de médio a longo prazo), demanda vontade política, sensibilização para o tema do turismo (pois é uma

⁶⁰. A região Turística Serra Verde Imperial é formada pelos municípios Guapimirim; Petrópolis; Teresópolis; Nova Friburgo, Cachoeira de Macacu.

⁶¹. A região Turística Costa Verde é formada pelos municípios de Itaguaí; Rio Claro; Mangaratiba; Angra dos Reis e Paraty.

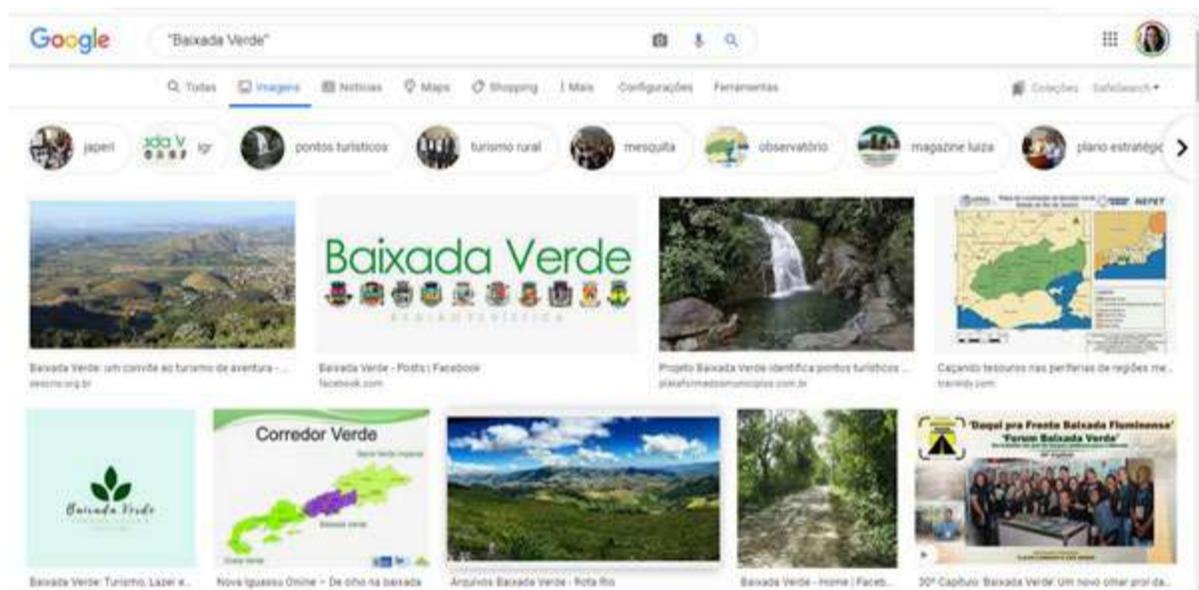
proposta que, à primeira vista, causa estranhamento) e envolvimento da população local e da iniciativa privada.

Enne (2013), mesmo fazendo uma crítica sobre o contraponto que a matéria coloca sobre a Baixada como um “lugar feio e violento”, destaca um artigo do *Jornal do Brasil*, de 22 de julho de 1990, intitulado “O outro lado da Baixada”, e que tinha como subtítulo “A região mais pobre do estado derrota as estatísticas negativas com beleza e trabalho”, que cabe aqui lembrarmos. A matéria apresenta o “outro lado da Baixada” através de referências à beleza natural, calma, tranquilidade, “jeito de roça”, passado histórico, música, poesia, empresas de porte e espaços para a diversão. Ao final, o repórter conclui que “tudo isso na Baixada Fluminense, a 40 minutos do Rio” (ENNE, 2013, p. 16). Portanto, já na década de 1990, essa reportagem demonstrava o potencial em riquezas naturais ali presentes.

Com os trabalhos desenvolvidos, desde 2017, pela IGR Baixada Verde e Observatório de Turismo e Lazer da Baixada Verde, reportagens com matérias sobre as potencialidades naturais da região, agora com a perspectiva do lazer e do turismo, têm sido cada vez mais comuns. Desse modo, no que se refere à imagem — mesmo sabendo que a Região turística da Baixada Verde e a Baixada Fluminense se constituem do mesmo território físico geográfico e com problemas socioambientais inegáveis — a Baixada Verde já ganha novos enfoques jornalísticos.

Por exemplo, caso uma pessoa busque pela palavra-chave “Baixada Verde” em uma plataforma virtual (*google* imagens, por exemplo), como resultado, as imagens fazem um convite ao turismo de aventura e são ilustradas por montanhas, cachoeiras, céu azul, trilhas, mapas e logomarcas produzidos sobre a Baixada Verde, além de encontros do grupo de gestores, sociedade civil e iniciativa privada (a IGR) em suas reuniões e eventos nos quais participaram (Figura 3), e o foco nas unidades de conservação da natureza.

Figura 3 - Página de busca das palavras-chave “Baixada Verde”



Fonte: Google.com

As imagens sugeridas na busca se diferem daquelas encontradas ao buscar pela palavra-chave “Baixada Fluminense”, que remetem à deficiência de infraestrutura, à problemática de segurança pública e violência vivida na região e de degradação ambiental (Figura 4).

Figura 4 - Página de busca das palavras-chave “Baixada Fluminense”



Fonte: Google.com

Além dos atributos naturais, os municípios que compõem a Baixada Verde também possuem uma rica história e um acervo cultural que precisam ser preservados e conhecidos. Logo, o direito de conhecer este patrimônio e preservá-lo (enquanto memória social), bem como usufruí-lo, deve ser levado em conta inclusive para a garantia da função social (BRASIL, 2001) e direito à cidade (LEFEBVRE, 2008).

Assim, no intuito do desenvolvimento do turismo na Baixada Fluminense é que se insere o Observatório de Turismo e Lazer da Baixada Verde da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), um projeto de extensão institucionalizado, desde 2018, no âmbito do Curso de Turismo, e que tem como um dos objetivos assessorar os municípios do Fórum da Baixada Verde no levantamento e sistematização de dados para o desenvolvimento do turismo na região. Como uma de suas primeiras ações, o Observatório realizou Inventários da Oferta Turística em seis municípios, nos anos de 2017, 2018 e 2019, que revelaram, para além do verde, uma região que se revela “multicolor”, materializado em seus bens culturais. Exemplificando, podemos citar as ruínas da antiga Vila de Iguaçu, o patrimônio ferroviário presente em municípios como Nova Iguaçu, Japeri e Magé, bens culturais históricos como a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, de Duque de Caxias, e o complexo histórico da vila de São Bento, protegidos por lei, as manifestações da imigração nordestina presentes na feira de Duque de Caxias e nos diversos restaurantes de Nova Iguaçu que retratam, pela gastronomia, a tradição deste povo que contribuiu para a formação social da Baixada Fluminense, entre outras.

É relevante, aqui acrescentar, que a elaboração dos inventários foi uma demanda que surgiu nas oficinas participativas para a construção do Plano Estratégico da Baixada Verde, na meta de realização, no curto prazo, alocada no “eixo 1”, pois pontuaram como “necessária a elaboração do inventário turístico dos municípios [...] de forma a identificar a sua potencialidade e o seu valor turístico” regional; e de forma complementar à sensibilização para o turismo (SEBRAE, 2017, p. 56). Destacamos que essa sensibilização não é voltada apenas à população da região, mas também aos gestores públicos locais, estaduais, nacionais e população do Brasil, como um todo, altamente influenciados pelos estigmas negativos divulgados sobre a Baixada Fluminense. O trabalho de mudança dessa imagem é necessário tanto no âmbito micro quanto macrorregional.

A abrangência de itens que compõem um Inventário da Oferta Turística corrobora para confirmar que o turismo é uma atividade econômica e social que envolve inúmeros setores, necessitando, assim, de uma ampla cadeia produtiva para a sua execução. O professor Mario Beni (USP) defende que o turismo deve ser estudado como um Sistema de Turismo (SISTUR)

devido ao fato de não se tratar de uma manifestação isolada, e que todas as áreas do meio ambiente natural e da vida social se interligam para produzi-lo através da vontade de seu agente (BENI, 2003).

Inclusive, cabe aqui reforçar a relação estreita existente entre questões de saúde e turismo, visto o momento atual de pandemia que o mundo vive, trazendo à tona a vulnerabilidade do SISTUR, que é um sistema aberto no ambiente onde está inserido. Desde que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou o isolamento social como uma das principais medidas para combater a pandemia, o turismo, que é uma atividade cujo deslocamento geográfico e interação social são inevitáveis, ficou extremamente prejudicado, e os países, em especial os europeus (que tem no turismo a sua principal atividade econômica), contabilizam prejuízos significativos no setor⁶².

Um outro resultado dos inventários realizados, apresenta um cenário, do ponto de vista do planejamento turístico, que se refere à infraestrutura necessária ao setor. Há na região a necessidade de intervenções e investimentos para a viabilização do turismo, a médio e longo prazo, o que mais uma vez justifica a temática aqui desenvolvida. Destarte, é sobre o item turismo e infraestrutura que este capítulo se debruça a partir das próximas seções.

O “Planejamento Estratégico da Baixada Verde” para o turismo

Elaborado no ano de 2017 e lançado em fevereiro de 2018, o “Planejamento Estratégico da Baixada Verde” para o desenvolvimento do turismo regional se originou a partir de quatro oficinas participativas realizadas nos dias 18 e 25 de outubro e 01 e 08 de novembro de 2017 pelo Sebrae/RJ, Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro (SETUR), secretários municipais de turismo e membros da IGR Baixada Verde, que mobilizaram a participação dos principais atores envolvidos com o turismo na região.

De acordo com o Sebrae/RJ (2017, p.15), a metodologia de elaboração do planejamento teve como base a “[...] escuta atenta das demandas desses atores. [...], aplicou-se [...] análise baseada em quatro aspectos: forças (strengths), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*)” envolvendo técnicas como: *World Café*, pela qual “é possível acessar e usar o conhecimento mais experiente sobre o que é mais relevante para o tema abordado” e *Open Space* “uma técnica de criação livre e colaborativa”, de modo a “[...] coletar de forma inovadora, as informações e ideias dos próprios participantes” (SEBRAE, 2017, p. 16). Além disso, foram, ainda, empregadas “análise das percepções com foco nas habilidades psicossociais” e “pesquisa secundária e sistematização das informações” (SEBRAE, 2017, p. 16).

Assim, desde então, o documento se constitui de um guia para nortear a IGR e cada órgão municipal de gestão do turismo, juntamente com seus conselhos, nas ações de desenvolvimento do turismo local e regional no prazo de cinco anos (de 2018 a 2022).

O eixo 1 (infraestrutura) do Planejamento Estratégico da Baixada Verde, como dito anteriormente, visa “prover os municípios de infraestrutura turística adequada para o fomento da atividade e melhoria dos produtos e serviços ofertados”. Para isso foram definidas 12 ações como se verifica no quadro a seguir:

62. De acordo com a *World Tourism Organization* há uma estimativa de redução de 910 bilhões a 1,2 trilhões de dólares em exportações relativas ao turismo no mundo em função da pandemia de COVID-19 (UNWTO, 2020).

Quadro 1 - Ações previstas no eixo Infraestrutura/ prazo/ responsável

Ação	Prazo	Responsável
1. Elaborar um inventário da oferta turística de cada município	Curto prazo	Secretaria municipal de turismo
2. Interpretar o resultado desse inventário	Curto prazo	Secretaria municipal de turismo/ IGR
3. Definir os segmentos prioritários para direcionar os investimentos	Curto prazo	Secretaria municipal de turismo/ IGR
4. Elaborar projetos de melhoria da infraestrutura turística do município	Curto prazo	Secretaria municipal de turismo
5. Acrescentar nos projetos a acessibilidade para o turismo inclusivo	Ação contínua	Secretaria municipal de turismo
6. Acompanhar os programas de investimentos de infraestrutura turística	Curto prazo	Secretaria municipal de turismo
7. Criar um banco de projetos	Médio prazo	IGR/ Instituição de ensino
8. Elaborar projeto de sinalização turística municipal	Médio prazo	IGR
9. Elaborar projeto de sinalização turística intermunicipal	Médio prazo	Secretaria municipal de turismo
10. Acompanhar as ações de infraestrutura para fins turísticos do município	Ação contínua	Secretaria municipal de turismo
11. Articular com as secretarias municipais/órgãos competentes a execução de obras de infraestrutura, com finalidades turísticas	Ação contínua	Secretaria municipal de turismo
12. Sensibilizar os secretários municipais de outras pastas para a importância da atividade turística	Curto prazo	Secretaria municipal de turismo

Fonte: SEBRAE, 2017, p. 56.

Foi com base neste quadro, que os gestores públicos preencheram uma planilha indicando quais foram as ações “realizadas”, “não realizadas”, bem como aquelas “em andamento”, no período de janeiro de 2018 a agosto de 2020. Tal planilha foi apresentada e discutida em 3 reuniões *online* da IGR Baixada Verde (com exceção do município de Belford Roxo que não preencheu esta planilha), nos dias 13, 20 e 27 de agosto de 2020. Estes encontros tiveram pauta única sobre a execução das ações definidas no Plano Estratégico, e é mais bem descrita no tópico “resultados” deste capítulo.

Infraestrutura e Turismo

De modo geral, há consenso de que a infraestrutura está intrinsecamente relacionada a toda estrutura de apoio para o desenvolvimento das localidades, seja no viés econômico, social, ecológico, entre outros. No caso específico do desenvolvimento de setores como o turismo, a infraestrutura mínima necessária para seu pleno incremento envolve uma diversidade de elementos já introduzidos em um determinado local, que são utilizados pelo setor para tornar possível suas atividades, além das infraestruturas específicas que devem ser implementadas a partir do crescimento de sua demanda (BENI, 2003). Como exemplo, podem ser citadas a infraestrutura básica, como no caso da rede de esgoto (que garante a conservação de recursos naturais, como os relacionados aos recursos hídricos tão valorizados pelo turismo); a infraestrutura e serviços de acesso e comunicação; bem como a infraestrutura específica (terminais turísticos, rodoviários, marítimos, mirantes, sinalização dos atrativos e equipamentos, entre outros). Estas últimas são implementadas de acordo com a tipologia de turismo desenvolvida no destino e com a demanda de fluxos de visitantes (BENI, 2003).

Assim, de acordo com Lopes Junior (2013, p. 385),

analisando os dados turísticos de uma localidade, como parte da infraestrutura existente, pode-se colaborar com a efetivação de um planejamento que visa à sistematização de ações e ordenamento de tarefas por parte do poder público prevendo a evolução dos processos.

Maciel (2011) destaca que o tema infraestrutura urbana é primordial para o desenvolvimento da atividade turística, uma vez que, “ao trazer qualidade de vida aos moradores, a melhoria na infraestrutura urbana também se reflete em qualidade para as atividades turísticas aos visitantes, sendo assim benefício para todos” (MACIEL, 2011, p. 1). Desta forma, pensar na organização e ordenamento dos espaços é fundamental para o desenvolvimento do turismo, tornar um destino atrativo e capaz de captar fluxos de visitação e, conseqüentemente, aprimorar as estruturas para os próprios municípios se beneficiarem.

O turismo é um fenômeno de expressões significativas no campo econômico, político e territorial, o que faz com que, na contemporaneidade, diversos municípios busquem se inserir neste mercado global de grande concorrência. No entanto, para ganhar maior espaço na fatia deste mercado global, os destinos turísticos necessitam buscar vantagens competitivas, diante da concorrência mundial acirrada. Assim, para auxiliar neste processo de avaliação da competitividade, a *World Economic Forum* (WEF) criou o Índice Mundial de Competitividade em Turismo (TTCI) (MONTANARI; GIRARDI, 2013). O TTCI apresenta 14 fatores de relevância para medir a competitividade de um destino turístico, sendo estes organizados em três elementos orientadores de competitividade.

Sistema Regulamentador: inclui os fatores de regulamentações e leis políticas, sustentabilidade ambiental, segurança e seguridade, saúde e higiene e priorização do turismo e viagem.

Infraestrutura e Meio-ambiente: tem os fatores de infraestrutura do transporte aéreo, infraestrutura do transporte público, infraestrutura do turismo, infraestrutura do ICT (internet) e preço competitivo em turismo e viagem.

Recursos Humanos, Culturais e Naturais: inclui além dos recursos humanos, naturais e culturais a questão da afinidade pelo turismo e viagem (MONTANARI; GIRARDI, 2013, p. 94).

Portanto, é perceptível que o requisito infraestrutura e serviços se relaciona, diretamente, nos dois primeiros elementos orientadores mundiais de competitividade em turismo, e, até mesmo, o terceiro elemento orientador tem relação com a existência de infraestruturas e serviços como, por exemplo, estruturas e serviços educacionais que qualifiquem recursos humanos para o setor.

No Brasil, a partir de uma parceria entre MTur, Sebrae Nacional e Fundação Getúlio Vargas (FGV), também em 2008, inspirados no índice criado pela WEF, foi criado o Índice de Competitividade do Turismo Nacional – para se ter uma espécie de “radiografia” do setor e saber o que é necessário melhorar. De acordo com Barbosa (2015, p. 19), para esse índice, a competitividade é entendida como “a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva”. A metodologia utilizada para medir a competitividade busca compreender as características de cada destino, sob a ótica da eficiência (recursos presentes no destino) em 13 temáticas, e como elas influenciam sua capacidade de gerar negócios (BARBOSA, 2015). Logo, os destinos devem se autoanalisar, nas 13 dimensões, com o objetivo de identificar os pontos fortes e fracos que auxiliam ou não no planejamento e no

desdobramento das vantagens competitivas no setor de turismo.

Entre as 13 dimensões avaliadas para se medir a competitividade dos destinos, 7 delas relacionam-se, direta ou indiretamente, à existência de uma infraestrutura adequada, o que evidencia a importância da infraestrutura para o desenvolvimento do setor de turismo em qualquer localidade. São elas: a primeira “Infraestrutura geral”, a segunda “Acessos”, a terceira “Serviços”, a sexta “Políticas públicas” (no que tange à estrutura municipal para apoio ao turismo), a nona “Economia local” (no que tange à infraestrutura de comunicação e Infraestrutura e facilidades para negócios e equipamentos turísticos), a décima primeira “Aspectos sociais” (no que tange ao acesso à educação), e, a décima segunda “Aspectos ambientais” (no que tange à capacidade da rede pública de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta e destinação pública de resíduos).

Ao descrever a dimensão “infraestrutura geral”, o documento afirma que:

A capacidade, em uma região, de atrair pessoas, eventos e negócios está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local oferecida. Nesse universo, estão incluídas desde condições estruturais necessárias para que as pessoas possam circular e usufruir de um conforto mínimo em visita a um destino até condições para que os negócios prosperem de modo sustentável. ... O desenvolvimento de um destino turístico requer, pois, a existência de uma infraestrutura capaz de atender à população residente e à flutuante que chega por intermédio da atividade turística ou de negócios (BARBOSA, 2015, p. 58).

Portanto, “assume-se que, quanto maior e mais diversificada a infraestrutura local, maior será a capacidade de atrair as pessoas que se dirigem à localidade com propósitos diferenciados” (BARBOSA, 2015, p. 58). Nesse sentido, os destinos mais competitivos são aqueles capazes de assegurar, a partir de suas características, maior quantidade ou captação de recursos, “sejam eles atrativos, serviços,[...] estruturas de qualificação, de acesso - e de executar ações continuadas para geri-los” (BARBOSA, 2015, p. 31). Assim, dentro da lógica de inserção no mercado, considera-se relevante se observar a implementação de infraestrutura de apoio ao setor como um dos principais requisitos para se assegurar a maior quantidade de recursos e a competitividade.

Maciel (2011) relata que, ao analisar o desenvolvimento do turismo nas esferas municipais, percebe-se que, normalmente, este acontece de forma pouco eficiente. Isto se dá em decorrência tanto da falta de planejamento que envolva a integração de diversos setores quanto da existência de uma infraestrutura precária. O autor se refere à infraestrutura urbana e de apoio às atividades ligadas ao turismo, ou seja, à inexistência de ordenamento territorial, à carência de recursos e estruturas, que resultam em inúmeras problemáticas, tais como deficitárias em qualificação profissional, saturação dos serviços, entre outros.

A *World Economic Forum* (2009 apud MONTANARI; GIRARDI, 2013) evidencia que lugares com elevados índices de violência, precariedade no sistema de saúde e higiene (qualidade de vida, saneamento básico, sistema de saúde, etc.), limitada oferta de infraestrutura do turismo e baixa qualidade do sistema de comunicação (ICT-internet), apresentam elementos críticos na variável da competitividade. Tal quadro se assemelha muito à realidade vivida nos municípios que compõem a Região Turística da Baixada Verde. Nesse sentido, para que a região alcance bons índices de competitividade para o setor de turismo, um dos pontos nevrálgicos é a melhoria da infraestrutura.

Desta forma, é pertinente levantar questionamentos no sentido de responder, diante destas diretrizes nacionais e até internacionais, como inserir a Região Turística da Baixada Verde em um mercado turístico competitivo, influenciado pelas lógicas globais. E assim, é fundamental entender como o IGR e cada município estão tratando as questões urgentes de planejamento urbano, essencialmente aquelas ligadas ao tema infraestrutura na região.

Resultados e discussões

Visando avançar na discussão sobre a possibilidade do turismo modificar, positivamente, a qualidade dos municípios da Baixada Verde, este tópico do texto se dedica a analisar os resultados encontrados. Para reforçar os procedimentos metodológicos adotados, tomamos como base, principalmente, as informações apresentadas na planilha sobre o andamento das ações do Plano Estratégico (previamente enviada para os gestores públicos municipais para discussão nas reuniões virtuais da IGR Baixada Verde, realizadas em agosto de 2020) e na participação e observação das reuniões. De forma geral, com base nas interações e apresentações realizadas nas reuniões, constata-se que a maioria dos representantes do poder público indicaram a existência de projetos futuros, mas são poucas as ações concretas desenvolvidas com relação ao eixo “infraestrutura”, no período de janeiro de 2018 a agosto de 2020. Como veremos a seguir, o foco dos investimentos está na estruturação dos recursos naturais e culturais.

Seguindo as informações do Planejamento Estratégico, apresentadas no Quadro 1, as prefeituras de Nova Iguaçu, Magé, Japeri, Queimados, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias relataram o avanço no item 1, elaboração do Inventário da Oferta Turística, realizado em parceria com a UFRRJ (já citado neste artigo).

Magé e Nilópolis definiram os segmentos turísticos prioritários para direcionamento dos investimentos. Magé – Ecoturismo e turismo religioso; Nilópolis – Turismo religioso, cultural, gastronômico e cultural. Nova Iguaçu está com esse processo em andamento, pois o Plano Municipal de Turismo se encontrava em fase de elaboração. Os demais municípios ainda não definiram seus principais segmentos.

O município de Magé se destaca em obras em andamento/execução, como a constituição de dois Centros de Atendimento ao Turista, reforma do Píer da Piedade, construção do Mirante no Morro do Bonfim e a reforma da orla da Praia do Limão. Nilópolis, com a reestruturação do Mercado Popular, reforma do calçadão Mirandela e do Calçadão de Olinda. São João de Meriti, com o recapeamento asfáltico, concretagem e pavimentação das principais vias e de acesso aos morros do Pau Branco, ao morro do Embaixador e de outros onde estão localizadas as Áreas de Proteção Ambiental municipais. Este apresentou, também, reformas e modernização de equipamentos públicos como praças, quadras, Vila Olímpica, calçadões, entre outros, para maior conforto aos moradores e visitantes. Mesquita destacou a construção de ciclovias e reformas de calçadas, bem como o projeto Revitalizarte, que revitalizou áreas antes abandonadas no centro da cidade, como o entorno dos muros das vias férreas, e em bairros como o da Chatuba, com diversas problemáticas socioambientais. Este projeto é implementado por meio da criação de painéis urbanos (de grafite) realizados por artistas locais e temas relacionados à cidade e região que valorizam a cultura, a natureza e o povo da Baixada Fluminense. Nova Iguaçu citou o projeto Trilhas de Nova Iguaçu (sinalização turística), com recursos de medidas compensatórias, pelo qual confeccionaram placas bases e direcionais de trilhas da Serra do Vulcão e placas bases para trilhas no Tinguá. Destacou as obras para a construção do Centro de Convenções de Tinguá, revitalização e ampliação da malha cicloviária da cidade, melhoria dos acessos ao Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e a revitalização da Vila do Iguassú e Fazenda São Bernardino, licitadas em 2020.

A restauração do sítio histórico da antiga Vila do Iguassú e Fazenda São Bernardino é um projeto de destaque regional, pois se trata de um patrimônio que é referência cultural da população da Baixada Fluminense e segue em andamento neste ano de 2021.

Quanto à acessibilidade, Nilópolis criou um selo para indicação de turismo em ambientes acessíveis.

Japeri possui dois projetos cadastrados no Sistema Nacional de Convênios do governo federal, atual plataforma Mais Brasil, originários do “Programa de Desenvolvimento do Turismo

+ Turismo”, inscritos pela Secretaria de Urbanismo e de Planejamento, mas ainda não iniciados. Nilópolis conta com dois projetos voltados ao Parque Municipal Gericinó e ao centro histórico, ambos à espera de recursos para execução. Em São João de Meriti há etapas do projeto de construção do Museu João Cândido também projetadas e em busca de captação de recursos via emendas parlamentares e MTur. Duque de Caxias, Queimados e Seropédica não apresentaram obras, tampouco projetos de intervenção urbana relacionados ao turismo, no período analisado. Quanto à sinalização, houve a definição de um projeto em parceria com a Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (SETUR), em que cada município receberia quatro placas de sinalização da rodovia principal para seus principais atrativos, mas ainda não haviam recebido um retorno da SETUR sobre isto.

O quadro a seguir apresenta uma síntese do andamento das ações previstas no eixo Infraestrutura:

Quadro 2 - Síntese do andamento das ações previstas no eixo Infraestrutura

Ação	Status
1. Elaborar um inventário da oferta turística de cada município	Realizados ou em andamento nos municípios de Nova Iguaçu, Magé, Japeri, Queimados, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias, em parceria com a UFRRJ
2. Interpretar o resultado desse inventário	Não iniciado
3. Definir os segmentos prioritários para direcionar os investimentos	Magé – Ecoturismo e turismo religioso; Nilópolis – Turismo religioso, cultural, gastronômico e cultural. Nova Iguaçu está com esse processo em andamento.
4. Elaborar projetos de melhoria da infraestrutura turística do município	Projetos de estruturação urbana com relação ao turismo foram desenvolvidos em municípios como Magé, São João de Meriti, Mesquita e Nova Iguaçu.
5. Acrescentar nos projetos a acessibilidade para o turismo inclusivo	De forma superficial foi citada ações de acessibilidade junto aos projetos realizados, em andamento e projetados. Nilópolis citou uma política mais efetiva no sentido de estimular a acessibilidade nos projetos públicos e privados do município.
6. Acompanhar os programas de investimentos de infraestrutura turística	Percebe-se uma grande dificuldade dos municípios em estabelecer indicadores de acompanhamento e avaliação dos resultados dos programas de investimento em infraestrutura para o turismo.
7. Criar um banco de projetos	Existem projetos elaborados a espera de recursos nos municípios de Japeri, Nilópolis e São João de Meriti
8. Elaborar projeto de sinalização turística municipal	O município de Nova Iguaçu apontou um projeto em andamento para a sinalização turística.
9. Elaborar projeto de sinalização turística intermunicipal	O governo do estado já sinalizou a perspectiva de um projeto de sinalização, com foco na região Baixada Verde, mas até o momento (junho de 2021), não iniciou o projeto.
10. Acompanhar as ações de infraestrutura para fins turísticos do município	Não foram discutidas ações de acompanhamento, além das pesquisas realizadas pelo observatório.
11. Articular com as secretarias municipais/órgãos competentes a execução de obras de infraestrutura, com finalidades turísticas	Os municípios São João de Meriti, Nilópolis, Queimados e Japeri relatam conseguir fazer essa articulação.
12. Sensibilizar os secretários municipais de outras pastas para a importância da atividade turística	Os municípios São João de Meriti, Nilópolis, Queimados e Japeri relatam que esse trabalho de sensibilização vem sendo feito.

Fonte: Elaborado pelas autoras

De modo geral, os municípios que compõem a região turística Baixada Verde são carentes em infraestrutura urbana e a população residente reivindica, há décadas, tais melhorias. Ou seja, o pleito de estruturar as cidades para torná-las mais atrativas para visitantes se soma às demandas antigas dos moradores. Sendo assim, temos no turismo um importante argumento para sensibilizar gestores públicos e contribuir na captação de recursos para investimento em infraestrutura (por meio de emendas parlamentares, por exemplo), além de ser também estratégico para sensibilizar a população para o desenvolvimento do setor.

É importante ressaltar que o investimento em infraestrutura é fundamental em municípios que almejam desenvolver a atividade turística. Isto porque esta é a base estruturante para a implantação dos demais elementos organizacionais da atividade e, conseqüentemente, para a vivência de uma boa experiência de lazer e turismo. Convém também destacar que, para a implantação de infraestrutura, é fundamental a articulação entre as diversas secretarias municipais. Quatro municípios, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados e Japeri, destacaram que os secretários das outras pastas são sensibilizados em favor do turismo, mas os demais municípios destacam alguma dificuldade. Logo, o trabalho de articulação precisa ser fortalecido.

Assim, é necessário que as pastas responsáveis pelo turismo desenvolvam, em parceria com as secretarias diretamente relacionadas à “infraestrutura”, um “banco de projetos” mais encorpado que beneficie tanto a população quanto a prática do turismo. Ou seja, com os projetos previamente elaborados é possível que cada secretaria municipal da Baixada Verde tenha melhores condições de negociar emendas parlamentares e demais fontes de recursos para os projetos na área de saneamento básico, ordenamento urbano, acessibilidade, lazer, esportes, entre outros.

O aprimoramento do corpo técnico das secretarias envolvidas também é fundamental para uma administração e gestão pública mais eficiente, pois é identificada uma grande dificuldade de estabelecimento de indicadores de monitoramento e avaliação dos projetos desenvolvidos. Muitas vezes os gestores não sabem relatar que tipo de resultados tais projetos vêm apresentando ao desenvolvimento do turismo no município. Isso é resultado da não contratação de profissionais com formação na área de turismo ou qualificação dos técnicos já alocados nestes órgãos da administração pública. Assim, destaca-se a importância da atuação do Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde e suas investigações que geram indicadores sobre o turismo na região, e auxiliam na qualificação desse corpo técnico, tanto pela UFRRJ quanto pela IGR, pelas prefeituras municipais, demais instituições de ensino da região, Sebrae/RJ, SETUR e Tribunal de Contas do Estado com sua escola de contas.

Outro fator importante para o monitoramento é a transparência na administração pública. No eixo 1, o indicador que auxilia a visualizar o alcance das ações, é o total de recursos do município aplicados à infraestrutura turística (SEBRAE, 2017, p. 56). Todavia, mesmo após a solicitação prévia de envio dos dados referentes à dotação orçamentária para o turismo, de forma objetiva, bem como questionamentos feitos durante as discussões sobre os projetos desenvolvidos nas reuniões analisadas, as informações a respeito de montantes investidos não foram disponibilizadas por escrito, somente de forma verbal e sem precisão nos números.

Considerações finais

É preciso lembrar que a pandemia do coronavírus ressaltou a importância de diversas questões no planejamento das cidades, algumas em desenvolvimento e outras que vinham ganhando relevância. Entre esses temas estão: o melhor aproveitamento dos espaços públicos, a mobilidade urbana, as condições sanitárias, a habitação, os cuidados com o meio ambiente e a implantação de soluções para estimular a geração de renda. Além do mais, investir na estruturação urbana é essencial pois, alguns economistas apontam que investimentos em infraestrutura são

o melhor caminho para recuperação do desenvolvimento na era pós-coronavírus na América Latina (SILVA, 2020).

O tema aqui abordado tem como campo de pesquisa uma região que, segundo Albuquerque (2021, p. 80), é essencialmente amparada pelo que ele considera uma “inação estatal, seja quanto ao planejamento urbano, passando pela atuação na área da segurança pública até a gestão cultural [...]” onde constata-se “claramente a geografia desigual da prestação desse tipo de serviços voltados ao lazer [...]” (ALBUQUERQUE, 2021, p. 79), comparativamente com todas as demais regiões do estado do Rio de Janeiro. Por esta razão, pensar o turismo como estratégia para a melhoria das cidades da Baixada Fluminense tem sido foco de análise de pesquisas e de ações extensionistas do Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde, deixando de lado os discursos meramente econômicos da atividade e o evidenciando como ferramenta de organização política, espacial, territorial e de valorização do patrimônio cultural e natural.

Desta forma, qualificar a infraestrutura urbana e espaços públicos e a preservação das áreas naturais, tendo o turismo como argumento, significa a qualificação dos espaços de lazer e da qualidade de vida para os moradores da Baixada Fluminense.

Como demonstrado anteriormente, a inserção da Baixada Fluminense neste “novo” campo político-econômico (do turismo) busca revelar uma “outra Baixada”, escondida pela imagem negativa construída da região. É preciso, por exemplo, incentivar, mostrar e/ou criar opções de lazer para que os próprios moradores da Baixada usufruam o seu tempo livre em atividades nos municípios onde residem e na região, e não na capital fluminense.

De forma geral, é notória a necessidade de sensibilização dos gestores públicos com relação à pasta do turismo. Nas reuniões da Baixada Verde, por exemplo, são recorrentes os relatos de representantes do setor público sobre a descrença que paira entre os prefeitos e vereadores quanto ao potencial dos municípios para a atividade do turismo, bem como questionamentos sobre o pequeno número de projetos de turismo executados com financiamento de emendas parlamentares. Já que não priorizam o turismo, a destinação de orçamento para investimentos no setor nos documentos oficiais — Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ou na Lei Orçamentária Anual (LOA) — permanece em segundo plano. Contudo, para que os municípios executem as metas previstas no eixo 1 do Plano Estratégico, é imprescindível vontade política e disponibilidade de recursos financeiros.

Convém aqui enfatizar que outra possibilidade de recebimento de repasses de recursos financeiros federais existentes se dá através da certificação do “Mapa do Turismo Brasileiro”, concedida aos municípios através do MTur, conforme citado neste trabalho. Sobre este último ponto, a IGR Baixada Verde tem orientado e pressionado (nas reuniões realizadas no primeiro semestre de 2021) para que os gestores públicos se empenhem no cumprimento das exigências do mapa para obtenção de categoria A ou B e, assim, aumentarem as chances do município conseguir captar recursos financeiros do MTur.

Dito isto, cabe aqui a reflexão sobre as práticas de lazer e turismo neste território. Mesmo antes da crise enfrentada com a pandemia de COVID-19, havia muita descrença quanto à possibilidade do desenvolvimento do turismo na Baixada Fluminense, uma região com uma infinidade de problemas socioambientais. Agora, com o aprofundamento da crise em função de um problema epidemiológico, os questionamentos se multiplicaram e o ceticismo quanto às possibilidades de desenvolvimento desse setor – que vende o que é belo e agradável de um lugar, em uma região tão carente de intervenções socioambientais e de infraestrutura – torna-se ainda mais desafiante.

PARTE II

AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E

SOCIEDADE

BAIXADA FLUMINENSE: AMBIENTE, PRODUÇÃO SOCIONATURAL E DESENVOLVIMENTO

Felipe Rangel Tavares.

Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Geografia da UERJ-FEBF.

Introdução

A partir do ponto de vista ambiental, propomos uma reflexão acerca da relação sociedade/natureza na Baixada Fluminense, isto é, uma discussão sobre os diferentes usos sociais da natureza no espaço-tempo da região, os imaginários a respeito da natureza e as implicações concretas na espacialidade regional, sobretudo a partir da noção de desenvolvimento – por meio da qual se empreendeu uma verdadeira ofensiva contra a natureza. Considerando a relação sociedade/natureza, como o ideário de “des-envolvimento” promoveu vários “ciclos de ruptura metabólica” que marcam a produção socionatural do ambiente da Baixada Fluminense? Partindo desta questão norteadora, objetiva-se analisar o processo de produção socionatural do espaço da Baixada Fluminense a partir dos imaginários e práticas espaciais que mobilizam percepções e concepções de natureza, sobretudo no século XX, quando uma série de eventos irá transformar intensamente a paisagem da região.

Esta “ofensiva contra a natureza” será autorizada pelo ideário de desenvolvimento, cujas raízes remontam processos históricos profundos da modernidade e do capitalismo, e que surge como discurso histórico após a Segunda Guerra Mundial (ESCOBAR, 2005). Para Schech e Haggis (2003, p. 15), o desenvolvimento é geralmente visto como um objetivo desejável, progresso material e padrão de vida. Em nome da modernização, da evolução e do crescimento econômico, episódios de devastação florestal, poluição de rios, degradação dos solos e contaminação do ar, serão o preço a pagar pelo desenvolvimento que tarda a chegar. Pensar a produção socionatural, neste sentido, é pensar a produção do espaço e do ambiente, identificando os atores/sujeitos e suas intencionalidades, as escalas, as contradições e os resultados de cada processo.

Baseados no levantamento bibliográfico de fontes secundárias, como Lamego (2007), Mendes (1949), Amador (1997), Soares (1962) e Fadel (2006), estabelecemos uma periodização a partir de “ciclos de ruptura metabólica” (FOSTER, 1999; PORTO-GONÇALVES, 2016) no ambiente da Baixada Fluminense – da produção de açúcar à fase da globalização neoliberal – o que nos permitiu verificar as concepções de natureza e desenvolvimento engendradas na produção socionatural do território. Em seguida, sob a luz da Ecologia Política, discutimos as implicações destes ciclos na relação sociedade/natureza para refletir acerca de alternativas de desenvolvimento para a região, mais próximas da justiça ambiental e do que denominamos “direito à cidade híbrida”.

O ambiente da Baixada Fluminense

Antes de tratar acerca da noção de ambiente, é preciso responder o que se compreende por Baixada Fluminense – problemática que será fundamental para uma análise que busca partir de um ponto de vista ambiental. Várias regionalizações foram elaboradas a fim de contemplar (e delimitar) o território que se denomina “Baixada Fluminense”: desde regionalizações mais “realista” e/ou “analíticas” (MENDES, 1949; GEIGER; SANTOS, 1954; SOARES, 1962;

LAMEGO, 1964) até regionalizações “normativas” (Comissão Federal de Saneamento, 1909; Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, década de 1930). A respeito desses “tipos” de regionalizações, referimo-nos ao debate de Haesbaert (2010) quando versa acerca dos “caminhos de referência” que o conceito de região e os processos de regionalização podem tomar. O autor reconhece uma abordagem mais realista, num sentido epistêmico e ontológico, desde uma região como evidência empírica (um fato), até como realidade social e historicamente construída, no sentido da práxis, através da dialética sociedade/natureza. As regionalizações “analíticas” dizem respeito à abordagem racionalista, cujo sentido mais epistemológico corresponderia à região enquanto instrumento metodológico, tornando-se um “constructo intelectual proposto pelo próprio pesquisador” (HAESBAERT, 2010, p. 100). Em relação às regionalizações de caráter normativo, o autor ressalta um sentido “pragmático-político”, a região como projeto de intervenção vinculada a mecanismos de planejamento (*idem*).

No que concerne às regionalizações de cunho mais realista, destacamos o trabalho de Mendes (1949), que reconhece a região da Guanabara como aquela que compreende as terras baixas do estado do Rio de Janeiro, que se estendem desde a escarpa da Serra do Mar até as montanhas litorâneas das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, coincidindo com as áreas drenadas pelos rios que deságuam na Baía de Guanabara. Por sua vez, Geiger e Santos (1954) focalizam a Baixada Fluminense do ponto de vista da ocupação humana, situando as “primeiras fases” da história da região à fase inicial do desenvolvimento açucareiro, passando pela produção de café e pela fruticultura, até o desenvolvimento industrial e urbano da região. Soares (1962) e Lamego (1964) também apresentam recortes que baseiam-se nos aspectos fisiográficos da paisagem e na ocupação humana.

A propósito das regionalizações normativas, no início do século XX, uma representação da Baixada Fluminense, publicada no ano de 1912, foi elaborada para ação da Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense (CSBF), criada em dezembro de 1909. A justificativa da constituição de uma Comissão Federal de Saneamento refere-se tanto ao combate aos focos de malária existentes na região como à preocupação em recuperar a vocação natural da região para a agricultura. Outra representação da área, denominada como Planta geral da Baixada Fluminense, também elaborada pela CSBF e datada do ano de 1915, apresenta uma área maior, incluindo uma parte da região que posteriormente seria chamada de Baixada de Araruama, uma das baixadas da Baixada Fluminense.

A perspectiva que buscamos neste estudo apoia-se da noção de região como um “artefato” (HAESBAERT, 2010), por contemplar a necessária imbricação entre uma dimensão realista/empírica (região como fato) e uma dimensão idealista/racionalista (um artifício utilizada pelo pesquisador ou instituição). De que Baixada Fluminense falamos então? Aquela que compreende os municípios de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias, isto é, uma regionalização cuja composição corresponde a um enfoque histórico-cultural, segundo a extinta Fundação CIDE (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro).

Definido o “recorte de referência”, cabe discorrer a respeito do ambiente da Baixada Fluminense. Primeiramente, reconhecemos a necessidade de superar a noção de “meio ambiente”, isto é, aquela que se refere apenas à natureza não humana e seus “fatores bióticos e abióticos”, a *physis* (realidade anterior ou exterior ao mundo dos seres humanos) ou, ainda, a “primeira natureza”. Segundo Souza (2019a, p. 17), ambiente tem sido tomado como sinônimo de “meio ambiente”, uma expressão que exprime apenas metade de uma ideia, isto é, os processos não antropogênicos. O autor faz uma provocação interessante: “é como se o ‘meio ambiente’, ao ser politicamente (re)apropriado [...] pela sociedade, não tivesse sido [...] contextualizado pelo ambiente enquanto ‘natureza segunda’, [...] produzido pela e para a sociedade” (*idem*). Destarte, Souza (2019b), propõe a seguinte conceitualização:

O ambiente é fruto da (re)transformação, (re[s])significação e reapropriação incessantes da **primeira natureza** mediante as relações sociais, **e inclui, necessariamente, os seres humanos, conquanto nem tudo no ambiente seja antropogênico** [...] O ambiente, assim, não é algo que “nos envolve”, um envoltório: o ambiente *somos também nós*, histórica e culturalmente situados (SOUZA, 2019b, p. 79, grifo nosso).

Deste modo, por ambiente da Baixada Fluminense, concordamos com Soares (1962) ao descrever o “quadro natural” da região que “serve de apoio” às atividades humanas, como as vias de circulação e, à época, ao recente processo de urbanização.

A orla costeira da baía [...] constituída de sedimentos continentais e marinhos e recoberta, em parte por manguezais, é o primeiro dos elementos constitutivos da baixada. [...] Ela penetra para o interior [...] ao longo do baixo curso dos rios [...] até a zona dos morros, onde parecem esgueirar-se entre as meias laranjas acompanhando os diversos vales afluentes. [...] Além das planícies e brejos, outros elementos caracterizam a baixada. Colinas suaves e bastante amplas de dorso regular e pequena altitude dispõem-se em diferentes níveis. Intercalam-se essas colinas com as planícies acima referidas, e compõem, com elas e mais alguns alinhamentos de morros, o quadro natural de vasta porção do recôncavo, que serve de apoio à quase totalidade das vias de circulação e que já foi alcançada pela vaga de urbanização (SOARES, 1962, p. 157).

É importante destacar que, em vários momentos, a natureza na Baixada Fluminense foi concebida como obstáculo à ocupação humana e ao progresso: Renato Mendes (1949, p. 32), por exemplo, afirma serem os pântanos um “problema máximo da região”, pois se tratam de “áreas improdutivas e focos de anofelinos propagadores de malária”. Geiger e Santos (1954, p. 292) também ressaltam “o problema do acúmulo das águas e sedimentos nas planícies da Baixada Fluminense que tendia a se agravar com a devastação das matas”, apontando o trabalho escravo na desobstrução de rios, construção de diques e canais, no período da cana-de-açúcar e, posteriormente, no período em que predominou a fruticultura, o trabalho assalariado “para tratar dos problemas de drenagem”. O trabalho de Fadel (2009) é fundamental para capturar as percepções e representações da natureza da Baixada Fluminense, pois analisa os relatos de naturalistas e a visão de engenheiros, geógrafos e médicos, fornecendo uma importante contribuição para o estudo da relação sociedade/natureza da região. Segundo a autora, com exceção do relato de John Luccok, “os textos estão repletos de palavras que transmitem o sentido de encantamento ou prazer” da paisagem, não sendo encontrada em tais relatos qualquer descrição depreciativa, pois, “a representação de uma baixada insalubre ainda estava por se formar” (FADEL, 2009, p. 79).

Portanto, até pelo menos meados de 1850, a ideia de insalubridade não estava tão fortemente associada aos seus rios e aos seus alagadiços, muito embora já houvesse registro de “febres” nos anos de 1830, em Magé, e de 1828 a 1834, na região de Guanabara (FADEL, 2009, p. 82).

Com a construção de estradas de ferro para o escoamento da produção cafeeira, novas problemáticas emergem, modificando a paisagem e suas representações. Servindo apenas como via de passagem e fornecedora de combustível (lenha) para os trilhos e engenhos, Fadel (2009) pontua as principais transformações na relação entre sociedade e natureza que irão contribuir para fomentar uma visão da Baixada Fluminense como local insalubre, foco de malária, região abandonada, atrasada.

[...] as estradas de ferro que deslocariam Vilas e entrepostos do século anterior e criariam verdadeiras barragens para o escoamento das águas da região, já naturalmente

de difícil escoamento; o verdadeiro abandono de engenhos próximos aos entrepostos comerciais, em consequência do desgaste do solo, e o avanço dos canaviais da baixada campista, o que além de deslocar o fluxo de capital dos grandes fazendeiros destas regiões para a cidade do Rio de Janeiro, interrompeu antigas técnicas de limpeza e desobstrução dos rios da região, uma vez que estes não mais eram úteis para vida local e regional; e finalmente, o extenso desmatamento sofrido na região na intenção de obter lenha tanto para os engenhos a vapor quanto para as ferrovias (FADEL, 2009, p. 90).

Quando versa acerca da topografia da Baixada Fluminense, Soares (1962) observa que as planícies e baixas colinas constituem o tipo de relevo favorável à expansão da metrópole carioca, por facilitar a instalação de vias de comunicação e loteamentos. Embora a topografia se apresente como uma “vantagem”, segundo a autora, o brejo ou o pântano são tomados como elementos negativos, “um obstáculo ao estabelecimento de comunicações terrestres entre a cidade e seu recôncavo” (SOARES, 1962, p. 158). De acordo com Soares, o problema foi solucionado satisfatoriamente quando o Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense realizou obras de drenagem e tornou possível a incorporação das planícies e baixadas dos rios principais às áreas urbanizadas. É no alvorecer do século XX que Soares (1962) situa a metrópole como primeiro centro industrial do Brasil, a partir da indústria têxtil e de alimentação. A fruticultura terá uma importância enorme na economia da Baixada Fluminense e, a partir de sua decadência, virá uma “renovação” através da industrialização e urbanização, como versa Soares (1962). As fábricas, que já em meados do século XIX aparecem inicialmente, produzem tecidos, bebidas e artigos de fumo (GEIGER; SANTOS, 1954). A modernização dos transportes também irá contribuir para os processos de industrialização-urbanização. O município de Nova Iguaçu dispunha de “fábricas de papel, cerâmicas, metalúrgicas, indústrias plásticas e montagem de *jeeps*” (GEIGER; SANTOS, 1954, p. 302). De acordo com os autores, tais processos intensificaram urbanização e a devastação das matas na exploração dos combustíveis vegetais, que desde meados do século XIX – pelo aumento da demanda por lenha e carvão – forçava o desbravamento de novas áreas e ampliava o desmatamento das encostas das serras. O combustível vegetal era necessário nas cidades sem gás, nas indústrias e nas estradas de ferro. O loteamento torna-se a atividade mais lucrativa na esfera rural da Baixada Fluminense (GEIGER; SANTOS, 1954, p. 304). Atualmente, a questão ambiental na Baixada Fluminense situa-se no âmbito de uma reestruturação territorial-produtiva, que altera o papel do Estado e modifica o catálogo de ajustes ambientais das empresas, provocando o que Oliveira (2020) aponta como terceirização de responsabilidades ecológicas, instalação de indústrias em esconderijos espaciais e a criação de zonas de sacrifício ou paraísos da poluição.

Verifica-se que o ambiente que corresponde à Baixada Fluminense sempre esteve integrado às lógicas dominantes de produção, desde as primeiras fases de sua história – em que a atividade açucareira vigorava na região (GEIGER; SANTOS, 1954, p. 292) – até o período mais recente em que pode-se observar um “casamento estrutural entre neoliberalismo, flexibilização produtiva e desenvolvimento sustentável” (OLIVEIRA, 2020). Neste sentido, cabe estabelecer uma periodização que esclareça os mo(vi)mentos que marcam a relação sociedade/natureza na região para compreender como o des-envolvimento provocou o que denominamos ciclos de ruptura metabólica.

Produção sacionatural do espaço: os ciclos de ruptura metabólica

A maneira que Henri Lefebvre conceitualiza espaço é fundamental para a reflexão aqui empreendida: o espaço é um produto social, que serve tanto de instrumento ao pensamento, como à ação, sendo simultaneamente um meio de produção e um meio de controle (LEFEBVRE,

1991). Contudo, é importante ressaltar que Lefebvre fala de espaço social, não de espaço geográfico, pois, para o filósofo francês, este é sinônimo de primeira natureza, sendo espaço natural e espaço geográfico, equivalentes (LENCIONI, 2010). Assim, embora o conceito de espaço geográfico de Lefebvre se limite à primeira natureza, o conceito de espaço (produto) social, enquanto produto do trabalho – “a força motivadora da interação metabólica sociedade-natureza” (SMITH, 1988) – abarca a primeira natureza e contempla a relação sociedade-natureza, uma vez que essa é uma relação dialética e um produto histórico. De acordo com Lefebvre (1961, p. 12), “O homem (espécie humana), que luta contra a natureza e a domina no curso de um devir próprio, não pode separar-se dela”⁶³.

É nesta perspectiva que lançamos mão da noção de produção sacionatural do espaço, pois, segundo Swyngedouw (2001, p. 102), as relações sociais operam metabolizando o meio ambiente “natural”, por meio do qual tanto a sociedade quanto a natureza são transformados. Swyngedouw (2001, p. 105) concebe o “mundo” como um processo histórico-geográfico de perpétuo metabolismo, no qual processos “sociais” e “naturais” se combinam num “processo de produção de sacionatureza”, cujo resultado incorpora processos químicos, físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais, de maneiras altamente contraditórias, mas inseparáveis. Neste sentido, o conceito de ambiente, como proposto por Souza (2019), é crucial para analisar a produção do espaço da Baixada Fluminense a partir da relação indissociável sociedade-natureza, uma vez que é o resultado deste metabolismo sacionatural, híbrido.

Buscamos uma forma de enquadrar espaço-temporalmente essas operações metabólicas, o que nos conduz à elaboração da noção de “ciclos de ruptura metabólica” uma vez que, segundo Santos e Silveira (2006, p. 23), “para entender a história do território [...] é essencial um esforço de periodização”. De acordo com os autores, a questão fundamental reside na escolha das variáveis-chave que, “em cada pedaço de tempo, irão comandar o sistema de variáveis, esse sistema de eventos que denominamos período” (*idem*). Conforme Santos (2008, p. 37), “o espaço é resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada”. Portanto, é preciso reconhecer as relações sacionaturais (os sistemas de variáveis) que serão determinantes na delimitação geohistórica de um dado “pedaço de (espaço)tempo”. Tomamos como inspiração a proposta de periodização de Milton Santos em “meios geográficos” (o meio natural, o meio técnico-científico e o meio técnico-científico-informacional), como também a proposta de Porto-Gonçalves (2018) acerca da construção do sistema-mundo moderno-colonial desde uma perspectiva ambiental, para demarcar as relações sacionaturais e as sucessivas “rupturas metabólicas” no ambiente da Baixada Fluminense. Os ciclos de ruptura metabólica representam um esforço de periodização das relações sacionaturais de produção do ambiente da Baixada Fluminense.

De acordo com Foster (1999, p. 380), a noção de ruptura metabólica é empregada por Marx a partir do conceito de metabolismo socioecológico (*Stoffwechsel*) para descrever a relação humana com a natureza através do trabalho. A “ruptura” busca capturar o afastamento material dos seres humanos das condições naturais de sua existência sob o capitalismo (FOSTER, 1999). Isto é, a imposição e submissão do ambiente (e das relações sacionaturais, as operações metabólicas) ao tempo da produtividade capitalista, o uso de energia de origem fóssil e a consequente dissipação sob a forma de calor e de efluentes líquidos, sólidos e gasosos – resíduos e contaminação (PORTO-GONÇALVES, 2016).

Elaboramos uma proposta de periodização (Tabela 1) que busca elucidar os ciclos de ruptura metabólica, ou seja, momentos em que houve a imposição de determinações e normas longínquas e que provocaram um afastamento material das condições naturais de existência – um “des-envolvimento” (PORTO-GONÇALVES, 2017), a partir de quatro grandes momentos: primeiro momento: monocultura de cana-de-açúcar (século XVI até o século XIX); segundo

63. tradução livre do original: “*el hombre (la especie humana), que lucha contra la naturaleza y la domina en el curso de un devenir propio, no puede separarse de ella*” (LEFEBVRE, 1961, p. 12)

momento: fruticultura (início do século XX até 1950); terceiro momento: desenvolvimento urbano-industrial (de 1950 até 1980); quarto momento: globalização neoliberal (1980 até o presente).

Destarte, cada ciclo engendrou uma concepção de natureza que determinou as formas de apropriação e relação sociedade/natureza, conseqüentemente, resultando em diferentes configurações espaciais e paisagens na Baixada Fluminense. Desde a monocultura de exportação até a fase atual de uma globalização neoliberal des-re-territorializadora da natureza, é possível verificar graus e escalas distintas de ruptura metabólica, de des-envolvimento. É possível compreender como as visões de natureza inesgotável, natureza obstáculo, natureza matéria-prima e natureza *commodity* sempre funcionaram como um dispositivo de clivagem em relação à sociedade, numa operação de segregação que é fundamental para a reprodução da dominação e controle do “meio-ambiente” (a primeira-natureza) nos moldes da acumulação capitalista.

Tabela 1 - Os ciclos de ruptura metabólica no ambiente da Baixada Fluminense

Monocultura de cana-de-açúcar (séc. XVI – XIX)	Fruticultura (séc. XX – 1950)	Desenvolvimento Urbano-Industrial (1950-1980)	Globalização Neoliberal (1980-Atual)
<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação da colonização portuguesa; - Açúcar produzido para o mercado estrangeiro; - Conseqüência: Exaustão do solo; - Localização: de Itaguaí até Araruama; - Natureza inesgotável; 	<ul style="list-style-type: none"> - Principal atividade econômica no início do séc.XX. - Exportação para Europa e portos platinos; - Principais produtos: Laranja, banana e abacaxi; - Ocorrência em Nova Iguaçu (e São Gonçalo). - Natureza obstáculo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Loteamentos urbanos tornam-se a atividade mais lucrativa; - Devastação das matas para fornecer energia às cidades sem gás, às indústrias e às estradas de ferro. - Industrialização como modernização e progresso; - Natureza matéria-prima; 	<ul style="list-style-type: none"> - Capitalismo verde; - Terceirização de responsabilidades ecológicas; - Instalação de indústrias em esconderijos espaciais; - Criação de zonas de sacrifício. - Natureza <i>commodity</i>;

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mendes (1949); Geiger e Santos (1954); Soares (1962); Lamego (1964).

Ecologia política e des-envolvimento na Baixada Fluminense

Os grandes empreendimentos e projetos desenvolvimentistas para a Baixada Fluminense deixaram e ainda deixam um enorme rastro de degradação ambiental, constituindo zonas de sacrifício, tornando evidente o racismo ambiental e aprofundando situações de injustiça e conflito ambiental. São evidências observadas concretamente e simbolicamente, isto é, inscritas tanto na materialidade do território quanto em sua dimensão imaterial.

Torna-se relevante, portanto, debater tais intervenções a partir da Ecologia Política e dos conceitos de produção socionatural e ambiente, a fim de imaginar e construir alternativas

para a região, uma vez que tais “ciclos de ruptura metabólica do ambiente” emergem como des-envolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2017), isto é, quebram o envolvimento do outro, provocando uma “quebra da autonomia” (uma cisão política entre seres humanos e suas condições naturais de existência). Desvelar processos, atores, representações e discursos são parte fundamental de uma pesquisa comprometida com a justiça ambiental e, sobretudo, com imaginações geográficas associadas a outras práxis sacionaturais, como aquelas mais próximas do *Sumak Kawsay* ou do *Buen vivir*⁶⁴. (PORTO-GONÇALVES, 2012; 2015). É neste sentido que uma Ecologia Política enquanto interpretação política da relação sociedade-natureza (OLIVEIRA, 2020) pode oferecer enormes contribuições uma vez que os processos de transformação socioambiental jamais são ecologicamente neutros (SWYNGEDOUW; KAIKA; CASTRO, 2002).

De acordo com Walker (2011, p. 90), “a Ecologia Política é, na atualidade, a herdeira mais proeminente das tradições na Geografia com raízes históricas profundas no estudo da ecologia biofísica e da ciência social”. Segundo Leff (2003, p. 18), “à Ecologia Política concernem não só os conflitos de distribuição ecológica”, mas também “as relações de poder que se entretecem entre os mundos de vida das pessoas e o mundo globalizado”. Para Martínez Alier (2014, s/p), “a Ecologia Política estuda como o poder político incide nos conflitos socioambientais”. Alimonda (2011, p. 40) verifica que “uma série de trabalhos produzidos por geógrafos” chegaram à conclusão de que “não era possível entender esses problemas [ecológicos] se não se incluíssem dimensões analíticas propriamente políticas”.

Conforme o olhar de Souza (2019, p. 100), a Ecologia Política nasceu “como uma tentativa de politizar a nossa leitura das relações entre natureza e sociedade”. Portanto, não é possível reificar ou “naturalizar” os processos sacionaturais que, historicamente, transformaram o ambiente da Baixada Fluminense, principalmente sob o ideário da modernização e do progresso. Cabe, portanto, reivindicar o ambiente como um direito, a partir da construção de formas coletivas de “reapropriação social da natureza” que apontem para uma “democracia a partir das bases” (LEFF, 2001, p. 81), isto é, para uma reapropriação (política) dos recursos naturais e para a gestão coletiva dos bens e serviços ambientais das comunidades – culturalmente autônomas, autodeterminadas em suas necessidades e autogestionadas em relação ao potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento. A restituição do político ao ser social não mais dissociado de seu ambiente – uma vereda para a superação da ruptura metabólica.

64. Esses termos são atualmente entendidos como concepções/conceitos. A tradução livre para o português seria “Bem Viver”. O termo *Sumak Kawsay* tem origem no idioma Quíchua, dos povos originários do Andes, que traduzido para o espanhol é *Buen vivir*, este serve para designar um modelo sustentável de desenvolvimento pautado em um equilíbrio dinâmico de diferentes esferas (política, econômica, ambiental, social, psicológica, etc) que busca garantia o bem estar coletivo, sendo portanto diametralmente oposto ao modelo de desenvolvimento hegemônico vigente.

BAIXADA E BAIXADAS: O ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO, UMA ESTRADA NO CAMINHO DA(S) BAIXADA(S) FLUMINENSE(S)

Victor Tinoco.

Pós-doutorado em Geografia pelo PPGEU-UFRRJ. Doutor em Geografia pela PUC-Rio e Pesquisador do Grupo Urais PUC-Rio.

Introdução

O projeto do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro é uma das expressões do movimento histórico-geográfico de acumulação e espoliação do capital, que se configura de diferentes maneiras e com trajetórias particulares ao longo do tempo-espaço. Por mais que o Arco Metropolitano tenha sido uma representação de desenvolvimento econômico na escala estadual e local, sua territorialização se concretizou no espaço metropolitano fluminense, tanto a leste quanto a oeste, mas é na região do espaço metropolitano, conhecida como Baixada Fluminense, em seus sentidos histórico e geográfico de inclusão e exclusão da metrópole (ROCHA, 2014), que se estabeleceu grande parte da obra, com as desapropriações de terrenos e os planos de empreendimentos logísticos e industriais.

Os investimentos estatais e privados no campo logístico-industrial se estabeleceram territorialmente no que foi definido pelos agentes estaduais como “espaços vazios” ou “espaços livres” por serem lugares com baixo adensamento populacional e terras de baixos preços, configurando-se como fatores de atração associados à logística que o Arco promoveria. Nesse caminho, a territorialização dos capitais logístico-industriais e a execução das obras de mais um projeto regional para o estado transformaram o espaço metropolitano em uma nova fronteira de acumulação, fazendo com que as prefeituras tivessem maior preocupação em ordenar os seus territórios para receber tais investimentos, como são os casos de Japeri, com o condomínio industrial, e Seropédica com os condomínios logísticos.

Esses novos investimentos de capitais que se territorializam na região da Baixada Fluminense, também conhecida como periferia metropolitana, Grande Rio, ou Recôncavo da Guanabara, promoveram o discurso de uma nova geografia e a produção de uma nova Baixada Fluminense. Isso porque uma Nova Baixada dentro de várias Baixadas Fluminenses surge de uma série de representações construídas sobre essa região do espaço metropolitano, que tem como marca de sua história e geografia as imagens de pobreza e violência. Com isso queremos dizer que, com a construção do Arco, há, naquele momento que precede a crise estadual do ano de 2015, uma Baixada que é produzida no entorno do Arco como eixo de ocupação dos “espaços vazios” e discurso de progresso e crescimento econômico. Desse modo, entramos no debate sobre a Baixada, as Baixadas que o Arco encontrou e a Baixada produzida pelo Arco.

Dentro dessa dinâmica regional, guiados pelas seguintes questões – que Baixadas o Arco encontrou? Que Baixadas o Arco produziu? –, somos levados a refletir sobre os sujeitos e suas espacialidades que são invisíveis ao projeto Arco Metropolitano, sujeitos esses que são produtores e produzidos por essas Baixadas que o Arco encontrou, assim como também são produtores e produzidos pela Baixada implementada pelo Arco.

O objetivo deste trabalho é analisar a formação espacial da região da Baixada Fluminense, ao longo dos séculos XX e XXI, e sua inserção no projeto Arco Metropolitano, propondo a compreensão de Baixadas Fluminenses. Dessa maneira, conforme Enne (2013), trabalhamos o conceito de Baixada Fluminense como polissêmico, em decorrência da série de mudanças

que sofreu ao longo da história. Discutimos as análises de formação da Baixada com apoio nos trabalhos de Geiger e Mesquita (1956) e Soares (1962), a relação cidade do Rio de Janeiro e sua periferia a partir de Abreu (1997) e a compreensão das transformações territoriais em Simões (2007). A respeito da dinâmica da Baixada Fluminense como espaço de investimentos logísticos e industriais, tomamos como base o trabalho de Oliveira (2015) sobre a emergência da região logística do extremo oeste metropolitano.

A Baixada e as Baixadas que o Arco Metropolitano encontrou

Figura 1- Vazios urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

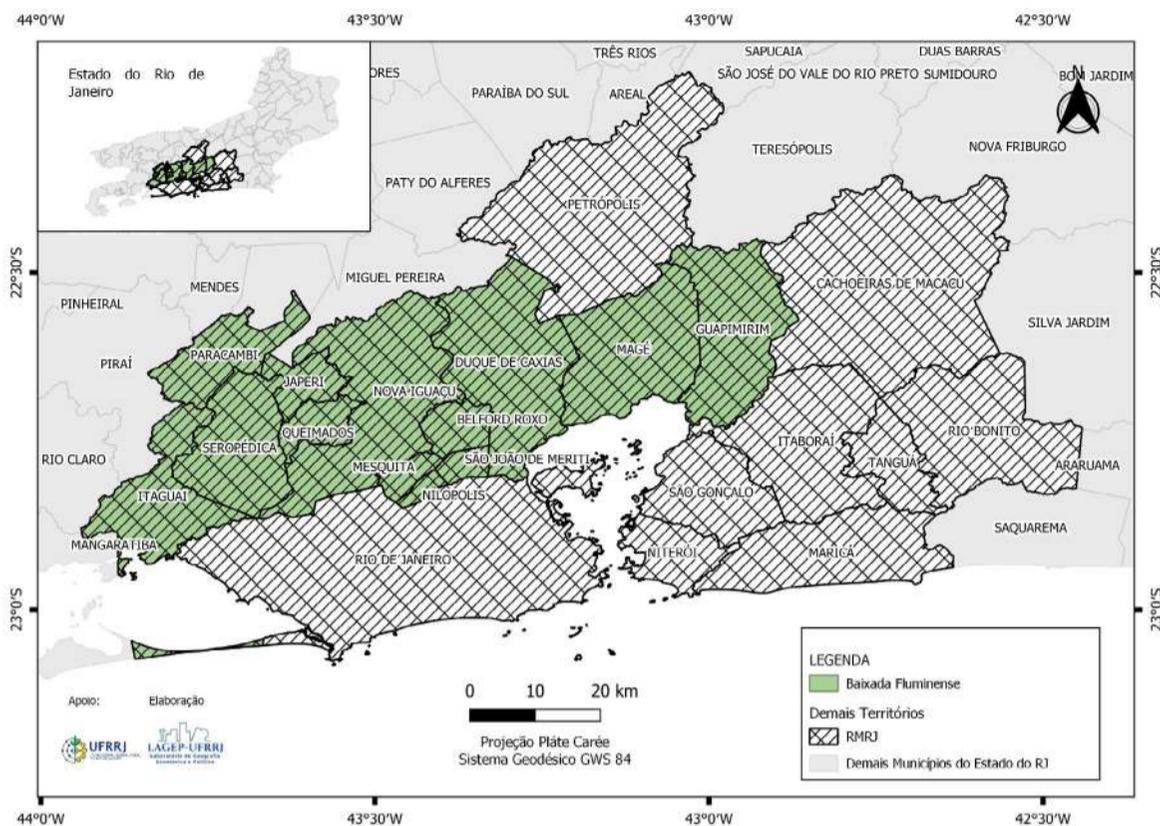


Fonte: Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (2011)

A figura 1, apresentada acima, é a demonstração da representação de um espaço do planejamento, em que não há uma perspectiva dos sujeitos. “Espaços vazios” ou “espaços livres” são termos que expressam a concepção de espaços sem sujeitos. São definidos como áreas propícias para diferentes investimentos, nesse caso, para os de logística e indústria, devido à imagem de áreas livres que representam para o desenvolvimento do capital.

Todo o projeto do Arco tem como destaque a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, composta por 19 municípios, cuja centralidade é o município do Rio de Janeiro e onde está concentrada a maior parte da população do estado e de seu parque industrial. No entanto, grande parte da extensão do Arco se estabelece no espaço metropolitano da região conhecida como Baixada Fluminense.

Figura 2 - Mapa da Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: LAGEP/UFRRJ

Essa região está localizada na parte oeste da Baía de Guanabara, composta por 13 municípios (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Mesquita, Queimados, Japeri, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Seropédica e Itaguaí), por muito tempo também conhecida como Baixada da Guanabara, Zona da Guanabara e Baixada Oriental, de acordo com suas delimitações ao longo da história de sua ocupação e classificação regional do antigo estado do Rio de Janeiro, que, fundido com a cidade do Rio de Janeiro em 1975, era conhecido como Distrito Federal até 1961 e, depois, estado da Guanabara. No decorrer da história, a Baixada Fluminense possuía e ainda possui uma série de representações no espaço metropolitano, especialmente, a de maior destaque, a periferia metropolitana. Dessa forma, a concepção de Baixada não só era compreendida nos seus aspectos fisiográficos, mas também nos socioeconômicos pelas marcas da pobreza, da violência, caracterizando-se como espaço de cidades-dormitórios.

Enne (2013) diz que conceituar a Baixada Fluminense é um desafio de extrema complexidade, devido à polissemia do termo ao longo de sua história, que foi ganhando inúmeras significações e representações junto à sociedade fluminense. Em termos geomorfológicos, baixada se refere às áreas rebaixadas do relevo e associadas aos rios. Enquanto representação social na escala da cidade do Rio de Janeiro, ela é a periferia, o lugar da violência. Porém, os estudos que se seguem sobre a Baixada Fluminense, a partir da década de 1950 até os anos 2000, nos trazem essas representações de Baixadas enquanto formação social e transformações ambientais.

Nos estudos sobre a geografia do estado do Rio de Janeiro, os trabalhos do geógrafo Pedro Geiger, na segunda metade da década de 1950, classificavam a Baixada Fluminense em uma perspectiva mais ampla, como planícies reprimidas entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico. Sua pesquisa teve como foco a regionalização do antigo estado do Rio de Janeiro a partir da compreensão de uma base física de baixada que vai do sudoeste do estado até a região norte,

englobando uma grande extensão de terras planas, dividida em baixada da Guanabara, baixada de Sepetiba, baixada de Araruama e baixada Campista.

A categorização de Baixada Fluminense apresentada por Geiger e Santos (1954) e Geiger e Mesquita (1956) analisava a transformação espacial da Baixada Fluminense de uma economia agrária para uma economia urbana e industrial. Nesses trabalhos, os autores vão compreender a crise da cana-de-açúcar na baixada Campista, ao norte do estado, e a ascensão da citricultura na zona da Guanabara, principalmente com o desenvolvimento da produção de laranjas no município de Nova Iguaçu ao longo dos anos de 1930 até meados dos anos de 1950, quando vai se dar o início do processo de loteamento com o crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro em conjunto com a crise dos laranjais no pós-guerra.

No momento dos laranjais da Baixada Fluminense, a logística fluvial assumiu importante papel devido à disponibilidade de rios navegáveis, que foram de suma importância para o escoamento da produção das laranjas para o porto do Rio de Janeiro. O uso dos rios para o escoamento da produção agrícola não é destaque somente no momento da citricultura na primeira metade do século, mas durante períodos anteriores como o da cana-de-açúcar na Baixada de Guanabara e o do café no vale do Paraíba ao longo do século XIX, cuja produção foi levada para o porto da cidade do Rio de Janeiro.

Ao analisarmos o escoamento da produção de citricultura, as transformações mais importantes na Baixada Fluminense vão acontecer com a chegada da linha férrea. Os trabalhos de Geiger e Santos (1954) e Geiger e Mesquita (1956) mostram a transformação da rede de transporte dessa região a partir da chegada da linha férrea, como parte do processo de expansão da metrópole carioca para essas áreas mais distantes. No entanto, o que se coloca desse momento histórico-geográfico pelos autores foram as transformações agrárias, da cafeicultura, no final do século XIX, para a citricultura no século XX, que sofreu uma grande queda com a doença da mosca, fazendo com que vários laranjais, em especial onde é Nova Iguaçu atualmente, desapareceram dando lugar à lógica dos loteamentos, que cresciam no entorno da linha de trem construída na região ligando a Baixada à cidade do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que as linhas férreas, em um primeiro momento, são utilizadas como transporte de cargas, principalmente para a citricultura, mas passam a ser operadas para o transporte de passageiros, ligando a metrópole a sua periferia.

As delimitações assim discutidas por esses trabalhos, chamadas por Alves (2003) de “baixada dos geógrafos”, vão representar o movimento de formação do que hoje entendemos por Baixada Fluminense, como uma periferia da cidade do Rio de Janeiro, também conhecida como Grande Rio. Essa perspectiva da expansão da cidade do Rio de Janeiro está atrelada ao crescimento urbano industrial da então capital federal, como um dos polos industriais do Brasil. Os trabalhos de Soares (1962) e Abreu (1997) analisam esse crescimento e a assimilação do que era conhecido como Recôncavo da Guanabara pela malha urbana da metrópole carioca.

Soares (1962), assim como Geiger e Mesquita (1956), analisou o crescimento urbano do município de Nova Iguaçu como parte desse processo de expansão da cidade do Rio de Janeiro e suas transformações regionais. Em sua tese de livre-docência, intitulada *Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana como parte do Grande Rio*, Soares (1962) estuda o processo de urbanização da Baixada Fluminense, naquele momento denominada pela autora como Recôncavo da Guanabara, a partir do crescimento urbano da cidade de Nova Iguaçu, destacando as características físicas da região como elementos importantes para essa absorção e ressaltando a característica fisiográfica de áreas planas. Segundo ela, esse tipo de relevo não produziria impedimentos para o crescimento da malha urbana da metrópole em direção a áreas não urbanizadas de seu entorno.

Um outro ponto levantado por Soares (1962) é o papel das vias de transporte, os sistemas ferroviário e rodoviário, como fatores importantes para o crescimento urbano da região. Destaca,

inicialmente, as linhas de trem no final do século XIX, como transporte de cargas, tornando-se, ao longo do século XX, transporte de passageiros, como apontado em Geiger e Mesquita (1956); em seguida, a partir de 1951, a inauguração da rodovia Presidente Dutra como um novo eixo da industrialização do antigo estado do Rio de Janeiro e, também, de integração da cidade do Rio de Janeiro com a cidade de São Paulo.

Entretanto, mesmo com a construção da rodovia Presidente Dutra, a ferrovia tornou-se, ao longo do século XX, o eixo da urbanização da Baixada, estimulada pelos baixos preços dos lotes e pela tarifa única de transporte subsidiada pelo governo estadual. Já as indústrias que se expandiram para além da metrópole tiveram a Rodovia Dutra como principal eixo, não tendo tanto destaque, naquele momento, para um processo de loteamento no seu entorno. A linha férrea e a Rodovia Presidente Dutra se configuravam como eixos de integração urbana e industrial da metrópole com o seu recôncavo.

O processo de crescimento urbano e formação da periferia metropolitana carioca ganha relevo em Abreu (1997), que situa esse processo a partir da “evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro” (expressão que, inclusive, dá nome ao seu livro). Para o autor, que tem como base os trabalhos de Pedro Geiger e Maria Therezinha Segadas Soares, além dos trabalhos de Lysia Bernardes, a integração da periferia com a metrópole significa um novo momento da cidade do Rio de Janeiro, que vinha se consolidando como um dos polos de industrialização nacional junto com São Paulo nos anos de 1930. Abreu (1997) analisa a evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, observando elementos como o crescimento populacional, a expansão da malha urbana da cidade para as áreas suburbanas, o papel do bonde e do trem na formação do espaço metropolitano – baseado em Soares (1962) – como fatores decorrentes do crescimento industrial da capital federal.

Dessa maneira, é importante observar que, além do papel de capital, a cidade do Rio de Janeiro era uma das lideranças do processo de industrialização nacional, apenas superada por São Paulo. A atividade industrial fez com que ocorresse um aumento significativo da população na cidade, principalmente, a partir das migrações das populações que vinham para trabalhar na indústria. O crescimento demográfico levou à procura por parte da população por áreas com custo de vida menor e locações mais baratas fora do centro metropolitano. Essa busca se dava, em sua maioria, em áreas mais distantes da cidade ou em municípios ao redor da capital. A tarifa única do trem foi um elemento essencial, porque facilitou o deslocamento da população do interior do Recôncavo da Guanabara para trabalhar na cidade do Rio de Janeiro. Abreu (1997) indica que:

Vários fatores contribuíram para que os bairros situados na periferia do Distrito Federal e para que os municípios da Baixada Fluminense crescessem a taxas tão elevadas na década de 1950. No que diz respeito aos primeiros, destacam-se o saneamento dos vales dos rios Acari e Meriti, realizados a partir da segunda metade da década anterior, e a construção da Avenida das Bandeiras, numa primeira etapa até Coelho Neto (1949) e posteriormente até Deodoro (1954) (ABREU, 1997, p. 112).

A construção da estrada das Bandeiras, ao longo dos anos 40 e 50, representou a expansão física da metrópole para o seu interior, no sentido oeste, direção de Campo Grande e Santa Cruz, que fazem limite com a Baixada, a partir do município de Itaguaí⁶⁵. A estrada também integrou bairros como Anchieta e Pavuna, áreas limítrofes entre a metrópole e a Baixada, principalmente com municípios como Nilópolis, São João de Meriti e Nova Iguaçu, ligando a zona norte ao centro do Rio. Além disso, as linhas secundárias do trem, que iam no sentido de Duque de Caxias, por exemplo, também tiveram esse papel de integração da Baixada com a zona norte.

Essa integração nos traz a percepção da formação da Baixada enquanto periferia da metrópole do Rio de Janeiro, como uma área de expansão urbana. Entretanto, a Baixada, nesse **65**. Nesse período, o município de Seropédica era distrito de Itaguaí, do qual se emancipou no ano de 1997.

momento, é o espaço de moradia e dormitório da população que chegava para trabalhar no setor industrial e na construção civil, que estavam em crescimento na antiga capital federal. Esse movimento de integração da capital com seu recôncavo decorre da construção da representação da Baixada como espaço de moradia da força de trabalho, o que fez com que seus municípios fossem categorizados como cidades-dormitórios. Albuquerque (2020), ao analisar a Baixada a partir dos censos demográficos, compreende que, no período de 1950-70, houve um significativo aumento demográfico na região, impulsionado pelo crescimento da metrópole, consolidando sua imagem como uma região populosa e de condições muito precárias.

Albuquerque (2020) aponta que, nos anos de 1970, a relação da metrópole com a Baixada tem uma outra configuração territorial, não sendo mais a Baixada uma periferia da cidade nem uma periferia do antigo estado do Rio de Janeiro, o que Abreu (1997) chamou de periferia intermediária, um espaço periférico do antigo estado fluminense resultante do crescimento urbano do Distrito Federal. Com a fusão e mais especificamente com a institucionalização da Região Metropolitana, ficou mais explícita a concentração de recursos e equipamentos da cidade do Rio de Janeiro em relação a seu interior e sua periferia.

A partir da fusão, em 1975, ao longo dos anos a imagem e a concepção de Baixada Fluminense foram se transformando e ganhando outros contornos tanto político-administrativos quanto sociais. A polissemia do conceito de Baixada Fluminense analisada por Enne (2013) mostra essas mudanças de Baixada enquanto espaço físico, área fluvial, extensão da metrópole, até a imagem de uma região de violência e abandono.

Os órgãos públicos do estado do Rio de Janeiro durante as décadas que seguiram pós-fusão criaram uma série de delimitações do que seria a composição dessa região. Tanto a FUDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana) quanto a Secretaria de Desenvolvimento Social da Baixada tiveram preocupações distintas com a organização e a questão socioeconômica da Região Metropolitana e da periferia metropolitana. Porém, a Baixada tem momentos de mudanças em sua configuração político-administrativa, que foram se dando com os processos de emancipações, um primeiro ciclo nos anos de 1950, com Duque de Caxias e São João de Meriti; depois no final dos anos de 1980 e ao longo dos anos de 1990, com as emancipações de Belford Roxo, Japeri, Queimados e Mesquita, que eram distritos de Nova Iguaçu; e, finalmente, em 1997, Seropédica, que se emancipou de Itaguaí.

Esse conjunto de movimentos de emancipação representou a divisão territorial do município de Nova Iguaçu, que era a unidade territorial de grande parte dos municípios que hoje compõem a região. Com exceção de Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi, todos os outros surgem de emancipações de distritos de Nova Iguaçu. Isso evidencia a questão político-territorial que marca a região. Tal problemática é analisada por Simões (2007), que, ao estudar as emancipações de Nova Iguaçu, conceitua esse processo como Baixada Geopolítica. Com o estudo de Simões, podemos analisar o processo de emancipações no município de Nova Iguaçu e suas transformações territoriais, que vão caracterizar a atual configuração da Baixada Fluminense. Simões (2007) compreende o conceito de Baixada Fluminense a partir dos municípios oriundos da “Grande Iguaçu”, que se fracionaram do antigo município de Iguaçu e do município de Estrela em nove diferentes municípios.

Simões (2007) leva em consideração a formação histórico-geográfica da região a partir da composição de Iguaçu e Estrela, destacando, como nos estudos anteriores de Geiger e Mesquita (1956), Soares (1962) e Abreu (1997), o passado dos rios como vias de escoamento para o porto do Rio de Janeiro e a “ocupação recente baseada nos loteamentos populares próximos aos ramais ferroviários e suas estações” (SIMÕES, 2007, p. 22). No entorno dessas estações, os distritos, principalmente os do território municipal de Iguaçu (mais tarde conhecido como Nova Iguaçu), foram formando núcleos urbanos com dinâmicas territoriais próprias, que, com o passar dos anos e as possibilidades criadas pela constituição de 1988, levaram ao surgimento

de vários movimentos emancipatórios, como por exemplo de Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, ao longo dos anos de 1990 e início de 2000.

Assim, podemos analisar que o processo de urbanização como produto da expansão urbana da metrópole carioca representou a formação de vários núcleos urbanos no entorno das linhas férreas. Isso também representou uma intensificação das desigualdades espaciais e das representações da Baixada como área desvalorizada e comandada politicamente por “coronéis” locais. A imagem de uma Baixada Fluminense como espaço periférico, segundo Enne (2013), começa a ter maior expressão a partir dos anos de 1970-1980, sendo caracterizada pela imprensa como uma terra sem lei, com extrema pobreza e forte desigualdade.

A concepção de uma Baixada Fluminense como representação da violência foi trabalhada por Alves (2003), à luz da questão fundiária regional, em seu estudo sobre os grupos de extermínios que proliferaram na região nos anos de 1980 e 1990. A imagem da Baixada Fluminense como uma região marcada pela violência é parte do histórico de segregação e dominação presente até hoje nos municípios que compõem essa região, promovendo, assim, um distanciamento social da Baixada para com a cidade do Rio de Janeiro, apesar da proximidade física e forte relação econômica com o núcleo metropolitano. No entanto, Enne (2013) compreende que a construção da Linha Vermelha assume importante papel de integração territorial e simbólica entre a metrópole e sua periferia.

A Linha Vermelha, inaugurada em 1992, integra as rodovias Presidente Dutra com a Washington Luiz e a cidade do Rio de Janeiro, transformando o percurso dos moradores da Baixada Fluminense e possibilitando-lhes, no caso de ausência dos congestionamentos diários, um deslocamento pela via da Baixada até o centro do Rio por aproximadamente 20 minutos. Para Enne (2013), a Linha Vermelha foi uma figura da integração da periferia ao centro, imprimindo um outro olhar entre a cidade do Rio de Janeiro e a região da Baixada Fluminense.

Esse outro olhar sobre a Baixada Fluminense aparece nos períodos dos anos 1990 e 2000, quando os grupos que geriram o estado direcionaram uma série de ações para a Baixada com políticas específicas para essa região. Podemos destacar dois programas que marcaram as políticas públicas nesse período: o programa Nova Baixada e a criação da Secretaria de Desenvolvimento Social da Baixada. O primeiro, elaborado no governo Marcello Alencar (1995-1998), estava centrado em política de saneamento básico da região; e o segundo, no governo Anthony Garotinho (1999-2002), desenvolveu uma série de medidas para mitigar as desigualdades sociais da região. Ambos focavam nos maiores municípios da região, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, já que os impactos das políticas públicas nesses municípios têm maior notoriedade para a sociedade, e esses municípios são dois dos principais centros sociais e econômicos do estado, além de serem os principais colégios eleitorais do estado do Rio, com papel importante na disputa política regional.

Esses elementos vão compor as dinâmicas territoriais e regionais dessa polissêmica Baixada Fluminense (ENNE, 2013). Quando analisamos esses processos econômico-sociais e sociopolíticos, não podemos esquecer os sujeitos que se apresentam dentro dos processos de formação e constituição da Baixada Fluminense, por exemplo: migrantes, sem-terra, operários, trabalhadores assalariados, posseiros. Muitos desses sujeitos se misturam em várias identidades políticas de resistência, além daqueles que podem ser incluídos como elites locais, regionais e diferentes grupos sociais com papéis de destaque na formação social da região da Baixada Fluminense.

Quando abrimos o leque da história social da Baixada Fluminense, não somente como periferia da cidade do Rio de Janeiro, mas como um espaço produzido pela urbanização no entorno das linhas férreas, é preciso lembrar dos sujeitos que lutam, valorizar a reminiscência dos movimentos populares que marcaram a região, o que, de certa forma, evidencia as preocupações em nossas pesquisas, que são as resistências. A partir disso, o que mais nos chamou a atenção

ao longo da história social da Baixada Fluminense foram algumas formas de resistência que se manifestaram nos diferentes lugares dessa polissêmica Baixada Fluminense, como os movimentos de luta pela terra, protagonizados pelos posseiros dos anos de 1950, contra a grilagem de terra que acontecia associada ao processo de loteamentos.

Nesse momento, surge, no antigo estado do Rio de Janeiro, a Federação dos Lavradores do estado do Rio de Janeiro, apoiada pelo governo estadual, por movimentos católicos e pelo partido comunista, como forma de resistência dos posseiros. Há também o surgimento de movimento por moradia, as greves dos anos 60 dos trabalhadores das indústrias no eixo da Rodovia Presidente Dutra, especialmente da indústria Farmacêutica Bayer. A retomada da luta pela terra nos anos de 1980 levou à formação de assentamentos da Reforma Agrária. Inúmeras lutas permanecem até hoje por melhores condições de vida nessa região.

O que isso tem a ver com o Arco Metropolitano? Com a construção do Arco Metropolitano um novo projeto de Baixada Fluminense se apresenta. Um projeto de uma Baixada de crescimento econômico e social tendo como base as terras livres para o desenvolvimento enquanto polo industrial logístico no entorno do Arco Metropolitano. Como vimos na figura 1, a Baixada Fluminense é retratada como “espaços vazios” que são propícios para o investimento industrial e crescimento urbano, entretanto nessa imagem a representação de “espaços vazios” negligencia a existência dos sujeitos que identificamos na memória social da Baixada Fluminense.

Os relatos da equipe de comunicação social⁶⁶ sobre o período da obra do Arco mostram que as equipes de arqueólogos que acompanhavam a obra encontraram em vários trechos uma série de artefatos arqueológicos. Muitos desses objetos arqueológicos encontrados ao longo da obra remetem à ocupação da região durante os séculos XIX e XX. Eles acharam restos de portos fluviais que eram utilizados para escoamento da produção de cana e de café, além de indícios de pequenas vilas que se formaram no entorno desses portos. Interessa-nos, neste trabalho, que esses artefatos arqueológicos comprovam a ocupação da região e a formação de aglomerados populacionais nesse local, embora nem todos tenham se tornado vilas, o que contraria a percepção dos “espaços vazios”.

Um outro exemplo desse discurso sobre a Baixada Fluminense como “espaço vazio” foi a política de colonização implementada no período Vargas com as Colônias Agrícolas do Tinguá, em Nova Iguaçu, de Xerém, em Duque de Caxias, e de Piranema, em Santa Cruz – que atingia Seropédica, até então distrito de Itaguaí –, que teve por intenção a ocupação do Recôncavo da Guanabara e o fomento à produção agrícola com o objetivo de abastecimento da capital federal e de exportação da citricultura. Esse processo de ocupação da região no período das décadas de 1930-1960 é tão representativo que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), instalada definitivamente nessa região em 1943, se tornou uma expressão da história de ocupação dessas áreas que foram consideradas “espaços vazios” no plano do Arco. Essa política de ocupação se repete também em projetos como a comissão de saneamento da Baixada, que tinham por objetivo oferecer infraestrutura para a ocupação da área, no sentido de constituir cidades-dormitórios da força de trabalho que atenderiam a então capital federal.

A imagem da Baixada Fluminense como “vazio demográfico” é uma construção que se repete ao longo dos estudos historiográficos. Silva (2017), ao questionar essa imagem de vazio demográfico, mostra que os historiadores tiveram uma preocupação em analisar a representação de Baixada enquanto “espaço vazio” e não buscaram uma possível explicação do processo de declínio populacional que ocorreu entre o final do século XIX e a primeira década do século XX. O que nos interessa, ao trazermos o debate de Silva (2017), é a compreensão da imagem de uma Baixada como “espaço vazio” ou uma nova área de ocupação na história da região.

É preciso salientar que essa imagem de Baixada dos “espaços vazios” está presente no projeto do Arco Metropolitano. Porém, na extensão da obra, foram encontradas memórias da ocupação

66. Setor responsável na obra do Arco Metropolitano pela mediação com as comunidades atingidas e outros segmentos da sociedade em geral.

da Baixada e, fundamentalmente, de populações que vivem no eixo⁶⁷ de desenvolvimento industrial e logístico do Estado, representadas nos conflitos, por exemplo, em Vila de Cava, com as remoções das famílias pelas obras da estrada e por tantos outros conflitos que ocorrem em decorrência da territorialização do capital ao longo do Arco Metropolitano.

Considerações finais

O Arco Metropolitano expressava, em sua construção, uma imagem de progresso e transformação da Baixada Fluminense como centro industrial e logístico, uma região em franco crescimento econômico. A reportagem do *Jornal O Globo*, destacada a seguir na figura 3, anunciou a Baixada como espaço de crescimento acelerado dos investimentos do setor industrial e de serviços:

Figura 3 - Reportagem do *Jornal O Globo* sobre o Arco Metropolitano



Fonte: *Jornal O Globo*, reportagem de 19 de outubro de 2011

Essa reportagem do *Jornal O Globo* fala de uma nova geografia da Baixada Fluminense como parte do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro e espaço de investimento industrial e crescimento econômico, sem levar em consideração os sujeitos que constroem e construíram seus territórios no que é conhecido como Baixada Fluminense.

Essa Baixada que o Arco encontrou, na realidade, são “Baixadas”. Constituem um conjunto de memórias e práticas sociais dos sujeitos em seus territórios e uma série de conflitos que marcam a história dessa região. O Arco encontra uma Baixada diferente em cada um dos seus trechos. Em todos esses trechos, encontramos traços que fazem com que as Baixadas sejam parte da Baixada Fluminense: representações da periferia metropolitana, região pobre, área de reserva de expansão, área a ser ocupada, expressão da questão fundiária secular que marca toda a região, mas também uma área integrada por agricultores e trabalhadores urbanos e constituída por movimentos sociais e culturais, que ocupam as terras planas do “Recôncavo da Guanabara”.

67. Quando nos referimos a eixo, não nos limitamos à dimensão da estrada, mas a todo o seu entorno, que foi planejado para receber investimentos logísticos e industriais.

DINÂMICA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS ESCOLAS DE DUQUE DE CAXIAS – REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Maria Helena do Carmo Silveira Costa. Professora de Geografia – SME/Duque de Caxias.

Professora Substituta – Departamento de Geografia Humana/IGEOG/UERJ. Doutora em Urbanismo – LEAU/PROURB/UFRJ. Doutoranda em Geografia – IGC/UFMG.

Introdução

Tratar da temática do acesso à água relacionando a questão do abastecimento com um outro serviço público constitui ofício significativamente complexo. O trabalho aqui apresentado trata da inter-relação entre abastecimento de água e educação. Esse é um tema cujos estudos são pouco numerosos e recentes, o que demanda um esforço muito grande em termos de pesquisa, tanto teórica quanto empírica, na sua abordagem. Sendo assim, aprofundar a análise que associa dois serviços públicos de direitos essenciais, abastecimento de água e educação, constitui a maior contribuição deste estudo.

Por outro lado, é necessário reconhecer que, apesar dos relativamente poucos trabalhos desenvolvidos sobre a relação entre acesso à água e educação, o tema já foi abordado de alguma maneira por diferentes autores, demonstrando uma preocupação pretérita sobre a temática. Destacam-se aqui os estudos desenvolvidos por Swyngedouw (2001), Soares Neto *et al.* (2013), Josh e Amadi (2013), Cradock *et al.* (2012), Jasper *et al.* (2012), Heller (2013), Britto *et al.* (2016), dentre outros.

Inúmeras discussões, principalmente no âmbito das políticas públicas, têm demonstrado preocupações no que diz respeito à situação de abastecimento de água nas escolas brasileiras, sobretudo no meio rural, mas também no meio urbano. Seguindo essa lógica nacional, as unidades escolares municipais de Duque de Caxias apresentam significativos problemas de abastecimento de água, o que tem gerado preocupações em diversos segmentos da sociedade local. O fato é que, nas escolas, quando falta água, comumente aulas são suspensas e/ou merendas não podem ser feitas, prejudicando a rotina escolar.

Um pressuposto deste estudo é de que um dos fatores que contribuiu para a precariedade do acesso à água nas escolas públicas de Duque de Caxias é a ausência de diálogo entre as políticas setoriais. Pode-se entender o espaço escolar como o lugar em que poderiam se articular diferentes políticas setoriais: (i) a política de saneamento básico, com serviços de qualidade e experimentação de tecnologias inovadoras como aproveitamento de água de chuvas, separação e reciclagem de lixo associada a uma educação ambiental que discuta o direito humano à água; (ii) a política de saúde partindo dos alunos para a família, articulando com programa de saúde da família; (iii) política ambiental, associada às disciplinas curriculares e a um programa de educação ambiental; (iv) a política urbana, sendo um espaço de discussão das diferentes dimensões do direito à cidade, de cadastro de necessidade das famílias. Vale lembrar que em diferentes contextos fora do Brasil, as escolas funcionam como espaços de articulação da vida comunitária. Essa é uma realidade que pode trazer muitos benefícios à sociedade brasileira.

Apresentação do objeto de estudo

A partir do exposto, o estudo apresenta como tema central o acesso ao saneamento básico – ênfase ao abastecimento de água – visto numa perspectiva de como essa questão estrutural pode afetar o espaço escolar. Procura-se compreender como a precariedade de um serviço público – o abastecimento de água – pode afetar outro serviço público – a educação – comprometendo a qualidade de vida na cidade.

O recorte espacial leva em consideração as unidades municipais de ensino de Duque de Caxias, município localizado na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Figura 1). Integra, segundo Rosa (2018), o grupo das chamadas grandes periferias. Divide-se em quatro distritos – Duque de Caxias (1º Distrito), Campos Elíseos (2º Distrito), Imbariê (3º Distrito) e Xerém (4º Distrito) –, concentrando maior contingente populacional no Distrito de Duque de Caxias. O município apresenta o segundo maior PIB (Produto Interno Bruto) do estado do Rio de Janeiro e o 18º maior PIB do país (IBGE, 2017). Porém, essa condição econômica não é suficiente para livrar o município e os cidadãos duquecaxienses dos consideráveis problemas de infraestrutura urbana presentes em diversas localidades, incluindo o abastecimento de água.

Figura 1 - Área de Estudos: Duque de Caxias, Baixada Fluminense / Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Plano Municipal de Saneamento de Duque de Caxias (PMSB/DC), 2017.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no que se refere ao abastecimento de água no município de Duque de Caxias como um todo, aproximadamente 62,43% dos domicílios são atendidos pela rede geral de abastecimento, enquanto os demais 37,57% se veem obrigados a buscar outras formas de acesso à água (tabela 1).

Quadro 1 - Abastecimento de água em Duque de Caxias: Sistemas Guandu/Acari/Taquara

Tipos de abastecimento	Nº de domicílios	%
Por rede geral	168.535	62,43
Por água de poço ou nascente dentro da propriedade	86.749	32,14
Outras formas	14.061	5,21
Total	269.944	99,78

Fonte: Plano Municipal de Saneamento de Duque de Caxias (PMSB/DC), 2017; IBGE, Censo 2010.

Os dados demonstram que a água, em Duque de Caxias, é um recurso ainda não acessível a toda sua população. E essa condição atinge grande parte dos cidadãos e afeta o funcionamento de atividades essenciais como as atividades escolares.

Ali, naquele território, milhares de pessoas convivem diariamente com serviços precários de água e esgoto, fornecidos principalmente pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE). Por outro lado, vale ressaltar aqui, que a privatização da empresa estatal, facilitada pelo novo marco regulatório do saneamento básico (PL 4.162/2019), tampouco parece servir para resolver o problema do acesso à água na área, haja vista, sobretudo, a situação de pobreza de parte considerável da população local em contraste com a constante busca por lucros do setor de mercado.

O trabalho propõe, com isso, uma análise de uma das dimensões da temática do abastecimento de água potável no município de Duque de Caxias: o acesso à água nos espaços escolares. O objetivo, de modo geral, é dar visibilidade ao problema, explicar suas causas, e discutir de que forma ele se manifesta nas diferentes áreas do território municipal, entendendo que existem desigualdades no acesso à água entre as diferentes escolas do município.

A partir das constatações obtidas neste estudo, busca-se contribuir sobre a questão das interfaces e da intersectorialidade entre políticas relacionadas a serviços públicos urbanos, tomando dois serviços diferenciados, abastecimento de água e educação. Entende-se que ambos materializam direitos de cidadania que, no caso em voga, têm sido negados, afetando sobretudo os mais pobres. Tal negação de direitos é um bloqueio à possibilidade de mudança nos indivíduos e na ordem social.

Metodologia

Sumariamente, a pesquisa adotou um desenho metodológico que fosse mais prático e que possibilitasse realizar uma pesquisa completa, capaz de examinar a temática em diferentes escalas e perspectivas, condizente com a complexidade do tema. O desenvolvimento desta investigação envolveu três etapas: uma exploratória; outra que compreendeu intensivos trabalhos de campo; e outra ainda relacionada à análise e tratamentos dos materiais empíricos e bibliográficos/documentais. Estudos de alguns autores se destacaram, diante do exposto, podendo ser dada ênfase àqueles desenvolvidos por Gerhardt e Silveira (2009); Deslandes (2009) e Minayo (2009).

A fase exploratória foi ligada à produção do projeto de pesquisa e aos procedimentos necessários para preparar os trabalhos de campo.

A pesquisa de campo envolveu intensivas visitas às áreas selecionadas para estudo – as escolas municipais de Duque de Caxias, onde foram realizadas entrevistas, a partir de questões elaboradas em conjunto com membros do Laboratório de Estudos de Águas Urbanas - (LEAU), do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Faculdade de Arquitetura (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O mapeamento das escolas foi realizado tendo como base seus endereços e informações do aplicativo *Google*, fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME), além do Atlas Escolar do Município e dos trabalhos de campo.

Tabelas e gráficos foram construídos a partir dos dados coletados sobre as escolas através das entrevistas, além daqueles adquiridos em setores dentro da SME e em outros órgãos governamentais.

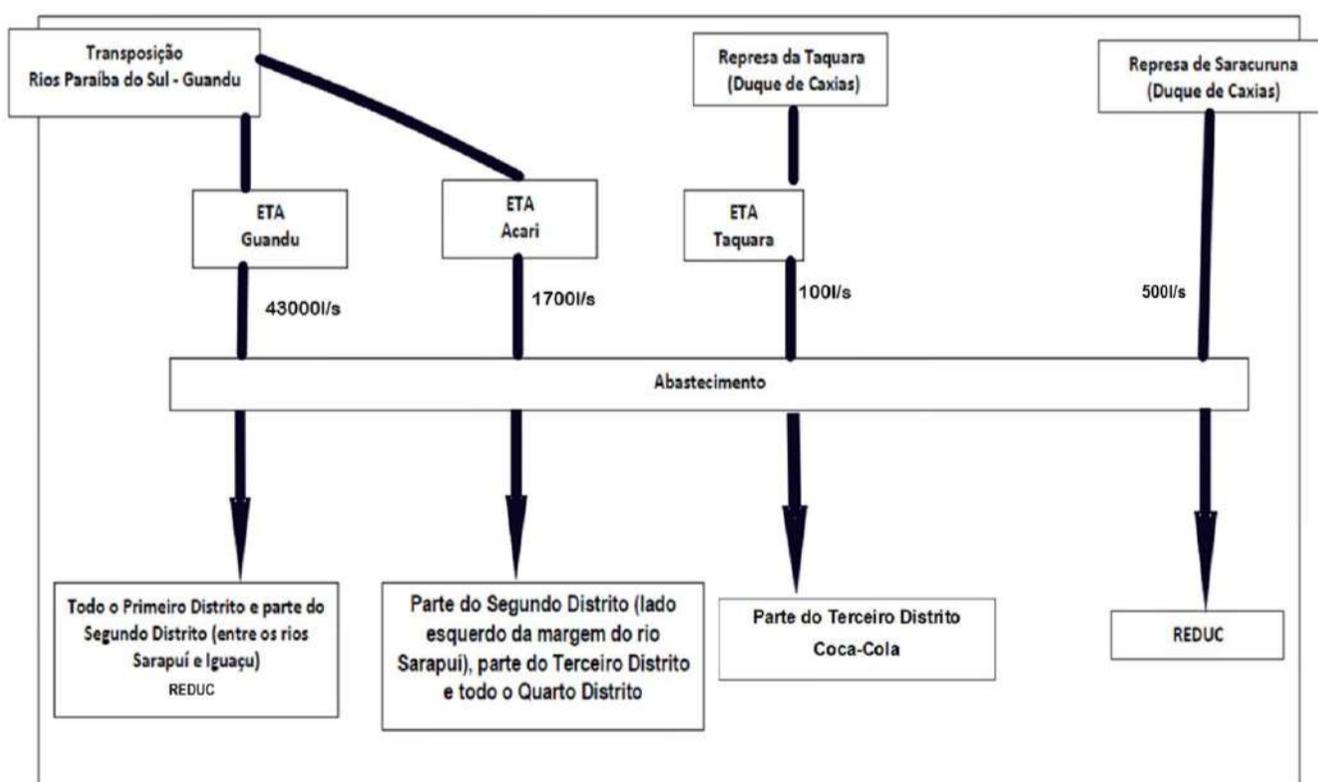
Os dados empíricos foram articulados com a teoria que fundamentou o trabalho, analisada na pesquisa bibliográfica, que envolve literatura mormente sobre os seguintes conceitos: direito humano à água e intersetorialidade nas políticas urbanas que envolvem acesso aos serviços públicos. Foram acrescentadas ainda outras leituras teóricas e interpretativas que possibilitaram uma análise mais precisa das informações levantadas nos trabalhos de campo – obras literárias, reportagens, leis, programas, projetos, dentre outros.

Resultados

No caso específico do município de Duque de Caxias, há três sistemas principais de abastecimento de água responsáveis pelo provimento de seu território: Sistema Guandu, Sistema Acari e Sistema Taquara. Sendo assim, todo o Primeiro Distrito (Duque de Caxias) e parte do Segundo Distrito (Campos Elíseos) são abastecidos pelo Sistema Guandu. Outra parte do Distrito de Campos Elíseos, assim como o Terceiro e o Quarto Distritos (Imbariê e Xerém, respectivamente) são abastecidos pelos Sistemas Acari e Taquara. Vale ainda sinalizar que os Sistemas Guandu e Saracuruna abastecem a Refinaria Duque de Caxias, tendo sido este último construído exclusivamente para atender suas demandas.

Importante também é esclarecer que o Sistema Taquara se apresenta como ponto chave no abastecimento da fábrica da Coca-Cola, recentemente instalada nas suas proximidades (Figura 2).

Figura 2 - Abastecimento de água em Duque de Caxias: distribuição segundo suas áreas.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Apesar de ser contemplado com mais de um sistema de abastecimento – Guandu, Acari, Taquara e Saracuruna – Duque de Caxias apresenta problemas graves de frequência no abastecimento de água. Grande parte do município recebe água apenas duas ou três vezes por semana. Essa informação é referendada por entrevistas realizadas pela pesquisadora Suyá Quintslr do Laboratório de Estudos de Águas Urbanas com o diretor de operações da CEDAE e com o Secretário de Urbanismo ⁶⁸; e pelo Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado em dezembro de 2017⁶⁹. Nas áreas mais críticas, onde a rede não chega ou os períodos sem água se estendem por mais tempo, é comum os moradores buscarem outras formas de abastecimento, havendo grande número de poços e de ligações clandestinas nas adutoras.

Dentre as possíveis abordagens teóricas para tratar o tema, optou-se pelo conceito de Ciclo Hidrossocial. Trata-se de um conceito inerente aos estudos de Ecologia Política e que tem importante significado em qualquer análise sobre acesso à água, mormente em áreas periféricas. Certamente, por ajudar de forma significativa na compreensão da complexa distribuição da água nesses territórios. Tal conceito concebe a circulação da água como uma combinação de processos físico e social, como um fluxo híbrido que combina a natureza e a sociedade de maneira inseparável. Uma literatura consideravelmente ampla vem embasando os estudos sobre esse conceito, destacando-se aqueles desenvolvidos por Swyngedouw (2009), Heller e Castro (2007), Britto (2016; 2018), Kaika (2005), para citar alguns.

Nessa lógica, a água concebida como H₂O circula através do Ciclo Hidrológico – processos de precipitação, evaporação, escoamento –; e como um recurso circula através do Ciclo Hidrossocial – uma rede complexa de tubos, legislação, medidores, padrões de qualidade, consumidores, torneiras com vazamento.

Swyngedouw *et al.* (2002) sinalizam que o aumento da demanda por água está intrinsecamente relacionado à expansão da urbanização; intensificando conseqüentemente as pressões sobre a exploração dos recursos hídricos. Neste cenário, os conflitos socioespaciais e socioambientais pela água se tornam inevitáveis. Áreas onde a desigualdade de acesso a esse recurso público é histórica, apresentam, neste sentido, forte propensão à ocorrência desses conflitos. É o caso da área selecionada para este estudo.

Além desses estudos, ressaltam-se também as abordagens de Linton e Budds (2013). Destacam que os processos hidrológicos encontram, na verdade, seu lugar dentro do Ciclo Hidrossocial não meramente como fluxos materiais de água, mas como agentes de mudança e organização social. Neste sentido, a água que circula no território de Duque de Caxias não é apenas o H₂O líquido. Acrescenta-se que as relações de poder inerentes ao Ciclo Hidrossocial podem gerar situações conflituosas, sobretudo considerando as desigualdades de acesso à água por diferentes atores sociais em determinados contextos.

Perreault (2014) é mais um teórico que desenvolve uma análise relevante sobre o conceito de Ciclo Hidrossocial, que pode ajudar na evolução do presente trabalho. Em seus estudos, analisa criticamente diversas literaturas sobre a água, incluindo o conceito de hidrossocial, governança ambiental e escala espacial; além de equidade, justiça e direitos. Percebe-se que suas análises vão ao encontro das abordagens desenvolvidas pelos demais autores acima citados, sobretudo quando compreende a água como um elemento que não é puramente natural, nem puramente social, mas simultaneamente e inseparavelmente ambas as coisas. Ao entender a água como natureza socialmente produzida, reconhece que a mesma não é politicamente neutra; refletindo e reproduzindo as relações sociais de poder.

Um ponto importante nos estudos de Perreault (2014) diz respeito à governança da água, alertando que o conceito surgiu com o intuito de abordar questões relacionadas aos fatores econômicos e políticos, referindo-se às funções do governo propriamente ditas; e também, às

68. Foram entrevistados Marcelo Novaski em 01/06/2015 e Luiz Edmundo Costa Leite Secretário de Planejamento, Habitação e Urbanismo em 30/11/2015.

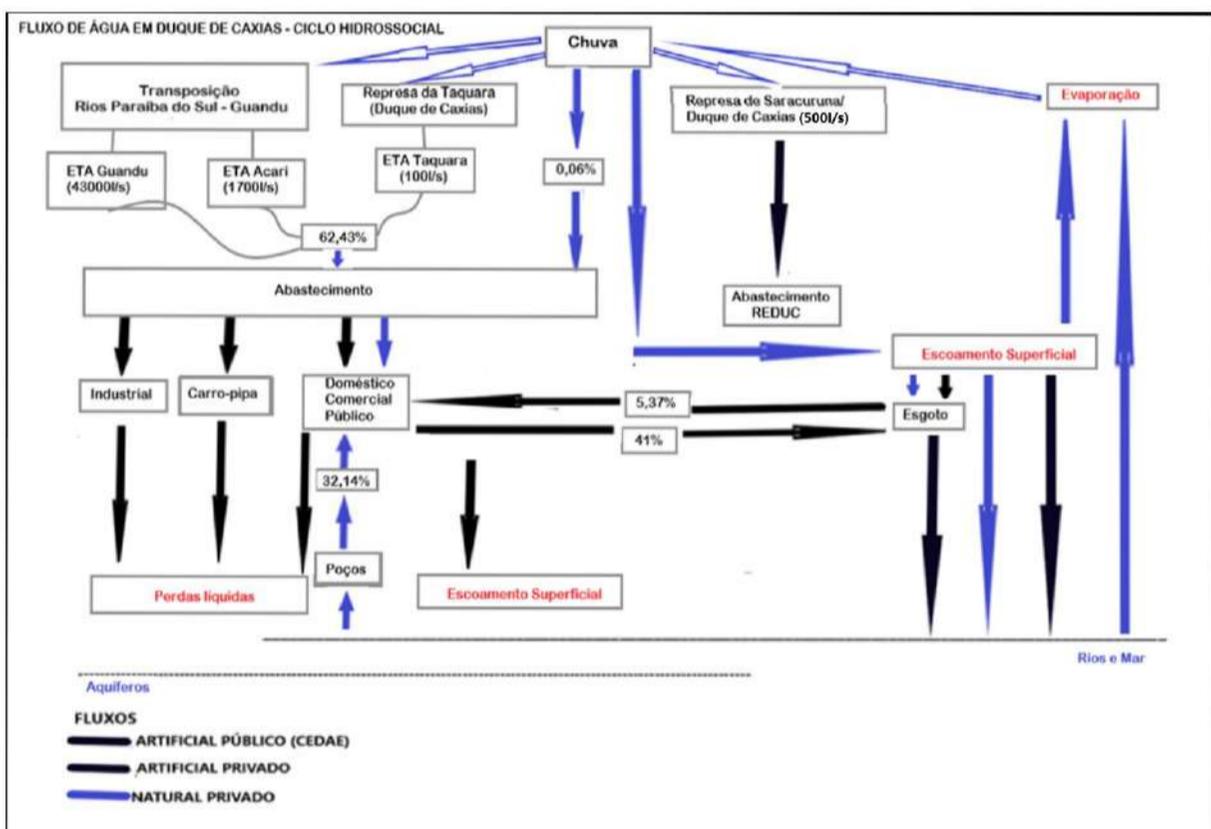
69. Ver <http://www.planodesaneamentobdc.org/index.php/documentos/etapa-diagnostico>

relações entre os diferentes atores sociais e setores governamentais e não governamentais que compõem o Ciclo Hidrossocial.

As abordagens acima demonstram que existem, portanto, intrínsecas e multidimensionais relações entre os elementos que compõem a organização sociotécnica do Ciclo Hidrossocial. O esquema organizacional do Ciclo Hidrossocial de um determinado lugar pode revelar situações de desigualdades de acesso a esse recurso essencial, indicando atores sociais e territórios mais beneficiados, assim como os pontos mais fragilizados e/ou vulneráveis. Configuração que pode revelar a existência de conflitos socioambientais, relacionados à desigual distribuição da água num território.

A figura seguinte (Figura 3) faz referência ao fluxo de água em Duque de Caxias na perspectiva do conceito de Ciclo Hidrossocial. É possível perceber que nesta área da Baixada Fluminense, a circulação hídrica revela uma realidade heterogênea, haja vista que a água que chega para consumo populacional percorre, até então, um caminho complexo, associado à existência de espaços desiguais de acesso à mesma.

Figura 3 - Ciclo Hidrossocial de Duque de Caxias



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Como demonstra o esquema de Ciclo Hidrossocial da área, nota-se que o percurso principal da água é definido principalmente pela CEDAE, responsável pelo abastecimento dos 62,43% atendidos pela rede geral pública. Associam-se a esse percurso outros, definidos por usuários privados. Um desses percursos é definido pela própria população, através dos poços (32,14%) e do aproveitamento de água da chuva (0,06%). Vale lembrar que essas outras formas ocorrem sobretudo em função da precariedade do setor público que não consegue universalizar o acesso à água na localidade. Um outro percurso é definido pelas indústrias locais, que possuem outorga para o uso da água, sendo o mais importante aqui perceber o quanto essas empresas podem impactar na questão do acesso à água, sobretudo numa área que já apresenta problemas de abastecimento.

Nota-se ainda que o acesso não é homogêneo ao longo de todo o território. O Primeiro Distrito apresenta melhor serviço, com 59,14% dos domicílios ligados à rede; no Segundo Distrito 18,57% dos domicílios está ligada à rede geral; no Terceiro Distrito, estes percentuais

são de apenas 3,03% para rede geral; e, no Quarto Distrito, 4,15% para a rede geral. Ao analisar esses dados, obtidos através de pesquisas bibliográficas e empíricas, percebe-se com clareza que o município de Duque de Caxias apresenta uma relevante diferenciação de área no que diz respeito ao abastecimento de água (Tabela 2).

Quadro 2 - Percentual de domicílios ligados por rede geral de água canalizada segundo os distritos.

Distritos	Domicílios atendidos por Rede Geral de Água Canalizada (%)
Duque de Caxias	59,14
Campos Elíseos	18,57
Imbariê	3,03
Xerém	4,15

Fonte: IBGE, 2010.

A distribuição desigual da água em Duque de Caxias repercute também na oferta às unidades escolares. Com isso, um outro importante aspecto teórico se apresenta como fundamental nesta análise – a inter-relação entre políticas públicas, com ênfase na correlação entre abastecimento de água e educação.

É reconhecida a necessidade de uma abordagem sistêmica do saneamento, compreendendo suas interfaces com o ambiente, as condições sociais e os recursos hídricos, superando a visão estrita de que ele constitui uma mera prestação de serviços (BRITTO, 2015). Ênfase vem sendo dada à importância de uma integração da área com as políticas públicas de saúde, meio ambiente, habitação, energia, transporte e planejamento urbano. A presente proposta busca analisar uma outra integração, com a educação, que parece carecer significativamente de estudos mais aprofundados; o que confere um significado extra à importância dos estudos aqui desenvolvidos.

Segundo Soares *et al.* (2013), promover a educação requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa ocorrer. Para tanto, é importante proporcionar um ambiente físico, denominado pelos autores de infraestrutura escolar, de modo que estimule e valorize o aprendizado, além de favorecer as interações humanas. Os autores tomaram como base o Censo Escolar da Educação Básica de 2011. Dentre os blocos de itens do Censo Escolar utilizados para caracterizar a infraestrutura, as variáveis 32 – que trata da água consumida pelos alunos – e 33 – do abastecimento de água – foram consideradas, tendo em vista a importância desses pontos para garantir um ambiente propício ao processo de ensino-aprendizagem.

Josh e Amadi (2013) exploraram, em seu artigo, o impacto do tratamento da água, higiene e intervenções sanitárias na melhoria da saúde dos alunos. Observaram que a relação dos alunos com o espaço escolar apresentou melhoras consideráveis após os cuidados tomados com a questão do acesso à água, o que demonstra a importância desse aspecto estrutural para o bom andamento do ensino.

Para Craddock *et al.* (2012), a ingestão adequada de água pode trazer benefícios importantes para a saúde dos alunos. Neste sentido, políticas federais, estaduais e locais são relevantes para a provisão de água dentro das escolas. Sinalizam que, antes de 2010, a maioria das escolas públicas de Massachusetts não abordavam a política de bem-estar sobre o acesso à água potável gratuitamente. Levaram dez anos para que essas escolas fornecessem água durante as refeições dos estudantes, incluindo unidade de distribuição, instalação, teste de água e copos/recipientes. Observaram que, a longo prazo, as estratégias de provisão da água, baseando-se na água da torneira, eram mais econômicas do que a água engarrafada. Concluíram que recomendações políticas e considerações de custos merecem atenção nos diferentes níveis de governo (federal,

estadual e local) a fim de garantir acesso seguro e gratuito à água potável nas escolas, essencial para o sucesso das atividades de promoção da água.

Jasper *et al.* (2012), em seus estudos, analisaram os efeitos da água e da higienização em escolas, tendo como objetivo caracterizar os impactos das inadequações da água e da higienização naquele ambiente. Os estudos provaram que havia aumento da ingestão de água quando havia aumento da provisão da mesma e do acesso às instalações adequadas. As análises também demonstraram um aumento de faltas das meninas às aulas nas escolas dos países em desenvolvimento durante o período menstrual, devido às inadequadas instalações de higienização. Por fim, há relato de decréscimo de doenças gastrointestinais e diarreias com o aumento do acesso adequado às instalações de higienização nas escolas.

O fato é que, em muitas escolas, seja de países desenvolvidos ou em desenvolvimento, faltam serviços de higienização e água adequados, surtindo efeitos prejudiciais associados à saúde e ao atendimento escolar.

Um dos objetivos da revisão desenvolvida pelos autores era caracterizar como inadequações nos serviços de água e higienização no ambiente escolar têm potencial para impactar a saúde das crianças e seu atendimento nas escolas. O ambiente escolar representa um cenário importante porque muitos hábitos e comportamentos sociais das crianças são aprendidos ali.

As análises identificadas tratam sobretudo do consumo de água nos espaços escolares, dos usos dessa água e da qualidade da mesma. Apesar de tangenciarem a temática, trata-se aqui de uma situação que pode ser considerada ainda mais grave: a possibilidade de uma ausência de funcionamento da escola pela ausência do abastecimento de água.

O estudo aqui proposto levantou informações nas escolas públicas municipais de Duque de Caxias, onde se verificou que, embora um número significativo de escolas esteja ligado à rede pública de abastecimento (61,02%), as mesmas não recebem água dessa fonte. A pesquisa revelou que o abastecimento por rede pública (RP) e por caminhão-pipa (CP) constituíram as formas mais comuns encontradas, com uma predominância da última forma. Foram 38,98% das unidades de ensino abastecidas exclusivamente por rede pública e 46,33% exclusivamente por caminhão-pipa. Os demais 14,75% das escolas se abasteceram por outras formas, incluindo algumas combinadas com mais de uma fonte, tais como poço (P), rede pública mais caminhão-pipa (RP/CP), rede pública mais poço (RP/P), caminhão-pipa mais poço (CP/P) (tabela 3).

Quadro 3 - Quantitativo das principais fontes de abastecimento de água das escolas.

Distritos	RP	CP	P	RP/CP	RP/P	CP/P	Outros
Primeiro	45	11	1	8	0	0	0
Segundo	17	35	2	0	0	0	1
Terceiro	0	26	6	0	0	0	0
Quarto	7	10	5	0	2	1	0
Total	69	82	14	8	2	1	1
%	38,98	46,33	7,95	4,52	1,14	0,57	0,57

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A seguir, uma sequência de figuras apresenta uma síntese comparativa entre os distritos no que se refere às formas de abastecimento de água nos espaços das unidades escolares municipais de Duque de Caxias. Como se percebe, em todos eles, sem exceção, a rede pública não foi suficiente para abastecer as escolas, sendo necessário buscar outras formas de acesso à água. A própria busca por outros modos já indica uma irregularidade no fornecimento.

Trata-se de um cenário consideravelmente preocupante, que alerta para a necessidade de se pensar em conjunto – Secretaria Municipal de Educação, CEDAE (Companhia

Estadual de Água e Esgoto) e Sociedade Civil – estratégias que venham minimizar o efeito dessa atual defasagem, buscando a regularização do abastecimento de água pela rede pública de fornecimento. Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias (SME), o problema no fornecimento de água das escolas do município é antigo, que desde sempre enfrentou esta adversidade.

É relativamente comum, segundo a SME, chegar às escolas e se deparar com horários diferenciados de funcionamento das unidades por causa da falta d'água. O fato é que, nas escolas, quando falta água, comumente as aulas são – parcial ou integralmente – suspensas, trazendo sérios prejuízos ao ensino.

Figura 4 - Principais fontes de abastecimento de água das escolas do Primeiro Distrito.



Predominam as escolas cuja principal fonte é a rede pública.

RP = 69,23%

CP = 16,92%

P = 1,54%

RP/CP = 12,31%

Fonte: Elaboração própria, 2018 / base Atlas Geográfico Escolar do Município de Duque de Caxias.

Figura 5 - Principais fontes de abastecimento de água das escolas do Segundo Distrito.



Predominam as escolas cuja principal fonte é o caminhão-pipa.

RP = 30,91%

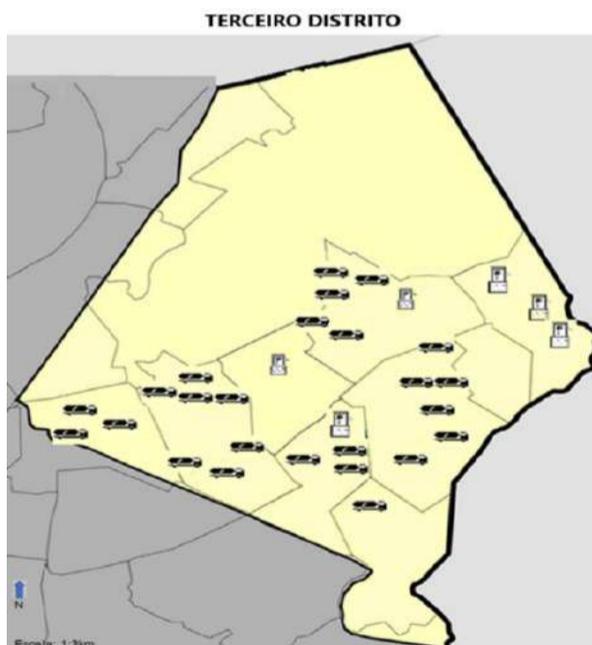
CP = 63,64%

P = 3,64%

Outros = 1,82%

Fonte: Elaboração própria, 2018 / base Atlas Geográfico Escolar do Município de Duque de Caxias.

Figura 6 - Principais fontes de abastecimento de água das escolas do Terceiro Distrito.



Nenhuma escola é abastecida por rede pública, sendo a maioria dependente de caminhão-pipa.

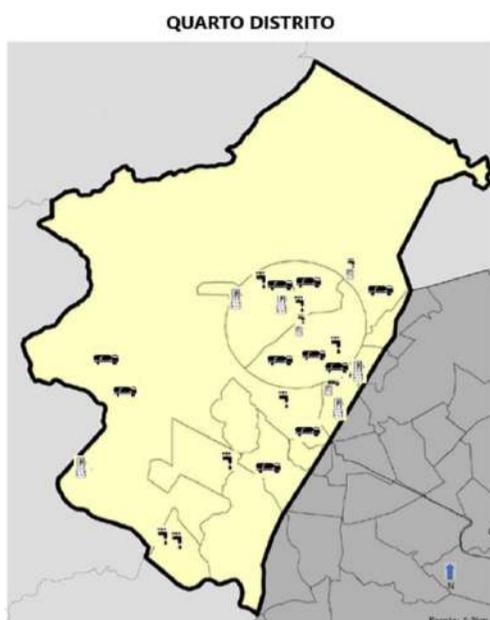
RP = 0,00%

CP = 81,25%

P = 18,75%

Fonte: Elaboração própria, 2018 / base Atlas Geográfico Escolar do Município de Duque de Caxias.

Figura 7 - Principais fontes de abastecimento de água das escolas do Quarto Distrito.



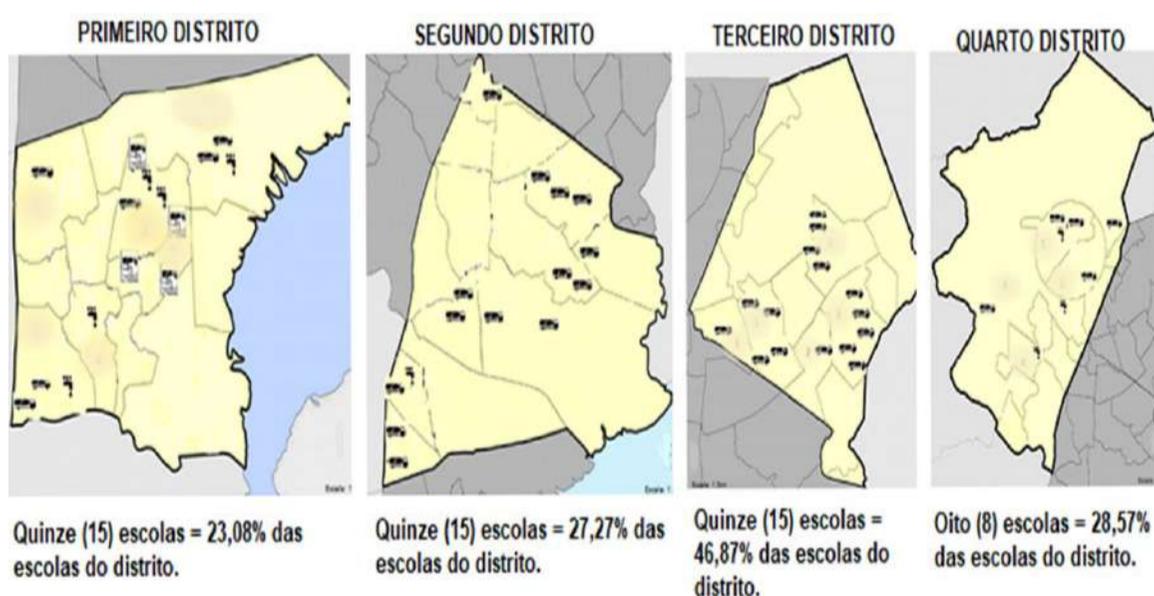
Apresenta as mais variadas formas de abastecimento, sendo a principal fonte o caminhão-pipa.

RP = 28,00%
CP = 40,00 %
P = 20,00%
RP/P = 8,00%
CP/P = 4%

Fonte: Elaboração própria, 2018 / base Atlas Geográfico Escolar do Município de Duque de Caxias.

Das unidades escolares que declararam apresentar problemas de abastecimento por distrito, tem-se quinze (15) escolas no Distrito de Duque de Caxias, 16 no Distrito de Campos Elíseos, 15 no Distrito de Imbariê e 8 no Distrito de Xerém. Perfazem, por distrito, 23,08%; 29,09%; 46,87% e 28,57%, respectivamente (figura 5).

Figura 8 - Escolas que declararam apresentar problemas de funcionamento em razão da irregularidade de abastecimento de água, segundo os distritos.



Fonte: Elaboração própria, 2018 / base Atlas Geográfico Escolar do Município de Duque de Caxias.

Em princípio, as escolas deveriam ser abastecidas pela CEDAE, que até então possui contrato de prestação de serviços com o município de Duque de Caxias, pagando a tarifa pública, na área de abrangência que corresponde à faixa B da companhia (BRITTO, 2015). No

entanto, o serviço não é adequadamente prestado, sendo necessária a contratação de mais um serviço, o transporte da água pelo caminhão-pipa. Vale sinalizar que a conta chega mensalmente (embora não seja paga pela prefeitura), ainda que na maioria das escolas não haja hidrômetro. Outra observação importante diz respeito ao fato de a água utilizada para encher os caminhões ser retirada de bicas de abastecimento da CEDAE por um valor baixo

O estudo desenvolvido sobre a dinâmica da água no espaço escolar, na verdade, sinaliza uma diferenciação socioespacial que vai além dos muros das escolas. Confirma-se na análise aqui apresentada, a perspectiva apontada por Swyngedouw (2009) – como o fluxo de água no contexto urbano pode expressar fluxos de poder entre grupos sociais e fluxos de recursos financeiros por meio da ocupação desigual do espaço e da decisão a respeito de investimentos públicos. Por outro lado, a problemática do abastecimento das escolas públicas por caminhão-pipa revela que a precariedade do serviço público fornecido pela CEDAE estimula um outro circuito de acumulação, o de transporte da água. Realizado por empresas privadas, através de contratos com valores bastante altos, a precariedade do serviço público subsidia a acumulação de empresas que realizam tal transporte.

Face ao exposto, vivencia-se, atualmente, uma realidade em que a verba da Educação vem sendo utilizada para aquisição de um serviço que não compõe o escopo da pasta, quando muitas são as necessidades de viés educativo. Trata-se de um cenário consideravelmente preocupante, que alerta para a necessidade de se pensar – Secretaria e CEDAE – estratégias que venham a minimizar o efeito dessa defasagem.

Por outro lado, ao analisar os dados obtidos através da pesquisa empírica, percebe-se com clareza que o município de Duque de Caxias apresenta uma diferenciação de área relevante no que diz respeito ao abastecimento de água, seja numa escala mais geral ou mais específica, como é o caso do espaço escolar. Através do estudo desenvolvido em cada distrito, é possível constatar tais diferenciações e promover uma análise comparativa entre as diversas realidades existentes dentro de um mesmo território.

Reconhece-se que problemas relacionados ao abastecimento de água das escolas de Duque de Caxias e em seus entornos ocorrem em todos os distritos. Mas é notório, por outro lado, que há diferenciação entre o que se verifica nas unidades escolares, demonstrando que dentro de uma mesma rede de ensino acontecem dinâmicas completamente distintas. Tais divergências revelam a existência de espaços marcados por desigualdades de acesso a um bem que deveria ser igualmente distribuído pelo espaço. A disparidade chega ao ponto de existir o Primeiro Distrito (Duque de Caxias) onde 69,23% das escolas municipais têm como fonte principal de abastecimento de água a rede pública, ao mesmo tempo em que o Terceiro (Imbariê) exhibe a peculiar situação de todas as unidades escolares dessa mesma rede dependerem de caminhão-pipa ou poço artesiano, com nenhuma delas podendo contar com a rede pública para acesso à água.

Como a realidade dos espaços escolares condiz com seus respectivos entornos, é possível se deparar em Duque de Caxias com uma população vivendo de maneira muito distinta em função da área que ocupa dentro do território municipal. O termo hiperperiferia (intrinsecamente relacionado à existência de periferias dentro das periferias), cunhado por Torres e Marques (2001), parece bastante pertinente, sobretudo quando se reconhece que o pior acesso à infraestrutura, dentre outras coisas, reproduz condições excedentes de exclusão social. Neste sentido, levar em consideração as formas diferenciadas de acesso aos bens que constituem direito de cidadania, como a água, é de grande importância, pois evidenciam aspectos fundamentais das desigualdades espaciais.

Em Duque de Caxias, as áreas mais afastadas do centro são as mais acessíveis à população de baixa renda, em função do mais baixo valor da terra. São também os espaços que mais se deparam com problemas relacionados às condições de acesso à infraestrutura urbana, de moradia

e habitabilidade, dentre outros, aplicando-se assim o conceito de hiperperiferia, isto é, partes do espaço periférico onde existe pior acesso à infraestrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho. O acesso à água segue esta lógica de desigualdade ao deixar grande parte da população dessas áreas em situação de precariedade ou ausência de acesso ao sistema público.

A situação das escolas também está atrelada a essa desigualdade de acesso, fato constatado nos espaços das instituições de ensino dos distritos mais afastados do centro, com destaque para a situação preocupante dos Segundo (Campos Elíseos) e Terceiro (Imbariê) Distritos. O Quarto Distrito apresenta índices percentuais um pouco melhores que os dois anteriormente citados, muito mais por sua ocupação mais rarefeita do que por possíveis investimentos públicos, os quais tendem a se concentrar definitivamente nas áreas centrais do Primeiro Distrito.

Conclusão

A partir do exposto, nota-se que o estudo aqui desenvolvido revela a difícil condição de acesso à água vivenciada pelas escolas de Duque de Caxias. Condição essa que retrata também a área do entorno dessas instituições, denunciando a existência de espaços marcados por desigualdades e injustiças dentro do município no que diz respeito ao abastecimento desse recurso comum, de direito de todos. Como foi visto, a ineficiência da rede pública de abastecimento gera uma necessidade de buscar outras formas de acesso à água, que, no caso das unidades de ensino, é constituída sobretudo por caminhões-pipa. Inúmeros fatores envolvem esse tipo de fornecimento, destacando o custo que sobrecarrega a pasta da Educação, além do fato de as escolas ficarem até certo modo vulneráveis e dependentes da regularidade dessa fonte. De fato, quando a entrega da água pelo caminhão-pipa falha, deixa milhares de alunos parcial ou totalmente sem aulas, uma vez que ela constitui requisito imprescindível para o funcionamento da rotina escolar, sendo utilizada num universo amplo de atividades, como a limpeza do ambiente, bebedouros, banheiros, preparo da merenda escolar.

OS ESPAÇOS DE CALOR NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ NO SÉCULO XXI

Andrews José de Lucena.

Doutor em Ciências atmosféricas. Professor do Departamento de Geografia da UFRRJ.

Lucca Lopes Gonçalves.

Graduando em Geologia pela UFRRJ.

Liz Barreto Coelho Belém.

Mestrado em Meteorologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Vitor Fonseca Vieira Vasconcelos de Miranda.

Mestrado em Meteorologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorando do Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

Introdução

O século XXI mantém as inquietações em torno das questões ambientais no Brasil. A Rio + 20, em 2012, é um marco das discussões das políticas ambientais em escala mundial para o século XXI, tendo no Brasil, no estado do Rio de Janeiro e na sua capital a sede do evento, uma retomada da oportunidade para a discussão dos temas ambientais, uma vez que os problemas, as mazelas e os conflitos em torno do meio ambiente são de grave repercussão.

As áreas urbano-metropolitanas são palco de muitas transformações na paisagem, que podem resultar em impactos ambientais, muitos de natureza irreversível e com grande custo social e humano. O estudo do clima urbano é uma vertente virtuosa de pesquisa quanto às questões ambientais, especialmente em espaços periféricos das metrópoles brasileiras, como é o caso da Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foco deste trabalho.

As pesquisas em clima urbano são importantes para identificar a intensidade dos impactos ambientais no campo térmico, principalmente com o mapeamento da ilha de calor urbana (ICU). A ICU é o principal agregador do aumento da temperatura na cidade, gerando diferentes externalidades negativas, como situações de desconforto térmico e o uso elevado de energia para resfriamento. Portanto, o fenômeno da ilha de calor urbana é um dos principais alvos de investigação, análise e mitigação do clima urbano na busca de alternativas de melhoramento da qualidade ambiental. Dentre as técnicas e ferramentas de estudo do clima urbano e de monitoramento da ICU, o sensoriamento remoto apresenta grande vantagem (VOOGT; OKE, 2003), que se deve pela sua abrangência espacial no monitoramento da temperatura da superfície continental (TSC) como estratégia ao mapeamento da ICU.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é um espaço excepcional como exemplo da complexa dinâmica urbana, econômica, social e ambiental. É uma caixa de ressonância de diversos temas no debate ambiental e, por isso, com grande representatividade no cenário ambiental nacional, como pode-se observar nos conflitos do uso da terra nas Unidades de Conservação, a ocupação das encostas de morros e margens de rios e na produção do clima urbano, tema de análise neste trabalho.

A Baixada Fluminense se destaca no espaço da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Abriga uma população numerosa, apresenta uma economia bem dinâmica, se destaca pelos altos indicadores de vulnerabilidade social, como a elevada criminalidade e acesso à rede de água e esgoto, a deficiência do transporte coletivo e da saúde popular, e expõe abstrusos problemas e conflitos ambientais, tais como a destinação e armazenamento inadequados dos resíduos sólidos, a concentração e dispersão de poluentes atmosféricos e os constantes alagamentos, enchentes e inundações em períodos chuvosos.

O clima urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro vem sendo objeto de estudo permanente durante os últimos 20 anos, com diferentes repercussões metodológicas (MORAES, 2008; MARQUES FILHO *et al.*, 2009; KARAN *et al.*, 2010; LUCENA, 2012). Este trabalho foca na Baixada Fluminense e busca mapear e classificar as cidades mais quentes/amenas no atual século, entre 2001 e 2020, como contribuintes da ilha de calor e frescor urbanas. O mapeamento e a análise da classificação dar-se-ão por estimativa da TSCa partir das técnicas de sensoriamento remoto.

Revisão Bibliográfica

O clima urbano é um sistema complexo, singular à cidade. Lugar de profundas alterações nos parâmetros atmosféricos, abrangendo circulação, turbulência e dispersão do ar, albedo e estocagem de calor, evapotranspiração e balanço de energia na superfície (TAHA, 1997; ARNFIELD, 2003; KANDA, 2006, OKE *et al.*, 2017). A ilha de calor urbana é a principal manifestação do clima urbano e um dos principais problemas ambientais do século XXI (RIZWAN *et al.*, 2008).

A diferença entre o clima de uma cidade e o clima de seus arredores pode ser a definição para “clima urbano” (KUTTLER, 2008). Este autor elenca como características do clima urbano: a temperatura do ar e da superfície mais elevada; as mudanças nos balanços de radiação; a baixa umidade e a troca atmosférica restrita que causa o acúmulo de poluentes de várias fontes. E, para finalizar, o autor considera quatro como as principais causas do clima urbano, que resulta dos seguintes usos: (1) substituição do solo natural por superfícies impermeabilizadas, principalmente artificiais e com uma forte estrutura 3-D; (2) redução da área de superfície coberta por vegetação; (3) redução da emissão de radiação de ondas longas da superfície por conta das ruas e avenidas; (4) liberação de poluentes atmosféricos gasosos, sólidos e líquidos e calor residual.

No início do século XIX, em 1833, Howard inicia as primeiras pesquisas em clima urbano, ao comparar a temperatura da cidade com o espaço rural, encontrando na primeira valores mais elevados, acima de 2°C (STEWART, 2011). Em meados do século XX, Manley (1958), pela primeira vez, denominou o gradiente térmico mais elevado, encontrado na cidade, como ilha de calor urbana. Os trabalhos de Landsberg e Chandler para a cidade de Londres são obras clássicas para o estudo do clima urbano. Landsberg (1956) comparou o centro urbano de Londres com suas imediações e observou médias térmicas anuais superiores na cidade, principalmente no que concerne à temperatura mínima, bem como no que diz respeito às chuvas e ao nevoeiro. Igualmente para Londres, Chandler (1965) monitorou a ilha de calor urbana e encontrou diferenças de até 2,0°C na área central, no verão, em relação ao entorno.

O conceito de ICU pode se confundir com o conceito de clima urbano, conforme a definição de Kuttler (2008) em parágrafos anteriores, uma vez que a ICU se define como temperaturas mais elevadas na cidade em comparação com arredores, mas o conceito passa por adaptações por conta da complexidade das áreas urbanas e suas metrópoles no século XX e XXI. Deste modo, a comparação entre áreas urbanas e não urbanas, ou entre as áreas urbanas e outras mais urbanas, traz um novo significado ao conceito da ilha de calor urbana, que não se restringe apenas à comparação entre uma área urbana a outra rural ou não urbana. O oposto à ilha de calor

urbana é a ilha de frescor urbana (IFU), que abriga os espaços mais frios/amenos da cidade ou da área em estudo. Nomenclaturas para a ilha de calor urbana são aperfeiçoadas, como a Ilha de Calor Urbana de Superfície (ICUS) que se baseia em dados espaciais de sensoriamento remoto (LI *et al.*, 2018), enquanto a ilha de calor urbana estaria mais restrita a dados de temperatura do ar, coletados em estações meteorológicas padrão ou experimental.

Uma ampla discussão sobre clima urbano é encontrada em Taha (1997), Arnfield (2003), Oke (2006), Grimmond (2006), Kanda (2006), Roth (2007), Rizwan *et al.* (2008) e em Stewart (2011), este último realiza uma revisão crítica acerca das metodologias empregadas nas pesquisas sobre a ilha de calor urbana. Estratégias para mitigação da ilha de calor urbana são incorporadas e repercutem nos trabalhos mais recentes, adotando-se como medidas os telhados e pavimentos verdes e a vegetação urbana (AKBARI; KOLOKOTSA, 2016).

A literatura sobre clima urbano é vasta, em especial a dedicada à análise da ilha de calor urbana, conduzida em várias cidades e metrópoles do mundo, dentre as quais, Buenos Aires (BEJARÁN; CAMILLONI, 2003), Beijin (LI *et al.*, 2004), New Jersey (ROSENZWEIG *et al.*, 2005), Hong Kong (GIRIDHARANA *et al.*, 2007), Londres (KOLOKOTRONI; GIRIDHARAN, 2008), Tel-Aviv (SAARONI *et al.*, 2000), Lisboa (Lopes, 2009), Bucareste (CHEVAL; DUMITRESCU, 2008), Fez (JOHANSSON, 2005), Toronto (WANG *et al.*, 2015), Bagdá (ALOBAYDI *et al.*, 2016), entre outras.

Uma varredura mais recente elenca novas contribuições ao tema, a saber: a análise de diferentes usos do solo e o impacto no padrão espacial da temperatura da superfície continental a partir do uso de imagens termais e adoção de índices de uso da terra (CHATTERJEE; GUPTA, 2021; HALDER; BANDYOPADHYAY; BANIK, 2021); a simulação do impacto das mudanças climáticas na ICU e seu efeito sobre o conforto térmico (KEPPAS *et al.*, 2021); a eficácia da infraestrutura verde urbana na redução da ICU (ABDULATEEF; AL-ALWAN, 2021); a compreensão do padrão espacial da ICU conforme o contexto da urbanização (YAO *et al.*, 2021).

Os estudos de clima urbano na Região Metropolitana do Rio de Janeiro se iniciaram com Gallego (1972), quando este mapeou a poluição atmosférica na cidade do Rio de Janeiro. Brandão consolida os estudos de clima urbano entre os anos 1990 e os anos 2000 e implanta uma rede de monitoramento de coleta da temperatura, umidade relativa, direção e velocidade do vento, em episódios sazonais de verão e inverno, por meio dos transectos fixos e móveis, que resultou no primeiro mapeamento do clima urbano na cidade (BRANDÃO, 1996). É possível afirmar que Brandão inaugura uma escola de clima urbano na cidade do Rio de Janeiro, que impulsionou pesquisas locais por bairros cariocas (Bangu, Copacabana, Ilha do Governador, Maracanã e Méier) de sítios e dinâmica urbana distintos transformando a cidade em um laboratório do clima urbano entre meados dos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 (LUCENA, 2002; MALHEIROS, 2003; FIALHO, 2002; FRANÇA, 2003; FARIAS; BRANDÃO, 2010).

Trabalhos influenciados pela “Escola de Brandão” dão continuidade e expandem a metodologia já adotada, como é o caso de Lucena (2005) com a coleta de parâmetros da atmosfera com as redes de transectos fixos e móveis para fins de monitorar a ilha de calor urbana na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro; o trabalho de Russo (2002), que também se utiliza de transectos, mas para fins de mapear as zonas de maior poluição atmosférica na região metropolitana; e o trabalho de Oscar Junior (2015) que avalia os extremos atmosféricos e os desastres hidrometeorológicos em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Entre o fim dos anos 2000 e início dos anos 2010 novos trabalhos contribuem para o estudo do clima urbano, com o uso da modelagem numérica meteorológica e do sensoriamento remoto.

Moraes (2008) analisa a influência de sistemas sinóticos e características locais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) na formação e dissipação da ilha de calor urbana, a

partir de simulações com um modelo de mesoescala, o MM5. As temperaturas mais elevadas coincidem com a ocupação urbana da RMRJ, sobretudo em sua parte norte. Karam *et al.* (2010) simulam a ocorrência da ilha de calor urbana diurna na RMRJ através dos modelos TEB e t-TEB (com a incorporação de uma variável tropical), de balanço de energia para cobertura urbana. A simulação foi consistente com as observações climatológicas e apoia a ocorrência da ilha de calor diurna.

Farias (2012) testa e valida a dispersão de poluentes nas diferentes bacias aéreas da RMRJ com o uso dos modelos numéricos atmosféricos BRAMS e Trajetórias Cinemáticas 3D, que considerou a circulação dos ventos e a trajetória de poluentes, o relevo, densidade populacional e uso do solo, a concentração industrial e as principais vias de circulação. O autor conclui que as áreas mais críticas ficam no extremo oeste (bacia aérea 1) e na zona norte da cidade somada aos municípios da Baixada Fluminense (bacia aérea 3).

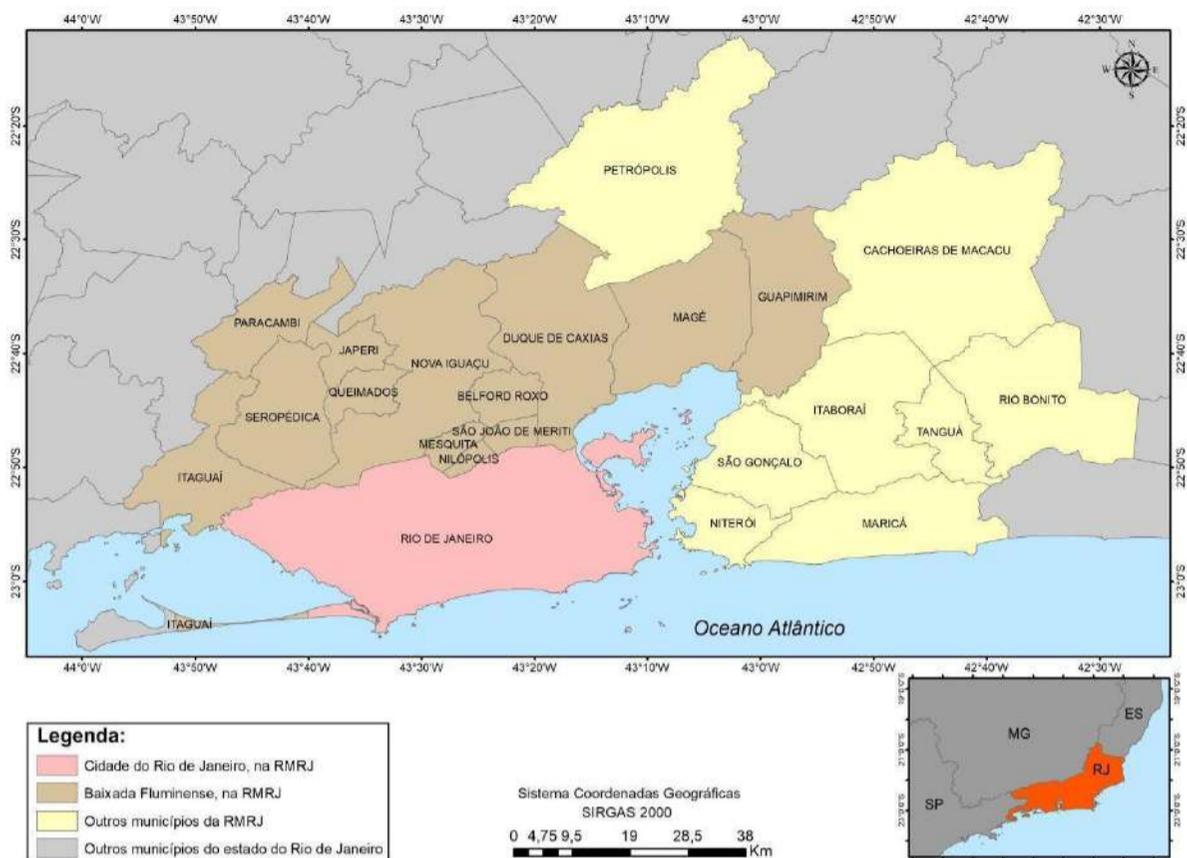
Neste Sentido, Lucena (2012) inova ao incorporar três metodologias simultâneas para o estudo da ilha de calor urbana na RMRJ, a análise de séries temporais de todas as estações meteorológicas pré-existentes, o sensoriamento remoto das imagens termais do sensor *Landsat-5* e *7* e a modelagem numérica-meteorológica regional do MM-5, promovendo uma análise temporal e espacial daquele fenômeno. Os estudos de Lucena prosseguem as pesquisas de clima urbano na RMRJ com foco no sensoriamento remoto, na estimativa e mapeamento da Temperatura da Superfície Continental (TSC), e nos índices temáticos e nos modelos de balanço de energia, (LUCENA, 2012; LUCENA *et al.*, 2013; LUCENA *et al.*, 2016; PERES *et al.*, 2018), articulando os saberes da Geografia e da Meteorologia, que historicamente continham pouco diálogo no Rio de Janeiro. Lucena introduz o site <www.climatologia.com.br>, que se propõe a realizar o mapeamento da TSC na RMRJ, desde a década de 1980 até o presente, ano a ano, indica uma escala de classificação (*ranking*) entre as cidades da RMRJ e entre os bairros da cidade do Rio de Janeiro, com indicações para a ilha de calor e de frescor urbana.

Metodologia, Materiais e Procedimentos

Conforme definição do Observatório do Trabalho da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro - SETRAB/RJ (2021), disposta na Figura 1, para este trabalho, a Baixada Fluminense é composta pelas cidades de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Foram utilizadas todas as imagens de satélite *Landsat*, entre os anos de 2001 e 2020, referentes à Baixada Fluminense, no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). As imagens obtidas são da plataforma *Landsat*, séries 5 (2001-2011), 7 (2001-2003; 2012) e 8 (2013-2020), que oferece importantes vantagens: a sua série temporal relativamente longa, que, no caso da RMRJ, data-se desde 1984, com a banda termal⁷⁰ e a sua resolução espacial, de 120 metros para os sensores 5 e 7, e 100 metros para o sensor 8. Adicionalmente, a série de dados do *Landsat* é disponibilizada gratuitamente aos usuários pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>) e pelo United States Geological Survey – USGS (<http://earthexplorer.usgs.gov/>).

⁷⁰ A banda termal do *Landsat* compreende o intervalo espectral entre 10,4 e 12,5 nas séries 5 e 7 (banda 6) e o intervalo 10.6-11.2 e 11.5-12.5, respectivamente, das bandas 10 e 11 da série 8. A banda 10 foi a selecionada por conter maior similaridade espectral com a série 5 e 7.

Figura 1- Localização da Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: os autores/CEPERJ

As imagens foram processadas e georreferenciadas no código computacional SPRING 4.3. Em seguida, foi realizada a correção radiométrica com base nas equações e constantes de calibração de Chander (CHANDER *et al.*, 2009) como parte do pré-processamento dos dados. Com suporte no trabalho de França e Cracknell (FRANÇA; CRACKNELL, 1995), foram adotadas três técnicas de mascaramento de nuvens: a) técnica com base em limiar do valor da reflectância na banda 3; b) técnica com base em limiar do valor de temperatura de brilho na banda 6; c) técnica da razão entre as bandas 4 e 3. As três técnicas identificam se o pixel está coberto por nuvens ou não.

A temperatura da superfície continental (TSC) foi estimada utilizando a banda termal do *Landsat* com base em diferentes parametrizações (QIN *et al.*, 2001; SOUZA e SILVA, 2005), em que a correção atmosférica é realizada utilizando-se dados de estações meteorológicas locais. A TSC estimada é resultado da combinação entre a temperatura de brilho na banda termal e um fator de correção que leva em conta a influência atmosférica e a emissividade da superfície no sinal registrado pelo instrumento a bordo do satélite. A emissividade foi obtida a partir do NDVI de acordo com Van de Griend e Owe (VAN DE GRIEND; OWE, 1993). A demonstração com as equações e algoritmos de correção geométrica e correção atmosférica podem ser apreciadas em Lucena (2012) ou em Lucena *et al.* (2013).

Das imagens todas foram combinadas gerando uma única imagem para todo o período de 2001 a 2020 utilizando o critério da composição média e o mesmo critério definido para mais outros quatro períodos: 2001-2005, 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020. Uma figura para cada uma desses períodos foi gerada, com destaque à Baixada Fluminense em relação aos outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo seus limites nas cores preta e cinza, respectivamente.

Após a composição das imagens totais, foi gerado um *ranking* da temperatura de todas as cidades da Baixada Fluminense, para cada uma das composições. Neste *ranking* as cidades com temperaturas mais altas e mais amenas foram selecionadas em forma de tabela com a média da TSC (°C) em ordem decrescente e crescente, respectivamente. A proposta é identificar os espaços de calor da Baixada Fluminense, favoráveis à manifestação da ilha de calor urbana.

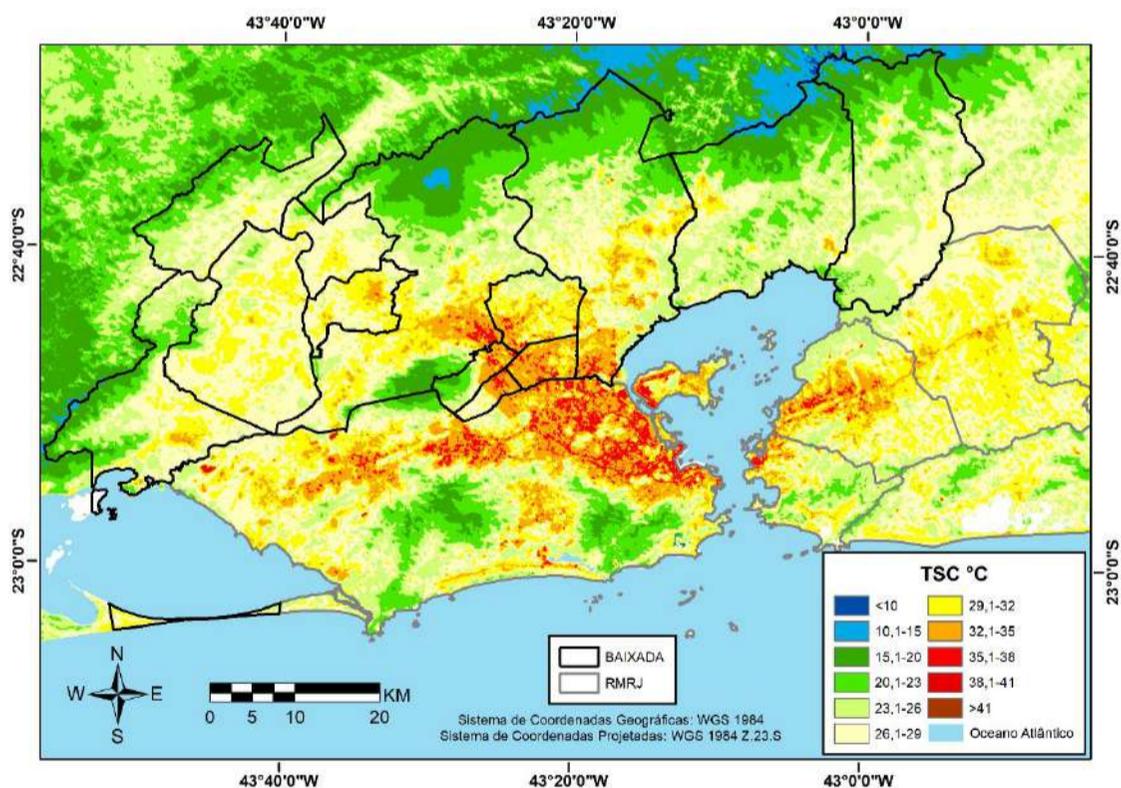
Resultados e Discussão

O campo térmico na Baixada Fluminense no período entre 2001-2020

A Figura 2 revela as áreas mais quentes e amenas da Baixada Fluminense. Aquelas mais quentes, explicitadas pelas cores laranja e vermelha e oscilam entre 32 e 41°C, são identificadas na malha conurbada entre a cidade do Rio de Janeiro e os municípios de São João de Meriti, Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo e Nova Iguaçu. Estas cidades se desenvolveram ao longo das rodovias BR-040 e 116, onde se concentram polos industriais ativos e abandonados, e das malhas ferroviárias que conectam a cidade do Rio de Janeiro. Em comparação ao leste e oeste da Baixada Fluminense, além das periferias ao redor da região conurbada e áreas próximas às encostas da Serra do Mar e Maciço Gericinó-Mendanha, os espaços ao longo das rodovias e ferrovias citadas indicam temperaturas entre 5 e 10°C mais elevado, concentrando o núcleo mais quente da Baixada Fluminense ao longo desses 20 anos.

Os locais com temperaturas mais amenas são evidenciados ao redor do tecido conurbado que liga a Baixada Fluminense à cidade do Rio de Janeiro e nas proximidades da Serra do Mar, além do maciço Gericinó-Mendanha, em sua vertente voltada para a Baixada. Esses locais possuem uma densidade demográfica mais baixa, há mais espaços verdes e não habitados, que contribuem com a diminuição de temperatura. Nestes espaços os valores de TSC dificilmente atingem valores acima de 32°C, definidos em tons de verde e amarelo. A exceção é as cidades de Nilópolis (~31°C) e São João de Meriti (~32°C) com valores acima dos 30°C.

Figura 2 - Temperatura da Superfície Continental (TSC) na Baixada Fluminense para o período total de 2001-2020



Fonte: os autores/Imagens Landsat

A Tabela 1 mostra o *ranking* das cidades mais quentes e mais amenas para todo o período 2001-2020. As cidades mais quentes compõem o tecido conurbado entre a cidade do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense, encabeçada por São João de Meriti. A elevada temperatura dessa região está relacionada a diversos fatores, relatados anteriormente, que são: a maior taxa de densidade demográfica e sua urbanização, além de poucas áreas verdes presentes e pavimentação e impermeabilização das ruas.

No *ranking* das cidades mais amenas estão Magé, Guapimirim e Paracambi, situadas na periferia da Baixada, com baixa densidade urbana, e boa parte dos seus limites municipais nas encostas da Serra do Mar, com grandes áreas de espaços verdes, algumas com Unidades de Conservação, como a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, no fundo da Baía de Guanabara. Observa-se que as cidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias aparecem no *ranking* das cidades mais amenas na 4ª (quarta) e 6ª (sexta) posição, respectivamente. São cidades que costumam a franja conurbada da Baixada Fluminense com a cidade do Rio de Janeiro, conectadas pelas rodovias federais e pelas linhas férreas, mas por conta da extensa unidade territorial, há espaços limítrofes à Serra do Mar, ao Maciço Gericinó-Mendanha e à Baía de Guanabara mais preservada, no setor norte. Essa heterogeneidade da paisagem define uma média de TSC mais baixa para essas cidades da Baixada Fluminense.

Tabela 1 - *Ranking* das cidades mais quentes (à esquerda) e mais amenas (à direita) da Baixada Fluminense para o período total de 2001-2020

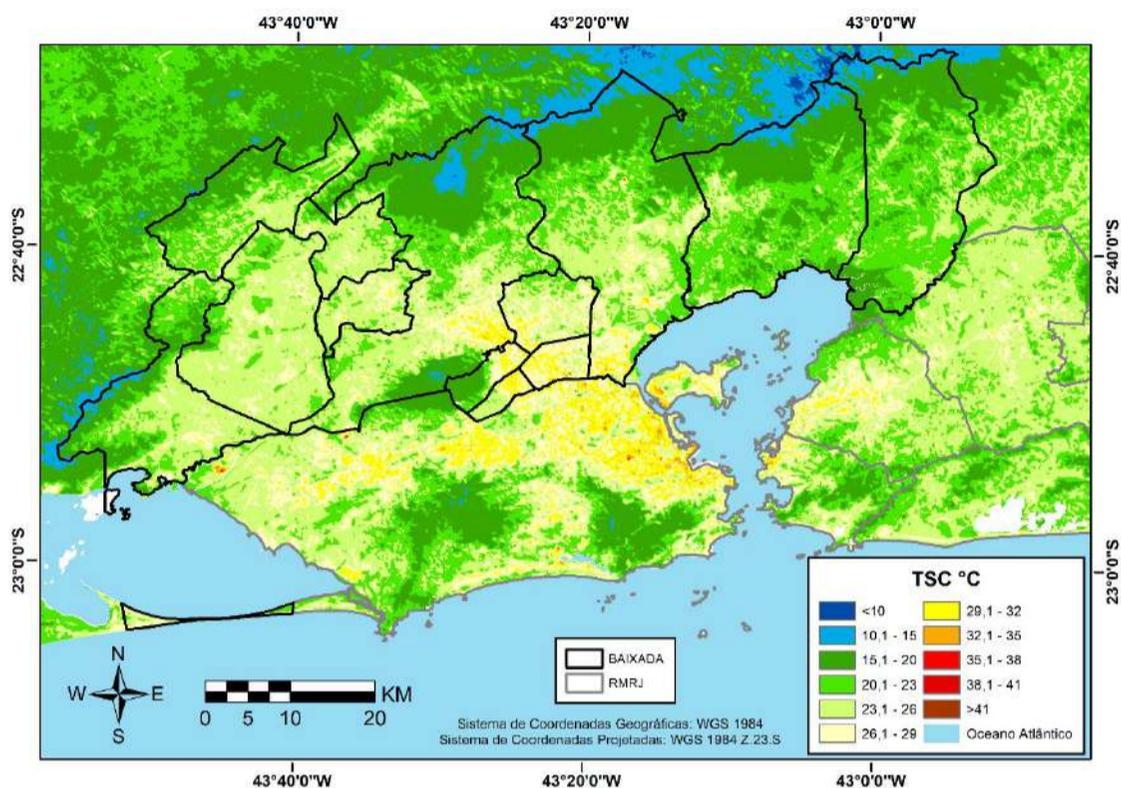
<i>Ranking</i> dos municípios mais quentes			<i>Ranking</i> dos municípios mais amenos		
Posição	Municípios	TSC °C (Média)	Posição	Municípios	TSC °C (Média)
1º	São João de Meriti	32,98	1º	Magé	23,61
2º	Nilópolis	30,94	2º	Guapimirim	23,97
3º	Belford Roxo	29,91	3º	Paracambi	24,49
4º	Queimados	28,97	4º	Nova Iguaçu	24,80
5º	Seropédica	27,91	5º	Itaguaí	25,13
6º	Japeri	27,38	6º	Duque de Caxias	25,37
7º	Mesquita	27,01	7º	Mesquita	27,01
8º	Duque de Caxias	25,37	8º	Japeri	27,38
9º	Itaguaí	25,13	9º	Seropédica	27,91
10º	Nova Iguaçu	24,80	10º	Queimados	28,97
11º	Paracambi	24,49	11º	Belford Roxo	29,91
12º	Guapimirim	23,97	12º	Nilópolis	30,94
13º	Magé	23,61	13º	São João de Meriti	32,98

Fonte: Cálculo das imagens *Landsat* - Elaborado pelos autores

O campo térmico da Baixada Fluminense para os quinquênios 2001-2005, 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020.

O mapa termal da Baixada Fluminense no quinquênio de 2001-2005 (Figura 3) mostra as áreas mais quentes e amenas. As áreas mais quentes apresentam a TSC com tons de amarelo a laranja, variando entre 29°C e 32°C nos municípios de São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, sudoeste de Belford Roxo, ao sudeste de Nova Iguaçu e ao sul de Duque de Caxias. Na Tabela 3, o *ranking* das cidades mais quentes não reflete as maiores temperaturas encontradas nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, mostradas no mapa. Isto se deve à extensa área territorial dos municípios e a proximidade com a encosta da Serra do Mar, já comentados anteriormente. São João de Meriti, Nilópolis e Belford Roxo estão no topo dos municípios mais quentes, devido à complexa franja urbana conurbada que fazem parte, reforçando o papel dessas cidades nas elevadas temperaturas e na configuração da ilha de calor urbana da Baixada Fluminense.

Figura 3 - Temperatura da Superfície Continental (TSC) na Baixada Fluminense para o período total de 2001-2005



Fonte: Imagens *Landsat* - Elaborado pelos autores

Nos espaços mais amenos a TSC varia entre 20°C e 28°C em boa parte dos municípios. O *ranking* na Tabela 2 revela a influência de áreas verdes preservadas em cada município da Baixada. Um importante exemplo é a Área de Preservação Ambiental (APA) de Guapimirim no extremo leste da Baixada e a nordeste da Baía de Guanabara, que desempenham papel no equilíbrio térmico. Somam-se a Serra dos Órgãos e a área ao norte da Baía de Guanabara, mais preservada, no município de Magé, cidade mais amena da Baixada Fluminense com uma média de 20.2°C.

A cidade de Paracambi está localizada em um vale, cercada de áreas verdes não habitadas e uma baixa densidade demográfica e, portanto, a Tabela 2, com cidades mais amenas, possui claras associações com a Figura 3, nesse caso. Nova Iguaçu apresenta-se como o 4º (quarto) município mais ameno, que é devido a sua extensão territorial (uma das maiores da Baixada) e a proximidade com o maciço Gericinó-Mendanha e, principalmente, com a encosta da Serra do Mar, mesmo demonstrando altas temperaturas a sudeste. Itaguaí é o 5º (quinto) município do *ranking* com uma média de 22.07°C, influenciada por sua proximidade com o norte da Baía de Sepetiba e os espaços mais preservados, sem ocupação urbana, o que contribui para temperaturas mais amenas no contexto da Baixada Fluminense.

Tabela 2 - Ranking das cidades mais quentes (à esquerda) e mais amenas (à direita) da Baixada Fluminense para o período total de 2001-2005

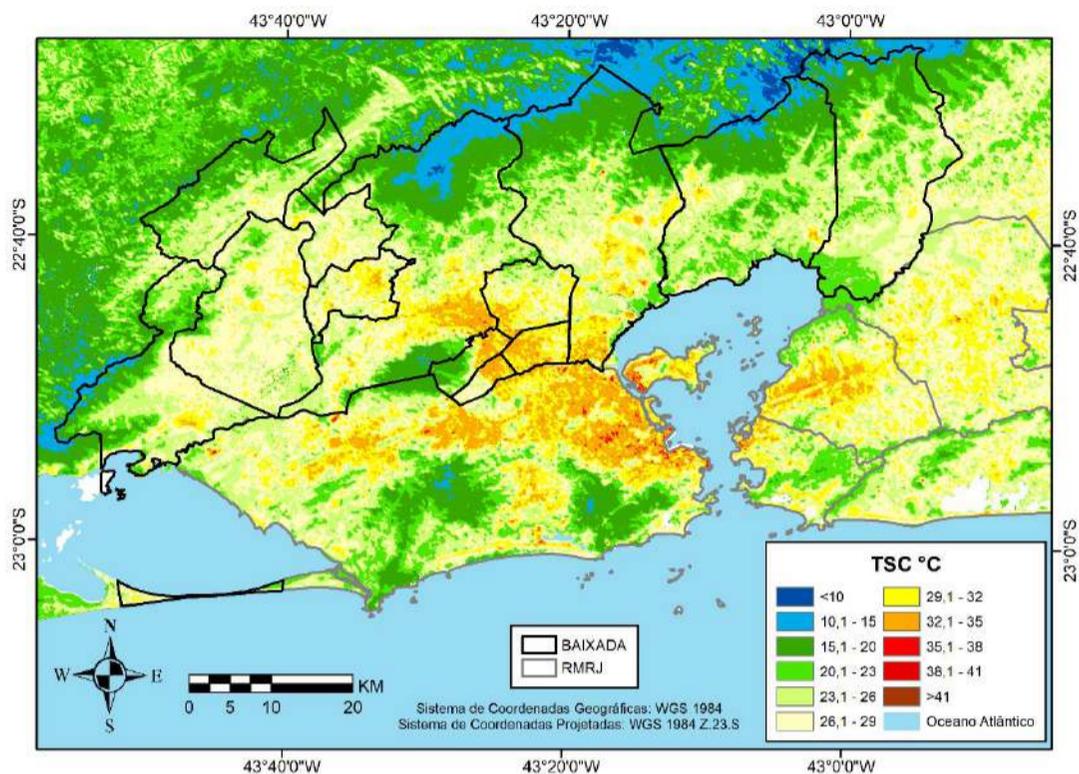
Ranking dos municípios mais quentes			Ranking dos municípios mais amenos		
Posição	Municípios	TSC °C (Média)	Posição	Municípios	TSC °C (Média)
1º	São João de Meriti	27,86	1º	Magé	20,20
2º	Nilópolis	26,42	2º	Guapimirim	20,54
3º	Belford Roxo	25,68	3º	Paracambi	21,43
4º	Queimados	24,86	4º	Nova Iguaçu	21,64
5º	Seropédica	24,40	5º	Itaguaí	22,07
6º	Japeri	23,87	6º	Duque de Caxias	22,09
7º	Mesquita	22,94	7º	Mesquita	22,94
8º	Duque de Caxias	22,09	8º	Japeri	23,87
9º	Itaguaí	22,07	9º	Seropédica	24,40
10º	Nova Iguaçu	21,64	10º	Queimados	24,86
11º	Paracambi	21,43	11º	Belford Roxo	25,68
12º	Guapimirim	20,54	12º	Nilópolis	26,42
13º	Magé	20,20	13º	São João de Meriti	27,86

Fonte: Cálculo das imagens *Landsat* - elaborado pelos autores

Para o quinquênio de 2006-2010 (Figura 4) os espaços mais quentes (em tons de amarelo a laranja, entre 26 e 35°C) e os mais amenos (em tons de verde, entre 15 e 26°C) se concentram na área sul e a oeste, norte e leste, respectivamente, destacando os municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Queimados, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias com maior contraste. Tal contraste é revelado no *ranking* da Tabela 3, que elenca praticamente os mesmos municípios do quinquênio anterior, pelo menos até a quinta posição. Dos municípios listados, Queimados permanece conectado por rodovias, porém, a maior contribuição do acréscimo de temperatura fica por conta de sua área industrial que é expressiva.

Em relação ao *ranking* dos espaços mais amenos, a Tabela 3 mostra Magé, Guapimirim e Paracambi no topo, com valores de TSC abaixo de 22°C. Em Nova Iguaçu, especialmente com valores mais altos devido a sua extensão territorial, ocupa a quarta posição do *ranking*, com valores de TSC chegando a 23°C, o mesmo acontece com Duque de Caxias que ocupa a 6ª (sexta) posição, sem ultrapassar a casa dos 23°C. A heterogeneidade da paisagem (natural e urbana) desses dois municípios é o principal motivo da grande variação de temperaturas. Magé, Guapimirim e Paracambi ocupam as três primeiras posições no *ranking* das cidades mais amenas. São municípios que não fazem parte da malha conurbada, que conecta a Baixada à cidade do Rio de Janeiro, sendo este um importante fator para a compreensão do mapa de calor na Baixada Fluminense.

Figura 4 - Temperatura da Superfície Continental (TSC) na Baixada Fluminense para o período total de 2006-2010



Fonte: Imagens *Landsat* - elaborado pelos autores

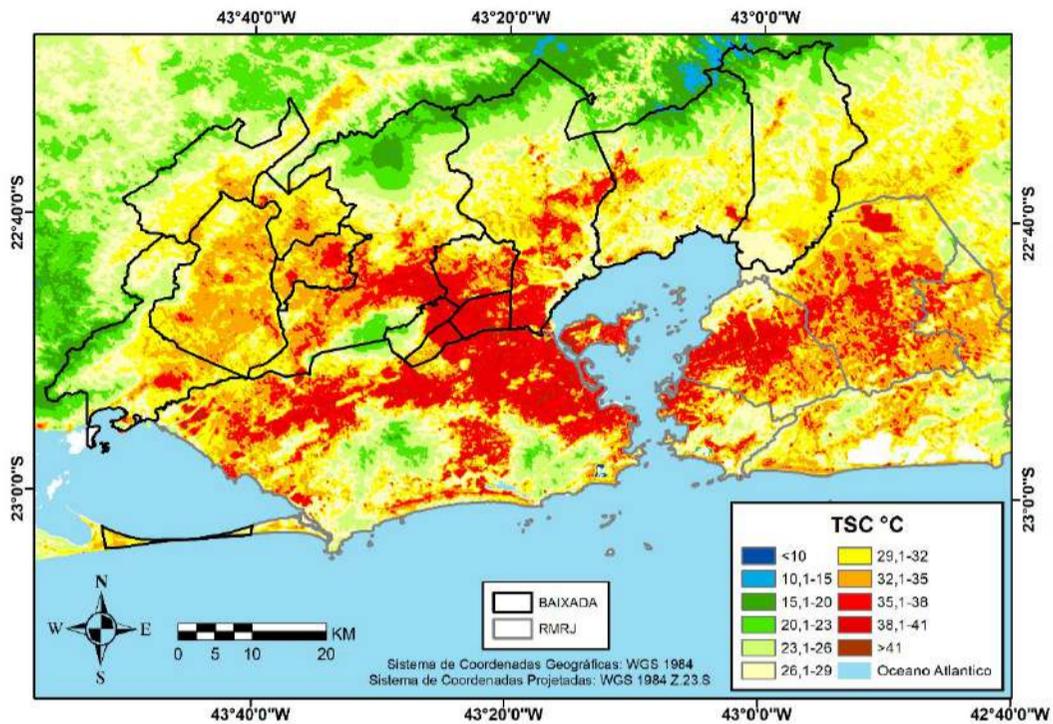
Tabela 3 - *Ranking* das cidades mais quentes (à esquerda) e mais amenas (à direita) da Baixada Fluminense para o período total de 2006-2010

<i>Ranking</i> dos municípios mais quentes			<i>Ranking</i> dos municípios mais amenos		
Posição	Municípios	TSC °C (Média)	Posição	Municípios	TSC °C (Média)
1º	São João de Meriti	31,00	1º	Magé	22,10
2º	Nilópolis	29,58	2º	Guapimirim	22,79
3º	Belford Roxo	28,07	3º	Paracambi	22,88
4º	Queimados	27,76	4º	Nova Iguaçu	23,02
5º	Seropédica	26,45	5º	Itaguaí	23,53
6º	Japeri	26,37	6º	Duque de Caxias	23,70
7º	Mesquita	25,46	7º	Mesquita	25,46
8º	Duque de Caxias	23,70	8º	Japeri	26,37
9º	Itaguaí	23,53	9º	Seropédica	26,45
10º	Nova Iguaçu	23,02	10º	Queimados	27,76
11º	Paracambi	22,88	11º	Belford Roxo	28,07
12º	Guapimirim	22,79	12º	Nilópolis	29,58
13º	Magé	22,10	13º	São João de Meriti	31,00

Fonte: Cálculo das imagens *Landsat* - elaborado pelos autores

Para o quinquênio de 2011-2015 (Figura 5) os municípios mais quentes e mais amenos são bem evidenciados, contrastados pelos tons de vermelho e verde. Praticamente todos os municípios concentram espaços com valores de TSC acima dos 35°C, exceto a parte norte, onde se tem valores de TSC mais amenos, que não ultrapassam 23°C. Duque de Caxias e Nova Iguaçu são exemplos interessantes quanto à heterogeneidade do espaço da Baixada Fluminense, situação já abordada em parágrafos anteriores. As temperaturas mais elevadas estão na porção sul de Duque de Caxias e sudeste de Nova Iguaçu, áreas favoráveis para o desenvolvimento da ilha de calor urbana.

Figura 5 - Temperatura da Superfície Continental (TSC) na Baixada Fluminense para o período total de 2011-2015



Fonte: Imagens *Landsat* - elaborado pelos autores

Os municípios que fazem parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e que constituem a malha conurbada entre a Baixada e a cidade do Rio de Janeiro estão evidenciados pela mancha vermelha na Figura 5. Como efeito de comparação ao leste Metropolitano (eixo conurbado Niterói-São Gonçalo-Itaboraí), a franja conurbada Baixada Fluminense-Rio de Janeiro evidencia uma mancha com temperaturas mais elevadas, que muito se deve a sua densidade demográfica, que igualmente resulta em maior densidade construída. Os dois espaços cresceram ao longo de rodovias e ferrovias, as quais formam um dinamismo urbano, social, cultural e econômico, e apontam para o desconforto térmico da ilha de calor urbana, causado por habitações e condições urbanas insalubres que agregam mais calor.

Na Tabela 4, o *ranking* das cidades mais quentes segue uma tendência dos quinquênios anteriores encabeçada pela sequência São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo e Queimados, com temperatura acima dos 33°C. O mapa de calor na Figura 5 destaca essas cidades. Quanto ao *ranking* das cidades mais amenas, apenas Magé e Guapimirim são mantidas no topo, como primeira e segunda, respectivamente. Magé e Guapimirim (extremo leste da Baixada) junto a Itaguaí e Paracambi (extremo oeste da Baixada) formam o grupo dos 4 municípios mais amenos da Baixada, que se deve a urbanização mais rarefeita, sem ligação com as áreas conurbadas da Baixada, com baixa densidade demográfica e construída, além do papel das encostas da Serra do Mar, no caso do extremo leste, e áreas não habitadas e de preservação ambiental, no extremo oeste. Nova Iguaçu e Duque de Caxias se destacam no *ranking* como quinto e sexto municípios mais amenos, respectivamente, e tal fato se deve à paisagem de regiões naturais preservadas, como o da Reserva Biológica do Tinguá, na encosta da Serra do Mar a norte, contribuinte da ilha de frescor urbana.

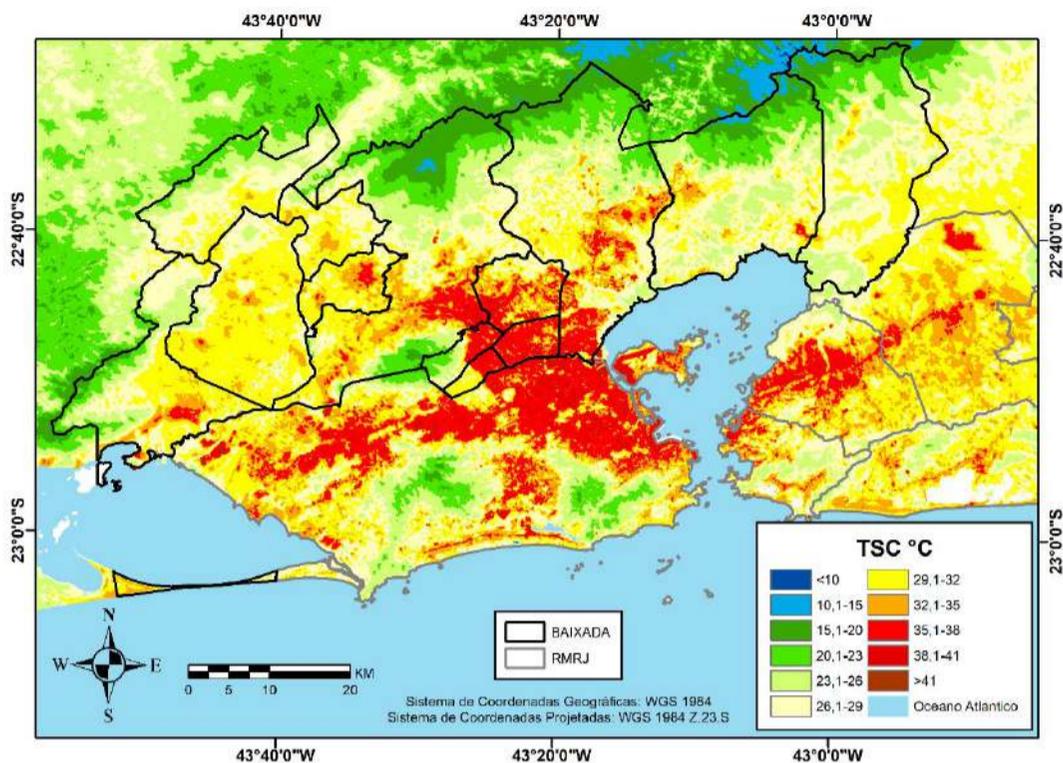
Tabela 4 - *Ranking* das cidades mais quentes (à esquerda) e mais amenas (à direita) da Baixada Fluminense para o período total de 2011-2015

<i>Ranking</i> dos municípios mais quentes			<i>Ranking</i> dos municípios mais amenos		
Posição	Municípios	TSC °C (Média)	Posição	Municípios	TSC °C (Média)
1º	São João de Meriti	37,46	1º	Magé	27,29
2º	Nilópolis	35,34	2º	Guapimirim	27,40
3º	Belford Roxo	33,76	3º	Itaguaí	27,90
4º	Queimados	33,36	4º	Paracambi	27,92
5º	Seropédica	31,86	5º	Nova Iguaçu	28,39
6º	Japeri	31,11	6º	Duque de Caxias	28,81
7º	Mesquita	31,04	7º	Mesquita	31,04
8º	Duque de Caxias	28,81	8º	Japeri	31,11
9º	Nova Iguaçu	28,39	9º	Seropédica	31,86
10º	Paracambi	27,92	10º	Queimados	33,36
11º	Itaguaí	27,90	11º	Belford Roxo	33,76
12º	Guapimirim	27,40	12º	Nilópolis	35,34
13º	Magé	27,29	13º	São João de Meriti	37,46

Fonte: Cálculo das imagens *Landsat* - elaborado pelos autores

Para o último quinquênio, 2016-2020 (Figura 6), os maiores valores de TSC estão concentrados nos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias, com valores acima dos 35°C, marcados pela Ilha de Calor Urbana, estendendo-se e se conectando às baixadas da cidade do Rio de Janeiro. Os cinco primeiros municípios mais quentes são mantidos conforme a Tabela 1 (média 2001-2020), alterando apenas a posição de Mesquita e Itaguaí, causando mudança na parte de baixo da tabela. Mesquita ocupou o lugar de Japeri por uma diferença de 0,2°C, agora permanecendo na 6ª (sexta) posição, já Itaguaí, ultrapassou Duque de Caxias ocupando a 8ª (oitava) posição na tabela por uma diferença também de 0.2°C. O *ranking* dos treze municípios mais amenos da Tabela 5 também segue o mesmo padrão da Tabela 1, com alterações nas posições dos municípios a partir da 5ª (quinta) até a 8ª (oitava) posição. Vale ressaltar que os municípios alterados são os mesmos do *ranking* dos mais quentes.

Figura 6 - Temperatura da Superfície Continental (TSC) na Baixada Fluminense para o período total de 2016-2020



Fonte: Imagens *Landsat* - elaborado pelos autores

Tabela 5 - *Ranking* das cidades mais quentes (à esquerda) e mais amenas (à direita) da Baixada Fluminense para o período total de 2016-2020

<i>Ranking</i> dos municípios mais quentes			<i>Ranking</i> dos municípios mais amenos		
Posição	Municípios	TSC °C (Média)	Posição	Municípios	TSC °C (Média)
1º	São João de Meriti	35,89	1º	Magé	25,61
2º	Nilópolis	32,99	2º	Guapimirim	25,94
3º	Belford Roxo	32,88	3º	Paracambi	26,50
4º	Queimados	30,93	4º	Nova Iguaçu	26,77
5º	Seropédica	29,85	5º	Duque de Caxias	27,48
6º	Mesquita	29,32	6º	Itaguaí	27,72
7º	Japeri	29,10	7º	Japeri	29,10
8º	Itaguaí	27,72	8º	Mesquita	29,32
9º	Duque de Caxias	27,48	9º	Seropédica	29,85
10º	Nova Iguaçu	26,77	10º	Queimados	30,93
11º	Paracambi	26,50	11º	Belford Roxo	32,88
12º	Guapimirim	25,94	12º	Nilópolis	32,99
13º	Magé	25,61	13º	São João de Meriti	35,89

Fonte: Cálculo das imagens *Landsat* - elaborado pelos autores

Considerações Finais

O padrão espacial da Temperatura da Superfície Continental mostra que as cidades de São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo e Queimados são os espaços mais quentes da Baixada Fluminense. São espaços urbanos consolidados, conurbados à cidade do Rio de Janeiro, conectados pelas rodovias, avenidas e ruas principais dessas cidades. Pode-se concluir que

estes são os redutos da ilha de calor urbana, de diferentes núcleos de intensidade, da Baixada Fluminense, ainda que um estudo detalhado para a definição e classificação do fenômeno seja urgente, uma vez que a nomenclatura “ilha de calor urbana” é utilizada recorrentemente, mas sem critério conceitual definido, conforme já destacou Lucena (2012). Este mesmo autor já havia sugerido outra nomenclatura para esta fenomenologia de grande extensão e magnitude espacial em áreas de grande porte metropolitano, como é o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). O autor sugere a nomenclatura “Ilha de Calor Metropolitana (ICM)”, que preserva a base teórica do conceito de “Ilha de Calor Urbana (ICU)”, mas amplia a dimensão espacial para uma escala além da cidade, incorporando o corpo de cidades de uma área ou Região Metropolitana, como é o caso da RMRJ, um mosaico de paisagens heterogêneas, marcada por diferentes momentos e espaços de urbanização. O conjunto de cidades da Baixada Fluminense se encaixa muito bem neste contexto.

Outros espaços surgem potencialmente para agregar o circuito do calor da Baixada Fluminense, que é o caso de Seropédica, Japeri e Mesquita, necessariamente nesta sequência. Estas cidades se desconectam do eixo conurbado da Baixada Fluminense com a cidade do Rio de Janeiro e apontam para uma nova frente de urbanização com consequência no campo térmico. A cidade de Seropédica merece um cuidado especial, uma vez que sua elevada TSC tem mais significado pelas condições geológicas do solo, por conta do Aquífero Piranema e os extensos areais, e não exatamente pelo uso do solo urbano, já destacado minimamente em trabalho anterior (NEVES *et al.*, 2015), mas que carece de mais dados, discussão e análise.

Os espaços mais amenos que abrigam a ilha de frescor urbana se localizam nos redutos de grande cobertura vegetal, como é o caso dos entornos da Serra do Mar, as Unidades de Conservação e os parques urbanos, como evidenciado nas cidades de Guapimirim, Magé, Paracambi, Itaguaí e os setores norte de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Guapimirim e Magé estão no extremo leste, enquanto Paracambi e Itaguaí localizam-se no extremo oeste da Baixada Fluminense com seus espaços naturais mais preservados e uma urbanização mais rarefeita. O caso de Duque de Caxias e Nova Iguaçu merece destaque, pois se trata do núcleo histórico de formação da Baixada Fluminense, com os primeiros focos de urbanização que se consolidaram, mas também se caracterizam por uma grande unidade territorial, as maiores, o que mescla o uso do solo urbano com o não urbano, mas com um saldo positivo para temperaturas mais amenas no contexto da Baixada Fluminense.

No contexto das mudanças ambientais do século XXI, a Baixada Fluminense é uma caixa de ressonância dos problemas ambientais, com destaque ao clima urbano e o seu campo térmico, alvo deste trabalho. A Baixada Fluminense reflete e reproduz os problemas e mazelas socioambientais da periferia de uma metrópole do porte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que também pode representar uma região na periferia/ semiperiferia global.

As pesquisas sobre clima urbano precisam ser ampliadas e mais exploradas, seja no método adotado (com e além do sensoriamento remoto) ou na base de dados (com e além das imagens de satélite) utilizada. A complexidade humana e ambiental, os cenários de ocupação e adaptação da Baixada Fluminense e a diversidade de materiais e métodos, disponíveis ou desconhecidos, são uma oportunidade e, ao mesmo tempo, um desafio para impulsionar o mapeamento e os estudos avançados da climatologia urbana na Baixada Fluminense, um importante recorte e representação socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ: HISTÓRIA DE CRIAÇÃO E CONFLITOS

Guilherme Preato Guimarães.

Doutorando pelo PPGGEO-UERJ.

Gisele Silva de Medeiros.

ICMBIO.

Introdução

Criadas com a proposta de amenizar os impactos negativos gerados pelo atual e hegemônico sistema de produção capitalista, as Unidades de Conservação (UC) são percebidas como um importante instrumento de preservação de ecossistemas. Mas, apesar de possuírem um exemplar sistema legal, esses espaços se constituem em territórios conflituosos à medida em que, muitas vezes, são implementados com o baixo engajamento das comunidades locais, de forma que o desconhecimento, e até mesmo certa resistência dos moradores – uma vez que a criação dessas UC implica em uma mudança abrupta das relações identitárias para com o próprio ambiente – figuram enquanto importantes chaves de leitura para o entendimento desses conflitos.

Neste sentido, se busca através deste trabalho uma análise da história de criação da Reserva Biológica do Tinguá – RJ, bem como os principais conflitos que assolam essa importante UC. Para tanto, se utilizou como método a leitura bibliográfica de artigos e livros, bem como de seu Plano de Manejo e da Lei 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Histórico de criação da Reserva Biológica do Tinguá

A Floresta Atlântica sofreu profunda descaracterização, principalmente, em função dos grandes ciclos econômicos brasileiros: cana de açúcar, mineração e cafeicultura (SANTOS, 2014). Porém, algumas áreas de encosta foram poupadas desse “boom”, principalmente o cafeeiro, entre elas o maciço serrano do Tinguá. Naquela região, o imperador D. Pedro II, em 1833, declarou como Florestas Protetoras da União todas as nascentes de águas da região das “Mantequiras” (corruptela de Mantiqueira que em Puri, língua de uma das comunidades originárias da região, significa “Lugar onde Nascem as Águas”) de modo que a primeira fazenda incorporada a esse projeto foi através da doação de Francisco Pinto Duarte, o Barão de Tinguá (IBAMA, 2006, p. 217).

Essa ação se deu pelo fato de a Floresta da Tijuca, principal fonte de água potável que abastecia o Rio de Janeiro, entrar em uma crise hídrica devido à exploração e desmatamento para o cultivo do café. Dessa maneira, D. Pedro II designou Major Archer para reflorestar a área e providenciar uma nova alternativa para o abastecimento da corte. Devido ao seu potencial hídrico, foi construído em Tinguá um sistema de captação de água, garantindo a manutenção da cobertura vegetal, distando cerca de 50 km da corte (IBAMA, 2006, p. 219).

Em 1941 é instituída a “Floresta Protetora da União Tinguá, Xerém e Mantiqueira” pelo Decreto-Lei Federal nº 3.889, de 5 de dezembro de 1941 que abrangia 50 mil hectares de terras

de domínio público federal no município de Nova Iguaçu, seguindo os parâmetros do Código Florestal de 1934 (IBAMA, 2006, p. 218).

Devido a sua geomorfologia, a serra do Tinguá é de difícil acesso, o que garantiu sua preservação ao longo dos séculos XIX e XX, independente das legislações. No entanto, parte de sua área florestada vinha sofrendo uma forte pressão antrópica, tornando imperativa a necessidade da definição legal como Unidade de Conservação, apesar de a mesma ainda ser considerada área de Floresta Protetora (*ibidem*, p. 219).

Assim, a Rebio Tinguá foi criada em maio de 1989 pelo Decreto Federal nº 97.780 “com o objetivo de proteger a Mata Atlântica e os demais recursos naturais, com especial atenção para os recursos hídricos, e também para garantir o desenvolvimento de pesquisas científicas e ações de educação ambiental” (ICMBIO, 2019). Em março de 1991, a Rebio Tinguá é declarada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Destaca-se a importante participação da sociedade civil no processo de criação dessa UC, de modo que o “Movimento Pró-Reserva Biológica do Tinguá”, impulsionado pelo Grupo de Defesa da Natureza (GDN) e a inserção de pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tiveram uma atuação decisiva neste processo, pressionando o IBAMA para que a UC fosse criada. Para além, este movimento foi reforçado pelos pesquisadores SCOTT e BROOKE (1985) que, após realizarem intensa pesquisa avifaunística constatando a existência de diversas espécies endêmicas raras, indicaram a importância de a região ser classificada como uma Reserva Biológica (IBAMA, 2006).

Com essa categorização, a UC passa a ser altamente restritiva, sendo seu uso permitido apenas para a promoção de educação ambiental e realização de pesquisas científicas, de acordo com as definições de seu plano de manejo e mediante autorização da gestão (BRASIL, 2000).

Apesar de passadas três décadas da criação da Rebio Tinguá, os embates em torno da categoria da UC ainda dividem opiniões. De um lado há quem defenda que a UC deveria ser categorizada enquanto Parque Nacional, o que permitiria também o acesso para turismo e lazer dentro da Unidade. Esse mesmo grupo argumenta que, na época de criação da UC, a população, a partir da coleta de assinaturas, teria optado por essa categoria. Conforme apontado por Santos (2014), as assinaturas colhidas a favor da criação de um Parque Nacional alcançaram um total de 297 votos, enquanto que a favor da categoria Reserva Biológica teria angariado cerca de 119 assinaturas. No entanto, é importante frisar que a área destinada à criação da UC já compreendia quatro municípios e as referidas assinaturas teriam sido recolhidas somente no bairro de Tinguá, o qual fica no município de Nova Iguaçu, desconsiderando os municípios de Petrópolis, Miguel Pereira e Duque de Caxias.

Após algumas visitas à região do Tinguá, constatação de avançado grau de depredação da então Floresta Protetora e da sinalização técnica advinda de pesquisadores, o então presidente do IBAMA resolveu enviar à presidência o pedido de criação da Reserva Biológica do Tinguá. O nome Tinguá possui origem tupi-guarani e significa “pico em forma de nariz”. O mesmo é atribuído à reserva devido à forma da Serra do Tinguá que lembra um nariz. Também nessa serra foi pela primeira vez encontrado um tipo de rocha alcalina que foi denominada *tinguaito* (IBAMA, 2006, p. 219).

A Rebio do Tinguá também abriga diversos patrimônios históricos como o Caminho do Couto, a Estrada do Comércio, a vila de Santana das Palmeiras, estruturas ferroviárias e as esculturas tombadas nas captações da CEDAE (TROMPOWSKY *et al.*, 2020), o que reforça, além de sua importância natural, o patrimônio cultural que essa UC guarda.

Baixada Fluminense

A inserção de uma UC em determinado território exige a compreensão acerca das

dinâmicas que o constituem. Assim, a Rebio Tinguá está inserida, em sua quase totalidade, em dois municípios da Baixada Fluminense – Nova Iguaçu (NI) e Duque de Caxias (DC). Para além, sua zona de amortecimento abrange mais dois municípios desta região: Queimados e Japeri.

A partir da compreensão de que a criação de uma UC não significa edificar sobre ela uma redoma a qual a separa da sociedade, pelo contrário, que esta deve ser de acesso facilitado às comunidades vizinhas (ou não vizinhas), se percebe a importância de lançar um olhar acerca desta região em que a maior parcela do território da Rebio Tinguá está inserida: a Baixada Fluminense.

O processo histórico de desenvolvimento dos municípios que hoje compõem a Baixada Fluminense, é marcado por uma forte onda migratória de população pobre – em sua maioria – que buscava na capital carioca uma nova oportunidade de vida. Em suma, em meados do século XX o município do Rio de Janeiro (ainda capital do Brasil) vinha sofrendo alterações em suas configurações produtivas, deixando seu caráter industrial, de modo que os investimentos nesse setor foram direcionados ao subúrbio carioca. Para além, a criação e ampliação da Estrada de Ferro Leopoldina, a instalação da Avenida Brasil e a ampliação da Avenida Presidente Dutra facilitaram a instalação dessas indústrias na região da Baixada Fluminense, até então composta pelos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti – sendo os três últimos emancipados de Nova Iguaçu na década de 1940-1950 (MAIA; RODRIGUES, 2009).

Essa descentralização industrial e ampliação dos sistemas de transporte, atraiu uma leva migratória advinda do estado de Minas Gerais e da região nordeste devido ao padrão de bem-estar que o município do Rio oferecia, além da facilidade de acesso a serviços sociais, bem como a emprego no mercado de trabalho (*ibidem*, 2009).

Ainda segundo Maia e Rodrigues :

Essa massa migratória buscou moradia na periferia mais próxima, onde os preços dos lotes lhe eram acessíveis, ou seja, esses migrantes fixaram residência na Baixada Fluminense. Além disso, a modernização da cidade do Rio de Janeiro e a consequente expulsão dos menos abastados do centro da cidade destinou à Baixada parte dessa população carioca pobre (MAIA; RODRIGUES, 2009, p. 3873).

Esse crescimento se deu de forma desordenada devido à ineficiência do poder público, de modo que não foram adotadas políticas de ordenamento territorial, tampouco planejamento urbano (SIMÕES, 2007), fazendo com que o cenário ambiental da Baixada seja configurado de forma altamente degradado em suas áreas de alta densidade demográfica. Neste processo de ocupação “a população não podia contar com os mais básicos serviços de competência do Estado, como água e esgoto, as condições de higiene também não eram boas” (MAIA; RODRIGUES, 2009, p. 3874).

A expansão territorial desordenada desencadeia uma série de problemáticas ambientais as quais serão percebidas algumas décadas após o início dessa ocupação. Dentre essas problemáticas, é evidente a escassez de saneamento básico e a falta de estações de tratamento de esgoto, o que faz com que a população lance suas tubulações diretamente nos rios, de modo que os mesmos se tornem altamente poluídos, quando não assoreados. Mesmo 70 anos após o início da expansão urbana da Baixada Fluminense, ainda é comum nos depararmos com esgotos a céu aberto, formação de lixões em terrenos baldios, rios altamente poluídos e/ou assoreados, entre outras problemáticas em todos os municípios que a constituem.

Percebe-se, portanto, dois movimentos a partir dessas características: (1) o descaso do poder público para com a região da Baixada Fluminense; (2) a má relação da população baixadense para com o meio, ora como consequência da falta de alternativas devido ao descaso, ora como consequência da má educação ou da falta de identidade ambiental.

Além dos danos ambientais gerados pela falta de ordenamento territorial, a Baixada Fluminense – bem como outras localidades da Região Metropolitana – encara outras problemáticas devido à ineficiência do Estado. Dentre essas problemáticas, destacam-se o caos da saúde pública, a precariedade da educação escolar pública, a falta de segurança e, conseqüentemente, o domínio de poderes paralelos como as facções de tráfico de drogas e as milícias (ALVES, 1999).

Apesar de seu histórico marcado pela pobreza, violência e descaso público, a Baixada Fluminense também se torna palco de diversas ações de coletivos e indivíduos, as quais demonstram seu outro lado: a cultura e identidade local. Esta afirmativa nos fica evidente ao remetemo-nos à história a qual nos conta acerca das ações de Dom Adriano Hipólito – então Bispo da diocese de Nova Iguaçu – e o Movimento Amigos do Bairro (MAB) durante a ditadura militar, que enfrentou o regime autoritário sempre na busca pelo direito à liberdade da sociedade, sendo o Centro de Formação da Igreja Católica utilizado como base para as articulações políticas e de resistência da época (SERAFIM, 2011).

Para além dos movimentos, existem diversas outras características culturais e identitárias que têm sido alvo de pesquisas acadêmicas as quais tendem a demonstrar essas características negadas no processo de representação da Baixada Fluminense (MAIA; RODRIGUES, 2009).

A constituição histórica envolta em processos de negação de políticas públicas destinadas à Baixada Fluminense, gerou os estigmas de uma sub-região da Região Metropolitana carioca que, por sua vez, criou uma ideia de identidade engessada, pautada em pressupostos preconceituosos que negam as próprias identidades locais. Por outro lado, esse descaso do poder público gera, também, diversos problemas socioambientais para a região, além dos conflitos territoriais supramencionados.

Ainda que a Baixada Fluminense seja conhecida pelas suas agruras, sendo elas também ambientais, é uma área de fundamental importância para a preservação do bioma Mata Atlântica, considerado como um *hotspot*⁷¹ que sofre uma grande pressão antrópica (Rocha *et al.*, 2003).

Rebio Tinguá: características e conflitos

A Reserva Biológica do Tinguá está localizada no estado do Rio de Janeiro com uma área de 24.809,31 hectares, aproximadamente 0,6% do estado do Rio de Janeiro (IBAMA, 2006). Os municípios que a compõem são Nova Iguaçu (55,14%), Duque de Caxias (37,44%), Petrópolis (4,26%) e Miguel Pereira (3,16%), de Japeri e Queimados, estes últimos abrangidos pela Zona de Amortecimento (ZA).

Inserida nas regiões metropolitana (em sua maior parte) e serrana do Rio de Janeiro, a Rebio Tinguá possui uma das maiores extensões contínuas de Mata Atlântica do estado, sendo composta por floresta ombrófila densa baixo montana (até 500m), submontana (de 500 a 1000m) e montana (acima de 1000m) (MMA, 2000), preservando em seu interior diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

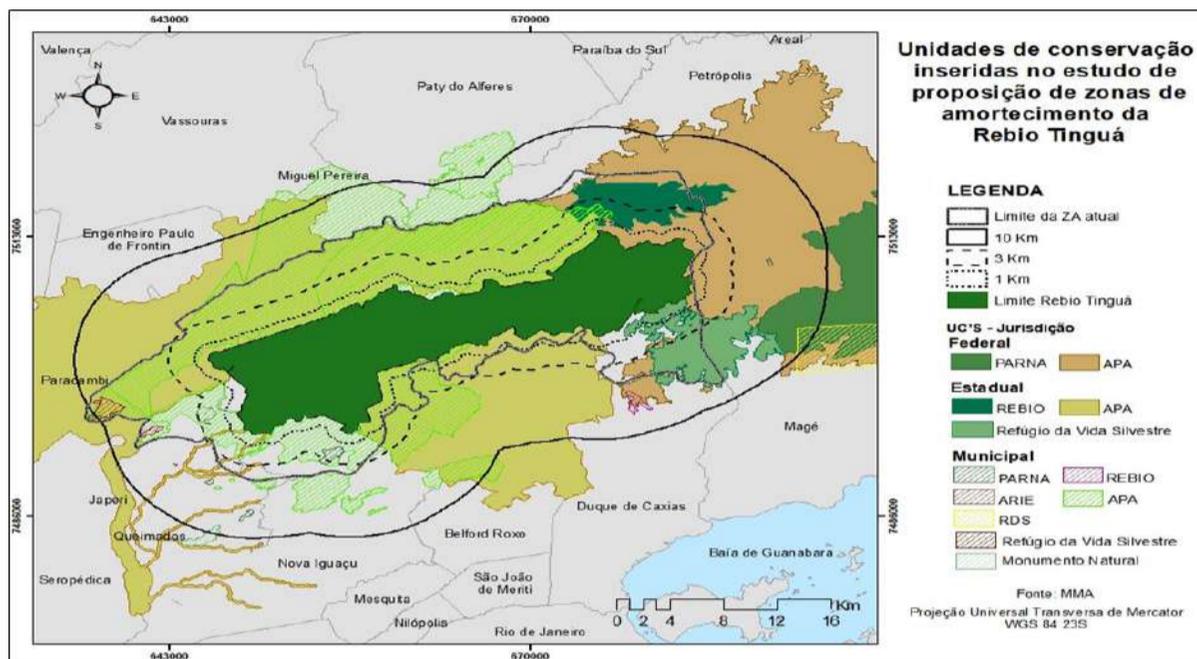
É reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como Reserva da Biosfera Mata Atlântica, pois a mesma possui trechos importantes de biodiversidade (RBMA, 2018), representando 0,6% do território das Reservas Biológicas do país e junto com outras 21 unidades de conservação formam o Mosaico Central Fluminense e torna-se de grande relevância para a conservação do Brasil (MMA, 2006).

Ao considerar a zona de amortecimento definida em seu plano de manejo, a Rebio Tinguá faz limites com diversas outras UC, de modo que são poucas as áreas sem abrangência desses territórios, constituindo a possibilidade de criação de um mosaico de UC assim como de corredores ecológicos, o que pode facilitar os deslocamentos de espécies que precisam de

71. Tradução livre: “pontos quentes”.

territórios maiores para seu desenvolvimento, como por exemplo, a onça parda. Assim, temos em Miguel Pereira a APA Guandu e a APA Municipal do Santana; em Petrópolis a Rebio Araras e a APA Petrópolis; em Duque de Caxias a APA alto Iguaçu e a Revis Estrela; e em Nova Iguaçu as APAs Tinguá, Tinguazinho, Rio Douro e Jaceruba (RICHTER, *et al.*, 2019), conforme a figura 1.

Figura 1- Mapa com as Unidades de Conservação existentes no entorno da Rebio Tinguá



Fonte: Elaborado por Jessica Martins, 2019.

A Rebio do Tinguá possui um manancial de águas que hoje abastece cerca de 400 mil pessoas (CEDAE, 2019), isso sem contar com as famílias que dependem de suas águas e fazem captações através das chamadas bicas – uma espécie de captação vista como clandestina, apesar de acesso à água ser um direito universal – devido à falta de fornecimento de água regularizada. Devido a preservação de remanescentes florestais em seu interior, a UC presta diversos outros serviços ecossistêmicos às comunidades de seu entorno, tais como: qualidade do ar, temperaturas amenas, paisagens verdes, biodiversidade, entre outros (FERREIRA *et al.*, 2015), classificados pela Avaliação Ecossistêmica do Milênio (2005) como “serviços reguladores”. Esses serviços reguladores dizem respeito aos

benefícios obtidos a partir de processos naturais que regulam as condições ambientais que sustentam a vida humana, como a purificação do ar, regulação do clima, purificação e regulação dos ciclos da água, controle de enchentes e de erosão, tratamento de resíduos, desintoxicação e controle de pragas e doenças (QUEIROZ, 2018, p. 133).

Além dos serviços ecossistêmicos prestados às comunidades do seu entorno, a Reserva Biológica do Tinguá contribui para a preservação de 12 espécies da fauna ameaçadas de extinção, segundo o site do ICMBIO, sendo elas: *Leucopternis lacernulatus* (Gavião-pomba), *Brachyteles arachnoides* (Muriqui-do-sul), *Leopardus pardalis mitis* (Gato-maracajá), *Myrmotherula minor* (Choquinha-pequena), *Myotis ruber* (Morcego vermelho), *Platyrrhinus recifinus* (Morcego), *Puma concolor capricornensis* (Onça-parda), *Pyrrhura leucotis* (Tiriba), *Thoropa petropolitana* (Rãzinha), *Thoropa lutzi* (Rãzinha), *Tijuca condita* (Saudade-de-asa-cinza) e *Harpyhaliaetus coronatus* (Águia-cinzenta) (ICMBIO, [2019]). Quanto à flora, destaque para as populações endêmicas do *Glaziophyton mirabile*, *Odontonema dissitiflorum* e *Eugenia macrobracteolata* (CNCFlora, 2011).

Por estar inserida em uma região de expansão territorial – cerca de 90% de sua extensão

se encontra na Baixada Fluminense, de acordo com seu plano de manejo (IBAMA, 2006) – a Rebio do Tinguá enfrenta diversos problemas no que tange à gestão de seu território. Ao elencar as infrações existentes na Rebio Tinguá, Silva *et al.* (2019, p. 159) destacam que, em sua maioria, “estão relacionadas às pressões em sua região de entorno, zona de amortecimento e sobre os limites da reserva”.

Os autores ainda destacam um conjunto de pressões mais recorrentes e danosas à UC, sendo elas: as ocupações irregulares do solo com o uso para a construção de moradias, áreas de lazer e deposição irregular de lixo; caça predatória, extração de palmito, madeira, frutos e plantas ornamentais e medicinais; desmatamento para formação de pasto por fazendeiros na porção norte da UC com uso do fogo; turismo desordenado com captação irregular de água; e práticas religiosas as quais ocasionam aberturas de clareiras para a realização de rituais (*ibidem*, 2019).

Em entrevista realizada com um dos técnicos responsáveis pela fiscalização da Rebio do Tinguá, o mesmo afirmou que o conflito de maior dificuldade para lidar é a instalação de imóveis dentro dos limites da UC, pois, além da irregularidade em estar dentro da Rebio, esses imóveis geram diversos outros danos como o impedimento da regeneração natural, inserção de espécies exóticas, captação irregular de água, instalação de energia elétrica e abertura de trilhas, além de fomentar a entrada de outras pessoas também de forma irregular no território da UC.

Outro conflito destacado são as áreas da Rebio utilizadas para o lazer vinculado ao seu corpo hídrico. Segundo Ferreira *et al.* (2015, p. 65), a região da Baixada Fluminense possui “escassez de opções de lazer [...], estando localizada aproximadamente a 40 km das praias das zonas sul e oeste do Rio de Janeiro, além de ser uma viagem onerosa e longa, leva a uma crescente procura por opções de lazer mais próximas da região”. Dentre essas buscas, destacamos a frequência de uso – principalmente no período do verão – dos mananciais de água no entorno imediato da Rebio do Tinguá e, em alguns casos, dentro da própria UC.

As práticas de lazer nas dependências da Rebio Tinguá são ilegais devido seu caráter altamente restritivo. No que tange ao seu entorno, Ferreira *et al.* (2015) constatou diversas irregularidades de uso tanto por alguns moradores locais quanto por visitantes advindos de outros bairros. Resultados da pesquisa apontaram que, devido a esse uso indevido e com o aumento contínuo dos visitantes, a degradação ambiental também vem aumentando, com destaques para o agravo de acúmulo de lixo, conforme o relato a seguir:

Até o presente momento foram feitas 04 visitas à região da Rebio-Tinguá, com intervalos entre 30 a 40 dias. A cada visita foi possível observar um aumento da degradação nas áreas analisadas. Na primeira visita foi encontrado lixo e fezes humanas na UC. Já na segunda visita observou-se um aumento do lixo e algumas pichações. A quantidade de lixo vem aumentando visivelmente nessa parte da Unidade, localidades de Jaceruba e Rio D’Ouro/Nova Iguaçu, surpreendendo de forma negativa as análises durante a terceira visita (*op. cit.*, p. 68).

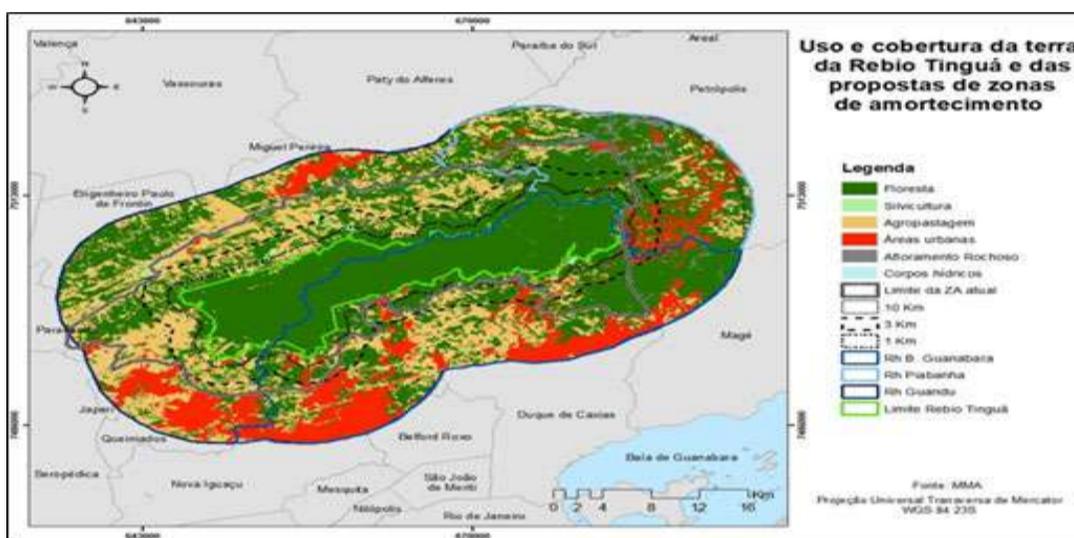
Mesmo com essa visitação intensa e desordenada, a UC continua sendo um *hotspot* de fauna e flora no estado do Rio de Janeiro (TROMPOWSKY *et al.*, 2020), preservando uma densidade superior a 300 diferentes espécies de flora por hectare, sem contar os diversos organismos associados a essa botânica (NEGREIROS, *et al.*, 2017).

No que tange ao seu território na vertente norte, a Rebio Tinguá sofre pressão principalmente por agropecuaristas em Miguel Pereira, e em Petrópolis o conflito de interesse é devido a ocupação da comunidade São João Batista no bairro de Duarte da Silveira dentro da Rebio Tinguá, com tendência a aumentar pois já possui infraestrutura e serviços, como escola, posto de saúde, transporte coletivo, etc. (RICHTER *et al.*, 2019), esse conflito é alvo de ação judicial com os atores envolvidos e a proposta de encaminhamento que tramita é pela redefinição de limites na localidade.

Considerando os principais conflitos elencados, percebemos que estes são gerados devido a expansão urbana, que hora pressiona a Rebio diretamente com construções em seu entorno, hora pressiona indiretamente devido à busca por uso público.

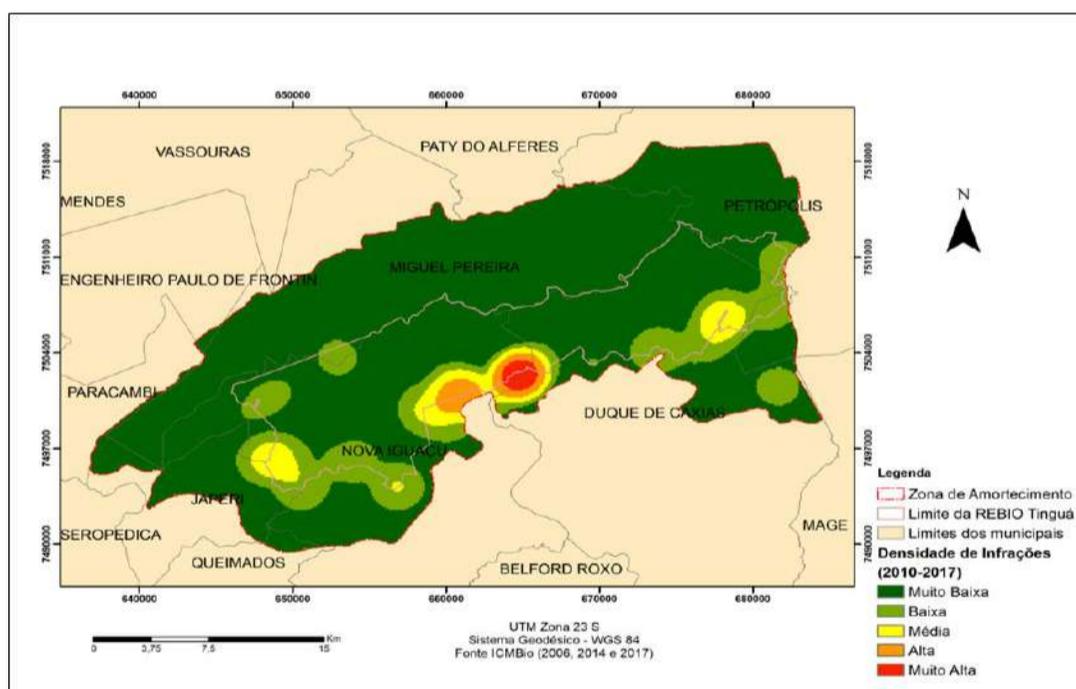
Os mapas a seguir (Figuras 2 e 3) relacionam o adensamento populacional ao quantitativo de infrações por localidade. No primeiro mapa, percebe-se a pressão urbana que a Rebio Tinguá sofre, principalmente nos municípios da Baixada Fluminense. O segundo espacializa os autos de infrações registrados, de modo que, quando sobrepostos, percebe-se que as áreas de maior pressão urbana são as áreas de maior quantitativo de conflitos.

Figura 2- Uso e cobertura de solo no entorno da Rebio Tinguá



Fonte: Elaborado por Jessica Martins, 2019

Figura 3- Densidade de infrações na Rebio Tinguá



Fonte: Silva *et al.* (2019, p. 163)

Percebe-se que a ineficiência do Estado no processo de desenvolvimento urbano da Baixada Fluminense, culminou em um adensamento populacional desordenado. Esse processo de ocupação desordenada somado à falta de políticas públicas de lazer, saúde, educação, saneamento básico, estações de tratamento de esgoto, entre outros, são apontados como fatores de degradação ambiental e de conflitos para a Reserva Biológica do Tinguá.

Situação atual da Rebio Tinguá

A Unidade de Conservação, Reserva Biológica do Tinguá possui 32 anos de existência e é fato que desde sua criação há uma histórica disputa sobre a categorização de área protegida, parque nacional ou reserva biológica que antecedeu a criação da unidade de conservação, a qual volta ao cenário de debate até os dias atuais.

Possui conselho consultivo instituído desde o ano de 2002 (IBAMA, 2002) instrumento de relacionamento entre as Unidades de Conservação e a sociedade, Plano de Manejo (IBAMA, 2006) mecanismo orientador da gestão, assim como, zoneamento e definição de limites.

A agenda da fiscalização sempre foi o foco de atuação da maior parte dos gestores que estiveram à frente da administração da Reserva, muito disso, devido seus problemas no enfrentamento à caça, extração irregular de palmito, especulação imobiliária, a repressão aos banhistas que adentram a reserva em busca de cachoeiras, o controle sobre expressões religiosas que identificam na natureza lugares simbólicos do sagrado, a “subida ao monte” para orar nos cultos evangélicos e o uso das matas e cachoeiras para os rituais da umbanda e candomblé (MARTINS, 2011), práticas conflitantes com o disposto no artigo 10 do SNUC.

Devido a sua localização, a Reserva Biológica do Tinguá sempre teve dificuldade de captar recursos humanos, por este motivo, foi alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal – MPF com pedido de garantia de uma lotação mínima de agentes de fiscalização na Reserva Biológica, processo judicial nº 5004317-60.2019.4.02.5120, esforço que foi feito pelas instâncias superior, porém sem êxito.

Considerando o cenário de escassez de recursos humanos aliados à ausência de concurso público nos últimos 7 anos, hoje o ICMBio possui um quadro de servidores de aproximadamente 894 servidores lotados em UC, para gerir 171.424.217,35 hectares de áreas federais protegidas. A situação relatada é agravada pela grande quantidade de processos de aposentadorias, que, em curto prazo, representam grande redução do quadro de pessoal.

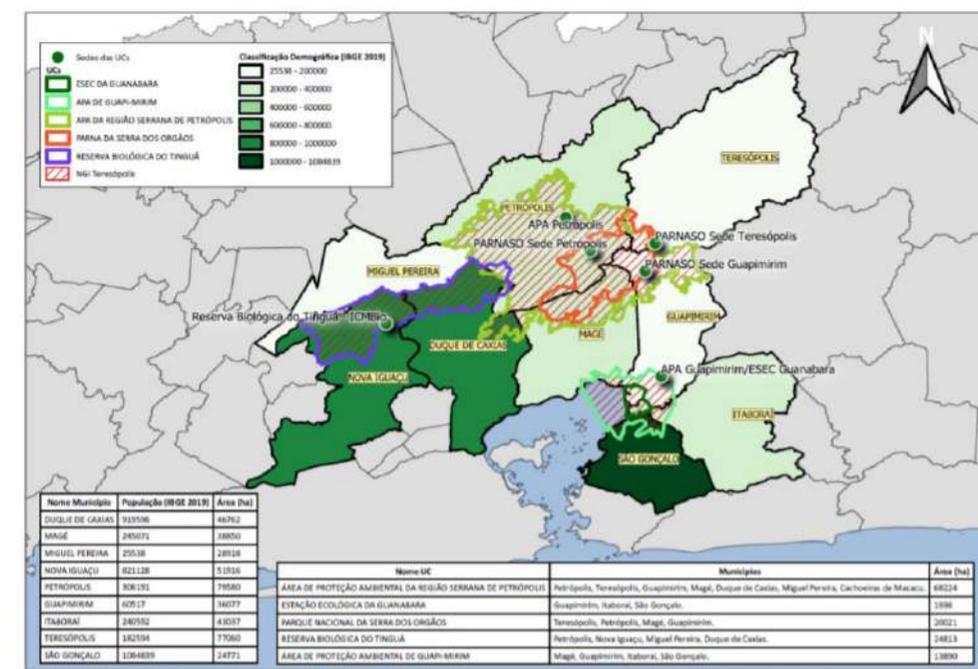
Diante deste cenário o Instituto Chico Mendes, o ICMBio, ainda no ano de 2012 iniciou estudos sobre a criação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) das unidades de conservação, em que o objetivo inicial era somar esforços para melhorar a administração das UCs (ICMBio, 2012) de modo a atender àquelas prioritárias e que garantam a melhoria da oferta de seus serviços públicos.

A proposta de nucleação que envolve a Rebio do Tinguá teve suas primeiras discussões ainda no ano de 2016, a partir da publicação da Portaria ICMBio nº 229/16 que estabeleceu os procedimentos para a organização das unidades de conservação federais em agrupamentos gerenciais e definiu propostas prioritárias de agrupamentos para o biênio 2016-2017.

No que toca especificamente a Rebio do Tinguá, esta possui um histórico de gestão deficiente, o que coloca em risco a conservação da biodiversidade, principal objetivo da Unidade, mas também compromete a prestação de serviços à sociedade como apoio à pesquisa científica e ações de Educação Ambiental.

No ano de 2020, através da Portaria 102, o ICMBio instituiu a Política de Integração e Nucleação Gerencial – PINGe. Em maio do mesmo ano, foi publicada a Portaria 426/2020, que instituiu o Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Teresópolis, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais: PARNA da Serra dos Órgãos; APA de Petrópolis; REBIO do Tinguá; APA de Guapimirim; e ESEC da Guanabara, com sede em Teresópolis (figura 4).

Figura 4 - Composição atual do NGI ICMBio Teresópolis.



Fonte: ICMBio, 2021

Essa mudança a partir da nucleação se deu de forma vertical, as reuniões que tratam do tema foram realizadas em Brasília, sem a participação dos servidores e sem ouvir as especificidades de cada território e suas territorialidades, além disso, o processo foi turvo, aliado ao contexto do trabalho remoto devido à pandemia, o que gerou desconfiança e conflitos.

Diversas ações no âmbito judicial foram movidas e o desafio de encontrar uma nova forma de gerir o território imposto, naquela ocasião a justificativa para nucleação foi descrita como “ganhos em eficiência gerencial e a otimização de recursos associados ao compartilhamento de estruturas físicas e equipamentos e à integração das equipes de trabalho nas Unidades de Conservação” (ICMBIO, 2020, p. 55).

Passado pouco mais de um ano desde o início dessa nova configuração de gestão territorial, podemos afirmar que a Rebio do Tinguá (do atual NGI era a UC com menor quadro de servidores) apresentou uma melhora significativa no que tange a evolução dos processos estruturantes e estratégicos, assim como a agenda positiva que sempre foi renunciada considerando o volume de demandas administrativas x quantitativo de servidores, através, por exemplo, da efetivação do Voluntariado e do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Monitora, este em fase de implantação.

Considerações Finais

Desde sua criação, a Rebio do Tinguá é palco de disputas territoriais, econômicas e políticas. Para além, sua inserção na região da Baixada Fluminense e em parte da região Serrana é percebida como geradora de conflitos ao mesmo tempo em que traz diversos benefícios socioambientais, os quais demonstram a importância dessa UC para a região centro-sul do estado do Rio de Janeiro, em especial para a Região Metropolitana do mesmo.

Pensar a resolução dos conflitos que envolvem a Rebio do Tinguá significa estar atento às dinâmicas territoriais nas quais essa UC está inserida. Neste sentido, é necessário uma visão holística que seja capaz de compreender a origem desses conflitos a fim de evitá-los. Essa percepção deve ser conjunta e envolver as populações locais, sobretudo quanto a melhoria da qualidade de vida associada à integridade e efetividade da área protegida, para tanto, é imperativa a necessidade de ações concretas e integradas com a realidade do território da UC.

O papel do gestor e do conselho consultivo tornam-se de suma importância para que esse

diálogo com a sociedade entorno da UC seja estabelecido, de modo que ambas – Unidade de Conservação e comunidade de entorno – possam coexistir em simbiose, fazendo com que os objetivos de criação da Rebio sejam alcançados em sua plenitude, uma vez que a integração com a sociedade faz parte desses objetivos e está para além dos serviços ecossistêmicos que a mesma já desempenha para toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

MUDANÇAS PRODUTIVAS NA BAIXADA FLUMINENSE: REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL E NOVAS DINÂMICAS EM CURSO

Miguel Pinho. Mestre em Geografia.

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ.

Andre Luiz do Nascimento Germano.

Mestre em Geografia. Doutorando do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ.

Gabriel de Souza Alves.

Mestre em Geografia. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na USP.

Introdução

Este capítulo busca apresentar as transformações ocorridas em três municípios da Baixada Fluminense: Duque de Caxias, Itaguaí e Queimados, como forma de representar transformações produtivas ocorridas na região no início do século XXI. Analisamos os impactos na produção do espaço com as políticas econômicas e investimentos do período em que vigorou o Novo Desenvolvimentismo. O estado do Rio de Janeiro passou por profundas transformações nas primeiras duas décadas do século XXI. Todavia, essas alterações já vinham sendo gestadas desde os anos 90, quando o processo de reestruturação espacial das atividades industriais, com a ascensão da região do médio paraíba, com o setor metal-mecânico, e, no norte do estado com a cadeia produtiva ligada a petróleo e gás (OLIVEIRA, 2008). Esses polos surgiram a partir de novos arranjos técnicos e políticos e são frutos do processo de reestruturação produtiva e não a partir da “fuga” de empresas da cidade do Rio de Janeiro. A metrópole carioca se especializou em atividades do setor terciário cada vez mais complexas, concentrando sedes de grandes empresas e atividades financeiras. É com base nessa mudança iniciada nos anos 90 que baseamos nossa compreensão do processo de reestruturação espacial da produção e como a inserção da Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense se urbanizou no século XX na esteira de uma maior integração com a cidade do Rio de Janeiro. Isso se deveu pela conjunção de três fatores: a decadência de atividades agrícolas, o transporte de passageiros nas linhas férreas e o encarecimento do preço do solo na capital (ABREU, 2013). A ligação dos municípios periféricos com o núcleo metropolitano se mantém estreita até os dias atuais, em que a cidade do Rio de Janeiro exerce uma centralidade ao oferecer serviços mais sofisticados e concentrar postos de trabalho. Com isso, ainda temos um grande contingente de residentes na Baixada Fluminense trabalhando na capital. A antiga concepção de que as cidades da Baixada seriam “cidades-dormitório”, vistas apenas como locais de moradia, sem a existência de serviços ou atividades produtivas, não se sustenta pelo desenvolvimento de indústrias, comércios e serviços na região.

Em diversos momentos do século XX, a região foi alvo de grandes projetos econômicos e havia uma expectativa de sua ocupação em termos produtivos por planejadores e agentes do poder público. Isso pode ser exemplificado pela fala do diretor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN)⁷², José Augusto Assumpção, quando afirmou ao *Jornal do Commercio* (1980) que tinha a intenção de investir nos municípios da periferia da região metropolitana e que pretendia promover uma “desconcentração intrametropolitana”.

72. Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

Com esses investimentos, Assumpção esperava obter os seguintes resultados: “redução dos desníveis existentes entre o centro e a periferia; a fixação das populações em seus locais de moradia; a redução dos diários deslocamentos de massa, no sentido periferia/centro” (JORNAL DO COMMERCIO, 1980, p. 6).

A busca por integrar territórios fora do núcleo metropolitano foi ação consciente de planejadores que queriam expandir as zonas industriais, “levar o desenvolvimento” às zonas “vazias” e aproveitar-se do baixo preço do solo, o que permitiria a instalação de grandes complexos industriais. A construção da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, possibilitou uma maior integração da região metropolitana do Rio de Janeiro, e “nas suas margens instalaram-se várias indústrias, para aí atraídas pelos incentivos fiscais oferecidos pelo antigo estado do Rio” (ABREU, 2013, p. 121). Essa expansão urbana para fora da cidade do Rio de Janeiro, com construção de infraestrutura e um enorme contingente populacional se deslocando para essas cidades, dá vida ao espaço metropolitano.

Podemos listar uma série de intervenções logísticas e produtivas que, entre as décadas de 1940 e 1980, formaram áreas industriais na Baixada. Como a Fábrica Nacional de Motores, a Rodovia Presidente Dutra, a Bayern, a Refinaria Duque de Caxias, o Distrito Industrial de Queimados, o Distrito Industrial de Santa Cruz⁷³, além do então Porto de Sepetiba e toda criação de condições para o Complexo Portuário de Itaguaí. Podemos compreender que a existência de atividades industriais e o seu papel logístico não são algo novo para a região.

Neste capítulo pretendemos analisar três processos de reestruturação espacial, ocorridos nos municípios de: Queimados, Itaguaí – se espraiando sobre Santa Cruz – e Duque de Caxias. A escolha desses três municípios se deu pelas características particulares de cada processo, dando um grau maior de complexidade ao mosaico das transformações ocorridas na Baixada Fluminense.

Em Queimados, observamos a redinamização de um distrito industrial dos anos de 1970 e o crescimento imobiliário como consequência da chegada de investimentos fabris. A cidade ganhou projeção em jornais e revistas pelo crescimento econômico acelerado entre os anos de 2007 e 2015.

Em Itaguaí-Santa Cruz, os governos municipais, estadual e federal, em parceria com o empresariado nacional e internacional, viabilizaram as atividades de grandes empreendimentos siderúrgicos, navais, petroleiros e portuários. Dentre estes, a instalação da Ternium CSA trouxe implicações significativas, por suas atividades e pela sua magnitude, à vida da população local e à dinâmica espacial. A Ternium nos ajuda a refletir sobre as próprias contradições do modelo colocado em prática pelo novo desenvolvimentismo ao prometer desenvolvimento social, econômico, educacional, avanços na democracia, preocupações socioambientais e entregarem conflitos entre os empresários e os moradores, violações no trâmite do licenciamento ambiental, complicações de saúde, alagamentos de casas, perseguições e poluição atmosférica.

Por fim, em Duque de Caxias, onde se observou o surgimento de condomínios logísticos, amalgamando agentes imobiliários e o circuito financeiro e novas prioridades para a instalação do capital, foi possível verificar a relação sobreposta dos novos empreendimentos com a reestruturação espacial da cidade.

A reestruturação espacial está diretamente relacionada ao período de maior crescimento econômico vivenciado a partir de meados dos anos 2000, por alguns acertos da política econômica e social internamente e por pelo crescimento do preço internacional de produtos primários, que ficou conhecido como superciclo das *commodities*. Experimentou-se no Brasil um momento de inflexão do rigor das políticas neoliberais, marcado pela ascensão de uma nova orientação

73. Embora Santa Cruz seja um bairro da cidade do Rio de Janeiro, é importante salientar aqui a sua criação pelo impacto no município de Itaguaí, sobre o qual discutiremos com mais detalhes no tópico sobre Itaguaí-Santa Cruz. Podemos adiantar que a escolha de abordar Itaguaí e seu espraiamento sobre Santa Cruz se dá por suas atividades industriais serem indissociáveis da mesma lógica regional.

econômico-social, denominada por novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo. Entendemos que essa inflexão neodesenvolvimentista foi componente importante para o processo de reestruturação espacial ocorrido na Baixada Fluminense, e, mais especificamente, em Queimados, Itaguaí e Duque de Caxias.

As mudanças produtivas, o novo desenvolvimentismo e a reestruturação espacial

A contribuição lefebvrea para pensar a estrutura se faz presente na tríade conceitual forma, função e estrutura, que, conjugadas entre si, permite-nos alcançar uma compreensão mais relacional e dinâmica (LENCIONI, 2017, p. 19-23).

Cada forma espacial só adquire sentido social se estiver cumprindo alguma função, mesmo que intermitente ou diferente da prevista para ela. Se formos além da forma-função como algo isolado, mas sim interligado a outras formas e outras funções, também inseridas num contexto social, podemos reconhecer a totalidade espacial da estrutura. Essa estrutura é que confere sentido às formas e às funções. Toda e qualquer forma espacial com a qual nos deparamos, independentemente das subjetividades envolvidas, está imersa numa estrutura em movimento.

Sandra Lencioni (2017, p. 21), uma das principais intérpretes de Lefebvre, destaca a importância de uma abordagem que não imobilize a estrutura dentro do que é possível ser observado. Pensar a reestruturação por essa abordagem significa salientar a importância de se abordar as formas e as funções elaboradas conjuntamente com a estrutura espacial, sem presumir uma determinação última entre elas. Ou melhor:

o que dá movimento à totalidade desses três termos [forma, função e estrutura] é o movimento da história, são os processos contínuos e descontínuos que a dinamizam e que a fazem se relacionar com o pretérito e o futuro, tanto quanto com outras totalidades abertas e em movimento (LENCIONI, 2017, p. 23).

As continuidades e discontinuidades são próprias deste movimento da estrutura espacial, assim como a presença de vestígios do passado ou de potencialidades a serem confirmadas no futuro. Compreendido esse dinamismo, é necessário reconhecer que nem toda mudança na estrutura espacial significa uma reestruturação. O fato de o espaço ser o encontro entre as continuidades do passado e ações que representam elementos no tempo presente e/ou indicações futuras (especulativas) gera estrangulamentos a qualquer concepção estanque acerca da estrutura espacial.

Esclarecido isto, o emprego do prefixo “re” envolve um sentido de ruptura e inflexão no movimento geral da estrutura espacial, há um redirecionamento deflagrado como um todo, ainda que exista muitas permanências:

a reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ‘freada’, senão de uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações do sistema de pensamento e ação aceitos (SOJA, 1993, p. 193).

Nesta passagem, Edward Soja (1993) vai além do escopo da estrutura espacial e da questão regional, ele traz também elementos próprios da estrutura social, traçando um nítido paralelo entre mudanças no sistema econômico e processos de reestruturação. Com isso, temos a distinção do processo de reestruturação como sendo uma transformação profunda, capaz de afetar dimensões que se prolongaram na estrutura social capitalista.

As mudanças estruturais, por sua vez, não surgem espontaneamente, pois estão relacionadas a processos sequenciados de desmonte e remonte, destruição e inovação, numa espécie de embate entre as novas e as velhas estratégias do capital no espaço. Desmoronamento e reconstrução próprios da dinâmica espacial desigual do capitalismo, que busca criar, desfazer e refazer a organização do espaço de acordo com a conveniência dos processos de acumulação de capital. Os períodos de estagnação ou crise são momentos em que o processo de acumulação se vê diante de suas contradições e busca por saídas econômicas, espaciais e temporais para retomar o processo de reprodução ampliada do capital.

O processo de reestruturação espacial no Brasil, por sua vez, “se inicia junto ao fim dos governos militares, em 1990, concebido como o estabelecimento de uma forma nova de regulação espacial vinda por conta da privatização das empresas estatais e consequente reforma do Estado” (MOREIRA, 2012, p. 155). Ela foi impulsionada e manteve relação direta com as experiências de neoliberalização vivenciadas no país, sobretudo nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No Rio de Janeiro, a rodada de privatização, em especial a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, mas também a mudança da legislação de petróleo, com a quebra do monopólio estatal, impactaram os eixos de expansão industrial no Vale do Médio Paraíba e nas cidades de Campos e Macaé, no Norte Fluminense.

O novo desenvolvimentismo, política adotada pelos quatro governos do Partido dos Trabalhadores que sucederam Cardoso na presidência, imprimiu uma nova dinâmica no processo de reestruturação e algumas redefinições de caminhos.

Esse “novo desenvolvimentismo” foi como foi chamado o conjunto de políticas econômicas e sociais adotadas por esses governos, entre elas: aumento real do salário mínimo e aumento do poder de compra dos mais pobres, políticas de mitigação da pobreza extrema, aumento dos investimentos públicos e aumento do acesso ao crédito dos trabalhadores mais pobres. Essas políticas econômicas aliadas ao cenário internacional favorável, com os preços acima dos padrões históricos de *commodities*, puxados pelo dinamismo da economia da China, gerou uma taxa de crescimento superior ao período de vigência do neoliberalismo *stricto sensu* da década de 1990. Mercadante (2010) aponta que, para além das questões econômicas, teriam outros aspectos a serem considerados tais como: a consolidação da democracia e das instituições, o desenvolvimento sustentável, construção de uma sociedade do conhecimento e uma dimensão social. Na avaliação de Mercadante, o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva foi excessivamente cauteloso “pelo esforço de reverter o processo de desestabilização e reativar a economia a partir do impulso às exportações, e o segundo, mais centrado na aceleração do crescimento e na construção das bases endógenas para sua sustentação” (MERCADANTE, 2010, p. 124).

As mudanças causadas pelo neodesenvolvimentismo impactaram o estado do Rio de Janeiro, que também experimentou transformações adicionais pela realização de megaeventos como Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos, Jogos Mundiais Militares, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Esses megaeventos, embora concentrados fisicamente na capital, trouxeram um fluxo de investimentos e obras de infraestrutura, e consequentemente empregos, que impactaram toda a economia metropolitana, incluindo a Baixada Fluminense. O aumento dos investimentos públicos, para muitos economistas não ortodoxos, é fundamental para o bom desempenho das economias, como fica bem apontado no trecho a seguir: “o gasto público é renda do setor privado, a dívida pública é ativo para os seus detentores e o déficit público é superávit do setor privado” (CARVALHO; ROSSI, 2020, p. 42). Esses “bons ventos” soprados da economia nacional criaram um cenário de aumento dos investimentos privados e expansão de empresas para atender o aumento do aquecimento da demanda interna. Os impactos espaciais e na intensificação nos processos de reestruturação poderão ser observados nos casos dos municípios de Queimados, Itaguaí e Duque de Caxias, respectivamente.

A breve redinamização do Distrito Industrial de Queimados e a máquina de crescimento

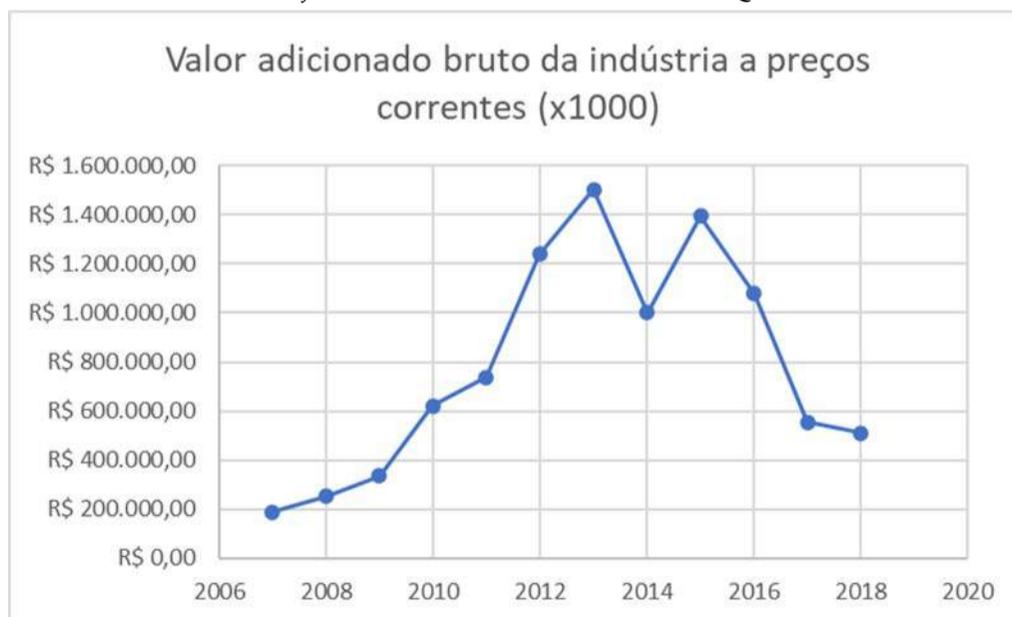
A cidade de Queimados é dotada de um distrito industrial construído na década de 1970, quando ainda fazia parte do município de Nova Iguaçu. Inclusive, parte do discurso que justificava a emancipação era baseado no fato de as riquezas produzidas em Queimados serem drenadas para o centro de Nova Iguaçu (SIMÕES, 2006). Construiu-se na cidade uma forte ideia de que o desenvolvimento local está fortemente atrelado à atividade industrial no distrito.

Queimados experimentou, entre os anos de 2007 e 2015, um processo acelerado de crescimento econômico, tendo como um grande marco o ano de 2010, quando houve a aprovação de incentivos fiscais em nível estadual. Podemos observar, na citação a seguir, como esse período, a partir de meados dos anos 2000, foi diferenciado e representou uma maior atividade no Distrito Industrial de Queimados:

Durante os anos de 1990 e 2000, a mídia noticiou algumas vezes decadência e renovação do distrito, sempre baseado na chegada ou na saída de alguma grande empresa ou de um conjunto delas. A municipalidade ofereceu incentivos para atrair investimentos, e apesar de ter obtido resultados, não há comparação possível com o período iniciado a partir de 2010. Antes desse período “virtuoso” o distrito sofria com ares de esvaziamento quando grandes empresas como a Pepsi, a Kaiser e a Coca-Cola encerram suas atividades. A conclusão do viaduto de acesso do distrito à Rodovia Pres. Dutra, em 2008, já marcava um período de retomada, pela melhora da conjuntura econômica no Brasil e no Rio de Janeiro. Em 2010, a Lei Estadual nº 5636/2010 reduziu o ICMS de 19% para 2% em diversos municípios e no Distrito Industrial de Queimados, atraindo relevantes investimentos logísticos e fabris (PINHO, 2021, p. 99).

A partir de 2010, o distrito recebe um aporte muito significativo de investimentos e o número de empresas ativas em seu interior salta de 10 para um total de 40 empresas ativas e em fase de instalação em 2013 (MORAIS, 2014). A redinamização das atividades da indústria de transformação, somada a um cenário de crescimento econômico tanto a nível nacional quanto estadual, criaram as condições para surgimento de uma máquina de crescimento em Queimados.

Gráfico 1 - Evolução das atividades industriais em Queimados



Fonte: IBGE Cidades (org. própria)

Observamos no gráfico 1 a evolução das atividades industriais na cidade, sabendo-se que o IBGE considera para essa conta as atividades da indústria extrativista, indústria de transformação e indústria de construção civil para o montante desse valor. Nota-se que há uma evolução

constante até o ano de 2013 das atividades industriais, ano em que atinge-se o pico histórico. Há de se observar a queda no ano de 2014, com uma recuperação em 2015 e posteriormente uma trajetória de queda das atividades econômicas industriais. Veremos a seguir que a oscilação dos valores da atividade industrial tem conexão direta às condições de funcionamento da máquina de crescimento.

O conceito de máquina de crescimento foi elaborado por Harvey Molotch (1976) para analisar como se formavam, nas cidades estadunidenses, práticas espaciais que se refletiam em alianças políticas orientadas por um consenso em torno do crescimento econômico. Para Molotch, cada porção do espaço é cortada por interesses que competem e que podem motivar os proprietários de terra a fazerem uma coalizão, em especial para competição em uma escala mais elevada (MOLOTCH, 1976, p. 311). Em suma, para Molotch, a máquina de crescimento seria essa coalizão e a instrumentalização do poder local para gerar valorização fundiária e a competição pela instalação de investimentos na cidade.

É possível uma coalizão capaz de formar uma máquina de crescimento em uma cidade brasileira como Queimados? Defendemos que é possível fazer algumas aproximações com o conceito e que ele nos ajuda a revelar a atuação dos arranjos políticos entre os atores sociais e do uso da construção civil, da construção de infraestrutura logística, reforma urbana e habitações como forma de alavancar o crescimento econômico municipal, apesar da observação de Brenner ao afirmar que quando as prefeituras não dependem da venda de títulos imobiliários para arrecadar, torna-se mais difícil ocorrer uma máquina de crescimento (BRENNER, 2020, p. 260). Observamos que, em Queimados, não foi a venda de títulos imobiliários que marcaram o surgimento da máquina de crescimento, mas sim a articulação política para trazer ao território da cidade largo financiamento público para a ação de construtoras.

Houve uma aliança política entre o governo municipal de Queimados, o governo estadual do Rio de Janeiro e o governo federal para trazer investimentos para a cidade. O ex-prefeito Max Lemos possuía uma relação pessoal muito próxima com o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Jorge Picciani e com o ex-governador Sérgio Cabral. Os três políticos pertenciam ao mesmo partido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que também era base de apoio ao governo federal. De acordo com Brenner (2020), é preciso suplantarem as análises excessivamente localistas e observar a multiplicidade de escalas envolvidas na formação de uma máquina de crescimento.

Parte dos investimentos federais em Queimados é fruto de coalizões e convênios que articularam as três esferas de poder – municipal, estadual e federal – e que foram importantíssimas para impulsionar o crescimento econômico. Ademais, houve tanto um maior dinamismo econômico quanto um maior investimento em obras públicas, com os aportes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Foram injetados bilhões de reais na economia fluminense e parte desses recursos foram aplicados diretamente em Queimados ou na Baixada Fluminense, também impactando indiretamente a cidade. De acordo com Pinho (2021) o MCMV teve mais de 310 milhões de reais em obras contratadas entre 2009 e 2013 para construção de 4.912 unidades de moradia em Queimados. Salientamos, como demonstrado no gráfico 1, que não é coincidência que o pico das atividades industriais tenha ocorrido em 2013 e que esse mesmo ano seja o último ano em que ocorreu o financiamento de conjuntos habitacionais para o MCMV.

Os investimentos imobiliários não se resumem aos conjuntos do MCMV, embora estes tenham o maior impacto econômico, pela sua magnitude. Moraes (2017) identifica um processo de reestruturação urbana, causado pela chegada de novas indústrias, elevação da renda média e consequente ampliação do mercado consumidor. A construção de moradias mais sofisticadas e a chegada de uma variedade maior de serviços é um aspecto importante da redinamização da economia municipal. Todavia, como demonstrado por Pinho (2021), os empregos gerados

na indústria de transformação em Queimados tiveram uma dimensão limitada em termos de número de vagas e pelas baixas remunerações das ocupações que mais empregaram no período de elevado crescimento. O setor que aparece como responsável pelo maior incremento da massa salarial no período de bonança é justamente a construção civil. Conclui-se, portanto, que a chegada de novas indústrias de transformação foi fundamental para o processo de redinamização do distrito industrial e de toda a economia local, mas a reestruturação urbana apontada por Moraes não é apenas reflexo desse crescimento, mas uma engrenagem fundamental dele.

A conformação da máquina de crescimento em Queimados possibilitou potencializar a redinamização gerada pelo distrito industrial e pelo crescimento das atividades da indústria de transformação. Todavia, esse processo necessitou de constantes investimentos públicos em obras e maciço financiamento para a construção de moradias. A partir de 2015, com o escasseamento de investimento públicos, somados a uma intensificação da crise econômica e política no país, há uma redução do ritmo de crescimento local e nos três anos subsequentes, a economia entraria em recessão e uma queda brusca na participação da indústria no PIB municipal. Podemos observar, na passagem a seguir, as limitações do crescimento queimadense:

Por mais alinhados que os prefeitos sejam ao empresariado, os investimentos capazes de gerar crescimento econômico qualificado dependem de uma conjuntura regional e nacional favoráveis, pois os espaços econômicos locais e especialmente os periféricos, são profundamente dependentes de condições abrangentes e visceralmente associados a intervenções mais significativas do poder público de diferentes escalas. Um crescimento aos solavancos gera mudanças limitadas e a melhoria das condições de vida da população são, forçosamente, muito parciais e insuficientes (PINHO, 2021, p. 100).

Sem as condições gerais de crescimento econômico, nacional e estadual, com a escassez dos investimentos públicos, a aliança política em torno do crescimento não é mais capaz de dar resultados. A aliança entre agentes imobiliários, construtoras e o poder público local não é capaz de retomar o crescimento pelas próprias forças. O ajuste ultraliberal iniciado a partir de 2016 no governo federal criou a impossibilidade de produzir as bases da máquina de crescimento.

Outra constatação da queda das atividades é observar a retração no número de empregos gerados pela indústria de transformação e na construção civil entre 2015 e 2019. Organizamos uma tabela comparativa entre esses dois setores industriais, dividindo por faixas de rendimentos, visando justamente observar os impactos na massa salarial.

Tabela 1 - Comparativo entre a indústria de transformação e a construção em Queimados 2015-2019

Indústria de transformação			
Ocupações com:	Admissões	Deslig.	Saldo
Rendimentos até R\$ 2.000,00	4890	5007	-117
Rendimentos entre 2.000,01 e 5.000,00	262	399	-137
Rendimentos entre 5.000,01 e 10.000	27	44	-17
Rendimentos acima de 10.000,01	4	1	3
Construção			
Ocupações com:	Admissões	Deslig.	Saldo
Rendimentos até R\$ 2.000,00	805	967	-162
Rendimentos entre 2.000,01 e 5.000,00	100	120	-20
Rendimentos entre 5.000,01 e 10.000	4	4	0
Rendimentos acima de 10.000,01	0	0	0

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Org. própria)

A tabela 1 nos mostra a retração do emprego quase que na totalidade das faixas salariais dos dois setores industriais, com exceção do baixíssimo aumento de vagas acima de R\$10.000,00 na indústria de transformação. A redução dos empregos é um dos principais indícios de retração, especialmente na construção, que possui um uso muito intensivo de mão de obra. Essa retração nos aponta o esgotamento da máquina de crescimento.

Realizar uma avaliação do processo de redinamização, assim como de sua crise, é difícil, porque além de serem fatos recentes a conjuntura política e econômica atual ainda não permite afirmar se haverá uma debandada ou um fechamento generalizado de empresas do Distrito Industrial de Queimados. Todavia, com a não reversão de políticas contracionistas a nível federal, inclusive com a inclusão de um dispositivo constitucional do teto de gastos, que limita ainda mais os investimentos públicos, é possível afirmar que não há em um horizonte próximo uma perspectiva de repetição do crescimento acelerado pela qual Queimados experimentou entre os anos de 2007 e 2015.

O polo logístico-industrial em Itaguaí-Santa Cruz e as marcas de grandes projetos

No interior da “nebulosa metropolitana” Rio de Janeiro – São Paulo (LENCIONI, 2015), Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, está conectado às lógicas industriais e regionais da cidade de Itaguaí e adjacências. Itaguaí, como um dos municípios da Baixada Fluminense componentes dessa megarregião analisada por Lencioni, tem conexões com o Distrito Industrial de Santa Cruz, pois as atividades do bairro carioca em questão estão inseridas nas mesmas lógicas regionais que as atividades pertencentes à cidade vizinha. Ambos os territórios são banhados pela Baía de Sepetiba, onde se mantêm as importantes atividades do Complexo Portuário de Itaguaí. A proximidade das atividades gera influências recíprocas entre Itaguaí e o bairro carioca, bem como por parte da rede de infraestrutura e de comunicação viária entre os dois. Destacam-se nesse contexto a Rodovia Rio-Santos (BR 101), o Arco Metropolitano (BR 493), o ramal ferroviário de Santa Cruz e o Porto de Itaguaí, além das áreas urbanas respectivas.

Os grandes empreendimentos da região, que alimentam e participam ativamente dos fluxos globais de mercadoria e informações, promovem impactos significativos sobre o aumento da

demanda por mão de obra, a expansão do setor terciário e o aquecimento do mercado imobiliário na cidade de Itaguaí e do bairro carioca Santa Cruz, trazendo consequências não só para seu território específico de atuação, como ocorre no caso da Companhia Siderúrgica do Atlântico (OLIVEIRA; ROCHA, 2014). A opção de pensar Itaguaí-Santa Cruz se dá, portanto, por suas atividades industriais serem indissociáveis da mesma lógica econômica regional.

Este eixo, na contemporaneidade, se coloca como um polo de atividades de grande magnitude e altíssimo dinamismo, com um complexo portuário voltado para a exportação de *commodities* minerais e produtos siderúrgicos. Em Santa Cruz, funciona um Distrito Industrial que foi inaugurado nos anos de 1970 (DAMAS, 2008), como consequência de projetos que balizaram a indústria e a política nacional desenvolvimentista do período da ditadura militar, e que hoje sofre forte influência do contexto global de expansão geográfica do capitalismo (BOTELHO, 2014). Na mesma conjuntura, o atual Porto de Itaguaí, inicialmente chamado de Porto de Sepetiba, foi construído como um dos importantes investimentos em infraestrutura daquele momento, na busca de facilitar as dinâmicas de expansão do capital e da globalização crescente. É para este complexo portuário-industrial (PESSANHA, 2017; PESSANHA, GOMES FILHO, QUINTO JÚNIOR, 2013) que importantes linhas férreas cortam o estado do Rio de Janeiro e carregam quantidades significativas de *commodities* em seus vagões.

A partir da década de 1970 a região foi caracterizada por um crescimento industrial constante, tendo como importante centro geográfico este eixo Itaguaí-Santa Cruz, com a Baía de Sepetiba sendo imprescindível na ligação com o mercado global. Segundo Nascimento e Vilella (2014, p. 133), o porto construído na Baía de Sepetiba foi finalizado em 1982 e a sua função inicial era o escoamento de mercadorias da empresa Valesul e carvão da Companhia Siderúrgica Nacional. A estrutura portuária fez parte e ajudou a configurar a Baía de Sepetiba como uma área estratégica economicamente.

Com o objetivo de modernizá-la, essa estrutura portuária passou por um outro grande investimento durante os anos de 1990, o que teve como consequência uma maior inclusão do estado do Rio de Janeiro e do Brasil nos fluxos globais da economia. Houve, inclusive, uma explícita combinação de interesses entre o setor estatal federal e o privado. Com a reorganização de espaços produtivos, essa década de 1990, marcada pelas políticas econômicas neoliberais, colocou o Brasil ainda mais neste mundo de superposição da dinâmica globalizadora e da guerra dos lugares (SANTOS, 1996), produzindo novos caminhos para a economia nacional, com a especialização em *commodities* “retomando” espaço na produção brasileira (PERDIGÃO, 2015).

No entanto, conforme aponta Guilherme Chagas (2020), houve de fato modernizações na década de 1990, mas apenas das estruturas logísticas, não levando em consideração as populações locais, da Baía de Sepetiba e de toda área de influência das atividades portuárias-industriais. Chagas (2020), que é pesquisador das dinâmicas portuárias na região, aponta, entre outras problemáticas, que o porto não foi pensado pelo poder público para o território local, mas sim como base prática de um projeto pensado nacionalmente, com o objetivo de expandir competências do Brasil num cenário globalizante.

Já no início do século XXI, em que o contexto político-econômico brasileiro foi marcado pelo novo desenvolvimentismo (MERCADANTE, 2010), após um final de século XX com investimentos, transformações e crescimento de práticas neoliberais, os governos municipal, estadual e federal, em parceria com o empresariado nacional e internacional, viabilizaram as atividades de grandes empreendimentos em Itaguaí-Santa Cruz. O primeiro deles foi a então Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, atual Ternium CSA. Pinto (2016) aponta que a produção anual dessa planta siderúrgica, já em 2014, no seu quarto ano de funcionamento, foi de 4,1 milhões de toneladas de placas de aço. Esses milhões de toneladas movimentadas pela Companhia Siderúrgica do Atlântico, com atuação no Distrito Industrial de Santa Cruz,

significaram aproximadamente 62% da produção nacional deste produto siderúrgico naquele ano.

Após o início das obras da CSA, os processos de licenciamento de outros empreendimentos se iniciaram nesta mesma região: a construção de um grande porto e estaleiro para a construção de submarinos da Marinha do Brasil; Porto Sudeste da LLX Logística; expansão da capacidade produtiva da Gerdau Cosigua e a construção da nova usina de aços especiais; a ampliação do porto de Itaguaí; e a construção de um gigante porto compartilhado entre Petrobras, Gerdau e CSN (PACS, 2009). Estes planos faziam parte da execução de megaprojetos que visavam crescimento econômico, através da exploração de recursos naturais, em particular *commodities* agrícolas e minerais, impulsionados pelo novo desenvolvimentismo que marcou a primeira década do século XXI (GERMANO, 2020). Neste sentido, o Complexo Portuário do município de Itaguaí, na Baixada Fluminense, situado a 90 quilômetros do Rio e a 60 milhas marítimas do Porto do Rio, no contexto da megarregião Rio de Janeiro – São Paulo (LENCIONI, 2015), se firmou como exportador de minério e produtos siderúrgicos.

Este eixo Itaguaí–Santa Cruz é cortado e integrado a outras regiões do estado e do país por diversas vias expressas, além da linha férrea, incorporando progressivamente vetores de uma modernidade racional e artificial (SANTOS; SILVEIRA, 2000). Com pesados investimentos para a construção de portos, ferrovias, indústrias, rodovias e toda uma gigantesca infraestrutura que lhe proporcionou capacidade logística, agilidade na implantação de projetos, menores custos operacionais a longo prazo e incentivos fiscais (OLIVEIRA, 2015), tal região se impôs, neste início de século XXI, como área de atração de investimentos e desenvolvimento de atividades industriais-logísticas.

Neste contexto de ascensão neodesenvolvimentista, coube ao Estado financiar, via Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conceder isenções fiscais e oferecer infraestrutura necessária, como energia elétrica subsidiada, abertura de estrada e construção de portos, favorecendo o empresariado e os fluxos globais (GERMANO, 2020). O BNDES se destacou neste modelo de desenvolvimento, passando a atuar como a fonte número um no financiamento de longo prazo no território brasileiro. No caso da Ternium – CSA, com toda extravagância e contradições envolvidas, Iara Moura e Isabelle Rodrigues (2018) informaram que, quando somados o financiamento do banco com os valores relativos a todas as isenções fiscais, totalizaram cerca de R\$5 bilhões de recursos públicos investidos na siderúrgica.

Chagas (2020), em sua análise sobre Itaguaí como um polo metropolitano de desenvolvimento produtivo-logístico, demonstra que interesses estratégicos do Estado acarretaram em profundas rugas no território, a partir das transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais produzidas no âmbito de volumosos investimentos estatais no eixo Itaguaí-Santa Cruz. Para o autor, essas configurações retrataram como a ocupação de áreas a exemplo das bordas metropolitanas do Rio de Janeiro, num cenário nacional, foram submetidas a um plano de desenvolvimento orquestrado por políticas elaboradas a nível nacional, sob interesses e vantagens, em diversas oportunidades, de atores globais que mantiveram um crescimento econômico exponencial.

Há uma relevância dos territórios do eixo Itaguaí-Santa Cruz para a logística industrial carioca, fluminense e brasileira, no entanto, historicamente, mesmo durante o desenvolvimentismo de meados do século XX, passando pela hegemonia neoliberal dos anos de 1990, essa relevância para a lógica econômica do Estado brasileiro não se converteu em qualidade de vida para a população local (OLIVEIRA; GERMANO; PINHO, 2021). Todavia, esta foi a promessa do novo desenvolvimentismo, com a chegada dos megaempreendimentos na região. Tal fato nos leva ao que Denis Castilho (2019) chamou de redes e processos espoliativos. “Nunca se viu tantos objetos técnicos, tantas redes e tanta infraestrutura, tampouco tanta exclusividade e

tantas pessoas sem acesso a serviços e infraestruturas básicas” (CASTILHO, 2019, p. 295). No capitalismo contemporâneo, da globalização acachapante, de concentração e dispersão, áreas com conexões aos mercados globais convivem, isoladas, ao lado de áreas com precariedade de redes básicas.

Em 2020, em meio ao colapso sanitário, econômico e social em decorrência da COVID-19 e das práticas de um governo neoliberal, o governo do Rio de Janeiro anunciou a maior fábrica de vacinas da América Latina, que irá se instalar em Santa Cruz, fazendo parte de um complexo industrial da saúde que trará toda uma nova cadeia produtiva para o eixo Itaguaí-Santa Cruz.

As justificativas para implementação do projeto na região vão desde a necessidade de vacinação em massa, fortalecimento do Sistema Único de Saúde e do Plano Nacional de Imunização, até a geração de empregos e desenvolvimento econômico e social, estes últimos como pontos muito semelhantes às promessas de momentos anteriores ligados a outros empreendimentos igualmente industriais.

Mais uma vez a dinâmica da fábrica sendo colocada como o caminho quase que exclusivo para a redenção e a melhoria da qualidade de vida de populações historicamente marginalizadas. É o modelo da “empresa-esperança”, da “indústria redentora”, neste eixo, aparecendo novamente por suas ações calcadas na racionalidade técnico-científica, altíssima produtividade e circulação de mercadorias, como precursor da felicidade e do bem-estar das populações diretamente impactadas por suas atividades.

A lógica industrial é imposta, pelos representantes do Estado e dos empreendimentos, como a solução para os problemas locais, mas este fato sempre esteve longe de se concretizar. O caso da Ternium em Santa Cruz (GERMANO, 2020), do Arco Metropolitano Fluminense e de todos os megaempreendimentos recentes neste eixo foram evidentes exemplos de tal fato. A instalação de uma importante fábrica de vacinas não precisa ser justificada usando termos como geração de empregos e desenvolvimento econômico. Lançar mão deste discurso, mais uma vez, neste recorte da borda metropolitana, além de repetitivo, demonstra a pouca preocupação, por parte dos representantes do Estado e dos empreendimentos, em encontrar soluções aos profundos problemas sociais e econômicos das margens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A expansão dos condomínios industriais em Duque de Caxias e os lastro imobiliário-financeiro

O município de Duque de Caxias convive com os efeitos econômicos da cadeia de refino do petróleo desde a instalação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) da Petrobrás, em 1961. Os efeitos desta indústria sobre a arrecadação municipal e sobre a infraestrutura urbana proporcionaram certos benefícios, mas eles não refletiram nas transformações sociais esperadas (COSTA, 2009) e trouxeram também problemas graves em relação à poluição atmosférica (RAULINO, 2013).

Ainda assim, a expectativa de desenvolvimento sobreposta ao avanço desta indústria na cidade se manteve presente e adquiriu maiores envergaduras com as possibilidades de instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Assim como pelos desdobramentos da construção do Arco Metropolitano, um corredor rodoviário interligando toda borda metropolitana, interligando antigos e novos arranjos da cadeia de refino do petróleo. Se a população olhava com esperança para esta empreitada, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) já se articulava para propor adequações aos municípios afetados pelo novo eixo rodoviário através dos documentos “Visões de Futuro” (FIRJAN, 2012).

Com o colapso do projeto de modelo de desenvolvimento que sustentou o projeto de

construção do COMPERJ a partir de 2014, assistimos o abandono e os prejuízos desta crise econômica e institucional (OLIVEIRA, 2018) que também assolou a Petrobrás. As previsões da FIRJAN, no entanto, não foram desconsideradas mediante o referido colapso, pois a mesma era representante do aumento da demanda industrial por espaços localizados na borda metropolitana do Rio de Janeiro. Dentre as adequações de zona industrial e de ordenamento territorial propostos pelo documento, há a menção às necessidades fundiárias e de infraestrutura urbana para a instalação de condomínios industriais.

Desde o final dos anos 1990 é possível identificar o avanço do setor de serviços e comércios em Duque de Caxias, alavancado em boa parte pela ampliação da rede varejista na cidade. Esse movimento caminhou em paralelo com a reestruturação espacial promovida pelas reconfigurações da indústria de bens de consumo e de suas bases de comunicação, transporte e energia (MOREIRA, 2012, p. 157-161). O mesmo processo, contudo, alcançou novos patamares ao envolver também o ramo imobiliário na produção de seus espaços, o que proporcionou a multiplicação de empreendimentos imobiliários para esse ramo da indústria.

Em Duque de Caxias, este novo enlace entre atividade imobiliária e industrial despontou a partir dos anos 2010 e resultou na produção de nove condomínios industriais entre 2011 e 2018 (ALVES, 2021, p. 67). Distribuídos principalmente pelas imediações da rodovia Washington Luís (BR-040), estas novas construções aparecem na forma de grandes galpões montados a partir de partes pré-moldadas de metal, e são alugadas para os agentes industriais que buscam aprimorar seus custos e a eficiência de suas estratégias logísticas diante do mercado metropolitano e das possibilidades envolvendo o comércio internacional.

Esta espécie de “terceirização” dos espaços ocupados pela indústria para realizar sua etapa de distribuição e produção de mercadorias trouxe consigo uma série de vantagens para estes inquilinos dos imóveis. Uma das principais é o não comprometimento do capital da indústria com investimentos que podem ser empenhados diretamente na etapa de produção, o que confere também certa mobilidade espacial, uma vez que não engessa seu capital num determinado local. As demais estão associadas ao compartilhamento da manutenção de seus espaços (limpeza, segurança, consertos) com os demais condôminos e a exclusividade de certos serviços situados no interior do empreendimento, como agências bancárias, restaurantes, centro de comunicação e outros.

Além de fornecer novas condições e técnicas interessantes na concorrência entre os agentes industriais, o fator localização também interfere diretamente nas operações logísticas desta indústria de bens de consumo. Com o incremento do comércio virtual, o chamado *e-commerce*, amplia-se a importância da localização dos centros de distribuição destas indústrias, o que afeta diretamente na escolha de quais condomínios industriais ocupar.

Apesar dos descaminhos dos projetos desenvolvimentistas para a borda metropolitana, este novo processo de reestruturação tem surgido sobre seus escombros. Este fenômeno, contudo, também traz consigo outra mudança significativa: uma maior integração entre agentes imobiliários e o circuito financeiro.

A instalação e ampliação dos condomínios industriais se deu em íntima correlação com a esfera das finanças e com os bancos, seja em termos de gestão de seus empreendimentos (que passam a figurar como ativos financeiros), seja na intermediação do acesso a diferentes fontes de financiamento.

A partir de 2017, um grande volume de transações imobiliárias e reestruturações empresariais fizeram com que estes condomínios figurassem como propriedade de uma variedade de Fundos de Investimento Financeiro (FIIs). Estes últimos, emergiram como formas jurídicas mais adaptadas às funcionalidades do circuito financeiro e mais isentas de tributação, sendo elas fundamento econômico-financeiro dos condomínios industriais em Caxias.

Considerações finais

As políticas dos governos neodesenvolvimentistas ao apontar para uma reversão, mesmo que modesta, do período de retração dos investimentos públicos e estrangulamento da renda do trabalho que marcaram a ascensão do neoliberalismo no Brasil, conseguiram criar uma nova dinâmica espacial e rumos do processo de reestruturação.

A Baixada Fluminense foi impactada de forma significativa por esses investimentos públicos e privados derivados do período neodesenvolvimentista. As três cidades analisadas neste capítulo, exemplificam as transformações produtivas e espaciais sofridas na região. Embora cada caso tenha suas particularidades, é sintomático que o auge dos processos tenha se dado nos anos mais economicamente prósperos dos governos do Partido dos Trabalhadores ou tendo sido desencadeado por grandes investimentos desse período.

Em Queimados, observamos o impacto das obras do Programa Minha Casa, Minha Vida e a conformação de uma máquina de crescimento. Embora o crescimento acelerado da cidade não tenha ocorrido sem a chegada de novos investimentos fabris, esse crescimento não teria a mesma magnitude sem o funcionamento dessa aliança política para trazer investimentos e obras para Queimados.

Em Itaguaí-Santa Cruz, talvez haja o exemplo mais emblemático dos impactos dessas políticas, com o recebimento da indústria de siderurgia de grande porte: a Ternium CSA e a ampliação de um complexo portuário buscando conectar a produção no estado a fluxos globais de circulação de mercadorias.

Os condomínios industriais em Duque de Caxias, que se proliferaram a partir de 2010, se aproveitaram da dotação de eixos logísticos na cidade, em especial a ligação do Arco Metropolitano ligando o complexo portuário em Itaguaí-Santa Cruz à Reduc, em Duque de Caxias, e ao COMPERJ (atualmente GasLub), em Itaboraí. A expectativa de valorização de capitais nesses projetos de condomínios industriais ligam diversos capitais, materializando as necessidades logísticas mais flexíveis da indústria e do comércio de grandes redes, a especulação com o solo urbano e a financeirização.

Após mais de uma década de práticas ligadas ao novo desenvolvimentismo, o Brasil viu, a partir de 2016, os investimentos estatais caírem drasticamente e as políticas nacionais se alinharem a um ultraliberalismo. O fim desse ciclo de políticas neodesenvolvimentistas pode comprometer de forma muito significativa essas mudanças produtivas e espaciais ocorridas e gerar um processo agressivo de desestruturação, tornando esses territórios menos dinâmicos e com menor inserção nos processos produtivos locais, nacionais e globais. Se o processo de instalação desses empreendimentos causou impactos espaciais, sociais e ambientais que podem se agravar com encerramento das atividades produtivas e logísticas, demolindo as poucas benesses para a população, a aprovação do teto de gastos públicos, reformas trabalhista e da previdência, além de imposição de uma agenda ambiental desastrosa, são os grandes símbolos desse novo-velho Brasil, ainda mais desigual e pouco preocupado com disparidades sociais.

***PINT OF SCIENCE* SEROPÉDICA: REFLEXÕES SOBRE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA BAIXADA FLUMINENSE**

Leandro Dias de Oliveira.

Doutor em Geografia e Pós-Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana. Professor do Departamento de Geografia Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Coordenador do Pint of Science Seropédica;

Alessandra Pinto de Carvalho.

Doutora em Comunicação. Professora do Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ;

Karine Bueno Vargas.

Doutora em Geografia. Professora do Departamento de Geografia Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ;

Luana Cristina Andrade da Silva.

Doutora em Engenharia Química, Professora do Departamento de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ;

Heitor Soares de Farias.

Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Geografia Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Introdução

Seropédica é uma cidade situada no extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ainda que limítrofe à capital, e pertence ao segmento geográfico que conhecemos como Baixada Fluminense. Trata-se de uma cidade que vive uma reestruturação territorial-produtiva, com o advento de aportes de estruturas industriais e logísticas, mas que mantém um centro urbano economicamente modesto e feições rurais em boa parte de seu território. Socialmente, os índices revelam um espaço que muito precisa se desenvolver, com problemas na área da saúde, educação e saneamento básico (OLIVEIRA, 2016).

Sua cultura, em grande parte, gravita em torno das atividades da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por meio do seu campus-sede que ocupa um vasto terreno do município. Trata-se de uma universidade centenária, com dezenas de cursos de graduação e pós-graduação, e que é referência nacional nas áreas de Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Desenvolvimento Agrícola, entre muitos outros cursos de excelência. Recentemente, a UFRRJ viveu forte expansão mediante os aportes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo governo federal do Brasil através do Decreto N.º 6.096, de 24 de abril de 2007⁷⁴.

Há também na cidade a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

74. Consultar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 11 de julho de 2021.

Agroecologia e a única floresta nacional do estado – a FLONA Mário Xavier. A população de Seropédica é estimada pelo IBGE em 83.092 habitantes⁷⁵, mas apenas cerca de metade deste contingente mora na sua parte central, conhecida como Km 49, composto por dois bairros principais: Fazenda Caxias e Boa Esperança. Festas, cinema, shows, peças teatrais e outros eventos culturais internos à UFRRJ animam esporadicamente a cidade. Por outro lado, os milhares de alunos que vivem parte da semana ou integralmente na cidade também criam suas culturas locais, com festas animadas ao som de rock, samba, forró e outros ritmos, além de caminhadas, visitas à Floresta Nacional Mário Xavier e ocupações culturais de toda forma.

Todavia, ainda que com vida universitária e encontro de culturas, a cidade ainda carece bastante de maior integração entre a universidade centenária e seu cotidiano. O *Pint of Science*⁷⁶ se torna, assim, uma importante oportunidade de promover esse tão necessário intercâmbio da ciência produzida no *campus* com a população local. Eis o que anima nossa proposta: consolidar esse enlace universidade-cidade. A equipe do *Pint of Science* Seropédica, composta pelos cinco professores que assinam este texto – todos da UFRRJ – e atuam na organização, planejamento local e divulgação científica⁷⁷, tem como objetivo central viabilizar esse encontro de realidades.

O objetivo deste texto é apresentar os debates ocorridos durante a realização do *Pint of Science* Seropédica 2021, que foi feito, assim como no formato anterior, de forma *online*. Pelo segundo ano consecutivo, o *Pint of Science*, maior evento mundial de divulgação científica em bares e restaurantes, foi dessa maneira, em suas 67 cidades brasileiras que organizaram o evento⁷⁸. Assim, no texto destacaremos: [1] o significado do *Pint of Science* numa cidade da periferia metropolitana fluminense; as duas *lives* do *Pint Seropédica* 2021, [2] “Mato na mesa: é para comer ou para beber?” e [3] “Corpo são, mente sã: atividade física para saúde mental”; por fim, [4] a importância da divulgação científica, especialmente em tempos de pandemia.

***Pint of Science*: a importância de se brindar a ciência**

No presente, se tornou patente a grande distância que separa os saberes científicos e o cotidiano da grande maioria da população. São tempos em que o conhecimento produzido a duras penas em laboratórios de pesquisa e a depuração e tratamento de informações em repositórios e bibliotecas concorrem com informações inúteis, erradas e deturpadas nas redes sociais, que em sua maioria consistem em mensagens gratuitas produzidas por uma mídia não especializada e, por vezes, desinteressada em aprofundar os debates. Assistimos, diariamente, aos estragos que informações mentirosas e articuladas de maneira estratégica para atingir o maior número de pessoas – as nefastas *fake news* – são capazes de fazer na política e mesmo na luta pela manutenção da vida. A decodificação das informações sobre o contágio, a prevenção e a vacinação contra a COVID-19 permitiu tanto revelar a necessidade de divulgação científica qualificada quanto demonstrar o quão o tempo presente, mesmo com tanta tecnologia disponível e constantes trocas de informação, pode ser obscurantista.

É possível apontar que foram preocupações semelhantes que mobilizaram Michael Motskin e Praveen Paul, dois pesquisadores do Reino Unido, a fundarem o festival no ano de 2012. Enquanto executavam seus ofícios no Imperial College London, notaram que havia

75. Ver: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/seropedica.html>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

76. *Pint of Science* se refere ao projeto de divulgação científica em bares nascido na Inglaterra. A palavra “pint” está inicialmente relacionada a um copo inglês usado para se beber cerveja, mas ganhou significado mais próximo à dose consumida da bebida. Portanto, como tradução livre, podemos entender o *Pint of Science* literalmente como “Copo de Ciência”, mas, de forma mais correta, o melhor seria a tradução livre como “Dose de Ciência”.

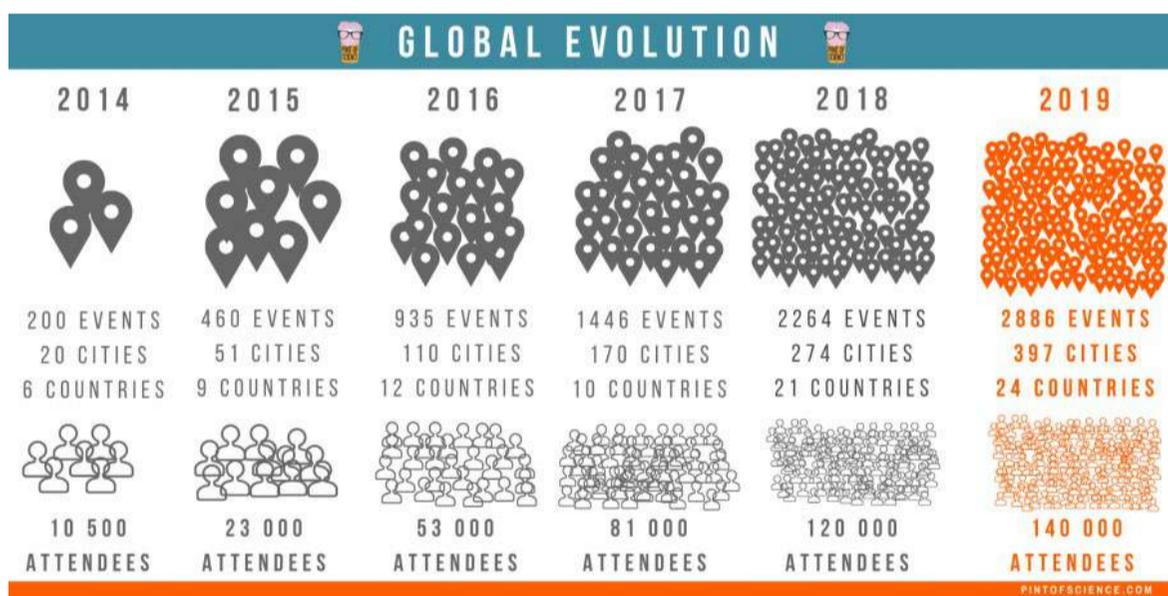
77. Lidamos diretamente com a coordenadora regional, a pesquisadora Ana Laura Boechat Borges, que lidera a equipe dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e nos aproxima das deliberações nacionais e internacionais. Nosso agradecimento pela gentileza, carinho e cuidado com que a Ana Laura coordena todas as atividades.

78. Consultar: Press Release 2021, *Pint of Science* Brasil. Disponível em: <https://pintofscience.com.br/press-release-2021/>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

uma grande lacuna entre suas investigações científicas e o público em geral. Afinal, seus estudos sobre o uso de nanopartículas de drogas no cérebro para combater o mal de Parkinson ou quais os genes envolvidos na doença do neurônio motor não são, de fato, assuntos simples. Assim, no primeiro ano, eles organizaram o que intitularam “*Meet the Researchers*”⁷⁹ e perceberam o fascínio dos convidados, que puderam compreender, de forma mais direta e dialógica, questões rebuscadas sobre as doenças de Parkinson, Alzheimer, esclerose múltipla e outras questões tão difíceis para o público leigo (PRAVEEN; MOTSKIN, 2016).

Se tal atividade simbolizou a gênese e fomentou a continuação da proposta por intermédio do agora intitulado *Pint of Science*, já em 2013 o evento passou a ocorrer em *pubs* de Londres, Oxford e Cambridge, reunindo especialistas em suas áreas junto com o público⁸⁰. A intenção está clara na própria página eletrônica do evento: oferecer palestras interessantes e relevantes sobre as últimas pesquisas científicas em um formato acessível ao público – principalmente em bares, pubs, cafés e outros espaços públicos⁸¹. Discutir pesquisas com um público que não tem acesso, de forma voluntária e gratuita, sem certificações e submissões, durante três dias ao ano. A proposta do evento, portanto, é fazer com que o conhecimento científico possa ultrapassar os muros das universidades e instituições de pesquisa e assim atingir um público para além dos pesquisadores. Rapidamente, a proposta extrapolou o solo britânico até atingir números consideráveis, pensando apenas no formato presencial, conforme figura abaixo (Figura 1):

Figura 1- Crescimento do número de eventos e participantes e espreadimento geográfico do festival Pint of Science



Fonte: Sítio oficial do Pint of Science

Ultrapassar os muros das universidades e instituições de pesquisa e atingir um público para além dos pesquisadores, no caso de Seropédica, é um imenso desafio, mas cada vez mais necessário. Frequentar a universidade ainda é um horizonte turvo e distante para a grande maioria dos brasileiros – e seropedicenses, vale destacar – e toda a oportunidade de torná-la mais próxima dos moradores é bem-vinda. Da mesma maneira, diminuir os muros da universidade envolve construir convites capazes de transpor as barreiras históricas que ainda segregam sujeitos periferizados, por motivações étnico-raciais, de gênero e de classe social. O *Pint* também é, portanto, uma oportunidade para a humanização da ciência e aproximação de

79. Tradução livre: Encontro de pesquisadores

80. Pint of Science festival brings beer and brains together Published, BBC Londres, 14 May 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-22522359>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

81. “The Pint of Science festival aims to deliver interesting and relevant talks on the latest science research in an accessible format to the public – mainly across bars, pubs, cafes and other public spaces”. [Tradução livre]. Disponível em: <https://pintofscience.com/about/>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

teses e grandes debates ao nosso cotidiano, com a nobre missão de abrir horizontes e transbordar conhecimentos.

Seropédica sediou, após o aceite de sua candidatura no ano de 2019, duas edições, ambas realizadas apenas em formato remoto. Como sabemos, os locais consagrados para a realização do evento são os bares, restaurantes e cafés, para que os debates propostos se tornem leves, convidativos e rompam com a linguagem estritamente acadêmica das apresentações. Mas, com a pandemia da COVID-19, o desafio se tornou manter essa atmosfera descontraída nas telas de computadores e celulares no formato *webinar*. No ano de 2020, ocorreu apenas em setembro – é tradicional o evento ocorrer no mês de maio de cada ano –, após o adiamento mediante as incertezas do avanço da pandemia da COVID-19.

Assim, em 2020, foi realizada uma versão intitulada “*Pint of Science Juntos*”, que reuniu as cidades fluminenses de Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Nilópolis, Petrópolis, Rio de Janeiro e Seropédica, e as cidades de Venda Nova do Imigrante, Vila Velha e Vitória, do Espírito Santo. Foi um evento com três dias completos de atividades, com todas as equipes locais das cidades envolvidas. Já em 2021, optamos por fazer apenas duas atividades: a *live* “Mato na mesa: é para comer ou para beber?”, no dia 17 de maio, às 16 horas e, no dia 18 de maio, também às 16 horas, “Corpo são, mente sã: atividade física para saúde mental”⁸². São sobre essas *lives* que nos debruçaremos a seguir.

“Mato na mesa”: é para comer ou para beber?

Padrões alimentares baseados em vegetais ou produtos processados de origem vegetal como frutas, verduras, grãos, legumes e sementes oleaginosas têm recebido atenção especial nos últimos anos. A consciência sobre uma alimentação saudável, associada a processos de produção de alimentos que tragam menor impacto ao ambiente, alavancou o mercado de alimentos à base de plantas e isso não significa que o indivíduo que opta por consumir alimentos desta classe seja vegetariano ou vegano, já que o mesmo pode se enquadrar em uma recente categoria: flexitariano, ou seja, aquele que opta por comer carne ou peixe eventualmente (DERBYSHIRE, 2017). Segundo a pesquisa realizada pelo The Good Food Institute (GFI, 2020), o mercado proteínas alternativas no Brasil vêm crescendo significativamente, resultado do maior consumo desta categoria, revelando que o consumo de carne nos últimos 12 meses teve uma queda drástica, relatado por mais de 50% dos entrevistados e 39% responderam consumir alternativas vegetais para substituir produtos de origem animal pelo menos três vezes por semana. Vale destacar que a redução do consumo de carne também deve levar em consideração o valor de mercado deste produto, e diante a crise econômica atual o poder de compra dos consumidores deve ser levado em consideração.

A alimentação baseada na dieta mediterrânea, rica em vegetais e acrescida do consumo de peixes, ovos, queijos e iogurte vem sendo bastante indicada por nutricionistas nos últimos 20 anos, diante os benefícios à saúde apresentados em estudos científicos, como a redução de riscos de doenças cardíacas, síndrome metabólica, hipertensão, diabetes e certos tipos de câncer, depressão e em adultos idosos, reduz a fragilidade, indicando uma melhora nas funções mental e física, promovendo o aumento da longevidade (SCHRODER *et al.*, 2011; MARTINEZ-GONZALEZ *et al.*, 2012; LEITZMANN, 2014; BAENA, 2015; ALCUBIERRE *et al.*, 2016; DERBYSHIRE, 2017; ABADE; AMARO, 2019; HARVARD, 2019). Dietas à base de plantas podem fornecer quantidade suficiente de proteínas, gorduras, carboidratos, vitaminas e minerais, além de serem ricas em fibras e possuírem fitonutrientes, que correspondem a compostos químicos não nutrientes que promovem efeitos benéficos ao organismo. Havendo ainda necessidade de aumentar a quantidade de nutrientes em produtos à base de vegetais, é

82. Consultar: <https://pintofscience.com.br/events/seropedica>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

possível realizar o enriquecimento destes com nutrientes que não estariam naturalmente presentes no alimento ou que estejam em quantidades relativamente baixas, como por exemplo a vitamina B12 (VOLKOV, 2008; DAMODARAN *et al.*, 2010).

E seguindo as mudanças de comportamento e alimentação mundial, houve no Brasil uma maior valorização de plantas nativas e/ou importadas de outros países, trazendo as mesmas para a dieta brasileira. O termo Plantas alimentícias não convencionais (PANCs) surgiu em meados de 2007 e foi proposto por Valdely Ferreira Kinupp, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, que desenvolveu pesquisas sobre PANCs da Região Metropolitana de Porto Alegre, RS. Em 2014, Kinupp publicou o livro “Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)” com coautoria de Harri Lorenzi, tornando o termo nacionalmente conhecido.

A partir da divulgação científica do termo PANC e do conhecimento gerado sobre essas plantas, estas passaram a ter cada vez mais atenção, sendo alvo de discussões e mais pesquisas sobre seus conteúdos nutritivos, benefícios à saúde, além do aspecto sensorial obtido por seu uso como ingrediente em diversos produtos. Para Kinupp (2009), as plantas espontâneas e silvestres genericamente chamadas de “mato” ou “planta do mato” possuem grande importância ecológica e trazem impacto para a economia local e para os seus produtores. E mesmo que ainda haja o desuso (ou quase), estas apresentam recursos genéticos com grande potencial de uso imediato ou futuro à alimentação convencional.

Diante da possibilidade de consumo dessas plantas e visando divulgar ainda mais o conceito que norteia as PANCs, suas múltiplas funcionalidades em prol da boa saúde, a valorização de produtores e o impacto que isto pode trazer à sociedade, além de trazer o debate sobre a alimentação *plant-based*, selecionou-se esta temática para discussão em uma das mesas do *Pint of Science 2021 – Seropédica/RJ*. O título da mesa teve o intuito de provocar os telespectadores: “Mato na mesa: é para comer ou pra beber?”

Dentre as tantas opções de PANCs existentes no Brasil, país de dimensões continentais, clima tropical e elevada biodiversidade, a apresentação indicou alguns produtos conhecidos regionalmente em diferentes estados, como a ora-pro-nobis, o cuxá, a vinagreira, hortelã-pimenta, serralha, flor de abóbora, dentre outras PANCs, de modo a apresentar aos telespectadores alguma espécie que fosse de seus conhecimentos. Afinal, a ciência, associada à valoração dos conhecimentos tradicionais, tem um papel fundamental e é através da divulgação destes que os indivíduos podem compreender sobre a possibilidade de consumir PANCs como parte da dieta alimentar e ou ainda como produtos fitoterápicos. A difusão dessa ciência e as práticas extraídas do saber tradicional são indispensáveis, pois muitas espécies classificadas como PANCs são endêmicas, ou seja, não se distribuem de forma homogênea pelo nosso território.

A divulgação desse conhecimento sobre as PANCs e produtos obtidos do processamento destas, classificados *plant-based*, foi realizada através de um bate-papo científico e descontraído no canal do YouTube da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro⁸³ tendo duas especialistas em PANCs: a ambientalista Clarissa Taguchi, que é chef de cozinha e proprietária da empresa PANCs Brasil, e a Doutora Edilene Santos Portilho, professora do Departamento de Educação no Campo da UFRRJ, sob a mediação das professoras doutoras Karine Bueno Vargas (Departamento de Geografia/UFRRJ) e Luana Cristina Andrade da Silva (Departamento de Tecnologia de Alimentos/UFRRJ).

Entre os 17 e 27 anos, Clarissa Taguchi foi ativista do meio ambiente e voluntária do Greenpeace. No decorrer de sua trajetória e estudos, Clarissa Taguchi mirou as PANCs como uma forma de melhor alimentar e de viabilizar a preservação ambiental através do plantio de diferentes espécies de PANCs. Atualmente, a produtora segue no plantio e processamento de PANCs e realiza parcerias científicas com a UFSCar, campus de São Carlos, e tem se posicionado

83. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0Sr6oQJgOcA&t=851s&ab_channel=ProextUFRRJ.

no mercado para atender a um grupo seletivo de indivíduos que já têm conhecimento sobre o consumo das PANCs.

Já a professora doutora Edilene Portilho teve vivências agroecológicas na Floresta Amazônica iniciadas em sua infância com seus avós ribeirinhos. Teve a beira dos rios e dos igarapés como escola para o acúmulo de conhecimento sobre formas de produção de farinha. Aprendeu com a mãe a cozinhar pratos típicos do norte do Brasil, como tacacá, maniçoba e outras receitas com PANCs. cursou Ciências Agrícolas na UFRRJ e obteve seu doutorado realizando pesquisas sobre a vivência de grupos de populações tradicionais, que mantinham uma base alimentar com plantas específicas, geralmente, espécies espontâneas. Nessa trajetória, seus aprofundamentos foram bastantes empíricos e intuitivos. Atualmente leciona no curso de educação do campo da UFRRJ, utiliza as plantas para alimentar, curar, apoiar e expandir saberes apoiada na ciência e conhecimentos tradicionais, além de produzir as PANCs em sistemas agroecológicos e espontâneos, realizando trabalhos no âmbito acadêmico com experiências educativas em prol de uma alimentação mais saudável e ecológica.

Com essa discussão, foi possível promover um importante diálogo a partir dos conhecimentos da academia capazes de atingir a população em geral. Além de atender a proposta do *Pint of Science*, que é divulgar a ciência e fortalecer a melhoria em contexto geral para a sociedade, foi explorado um tema bastante oportuno num contexto em que se necessita valorizar a saúde e a vida. Assim como “Mato na mesa”, a segunda *live* do *Pint of Science* também teve objetivo semelhante e resultados significativos como demonstrado a seguir.

“Corpo são, mente sã”: atividade física para saúde mental

Desde março de 2020, com o início da pandemia no Brasil, o isolamento social recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) foi a principal medida adotada para controlar a contaminação pela COVID-19. Aqueles que puderam ficar em casa conseguiram reduzir o contágio da doença, mas, por outro lado, se viram diante do desafio de manterem sua saúde física e mental, principalmente. Presos em casa, nos vimos impossibilitados de praticar esportes e reduzimos a zero os exercícios físicos. Atualizados pelas manchetes dos jornais, fomos descobrindo no dia a dia como lidar com a pandemia, como muita informação e desinformação também.

Vivemos por mais de um ano aguardando a descoberta da vacina e sua disponibilização para os brasileiros, o que reduziria o número de mortes e permitiria a retomada da sociabilização no cotidiano presencial. Essa situação gerou ansiedade, estresse e depressão em boa parte da população, pois em situações extremas, como em uma pandemia, o número de pessoas afetadas psicologicamente costuma ser maior que o de pessoas acometidas pela infecção (ORNELL *et al.*, 2020).

Diante desse quadro e sem a perspectiva de retomada de uma vida “normal”, se aproximava mais um evento do *Pint of Science*. A mesa intitulada “Corpo são, mente sã: atividade física para saúde mental” foi pensada com o intuito de levar conhecimento sobre o exercício físico e seus benefícios para a população. Isso porque os benefícios além de físicos são também psicológicos, pois existem evidências de que atividade física atua na melhoria da autoestima, da imagem corporal, das funções cognitivas e de socialização, na diminuição do estresse e da ansiedade (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

A mesa foi composta por dois professores do Departamento de Educação Física e Desportos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Aldair José de Oliveira e José Camilo Camões, com ampla experiência na área. Aldair José de Oliveira possui graduação e mestrado em Educação Física, com doutorado e pós-doutorado em Saúde Coletiva. É coordenador do Laboratório de Dimensões Aplicadas à Atividade Física e ao Esporte (Labsafe) e responsável

pelo Estudo Longitudinal dos Determinantes da Atividade Física, que tem como principal objetivo investigar o nível de atividade física e seus determinantes psicossociais. José Camilo Camões possui graduação e mestrado em Educação Física, e está realizando seu doutoramento em Psicologia Esportiva, atuando com os exercícios físicos no combate ao estresse e à depressão. Ao longo de sua trajetória, vem buscando soluções científicas e tecnológicas a serviço do esporte e da qualidade de vida.

O professor Aldair José de Oliveira começou sua fala enfatizando a diferença entre atividade física e exercício físico. Atividade física é toda e qualquer atividade onde há movimento corporal e, por consequência, gasto de energia. Assim, tarefas comuns do nosso cotidiano como andar, subir escadas e limpar a casa são atividades físicas. Já os exercícios físicos são as atividades físicas que possuem planejamento, repetição e regras bem definidas, com o objetivo de melhorar ou manter os componentes físicos, como a estrutura muscular, a flexibilidade e o equilíbrio. Nesse caso, ele geralmente é orientado por um profissional de educação física.

A relação entre atividade física e saúde física pode ser verificada em muitas pesquisas científicas, como o trabalho de Alvarez *et al.* (2014) que faz uma análise de pesquisas que relacionam a prática de atividade física com o melhor funcionamento do sistema cardiovascular, por exemplo. Existe uma literatura bem mais robusta nesse campo do conhecimento se comparado ao que pesquisa a relação entre a prática da atividade física e a melhora na saúde mental, que é uma preocupação relativamente recente. Há vinte anos, quando começou o seu mestrado, o professor Aldair disse ter dificuldades para encontrar referências sobre a relação entre atividade física e saúde mental, como também não tinha colegas na mesma área de investigação. Nos últimos dez anos, a preocupação com a saúde mental vem aumentando e, com a pandemia e a necessidade do isolamento social, ganhou bastante destaque e a atenção está muito voltada para esse campo científico.

O Labsafe, que vem desenvolvendo pesquisas sobre atividade física e qualidade de vida, desde o início da pandemia se debruçou especificamente sobre a COVID-19. Em estudo recente, chamado de Censo Covid, desenvolvido com trabalhadores da UFRRJ, dados ainda não publicados mostram que pessoas que mantinham regularidade na prática de exercícios físicos antes da pandemia e que conseguiram manter uma rotina ainda que modificada durante o isolamento tiveram maior proteção contra depressão e ansiedade. Resultado semelhante foi encontrado em estudos internacionais (HARVEY *et al.*, 2018; GILDNER *et al.*, 2020).

Em outro estudo organizado pelo laboratório, junto a militares do Exército Brasileiro, concluiu-se que aqueles engajados em missões e que se apresentavam mais aptos fisicamente, apresentavam maior proteção mental contra a depressão e ansiedade que outros com menor aptidão física. Assim, a aptidão física não era somente uma ferramenta para o cumprimento da missão, mas uma condição para que o psicológico estivesse saudável e ele conseguisse realizar seu trabalho da melhor maneira possível.

O professor José Camilo Camões confirmou essa proeminência dos estudos relacionando a atividade física aos benefícios físicos, e destacou seus benefícios à saúde mental. Voltando ao exemplo da atividade física proporcionando melhor funcionamento do sistema cardiovascular, em última instância, a atividade física vai promover maior oxigenação celular, e esta tem forte relação com a capacidade de raciocínio lógico. Atletas possuem capacidade de oxigenação superior a não atletas e muito superior a pessoas sedentárias, com reflexo na capacidade física e intelectual (GELLER, 2005).

Para o bom desempenho da oxigenação é fundamental ter força (SILVA, 2019), por isso o professor Camilo destacou que as panturrilhas, popularmente chamadas de batatas da perna, são o segundo coração do nosso corpo. Quem tem panturrilhas fortes consegue fazer com que o sangue circule melhor pelo corpo, sendo bombeado novamente para o coração. Panturrilhas fracas dificultam a prática de atividades físicas como tornam as pessoas mais propensas a osteopenia e osteoporose (CARVALHO, 2019).

Um outro estudo citado pelo professor José Camilo Camões foi feito há dois anos na UFRRJ. Selecionaram um grupo de 80 alunos, fizeram uma avaliação dos níveis de estresse e depressão e submeteram o grupo a exercícios físicos regulares, como caminhada três vezes por semana e exercícios funcionais duas vezes por semana, durante quatro meses. Ao final deste período os alunos foram reavaliados e todos apresentaram melhora nos níveis de estresse e depressão. Com base nesse estudo, que está sendo desenvolvido no âmbito do seu doutoramento, o professor quer propor um programa de prevenção a saúde mental colocando atividades físicas na rotina de toda a comunidade acadêmica, onde se percebem níveis elevados de estresse entre alunos e funcionários⁸⁴.

A depressão é antecedida pelo estresse que pode ser físico, mental ou bioquímico. Ninguém fica depressivo de repente. É preciso entender os sinais que o corpo nos dá, sendo a atividade física uma grande aliada na prevenção desse quadro. A atividade física aeróbica vigorosa, como caminhadas intensas, corridas e ciclismo, promove a liberação de endorfina, um hormônio responsável por nos dar uma sensação de bem-estar e de uma proteína neurotransmissora chamada BDNF, que tem a função de criar novos neurônios e fazer a manutenção dos que estão envelhecendo (EGAN *et al.*, 2003).

A OMS recomenda atividades físicas vigorosas diariamente por 30 minutos, 5 dias da semana, para ter benefícios físicos e mentais, tornando o momento que estamos vivendo ainda mais preocupante. Estamos impedidos de manter essa regularidade, mas é preciso encontrar soluções alternativas para se exercitar em casa, como a ginástica localizada, por exemplo. Outra possibilidade que se coloca para aqueles que puderem sair de casa é encontrar espaços mais afastados para uma caminhada em área aberta e isolada, tomando todos os cuidados, como o uso de máscaras. Melhor ainda se essa atividade for desenvolvida em contato com a natureza, em áreas verdes. A natureza estimula a prática de atividade física, reduz a exposição a poluentes, aumenta o engajamento social e melhora a saúde mental (JAMES *et al.*, 2015).

O pior dos cenários é não se exercitar. É preciso que tenhamos uma educação para a saúde, e os outros benefícios, como a estética, vem como consequência da prática cotidiana. O professor Aldair destacou que o caminho dessa educação para a saúde é pensar na sua relação com o esforço e o exercício físico ao longo de sua vida. Pensar nas experiências que tivemos na escola, em casa com a família e perceber como e quanto foram positivas ou negativas e, a partir dessas experiências, escolher qual exercício físico é mais agradável para se fazer. Fazer escolhas pensando apenas no benefício estético traz impactos negativos na própria saúde mental, pois se você faz um esforço sem prazer, a própria liberação da endorfina, hormônio do bem-estar citado anteriormente, fica comprometida. Sem o prazer pela prática, o interesse pelo exercício se esvai até desaparecer.

Considerações finais: a importância da divulgação científica para a sociedade e para a academia

Festivais de divulgação da ciência como o *Pint of Science* – que vão até o público leigo em locais que não são marcados pela produção de ciência, mas pelo lazer – são capazes de promover outra visão sobre o trabalho acadêmico e sobre o saber científico. Falar de ciência e tecnologia no ambiente da mesa do bar ou da lanchonete é misturar os temas especializados no cotidiano e proporcionar um tom mais leve na disputa pelo reconhecimento da autoridade da informação nos tempos de *desinfodemia massiva* (UNESCO, 2020). Todavia, embora acreditemos que os projetos de popularização de ciência e de extensão universitária precisam atrair os públicos para o mundo da Universidade a fim de estreitar os laços e promover interação, sabemos que nem

⁸⁴. As informações relatadas neste trecho fazem parte da pesquisa de doutorado que está em andamento e é desenvolvida pelo prof. José Camilo Camões.

sempre é possível. Há diversos fatores internos das instituições que impedem a circulação dos saberes e, do outro lado do muro, nem sempre a comunidade externa sabe que é possível adentrar os espaços formais (museus, universidades, jardins botânicos etc.).

Em estudo recente sobre o que o jovem brasileiro pensa da ciência e tecnologia (C&T), promovido pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT, 2021), verificou-se que o interesse em ciência é grande entre os jovens de uma maneira geral, tanto mulheres quanto homens, e, em quase todos os grupos sociais, os cientistas estão entre as fontes mais confiáveis de informação. Grande parte dos jovens acredita que a profissão de cientista é atraente, mas difícil de se alcançar, e que o acesso dos jovens à informação sobre ciência e tecnologia via rádios, livros, jornais, televisão e até mesmo internet é baixo, além de que poucos jovens visitam museus de ciência e outros espaços de difusão do conhecimento ou culturais, como parques ambientais, jardins botânicos, museus de arte, etc.

O estudo conclui que, embora o jovem manifeste seu interesse pelas temáticas, demonstra ter pouca informação sobre a produção de ciência e não sabe como procurar informações científicas, inclusive a maioria não sabe citar nomes de pesquisadores brasileiros diferentes dos que estão em alta na mídia. Na pesquisa qualitativa realizada pelo INCT, os pesquisados também apresentaram incompreensões de conceitos básicos da ciência que é ministrada nas escolas, o que revela uma falta de letramento científico em espaços em que, em termos, não deveria existir. Com este panorama desenhado pelo resultado da pesquisa do INCT, semelhante ao encontrado por outros levantamentos realizados anteriormente (CASTELFRANCHI, 2013), temos noção da brecha nesse fluxo de comunicação entre a academia e o público leigo. E, como mencionamos no início deste relato, encontrar os caminhos para a aproximação é um desafio tanto para os especialistas em comunicação científica quanto para as outras áreas do conhecimento. O desconhecimento que parte da população tem dos métodos da ciência e do percurso do trabalho do pesquisador faz com que as pessoas acreditem em qualquer informação, um perigo em tempos de pandemia como os que vivemos.

A versão *online* do *Pint of Science*, assim como de outras iniciativas de divulgação científica que precisaram ser realizadas à distância, traz condições de ampliarmos os públicos dos eventos. A pesquisa do INCT constatou que a forma mais frequentemente utilizada por jovens para se informar sobre C&T é assistir a programas ou vídeos na TV e *online*: 52% dos entrevistados declararam ter feito isso com frequência. Nesse aspecto, entendemos que os formatos digitais de comunicação da ciência precisam ser ampliados, com experiências diversificadas, para chegarmos mais fortemente nesta disputa de conteúdos e atenção na rede.

Por fim, ressaltamos que a experiência de divulgar os conhecimentos científicos para além dos muros da Universidade é um trabalho que a comunidade interna (técnicos, professores e pesquisadores) precisa realizar, ainda que pareça como acúmulo de deveres ou como falta de pontuação em nossos currículos. A sociedade revela interesse pelo nosso trabalho, mas não sabe como encontrar o conhecimento confiável. O engajamento pode vir desse momento em que sentamos em um banco de praça ou de bar, ainda que virtual, e nos abrimos às conversações e diálogos possíveis entre públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADE, M. R.; AMARO, J. de SANTO. Associação entre a adesão à dieta mediterrânea e qualidade de vida de pacientes diabéticos. **Acta Portuguesa de Nutrição**. 18 (2019) 20-24. <http://dx.doi.org/10.21011/apn.2019.1804>.

ABDULATEEF, Maryam F.; AL-ALWANB, Hoda A.S. (2021). The effectiveness of urban green infrastructure in reducing surface urban heat island. **Ain Shams Engineering Journal**, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.asej.2021.06.012>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ABREU, Antonio Izaías da Costa. **Municípios e Topônimos Fluminenses: histórico e memória**. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4^o edição. 4^o reimpressão. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ALCUBIERRE, N.; MARTINEZ-ALONSO, M.; VALLS, J.; RUBINAT, E.; TRAVESET, A.; HERNÁNDEZ, M. Relationship of the adherence to the Mediterranean diet with health-related quality of life and treatment satisfaction in patients with type 2 diabetes mellitus: a post-hoc analysis of a cross-sectional study. **Health Quality of Life Outcomes**. 2016;14:69.

ABSALÃO, Tomás. Deputada acusa Zito de matar 2 em Magé. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro (RJ), ano 111, n. 136, p. 7, 23 de agosto de 2001.

ALBUQUERQUE, Enderson. O adensamento populacional da baixada fluminense a partir dos loteamentos a construção de uma periferia. **Geopuc (Rio de Janeiro)**, v. 13, p. 143-167, 2020.

ALBUQUERQUE, E. A. A. Baixada Fluminense, uma Periferia por Excelência. **Geografia (Londrina)** v. 30. n. 1. pp. 63 – 83, janeiro/2021.

ALBUQUERQUE, Enderson Alceu Alves. “**Votar em Rei dá Abraão**”: identidade e poder na Baixada Fluminense a partir da Beija-Flor de Nilópolis. 2019. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

AKBARI, Hashem; KOLOKOTSA, Dionysia (2016). Three decades of urban heat islands and mitigation technologies research. **Energy and Buildings**, v.133, p. 834-842, dez. 2016. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378778816310143>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

- ALIMONDA, Héctor. La Colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Héctor (coord.). **La Naturaleza colonizada. Ecología Política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 21-58.
- ALOBAYDI, Dhirgham; BAKARMANA, Mohammed A; OBEIDATA, Bushra. The Impact of Urban Form Configuration on the Urban Heat Island: The Case Study of Baghdad, Iraq. **Procedia Engineering**, v. 145, p. 820 – 827, mai 2016. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877705816301126>>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- ALVARENGA, Ana Gabriela Saba de. **Intelectuais da Educação na Comissão De Censura Cinematográfica (1932-1935)** Mestrado em Educação. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- ALVAREZ, R. B. P. ; MAIA, A. B. F. ; TURIENZO, T. T., SOUZA, C.A.B.; AQUINO, F. A. O.; BARBOSA, M. L. C. Prescrição de exercícios físicos para cardiopatas. **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa**, Vol. 11, N°. 25, Ano 2014, p. 42.
- ALVES, Gabriel Souza. **A reestruturação espacial e a produção de condomínios industriais em Duque de Caxias**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- ALVES, José Claudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. 1. ed. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.
- ALVES, J.C.S. Baixada Fluminense: a violência na construção de uma periferia. In: **Ciências Humanas e Sociais em Revista**. Rio de Janeiro. EDUR. v. 19, n. 1/2 (9799). 1999.
- AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. Rio de Janeiro: E.S. Amador, 1997.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. In. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, Dezembro. 2007, p. 95-111.
- ARNFIELD, A. John. Two decades of urban climate research: A review of turbulence, exchanges of energy and water and the urban heat island. **International Journal Climatology**, v. 23, p. 1-26, 2003. Disponível em: < <https://doi.org/10.1002/joc.859>>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação. Formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- BAENA, R. C. Dieta vegetariana: riscos e benefícios. **Diagn Tratamento**. 2015;20(2):56-64. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2015/v20n2/a4714.pdf> acesso em 09/07/2021.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. In: **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, jun./dez. 2006, p. 215-234. Disponível em: seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/download/23/8. Acesso em: 01 mar. 2021.

BARBOSA L.G. M. **Índice de competitividade do turismo nacional: relatório Brasil 2015**. Brasília: Ministério do Turismo, 2015.

BARROS, Maria Teresa Guilhon Macieira de. **Blocos: vozes e percursos da reestruturação do carnaval de rua do Rio de Janeiro**. 2013. (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11038/RelatorioFinal_TeresaGuilhon.pdf?sequence=1. Acesso em: 07 dez. 2016.

BEJARÁN, R.A., CAMILLONI, I.A. Objective method for classifying air masses: an application to the analysis of Buenos Aires (Argentina) urban heat island intensity. **Theoretical Applied Climatology**, v. 74, p. 93–103, jan. 2003. Disponível em < <https://doi.org/10.1007/s00704-002-0714-4>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. 8 ed. São Paulo: Senac, 2003.

BATISTA, Allofs Daniel. **Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)**. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em História Social). Escola de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12063?show=full>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BORGES, Fábio. Zito se defende das acusações de deputada. **O Fluminense**, Niterói (RJ), ano 124, n. 36.205, p. 7, 24 de agosto de 2001.

BOTELHO, Maurílio Lima. Teoria da Crise em David Harvey: observações sobre Os Limites do Capital. **Continents (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, ano 3, n.4, 2014, p. 66-111. Disponível em: <https://www.revistacontinents.com.br/index.php/continents/article/view/40>. Acesso 15 mar. 2020.

BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. **O Clima Urbano da Cidade do Rio de Janeiro**. 1996 (Doutorado em Geografia). FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. **Tendências e Oscilações Climáticas na Área metropolitana do Rio de Janeiro**. 1987. (Mestrado em Geografia). FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

BRAZ, Antônio Augusto; ALMEIDA, Tânia Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

BRENNER, Neil. Máquinas de crescimento urbano – mas em que escala? In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiróz (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, pp. 245-274, 2020.

BRITTO, Ana Lúcia *et al.* Abastecimento Público e Escassez Hidrossocial na Metrópole do Rio de Janeiro. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo v. 19, nº 1, pp. 185-2018, 2016.

BRITTO, Ana Lúcia *et al.* Evaluation of Appropriate Technologies for Access to Water in Vulnerable Communities in Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil. **Working Paper**. UK - New Castle. University of New Castle, v.2, n. 8, 2015.

BRUM, Mário Sérgio Ignácio. **Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. 2011. (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16263>. Acesso em: 10 out. 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro**. 2012. 584f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CAMPOS, Carlos Henrique Milhono. **Território a ser explorado: uma proposta de um guia para os museus da Baixada Fluminense (RJ)**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

CAMAZ, F. R. **Duque de Caxias-Rio de Janeiro: contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social**. Espaço e Economia, 2015.

CARDOSO, Alexandre. **Retratos da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

CARVALHO, N.N.C. **Índices de massa muscular e suas relações com função muscular, perfil metabólico e densidade mineral óssea em mulheres obesas**. João Pessoa, UFPB, PPGCN, Dissertação de Mestrado, 2019.

CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. **A greve da Bayer Belford Roxo: ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada Fluminense (1958-1989)**. 2015. 122f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/4376>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CASTELFRANCHI, Yuriy et al. **As opiniões dos brasileiros sobre ciência e tecnologia: o 'paradoxo' da relação entre informação e atitudes**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, supl., nov. 2013, p. 1163-1183.

CASTRO, C. **Mapa de localização da Baixada Verde**. Nova Iguaçu: Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde, 2019.

CHANDER, Gyanesh; MARKHAM, Brian L; HELDER, Dennis L. Summary of current radiometric calibration coefficients for Landsat MSS, TM, ETM+, and EO-1 ALI sensors. **Remote Sensing of Environment**, v.113(5), p. 893–903, mai 2009. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0034425709000169>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CHANDLER, T. J. **The climate of London**. Londres, Hutchinson e Co. Publishers LTD, 1965.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. v.5, n. 11, 173-191.

CHEVAL, S.; DUMITRESCU, A. The July urban heat island of Bucharest as derived from Modis images. **Theoretical and Applied Climatology**, v. 96, p. 1-9, 2009. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs00704-008-0019-3>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CARVALHO, Anderson. Mais de 30 podem ter o registro negado. **O Fluminense**, Niterói (RJ), ano 133, n. 38.973, p. 6, 13 de julho de 2010.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, Laura; ROSSI, Pedro. Mitos fiscais, dívida pública e tamanho do Estado In: OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de *et al.* (orgs). **Economia pós-pandêmica: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

CASTILHO, Dênis. Redes e processos espoliativos no Centro-Norte do Brasil. In: OLIVEIRA, Floriano Godinho de *et al.* (Orgs.). **Espaço e economia: geografia econômica e a economia política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 295-320.

CHAGAS, Guilherme Mapelli. Porto de Itaguaí: Indutor de um polo logístico-produtivo. **Espaço e Economia**, nº 19, 2020.

Coluna do Legislativo. **O Fluminense**, Niterói (RJ), ano 123, n.º 35.802, p. 3, 9 de maio de 2000.

COSTA, P. **Duque de Caxias – de cidade dormitório: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos 1970**. 2009. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

COUTO, Verônica. Arco vai mudar a geografia. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2011. Especial Itaboraí, Suplemento especial, p. 2.

CRADOCK, Angie L *et al.* Getting Back on Tap: The Policy Context and Cost of Ensuring Access do Low-cost Drinking Water in Massachusetts School. **Massachusetts Department of Environmental Protection Drinking Water Program**, Sep, 2012.

DAMAS, Eduardo Tavares. **Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca**. 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMODARAN, S.; PARKIN, K. L.; FENNEMA, O. R. **Química de Alimentos de Fennema**. Editora. Artmed, 4ª Edição, 2010.

DAVID, Fátima Bittencourt. **Histórias de professoras: práticas, alternativas e disputas políticas em Duque de Caxias**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do

Estado do Rio de Janeiro.

DAVID, Fátima Bittencourt. Entre arquivos e memórias: experiências de vida e formação de professoras no município de Duque de Caxias (1997 - 2002). **da História**, Ano III, n. 5, maio de 2005, pp. 69-86. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Ano_03_n05_maio_2005.pdf. Acessado em jun 2021.

DERBYSHIRE, E. J. Flexitarian Diets and Health: A Review of the Evidence-Based Literature. **Front. Nutr.**, 06 January 2017 | <https://doi.org/10.3389/fnut.2016.00055>.

DESLANDES, Suely F.; MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Dia da Baixada será comemorado hoje. **O Fluminense**, Niterói (RJ), ano 124, n. 36.118, p. 5, 16 de maio de 2001.

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. 2012. 338f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/53224142-Universidade-federal-fluminense-programa-de-pos-graduacao-em-educacao-amalia-dias.html>. Acesso em: 14 jul. 2021.

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2014.

DIAS, Amália. XAVIER, Libânia Nacif; SOARES, Jeferson. Por uma História da Educação Fluminense. **Revista Contemporânea de Educação**. v.14, p.4-13, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/26177>. Acesso em 20 dez 2020.

DIAS, Amália; SILVA, Eliana Santos. Pelo caminho das letras e do patrimônio cultural: culturas afro-brasileiras nas revistas de Duque de Caxias/RJ. **ODEERE**, v.1, p. 58 - 89, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/odeere/article/viewFile/6017/5802>. Acessado em fev 2021.

EGAN, M. F.; KOJIMA, M.; CALLICOTT, J. H.; GOLDBERG, T. E.; KOLACHANA, B.S.; BERTOLINO, A.; ZAITSEV, E.; GOLD, B.; GOLDMAN, D.; DEAN, M.; LU, B.; WEINBERGER, D.R. The BDNF val66met Polymorphism Affects Activity-Dependent Secretion of BDNF and Human Memory and Hippocampal Function. **Cell**, Vol. 112, 257–269, January 24, 2003.

ENNE, Ana Lúcia s. Imprensa e Baixa Fluminense: múltiplas representações. **C-Legenda**, Niterói, n. 14, 2004. Disponível em <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36726>. Acesso em: 17 jul. 2021.

ENNE, A. L. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. **PragMATIZES Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, v. 4, p. 1-15, 2013

ENNE, Ana Lúcia Silva. Em busca de dias melhores: cultura e política como práticas institucionais na Baixada Fluminense. **Rumores (USP)**, v. 12, p. 1-15, 2012.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Mato, D. (coord.) **Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización**. Caracas, Facultad de Ciências Econômicas y Sociales, Universidade Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

Ex-gestores impedidos de concorrer. **O Fluminense**, Niterói (RJ), ano 133, n. 38.997, p. 6, 10 de agosto de 2010.

FADEL, Simone. **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império à Primeira República**: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. 2006. (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-123431/pt-br.php>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FARIAS, Heitor Soares de. As trajetórias dos poluentes atmosféricos na região metropolitana do Rio de Janeiro: um estudo sobre o Arco Metropolitano, CSA e COMPERJ. **Revista GeoNorte**, v. 2, p. 1291-1302, out. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/2580>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FARIAS, Heitor Soares de; BRANDAO, Ana Maria de Paiva Macedo. A influência antrópica na evolução semanal da temperatura do ar no Bairro Maracanã/RJ. *Revista Brasileira de Climatologia*, v. 6, p. 7-22, 2010, jun. 2010. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/25576/17153>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FERREIRA, M. C.; FERREIRA, E.; BRAGA, E. RICHTER, M.; SOUZA, S. Lazer e Uso Público No Entorno e Na Reserva Biológica Do Tinguá/RJ. In: **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. Niterói, RJ. Vol. 3, nº 6, 2015. ISSN 2138-2148.

FIALHO, Edson Soares. **Análise Têmporo-Espacial do Campo Térmico na Ilha do Governador/RJ em episódios de verão e inverno**. 2002. (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2002.

FRANÇA, Daniela de Azeredo. **Clima e percepção no bairro Méier/RJ**. 2003. (Monografia em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2003.

FRANÇA, José Ricardo de Almeida. The urban heat island in Rio de Janeiro, Brazil, in the last 30 years using remote sensing data. **International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation**. v. 64: p. 104-116, 2018. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0303243417301770>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FRANCA, G.B., CRACKNELL, A.P. A simple cloud masking approach using NOAA AVHRR daytime data for tropical áreas. **International Journal of Remote Sensing**, v. 16, p. 1697–1705, 1995. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01431169508954506>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FRESCURATO, Caruanã Guatara Oliveira. **Na Tropicália dos Excluídos um Projeto Educacional se consolida**: A Escola Proletária de Merity e o seu modelo de educação (1921-1964). Dissertação, Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019

FERNANDES, Maria Rita Dias de Almeida. **Meu bloco na rua: Barbas, Simpatia e Suvaco** na retomada do Carnaval de rua da zona sul do Rio de Janeiro. 2017. (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18881>. Acesso em: 12 mar. 2020.

FOSTER, John Bellamy. Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical foundations for Environmental Sociology. **American Journal of Sociology**, v.105, n.2, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GALLEGO, Lucy Pinto. **Tipos de tempo e poluição atmosférica no Rio de Janeiro (um ensaio em Climatologia urbana)**. 1972. (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1972.

GEIGER, Pedro Pincha & MESQUITA, Myriam G.C. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth L. **Loteamento na Baixada da Guanabara, estudos rurais da Baixada Fluminense e notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 3, p. 291-313, jul.-set. de 1954.

GELLER, C. A. **Efeitos do treinamento hipóxico intermitente sobre variáveis hematológicas e capacidade de performance**. Santa Maria, UFSM, Tese de Doutorado. PPGCMH, 2005.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GERMANO, André Luiz do Nascimento. **Novo Desenvolvimentismo Brasileiro: a atuação da Ternium CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico, em Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

GILDNER TE, LAUGIER EJ, THAYER ZM (2020) Exercise routine change is associated with prenatal depression scores during the COVID-19 pandemic among pregnant women across the United States. **PLoS ONE** 15(12): e0243188. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0243188>.

GIRIDHARAN, R., LAU, S.S.Y., GANESAN, S., GIVONI, B. Urban design factors influencing heat island intensity in high-rise high-density environments of Hong Kong. **Building and Environment**, v. 42, p. 3669-3684, dez. 2006. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0360132306002824>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GRIMMOND, C. S. B. Progress in measuring and observing the urban atmosphere. **Theoretical and Applied Climatology**, v. 84, p. 3-22, fev. 2006. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s00704-005-0140-5>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GOÉS, Hildebrando de Araújo. **O Saneamento da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 53-72.

GUIMARÃES, Helenise Monteiro; SILVA, Luiz Antônio dos. A construção do carnaval carioca: trajetórias das políticas públicas para uma festa espetacular. In: MENEZES, Ana Maria Ferreira; CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque (Orgs.). **Interfaces das políticas públicas e desenvolvimento**. Salvador: EDUNEB, 2016. p. 241-264.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALDER, Bijay; BANDYOPADHYAY, Jatisankar; BANIK, Papiya. Evaluation of the Climate Change Impact on Urban Heat Island Based on Land Surface Temperature and Geospatial Indicators. **International Journal of Environmental Research**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s41742-021-00356-8>> Acesso em: 12 jul. 2021.

HARVEY, S.B. F.R.A.N.Z.C.P; ØVERLAND, S.; HATCH, S.L.; MYKLETUN, A.; HOTOPIF, M.; PSYCH, F.R.C. Exercise and the Prevention of Depression: Results of the HUNT Cohort Study. **Am J Psychiatry** 175:1, January 2018.

HELLER, Leo. Política pública e gestão dos serviços de abastecimento sanitário e suas interfaces: a perspectiva da saúde pública. In: **Políticas Públicas e Gestão de Serviços de Saneamento**/Léo Heller e José Esteban Castro (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

HELLER, Leo; CASTRO, José Esteban. Política Pública de Saneamento: Apontamentos Teórico-conceituais. **Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais**. Código ABES: 018/07 Vol.12 - Nº 3 - jul/set 2007.

HERSCHMANN, Micael. Apontamentos sobre o crescimento do carnaval de rua no Rio de Janeiro no início do século 21. **INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 267-289, dez. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/interc/a/FDyzTZF3JXj3KHR6vT5DmRS/?lang=pt>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

JAMES, P.; BANAY, R.F.; HART, J.E.; LADEN, F. A review of the health benefits greenness. **Curr Epidemiol Rep** (2015) 2: 131-142.

JASPER, Christian.; Le, Thanh-Tam; BARTRAM, Jamie. Water and Sanitation in School: A Systematic Review of the Health and Education Outcomes. **International Journal of Environmental Research and Public Health**. – University of North Carolina at Chape Hill, 2012.

JOHANSSON, Erick. Influence of urban geometry on outdoor thermal comfort in a hot dry climate: a study in Fez, Morocco. **Building and Environment**, v. 41, p. 1326-1338, 2006. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0360132305001952>>. Acesso em: 12 jul. 2021

JONAS [pseudônimo]. Entrevista realizada por Júlio César Valente Ferreira. Duque de Caxias, 2020.

JOSHI, Ashishi.; AMADI, Chioma. Impact of Water, Sanitation and Hygiene, Interventions on Improving Health Outcomes among school children. Hindawi Publishing Corporation. **Journal of Environmental and Public Health**. Volume 2013. Art ID 984626. <http://dx.doi.org/10.1155/2013/984626>.

KANDA, M. Progress in the scale modeling of urban climate: Review. *Theoretical Applied Climatology*, v.84, p. 23-33, 2006. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s00704-005-0141-4>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

KARAM, Hugo Abi; PEREIRA FILHO, Augusto José; MASSON, Valery; NOILHAN, Joel; MARQUES FILHO, Edson Pereira. Formulation of a tropical town energy budget (t-TEB) scheme. **Theoretical Applied Climatology**, v. 101, p. 109-120, jul. 2010. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s00704-009-0206-x>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

KAIKA, Maria. **City of Flows: Modernity, Nature, and the City**. Routledge, New York, 2005.

KEPPAS, Stavros Ch; PAPADOGIANNAKI, Sofia; PARLIARI, Daphne et. al. Future Climate Change Impact on Urban Heat Island in Two Mediterranean Cities Based on High-Resolution Regional Climate Simulations. **Atmosphere**, v. 12(7), 884, jul. 2021. Disponível em: < <https://www.mdpi.com/2073-4433/12/7/884>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

KINUPP, V. F. **Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANCs): uma riqueza negligenciada**. Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC - Manaus, AM - Julho/2009 Disponível em: http://sbpcnet.org.br/livro/61ra/mesas_redondas/MR_ValdelyKinupp.pdf acesso em 09/07/2021.

KNAUSS, Paulo. Preâmbulo. In: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa. **Da Vila de Iguassu à Baixada Fluminense: histórias de um território**. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2019, v.1, p. 129-152.

KOLOKOTRONI, Maria; GIRIDHARAN, Renganathan. Urban heat island intensity in London: an investigation of the impact. *Solar Energy*, v. 82, p. 986–998, jun. 2008. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0038092X08001084>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

KUTTLER Wilhelm. The Urban Climate – Basic and Applied Aspects. In: Marzluff J.M. et al. (Orgs) **Urban Ecology**. Boston, MA: Springer, 2008. p. 233-248.

LACERDA, Stélio José da Silva. Em Março de 1963, um dia na Campanha Eleitoral Da União Caxiense De Estudantes (Reminiscências)”. **da História**, Ano III, n. 5, maio de 2005, pp. 29-34. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Ano_03_n05_maio_2005.pdf. Acessado em jun 2021.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

LANDSBERG, H. E. 1956. *The Climate of towns*. Londres, Ed. THOMAS, W. E., Man`s role in changing the face of the earth. University of Chicago Press, 1965.

LEITZMANN, C. Vegetarian nutrition: past, present, future. **The American Journal of Clinical Nutrition**, Volume 100, Issue suppl_1, July 2014, Pages 496S–502S, <https://doi.org/10.3945/ajcn.113.071365>.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Blackwell Publishing, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **El Marxismo**. EUDEBA, Buenos Aires, 1961.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis RJ: Vozes, 2001. 2001.

LEFF, Enrique. La Ecología Política en América Latina: un campo en construcción. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.18, n.12, 2003.

LENCIONI, Sandra. **Redes, Coesão e Fragmentação do território metropolitano**. Vol. XIV, 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>. Data de acesso: 30 jun. 2021.

LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **E-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, ano 6, n.º 22, setembro de 2015. Disponível em: http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_edicoes&task=artigos&id=132&lang=pt. Acesso em: 15 jul. 2021.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, Metropolização e Regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

LEOPOLDI, José Sávio. Escolas de samba, blocos e o renascimento da carnavalização. In: **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 27-44, nov. 2010. Disponível em: < http://www.tecap.uerj.br/pdf/v72/jose_savio.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

LI, Q.; ZHANG, H.; LIU, X.; HUANG, J. Urban heat island effect on annual mean temperature during the last 50 years in China. **Theoretical and Applied Climatology**, v. 79, p. 165-174, out. 2004. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s00704-004-0065-4>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LI, Huidong; ZHOU, Yuyu; LI, Xiaoma; MENG, Lin et. al. A new method to quantify surface urban heat island intensity. **Science of the Total Environment**, v. 624, pp. 262–272, mai. 2008. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048969717334186>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LINTON, Jamie; BUDDS, Jessica. The hydrosocial cycle: Defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water. **Geoforum**, v 57, nº 1, pp. 170-180, 2013.

LOPES, António. O sobreaquecimento das cidades. Causas e medidas para a mitigação da ilha de calor de Lisboa. **Territorium**, v.15, p. 39-52, mai. 2008. Disponível em: < <https://>

impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/1647-7723_15_4>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LOPES JUNIOR, W.M. Estudo preliminar da modalidade de turismo e da infraestrutura instalada no litoral da região norte fluminense como subsídio ao planejamento turístico. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.2, mai/jul-2013, pp. 384-399.

LUA, Daniele. Clãs da Baixada ampliam domínios. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro (RJ), ano 109, n. 309, p. 5, 13 de fevereiro de 2000.

LUCENA, Andrews José de; PERES, Leonardo Faria; FRANÇA, José Ricardo de Almeida; ROTUNNO FILHO, Otto Corrêa. Identificação das alterações no uso do solo a partir da estimativa da Temperatura da Superfície Continental (TSC) e da Área de Superfície Impermeável (ISA). **Revista Brasileira de Cartografia** (Online), v. 68, p. 1353-1374, 2016. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/44365/0>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LUCENA, Andrews José de. **O campo térmico na Zona Oeste do Rio de Janeiro/RJ: uma contribuição ao estudo do clima urbano**. 2005. (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

LUCENA, Andrews José de. **A ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro**. 2012. (Doutorado em Ciências Atmosféricas em Engenharia). Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 340p;

LUCENA, Andrews José de. **O clima de Bangu no contexto do Clima Urbano da cidade do Rio de Janeiro**. 2002. (Monografia em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

LUCENA, A.J.; ROTUNNO FILHO, O.C.; PERES, L.F.; FRANÇA, J.R.A. Algorithms implementation for land surface temperature estimation based on Landsat data as an indicator of urban heat island. In: Joint Urban Remote Sensing Event (JURSE), 2013. São Paulo. **Anais**. São Paulo: IEEE, p. 262-266.

MACIEL, S.D. **Análise da infraestrutura urbana para o desenvolvimento do turismo - Um estudo de caso no município de Barra do Bugres - MT**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Cuiabá (MT): UFMT, 2011, 193p.

MAIA, P.N.F; RODRIGUES, A. O. A cidade (re)partida: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. In: **2º Congresso Lusófono de Ciência Regional**. Cidade da Praia, Cabo Verde. jul. 2009. págs. 3856-3898.

MALHEIROS, Tatiana dos Santos. **A geografia do clima em Copacabana: o campo térmico e a percepção da população enquanto subsídios a programas de educação ambiental**. 2003. (Monografia em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

MANLEY, Gordon. On the frequency of snowfall in metropolitan England. *Quartely Journal*

of the Royal Meteorological Society, v. 84, p. 70-72, 1956. Disponível em: < <https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/qj.49708435910>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MARQUES FILHO, Edson Pereira; KARAM, Hugo Abi; MIRANDA, André G., FRANÇA, José Ricardo de Almeida. **Rio de Janeiro's Tropical urban climate**. Urban Climate News - Quarterly Newsletter of the International Association of Urban Climate (IAUC), v.32: p. 5-9, jun. 2009. Disponível em: <http://urban-climate.org/newsletters/IAUC032.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: UNESP, 2006.

MARTINS, A.L.L. **Lazer e área protegida: conflitos na busca de “emoções agradáveis”**. Ambient. soc. 14 (2) • Dez 2011

MARTÍNEZ ALIER, Joan. Entre la economía ecológica y la ecología política. In: **CRÍTICA Y EMANCIPACIÓN**, [S.l.], p. 263-275, dic. 2014. ISSN 2312-9190. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ojs/index.php/critica/article/view/93>>. Data de acesso: 30 jun. 2021

MARTINEZ-GONZALEZ, M. A.; CORELLA, D. ; SALAS-SALVADO, J. ; ROS, E.; COVAS, M. I. ; FIOL, M. Cohort profile: design and methods of the PREDIMED study. **International journal of epidemiology**. 2012; 41(2):377-85.

MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens Culturais da Baixada Fluminense**. São Paulo: USP, 1950.

MENDES, Renato da Silveira. Cultura e comércio da laranja na região da Guanabara. **Boletim Paulista de Geografia**, n.1, 1949.

MERCADANTE, Aloizio. **As bases do Novo Desenvolvimentismo: análise do governo Lula**. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Ciência Econômicas, Instituto de Economia, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

MINAYO, Maria C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade/Qualitative analysis: theory, steps and reliability. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v 17, nº 3, pp. 621-626, 2011.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis – Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Alvaro Alberto**. 1ª. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002. v. 1. 356p .

MOCOTÓ, Jabes. Repensar a Baixada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro (RJ), ano 113, n. 6, p. A16, 14 de abril de 2003.

MOLOTCH, Harvey. The city as a growth machine: toward a political economy of place. **American Journal of Sociology**, vol. 82, Nº 2, pp. 309-332, Setembro de 1976

MONTANARI, M. G.; GIRALDI, J. de M. E. Competitividade no turismo: Uma

comparação entre Brasil e Suíça. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 7(1), pp. 92-113, jan./abr. 2013.

MONTEIRO, Marcus. **Baixada Fluminense: memória fotográfica**. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

MORAIS, Marcelo Loura de. A Baixada Fluminense “Respira os Ares do Progresso”: um estudo do Distrito Industrial de Queimados - RJ. **Continentes**. N° 4, pp. 154-179, Jan-Jun, 2014. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/43>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MORAIS, Marcelo Loura de. **Os novos usos do espaço urbano periférico: o processo de reestruturação urbana em Queimados-RJ**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

MORAES, José Damiro. **Signatárias do manifesto de 1932: trajetórias e dilemas**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2007.

MORAES, Nilton Oliveira. **Modelagem do mecanismo de formação e desintensificação de ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro**. 2008. (Mestrado em Engenharia Mecânica). Dissertação, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOURA, Iara; RODRIGUES, Isabelle. A realidade por trás da Ternium. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-realidade-portras-da-ternium-brasil/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição. (Nova Iguaçu, século XX). In: **Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Florianópolis, 2013, v. 1., p. 1-18. Disponível em: <http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos.6/alvaropereira.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa. Apresentação. As fronteiras da historiografia da Baixada Fluminense. In: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa. (Orgs.) **Da Vila de Iguassu à Baixada Fluminense: histórias de um território**. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2019, v.1, p. 07-18.

NATAL, Vinícius Ferreira. **Cultura e memória na escola de samba Acadêmicos do Salgueiro**. 2014. (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000823771&local_base=UFR01#.YPucqb1KjIU. Acesso em: 02 fev. 2016.

NEGREIROS, F. F.; LIMA, H. C.; RODRIGUES, P.J.F; *et. al.* An Annotated Checklist Of Atlantic Rain Forest Trees In Southeastern Brazil, Tinguá Biological Reserve, Rio De Janeiro. IN: **Journal of the Botanical Research Institute of Texas**. Texas, Dezembro de 2017. pp. 469-487. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/321729703>> Acesso

em: 16 jun. 2021.

NEVES, L.N.; SILVA, D.Q.; LUCENA; A.J.; SOUSA, G.M.; PERES, L.F. Mudanças na cobertura da terra e em parâmetros ambientais no município de Seropédica/RJ entre 1980 e 2010 a partir do uso do sensoriamento remoto. In: XVII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO. 2015. João Pessoa/PB. Anais. João Pessoa/PB: INPE, 1994. p. 4997- 5003.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 2003.

OKE, Timothy Richard. Towards better scientific communication in urban climate. **Theoretical and Applied Climatology**, v. 84, p. 179-190, 2006. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s00704-005-0153-0>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

OKE, Timothy Richard. **Boundary Layer climate**. 2 ed. London: Methuen, 1987.

OKE, Timothy Richard; MILLS, Gerald; CHRISTEN, Andreas; VOOGT, James A. **Urban Climates**. UK: Cambridge, 2017.

OLIVEIRA, L. R. de; PASSADOR, C. S. **Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas**. Cadernos EBAPE.BR [online]. 2019, v. 17, n. 2 [Acessado 28 junho 2021] pp. 324-337. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395169657>>. Epub 30 maio 2019.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Espaço e Economia**, ano IX, n.19, 2020.

OLIVEIRA EN, AGUIAR RC, ALMEIDA MTO, ELOIA SC, LIRA TQ. Benefícios da Atividade Física para Saúde Mental. **Revista de Saúde Coletiva** 2011;08 (50):126-130.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação produtiva: território e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Geografia do colapso: crise e desestruturação produtiva na realidade metropolitana do Rio de Janeiro. **Terra Livre**, São Paulo, ano 33, vol. 1, n. 50, p. 131-158, 2018.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Espaço e Economia**. nº 19, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/16203>. Acesso em: 25 mar. 2021.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Seropédica Sustentável: Transformações ecológico-econômico-espaciais recentes em um lacônico julgamento. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 6, p. 87-101, 2016. Disponível em: <<http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo/article/view/2562/pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento do; VILLELA, Lamounier Erthal. Itaguaí, crescimento ou desenvolvimento? Os megaempreendimentos e as mudanças e impactos sócio-espaciais. **Revista Ensaio**, vol.7, 2014.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; GERMANO, André Luiz do Nascimento; PINHO, Miguel Alexandre do Espírito Santo. Crise, desenvolvimento e território: reflexões sobre o Extremo Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, nº18, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/58822/37495>. Acesso em: 17 jul. 2021.

ORNELL, F. *et al.* “Pandemic fear” and COVID-19: mental health burden and strategies. **Braz. J. Psychiatry**, São Paulo, 2020.

OSCAR JÚNIOR, Antonio Carlos da Silva. **Extremos Atmosféricos e Desastres Hidrometeorológicos em Duque de Caxias (RJ)**. Revista Brasileira de Climatologia, v. 17, p. 192-208, 2015. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/40658>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

PERDIGÃO, Isis Alves do Sacramento. Os investimentos financeiros na região da Baía de Sepetiba e as articulações com o desenvolvimento territorial: uma breve nota. **XVI ENANPUR**, Belo Horizonte, 2015.

PEREIRA, Waldick. **A mudança da Vila (História Iguaçuana)**. Nova Iguaçu: Edição do Autor, 1970.

PERES, Leonardo de Faria; LUCENA, Andrews José de; ROTUNNO FILHO, Otto Corrêa.

PESSANHA, Roberto Moraes; Gomes Filho, Hélio; QUINTO JÚNIOR, Luiz Pinedo; SILVA NETO, Romeu; OLIVEIRA, Floriano Godinho. A Gênese do Complexo Logístico Industrial Porto do Açu: oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Norte Fluminense. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 2, jun. 2014. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1355>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PILARES DA HISTÓRIA. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474. Acessado em mar 2021.

PINHO, Miguel Alexandre do Espírito Santo. **A miragem do desenvolvimento na periferia metropolitana: reestruturação e crise em Queimados – RJ**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. **Dos comitês populares democráticos (1945-1947) aos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964): uma história comparada**. 2014. 257f. Tese (Doutorado em História Comparada). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/marcos-cesar.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

PINTO, Janaína Bezerra. O papel da Responsabilidade Social Empresarial em cenários de conflitos ambientais siderúrgicos: o caso da TKCSA na periferia carioca de Santa Cruz. **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, Porto Alegre, RS, 2016

PLESSIM, Vinicius Kapicius. **A profissão docente na Escola Regional de Meriti (1921-1954)**. Dissertação em Educação, PPGCEC- UERJ, Rio de Janeiro, 2017.

- PORTO-GONÇALVES. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- PORTO-GONÇALVES. Lucha por la Tierra. Ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. **Polis, Revista Latinoamericana**, v.15, n.45, 2016.
- PORTO-GONÇALVES. A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **INTERthesis**, v.9, n.1, 2012.
- PORTO-GONÇALVES. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis, Revista Latinoamericana**, n.41, 2015.
- PRADO, Walter. **História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade**. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.
- Prefeito de Caxias pressiona os 19 vereadores de Magé. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro (RJ), ano 110, n. 263, p. 4, 27 de dezembro de 2000.
- PRAVEEN, P.; MOTSKIN, M. Engaging the Public with Your Research. **Scientific Life: My Word Special Issue: Communicating Science**, Volume 37, Edição 4, p. 268-271, 01.º de abril de 2016. DOI:<https://doi.org/10.1016/j.it.2016.02.007>.
- PRESTES FILHO, Luiz Carlos. **Cadeia produtiva da economia do carnaval**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- PERREAULT, Tom. What kind of governance for what kind of equity? Towards a theorization of justice in water governance. **Water International**, v 39, nº 3, p. 233-245, 2014.
- QUEIROZ, E.D. **Uso Público no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu-RJ: trilhando entre possibilidades e dificuldades**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFF. Niterói, 2018.
- QUINTSLR, Suyá. **(Re)Produção da desigualdade ambiental na metrópole: conflito pela água, 'crise hídrica' e macrossistema de abastecimento no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2018.
- QIN, Z., KARNIELI, A., BERLINER, P. A mono-window algorithm for retrieving land surface temperature from Landsat TM data and its application to the Israel-Egypt border region. **International Journal of Remote Sensing**, v. 22, p. 3719–3746, 2001. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01431160010006971>>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- RICHTER, Monika; MAIA, Michella Araujo; MARTINS, Jéssica Silva; ROCHA, Elizabeth Maria Feitosa. Situação atual das unidades de conservação da Baixada Fluminense. IN: RICHTER, M.; FARIAS, H. S. de; SOUZA, E. M. F. R. (org.) **Unidades de Conservação da Baixada Fluminense: Contribuições para a consolidação da Baixada Verde**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2019. ISBN 978-85-473-3416-1. p. 13-34.
- RIOTUR. **Memória do carnaval**. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 1991.

RIZWAN, Ahmed Memon; DENNIS, Leung Y.C; CHUNHO, Liu. A review on the generation, determination and mitigation of Urban Heat Island. **Journal of Environmental Sciences**, v. 20, p. 120-128, jan. 2008. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1001074208600194>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ROCHA, André Santos da. **As representações ideais de um território - Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROCHA, André Santos da. “Nós não temos nada a ver com a Baixada!” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. **Recôncavo**, Nova Iguaçu, ano 3, n. 4, p. 1-22, jan.-jul. de 2013.

ROCHA, C.F.D.; BERGALLO, H.G. ALVES, M.A.S.; SLUYS, M.V.. 2003. **A biodiversidade nos grandes remanescentes florestais do estado do Rio de Janeiro e nas restingas da mata atlântica**. São Carlos. Ed. RIMA. 160p.

RODRIGUES, Adriano Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90's): economia e território em processo**. 2006. 127f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/642909.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. **A formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: o resgate de sua memória**. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004.

ROSENZWEIG, Cynthia; SOLECKI, Wilhiam D; PARSHALL, Lily; CHOPPING, Mark et al. Characterizing the urban heat island in current and future climates in New Jersey. **Environmental Hazards**, v. 6, p.51-62, 2005. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1464286705000057>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ROTH, Matthias. Review of urban climate research in (sub) tropical regions. **International Journal of Climatology**, v. 27, p. 1859-1873, ago. 2007. Disponível em: < <https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/joc.1591>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

RUSSO, Paulo Roberto. **A distribuição das concentrações de partículas em suspensão na atmosfera da porção centro-oriental do município do Rio de Janeiro: considerações preliminares sobre a correlação saúde pública e poluição atmosférica**. 2002. (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2002.

SAARONI, Hadas; BEN-DOR, Eyal; BITAN, Arie; POTCHTER, Oded. Spatial distribution and microscale characteristics of the urban heat island in Tel-Aviv, Israel. **Landscape and Urban Planning**, v. 48, p. 1-18, abr. 2000. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0169204699000754>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SALLES, Ecio Pereira de. **Conhecer e conviver: as bibliotecas públicas na Baixada Fluminense e a construção da democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos.** Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 1994.

SANTOS, Júlio Cesar Paixão. **Cuidando do corpo e do Espírito num Sertão Próximo: A Experiência e o Exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932).** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2008.

SANTOS, Renato Peixoto dos. **Magé, a terra do Dedo de Deus.** Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 18ª ed. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 5ª edição, São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, E. F. dos. O Processo de Criação da Reserva Biológica do Tinguá: conflitos na constituição de uma Unidade de Conservação, Nova Iguaçu-RJ (1987-1989). 2014. (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: < <http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Elloa-Figueiredo-dos-Santos.pdf> > Acesso em: 15 jun. 2021.

SAPIA, Jorge Edgardo; ESTEVÃO, Andréa Almeida de Moura. Considerações a respeito da retomada carnavalesca: o carnaval de rua do Rio de Janeiro. In: **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 57-76, mai. 2012. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/10295> >. Acesso em: 30 jul. 2017.

SERAFIM, A. S. D. Adriano: um bispo diocesano e um Movimento de Amigos (1966-1982). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011.

SCHECH, S; HAGGIS, J. **Culture and Development, a critical introduction.** Oxford (UK)/ Malden (USA), Blackwell Publishing, 2003.

SCHRODER, H. ; FITO, M. ; ESTRUCH, R. ; MARTINEZ-GONZALEZ, M. A. ; CORELLA, D. ; SALAS S. J. A short screener is valid for assessing Mediterranean diet adherence among older Spanish men and women. **The Journal of nutrition.** 2011; 141(6):1140-5.

SCOTT, D. A.; M. L. BROOKE. 1985. The endangered avifauna of southeastern Brazil: a report on the BOU/WWF expeditions of 1980/81 and 1981/82. pp. 115-139. In: **Diamond, A. W., e T. E. Lovejoy (Eds.). Conservation of tropical forest birds.** Cambridge: International Council for Bird Preservation. ICBP Technical Publication 4.

SILVA, D. Q. da; MEDEIROS, G. S.; SOUSA, G. M. de. Análise das infrações e crimes ambientais na Reserva Biológica do Tinguá – RJ. In: RICHTER, M.; FARIAS, H. S. de. In: SOUZA, E. M. F. R. (org.) **Unidades de Conservação da Baixada Fluminense: Contribuições para a consolidação da Baixada Verde.** 1. Ed. Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, D.B.; COSTA, J.L.D.; DIAS, C.P.; TIGGEMANN, C.L. Associação entre parâmetros neuromusculares e capacidade funcional em mulheres idosas. **Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 11, n. 3, p. 202-210, 2019.

SILVA, Eliana Santos. **Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)**. Tese (Doutorado) – UERJ, São Gonçalo, 2021.

SILVA, Priscila Louredo Alves da. **Armanda Álvaro Alberto e o cinema educativo na Escola Regional de Meriti**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá, 2019.

SILVA, Vilma Correa Amancio da. **Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937)**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. **Recôncavo**, Nova Iguaçu, ano 3, n. 5, p. 47-63, jul.-dez. de 2013.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *Duque de Caxias no contexto regional metropolitano e da Baixada Fluminense*. In: **Duque de Caxias: a Geografia de um espaço desigual** / André Tenreiro (organizador) – Nova Iguaçu, RJ: Ed Entorno, 2015.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2007.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Tese de doutorado, IGC/UFF, 2006

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 24, n. 2, p. 155-256, abr.-jun. de 1962.

SOARES NETO, Joaquim José *et al.* Uma Escala para medir a Infraestrutura Escolar. **Estudos de Avaliação Educacional**. São Paulo, v.24, n. 54, Jan./Abr, 2013.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad. da 2º ed. inglesa por Vera Ribeiro. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1993.

SOUTO, Adriana Branco Correia. **As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense (1910-1933)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2016.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

SOUZA, Percival de. **A maior violência do mundo: Baixada Fluminense**, Rio de Janeiro, Brasil. São Paulo: Traço Editora, 1980.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que é a Geografia Ambiental?** AMBIENTES, Revista de Geografia e Ecologia Política, vol.1, 2019a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e Territórios: uma introdução à Ecologia Política.** 1ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019b.

SOUZA, Juarez Dantas; SILVA, Bernardo Barbosa. Correção atmosférica para temperatura da superfície obtida com imagem TM: Landsat 5. **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 23, p 349-358, dez. 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbg/a/jgMZJ9HV77gL3qJ5FD65xWQ/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

STEWART, I.D. A systematic review and scientific critique of methodology in modern urban heat island literature. **International Journal Climatology**, v. 31, p. 200-217, jan. 2011. Disponível em: < <https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/joc.2141>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. p. 99-119.

SWYNGEDOUW, Erick; KAIKA, Maria; CASTRO, Jose Esteban. Urban Water: political-ecology perspective. **Built Environment**, vol.28, n.2, 2002.

SWYNGEDOUW, Erik; KAIKA, Maria. Urban Political Ecology. Great Promises, Deadlock...and New Beginnings? **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, v 60, nº 3, pp. 459-481, 2014.

SWYNGEDOUW, Erik. The Political Economy and Political Ecology of the Hydro-Social Cycle. **Journal of Contemporary Water Research & Education** v 142, nº 1, pp. 56-60, 2009.

RAULINO, S. Injustiças ambientais e indústria do petróleo: temor e consentimento nas representações de populações que sofrem efeitos de proximidade da Refinaria Duque de Caxias. **Revista de Educação, Ciência e Matemática**, Duque de Caxias, v. 3, n.3, p. 69-90, set-dez. 2013.

TAHA, Haider. Urban climates and heat islands: albedo, evapotranspiration, and anthropogenic heat. **Energy and Buildings**, v. 25, p. 99-103, 1997. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378778896009991>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

TENREIRO, André. Dentro de um espaço desigual. In: **Duque de Caxias: a Geografia de um espaço desigual** / André Tenreiro (organizador) – Nova Iguaçu, RJ: Ed Entorno.

TENREIRO, André. **Atlas escolar do município de Duque de Caxias** [recurso eletrônico] / André Tenreiro (organizador). Duque de Caxias, RJ: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TENREIRO, André. **Duque de Caxias: o território e sua gente.** – Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Duque de Caxias, CPFPE, 2016.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo César. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 4, p. 49-70, 2001.

TORRES, Gênesis (org.). **Baixada Fluminense**: a construção de uma história (sociedade, economia e política). Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

TRE-RJ mantém decisão contra candidatura de Narriman Zito. **O Globo**, Rio de Janeiro (RJ), 20 de setembro de 2012. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2012/tre-rj-mantem-decisao-contracandidatura-de-narriman-zito-6152858>. Acesso em: 23 jul. 2021.

TRE nega registro à ex-prefeita. **O Fluminense**, Niterói (RJ), ano 133, n. 39.004, p. 6, 18 de agosto de 2010.

TROMPOWSKY, P. M.; MEDEIROS, G. S. de; GOMES, L. M.; CATTAN, G. D. W. Redescoberta do Caminho do Couto na Reserva Biológica do Tinguá reacende a necessidade de debate sobre a pertinência da recategorização desta unidade de conservação. In: **XI Seminário de Pesquisa e XII Encontro de Iniciação Científica do ICMBIO**. Araçoiaba da Serra – SP, 2020.

TURNER, Victor Witter. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Tradução Nancy Campi de Castro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

UNWTO. *World Tourism Organization. Global Guidelines to Restart Tourism*. Madrid, 2020. Disponível: <https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-05/UNWTO-Global-Guidelines-to-Restart-Tourism.pdf>. Acesso realizado em 20 de dezembro de 2020.

VAN DE GRIEND, A.A., OWE, M. In the relationship between thermal emissivity and the normalized difference vegetation index for natural surfaces. **International Journal of Remote Sensing**, v. 14, p. 1119-1131, 1993. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01431169308904400>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

VOLKOV, I. The máster key effect of vitamin B12 in treatment of malignancy. A potencial therapy. **Medical Hypotheses**, v.70, p 324-328, 2008.

VOOGT, James A; OKE, Timothy Richard. Thermal remote sensing of urban climates. **Remote Sensing of Environment**, v. 86, p. 370–384, ago. 2003. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0034425703000798>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

WALKER, Peter A. Ecologia Política: onde está a ecologia? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.23, 2011.

WANG, Yupeng; BERARDIB, Umberto; AKBARIA, Hashem. The Urban Heat Island effect in the city of Toronto. **Procedia Engineering**, v. 118, p. 137-144, 2015. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877705815020676>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

YAO, Lei; SUN, Shuo; SONG, Chaoxue; LI, Jun. Understanding the spatiotemporal pattern of the urban heat island footprint in the context of urbanization, a case study in Beijing, China. **Applied Geography**. v. 133, 102496, 2021. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0143622821001120>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

DOCUMENTOS, LEGISLAÇÕES E ENTREVISTAS

ANTÔNIO [pseudônimo]. Entrevista realizada por Júlio César Valente Ferreira. Rio de Janeiro, 2018.

ALMEIDA, Walceyr Azevedo. Entrevista concedida a Jean Rodrigues Sales, Allofs Daniel Batista e Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre. Centro de Documentação e Imagem, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 05 out. 2015, p. 1-41.

AZEREDO, Robinson Belém de. Família Azeredo. Entrevista concedida a Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre e Valdir de Paula Silva. Sede do jornal Correio da Lavoura, Nova Iguaçu, 13 set. 2018, 1h04m34s.

BRASIL. **Estatuto da cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: 2001.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 15 de março de 2021.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Geral – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 14.026, atualiza o marco legal do saneamento básico**. Brasília, DF. D.O.U. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBIO. **PORTARIA Nº 102, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. **Mapa Brasileiro do Turismo**. 2019. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home> Acessado em junho de 2020.

BRASIL. Lei Complementar n.º 20, de 1.º de julho de 1974.

BRASIL. Relação de processos da Divisão de Segurança e Informações [do Ministério da Justiça]: 1955-1987. **ARQUIVO NACIONAL Coordenação de Gestão de Documentos**. Rio de Janeiro, 1996.

CÂMARA Municipal de Nova Iguaçu. **Lei 299**. 1979. Disponível em: <<http://www.cmni.rj.gov.br/site/legislacao-municipal/leis-ordinarias/1979/lei-299-1979.PDF>>. Acesso em 10 dez. 2020.

Carta Cultural da Baixada Fluminense. Disponível em <https://pinba.files.wordpress.com/2014/10/carta-cultural-da-baixada-fluminense.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021

CASEMIRO [pseudônimo]. Entrevista realizada por Júlio César Valente Ferreira. Duque de Caxias, 2020.

CEDAE. **Esquema de Adução da Baixada Fluminense – Esquema setorizado (subsistemas de intervenções)**. [2009]. Revisão geral jan/2013.

CNCFlora. *Eugenia macrobracteolata* in **Lista Vermelha da flora brasileira versão 2012.2**

Centro Nacional de Conservação da Flora. Disponível em < [http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Eugenia macrobracteolata](http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Eugenia%20macrobracteolata) >. Acesso em maio de 2021.

CNCFlora. *Glaziophyton mirabile* in **Lista Vermelha da flora brasileira versão 2012.2**
Centro Nacional de Conservação da Flora. Disponível em < [http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Glaziophyton mirabile](http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Glaziophyton%20mirabile) >. Acesso em maio. 2021.

CNCFlora. *Odontonema dissitiflorum* in **Lista Vermelha da flora brasileira versão 2012.2**
Centro Nacional de Conservação da Flora. Disponível em < [http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Odontonema dissitiflorum](http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Odontonema%20dissitiflorum) >. Acesso em maio de 2021.

Correio da Lavoura, Nova Iguaçu, 17 junho de 1920, ed. 170, p. 1

Correio da Lavoura, Nova Iguaçu, 27 de março de 1960, ed. 2.245, p. 1.

Correio da Semana, Nova Iguaçu, 18 de dezembro de 1963, ed. 418, p. 3.

Correio da Semana, Nova Iguaçu, 12 de abril de 1964, ed. 435, p. 3.

DECRETO Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

EDINHO [pseudônimo]. Entrevista realizada por Júlio César Valente Ferreira. Duque de Caxias, 2017.

ERNANDE [pseudônimo]. Entrevista realizada por Júlio César Valente Ferreira. Duque de Caxias, 2020.

FIRJAN. **Visões de futuro: potencialidades e desafios para o estado do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense** – área II. Duque de Caxias, set. 2012. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/visoes-de-futuro.htm>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GÉRSON [pseudônimo]. Entrevista realizada por Júlio César Valente Ferreira. Mesquita, 2020.

GFI. **O consumidor Brasileiro e o Mercado Plant-Based.** The Good Food Institute. 2020. Disponível em: https://gfi.org.br/wp-content/uploads/2020/12/GFI_Consumidor_PlantBased.pdf acesso 09/07/2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**, 2011.

Disponível em: <<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/PlanoDiretor.pdf>> . Acesso em 20 de abril de 2020.

HARVARD. **Diet Review: Mediterranean Diet.** 2018. Disponível em: <https://www.hsph.harvard.edu/nutritionsource/healthy-weight/diet-reviews/mediterranean-diet/> Acesso em 12/07/2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> . Acessado em junho de 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Saneamento Básico no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap5_pt4.pdf. Acesso em 05/05/2021.

INCT-CPCT. **O que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia?** Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; INCT/CPCT, 2021. Disponível em: <https://www.inct-cpct.ufpa.br/wp-content/uploads/2021/02/LIVRO_final_web_2pag.pdf>. Acesso em 12/7/2021.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **ICMBio estuda gestão integrada das UC no DF**. Brasília, outubro de 2012. Disponível em < https://www.icmbio.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3432&Itemid=999 >

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência: retratos dos municípios brasileiros 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/7047-190802atlasdaviolencia2019municipios.pdf>. Acessado em junho de 2021.

Jornal de Hoje, Nova Iguaçu, 15 a 18/09/1973, ed. 136, p. 3.

Jornal de Hoje, Nova Iguaçu, 22 a 25/09/1973, ed.138, p. 11.

Jornal de Hoje, Nova Iguaçu, 13 a 16/10/1973, ed. 144, p.1.

Jornal de Hoje, Nova Iguaçu, 30 de dezembro de 1973, ed. 176, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO. Dez mil empregos em N. Iguaçu: distrito industrial possibilitará recolhimento de 900 milhões em impostos. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, Indústria, p. 6, edição 181 de 13 de maio de 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_17/3270 acessado em 10 junho de 2021.

JULIANA [pseudônimo]. Entrevista realizada por Júlio César Valente Ferreira. Duque de Caxias, 2018.

MAGÉ. **Lei Municipal n.º 1.798**, de 20 de dezembro de 2006.

MIRIAM [pseudônimo]. Entrevista realizada por Júlio César Valente Ferreira. Duque de Caxias, 2016.

MMA, IBAMA. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 100, de 06 de agosto de 2002**. Brasília, 2002.

MMA/IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Biológica do Tinguá**. Brasília, junho de 2006. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_tingua.pdf> Acesso em: fev. 2021.

MTUR. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010**. Brasília, MTur, 2007.

MTUR. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**,

2013. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acessado em maio de 2021.

PACS. **Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. PACS, 2ª edição, 2009.

PACS. **Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. PACS, 3ª edição, 2012.

PACS; JUSTIÇA GLOBAL. **Violações de Direitos Humanos na Siderurgia: o caso TKCSA**. Rio de Janeiro, PACS e Justiça Global, 2017.

PINT OF SCIENCE. Página Oficial. Disponível em: <<https://pintofscience.com>>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

PINT OF SCIENCE BRASIL. Página Oficial. Disponível em: <<https://pintofscience.com.br>>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

PINT OF SCIENCE FESTIVAL BRINGS BEER AND BRAINS TOGETHER PUBLISHED, **BBC Londres**, 14 May 2013. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-england-22522359>>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

PRESS RELEASE 2021, Pint of Science Brasil. Disponível em: <<https://pintofscience.com.br/press-release-2021/>>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Duque de Caxias**, 2017. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=19543>. Acesso em 05/05/2021.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual n.º 21.352, de 22 de março de 1995.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual n.º 21.471, de 6 de junho de 1995.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual n.º 34.698, de 30 de dezembro de 2003.

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual n.º 3.822, de 2 de maio de 2002.

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual n.º 6.665, de 8 de janeiro de 2014.

SEBRAE. **Planejamento Estratégico da Baixada Verde. Rio de Janeiro**: Sebrae/RJ, 2017.

SEBRAE/RJ. Painel regional: Baixada Fluminense I e II / Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2016.

SEMADETUR. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Distribuição das Unidades de Conservação nos municípios da Baixada Fluminense**. 2020.

SILVA, R. D. 2020. **Infraestrutura e desenvolvimento pós-Covid-19**. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/investimentos-em-infraestrutura-e-desenvolvimento-na-era-pos-covid-19/>. Acesso realizado em 05 de janeiro de 2021.

TCE RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. *Estudo socioeconômico 2005 - Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2005. Disponível em: <https://centrodememoriadeni.files.wordpress.com/2016/05/d-manoel-ricardo-simoes-tese.pdf>. Acesso em: jun 2021.

UNESCO. **Combate à desinfodemia**. Trabalhar pela verdade em tempos de covid-19. Disponível em <<https://pt.unesco.org/covid19/disinfodemic>>. Acesso em 12/7/2021.

Vereador de Magé, mãe e motorista são executados. **O Fluminense**, Niterói (RJ), ano 124, n. 36.331, p. 6, 18 de janeiro de 2002.

Vereador morre em emboscada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro (RJ), ano 112, n. 284, p. 15, 18 de janeiro de 2002.

Vice-Prefeita de Magé é sepultada. **O Fluminense**, Niterói (RJ), ano 125, n. 36.447, p. 3, 4 de agosto de 2002.

“Zitolândia” refaz mapa político do Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro (RJ), ano 110, n. 207, p. 12, 1.º de novembro de 2000.

Zito admite prestígio de Garotinho. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro (RJ), ano 51, n. 12.269, p. 2, 24 de janeiro de 2000.

Zito comanda votação em Magé. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro (RJ), ano 110, n. 265, p. 5, 29 de dezembro de 2000.

Zito quer levar seu modo de governar ao Palácio Guanabara. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro (RJ), ano 52, n. 15.822, p. 3, 12 de novembro de 2001.



Este livro é uma publicação da Edur/UFRRJ
Publicado em 2023

Fonte: Garamond Premier Pro, 15 pt - Regular

